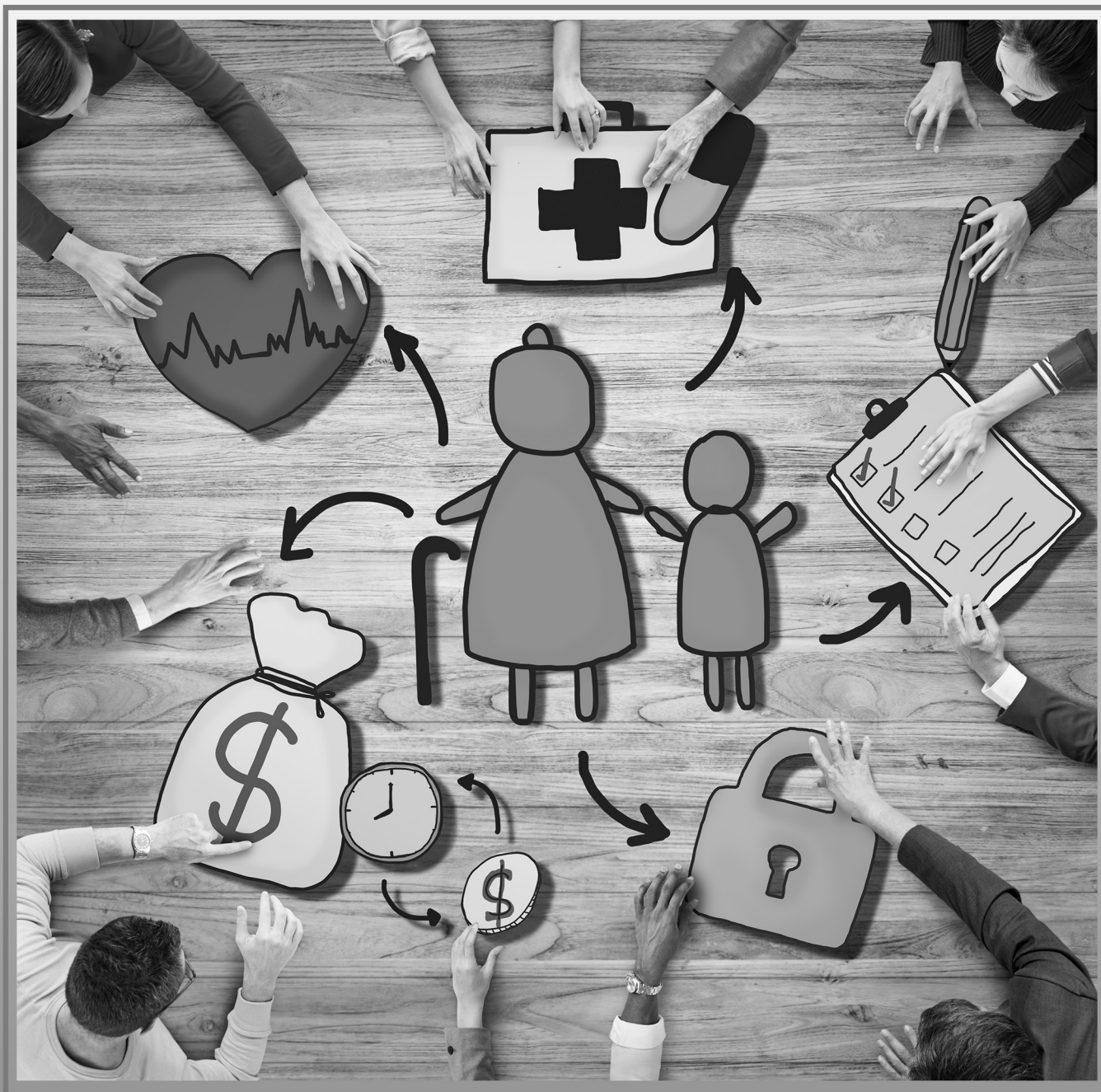




Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-235-7 DOI 10.22533/at.ed.357203007 1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
DOI 10.22533/at.ed.3572030071	
CAPÍTULO 2	10
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3572030072	
CAPÍTULO 3	21
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3572030073	
CAPÍTULO 4	32
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3572030074	
CAPÍTULO 5	40
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
DOI 10.22533/at.ed.3572030075	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.3572030076	
CAPÍTULO 7	63
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
DOI 10.22533/at.ed.3572030077	

CAPÍTULO 8 77

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva
Ariane Helena Coelho Raiol
Ivanira Mariano de Melo
Jéssica Pereira Morais
Josione Gusmão de Carvalho
Lorena Carolina Roldão Campos
Luciane dos Santos Marques
Luciene Cibele Cardoso Ferreira
Maria Bianca Figueiredo Palheta
Nathalia Koury Pinto
Wellington Monteiro Ferreira
Yasmin Fernandes Santos

DOI 10.22533/at.ed.3572030078

CAPÍTULO 9 88

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.3572030079

CAPÍTULO 10 97

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira
Érica Oliveira de Castro Farias
Rosimary de Souza Lourenço

DOI 10.22533/at.ed.35720300710

CAPÍTULO 11 107

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.35720300711

CAPÍTULO 12 117

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral
Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.35720300712

CAPÍTULO 13 129

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira
Sandra Mara Leal de Senna

DOI 10.22533/at.ed.35720300713

CAPÍTULO 14	139
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ	
Jussara Faria de Campos	
Simone da Silveira Sarmiento Gonçalves	
Shirley Marques de Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.35720300714	
CAPÍTULO 15	149
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR	
Aline Possa Silva Anjos	
Lorena Luana da Costa Castro	
DOI 10.22533/at.ed.35720300715	
CAPÍTULO 16	157
AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE	
Milene Lúcia Santos	
Fernando Ferreira de Araújo	
Jheniffer de Assis Gonçalves	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.35720300716	
CAPÍTULO 17	165
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
Reinaldo da Silva Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.35720300717	
CAPÍTULO 18	177
NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE	
Tatiana Maria Araújo da Fonseca	
Cristiane Medeiros dos Santos	
Roberta Gomes Leite Baptista	
Ana Kelly Souza Costa	
Adriana Medalha Perez	
Cíntia do Nascimento Ferreira	
Rozeane Guedes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.35720300718	
CAPÍTULO 19	188
ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	
Priscilla Brandão de Medeiros	
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira	
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.35720300719	
SOBRE A ORGANIZADORA	199
ÍNDICE REMISSIVO	200

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/07/2020

Tâmara Leite Galvino de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/9127818663303197>

Maria de Fátima Pessôa Lepikson
<http://lattes.cnpq.br/7702914755827440>

RESUMO: As mudanças ocorridas no sistema educacional em resposta as exigências da reforma neoliberal do Estado brasileiro, desde a década de 1990, vêm trazendo significativos impactos para a formação e o trabalho profissional do Serviço Social. Nessa perspectiva, o presente estudo tem o intuito de refletir sobre as implicações das transformações societárias na formação e no trabalho profissional das (os) assistentes sociais a partir da análise da trajetória do Curso de Serviço Social no Estado da Bahia. Como resultado, observou-se que, por mais de cinco décadas, a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) foi responsável pela formação das (os) assistentes sociais na Bahia. Além disso, constatou-se que, no período de 1944 a 2007, as instituições de ensino superior (IES) que ofertavam o Curso de Serviço Social na Bahia eram de natureza privada, com expressivo crescimento a partir do ano de 2006, quando a modalidade de ensino

de Educação a Distância (EAD) passou a operar no País. Sendo assim, diante dos reflexos da mercantilização e da precarização do ensino e de seus rebatimentos no trabalho profissional do Serviço Social, identificou-se a necessidade de pesquisas que possibilitem o conhecimento do processo de formação e do trabalho profissional das (os) assistentes sociais no Estado da Bahia a fim de identificar os limites e possibilidades no atual momento de crise e desmonte de direitos. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo que tem como instrumento de análise livros, publicações e artigos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

ABSTRACT: The changes that have occurred in the educational system in response to the demands of the neoliberal reform of the Brazilian State, since the 1990s, have brought significant impacts to the formation and professional work of Social Work. In this perspective, the present study aims to reflect on the implications of societal transformations in the formation and professional work of social workers, based on the analysis of the course of the Social Work Course in the State of Bahia. As a result, it was observed that, for more than five decades, the Catholic University of Salvador (UCSAL) was

responsible for the training of social workers in Bahia. In addition, it was found that in the period from 1944 to 2007, the higher education institutions (HEIs) that offered the Social Service Course in Bahia were of a private nature, with significant growth starting in 2006, when the modality of distance education (EAD) began operating in the country. Thus, in view of the effects of commercialization and the precariousness of teaching and its refutation in the professional work of Social Work, it was identified the need for research that allows the knowledge of the training process and the professional work of the social workers in the State of Bahia in order to identify the limits and possibilities in the current moment of crisis and dismantling of rights. It is a qualitative study that has as an instrument of analysis books, publications and articles on the subject.

KEYWORDS: Courses of Social Service, Training and Professional Work.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações societárias da ordem neoliberal vêm suscitando novas exigências ao processo de formação profissional do Serviço Social, a organização do seu trabalho e de sua categoria profissional.

Atualmente o Brasil vive uma das suas maiores crises política e econômica. Em um cenário de investigação por corrupção que interfere diretamente na economia brasileira, o governo vem construindo uma argumentação ideológica de que o principal deflagrador da atual crise do país é o crescimento dos gastos públicos. Com isso, criou uma política de ajuste fiscal que atinge as diversas áreas dos direitos sociais historicamente e arduamente conquistados pelos cidadãos brasileiros.

Essa realidade não se traduz apenas em um “pano de fundo” para o Serviço Social. Ela significa importantes mudanças nas condições e relações sociais em que se inscrevem as assistentes sociais, não apenas nas relações e condições de trabalho, mas também por se tratar de uma profissão que atua principalmente na área das políticas sociais, principal alvo do congelamento dos gastos públicos nos próximos anos, conforme prevê a PEC 241 ou PEC 55.

Nesse sentido, para pensar o processo formativo e o trabalho do Serviço Social no atual contexto de crise e desmonte de direitos faz-se necessário uma cuidadosa avaliação crítica da sua trajetória e da atual conjuntura brasileira de modo a levar em consideração as lutas de classes e os processos que fundam e reproduzem o capitalismo, o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais e a direção política que as (os) assistentes sociais imprimem ao seu projeto profissional e societário.

2 | MUDANÇAS SOCIETÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A década de 1990 foi marcada por significativas mudanças no sistema educacional brasileiro que, assim como o Serviço Social, é pensado a partir das relações políticas, econômicas e ideoculturais estabelecidas na formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Nesta época, o processo de expansão de acesso à educação, iniciado no período de desenvolvimento econômico do País para atender as necessidades produtivas por meio da qualificação da força de trabalho, sofre significativas mudanças por meio do crescimento do setor privado e da privatização das instituições de ensino superior (IES) públicas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2002.

Além das profundas alterações realizadas no interior das universidades públicas por meio da oferta de cursos pagos, principalmente nos programas de pós-graduação *latu sensu*; de parcerias entre as universidades públicas e as empresas privadas para fins de consultoria e assessoria e da criação de mestrados profissionalizantes em parceria com instituições públicas e privadas, o governo FHC, ampliou o número de instituições de ensino superior no Brasil através do financiamento público do BNDES.

A educação superior passou a ser vista como uma atividade pública não-estatal, podendo ser realizada entre IES públicas e privadas por meio de financiamentos e contratos de gestão. Segundo dados publicados por Lima & Pereira (2009, p. 34-35), em 2002, no final desse governo, o ingresso nas IES públicas somava 320.354, enquanto que na privada era de 1.090.854.

Esse processo de reformulação do sistema educacional brasileiro para atender as exigências neoliberais permanece se intensificando nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com diversas ações que fortalecem o empresariamento no ensino superior, dentre as quais é válido destacar: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e a institucionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) visa garantir a isenção fiscal de IES privadas em troca de vagas por meio das parcerias público-privadas na educação superior.

O Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) consiste em um programa de governo que teve o intuito de dobrar o número de vagas e matrículas na graduação, no período de 2008 a 2012, a partir da redefinição do perfil das unidades de ensino público federal. Dessa maneira, esse Programa estabelece metas às Universidades Federais que evidenciam o aligeiramento da formação profissional, a precarização do trabalho docente e o fim da autonomia universitária ao condicionar a alocação de verbas públicas à adesão ao Programa. Dentre as metas propostas é válido destacar a aprovação

de 90% dos estudantes, o que coloca em discussões a aferição do conhecimento por parte dos alunos e, conseqüentemente, da qualidade desse ensino.

A institucionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD) começou a operar no País em 2006 com a ideia de que a inovação tecnológica asseguraria a inserção social, contudo, além de contribuir com o crescimento exacerbado do número de vagas no ensino superior, essa modalidade demonstrou um total descompromisso das instituições de ensino e do Ministério da Educação (MEC) com a qualidade do ensino enquanto direito social.

Esses processos de mercantilização e precarização na educação superior trouxeram significativos impactos na formação e no trabalho profissional do Serviço Social. A partir da década de 1990, a profissão acompanhou a expansão do acesso ao ensino superior por meio da ampliação dos cursos de graduação em Serviço Social ofertados, majoritariamente, por IES privadas e não-universitárias.

De acordo com Lima & Pereira (2009, p. 41), esse processo de ampliação dos Cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas está relacionado aos baixos custos e a alta lucratividade que esse campo do conhecimento proporciona, além da necessidade de manutenção de um consenso social amparado nos interesses do capital. Sendo assim, para além da lucratividade e expansão do capital, busca-se com a ampliação do curso de Serviço Social a formação de intelectuais que disseminem a ideia de uma sociabilidade pautada na colaboração e no conformismo.

Em contraponto a essa realidade e, diante das profundas mudanças societárias, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS) realizou a revisão do currículo mínimo em Serviço Social de 1982 e, a partir de um processo coletivo e participativo com as unidades de ensino filiadas, aprovou em 1996 as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social que passou por nova revisão em 1999. Nesta mesma década, em 1993, também foram revisados o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Entretanto, conforme afirma Iamamoto (2014, p. 616), esse processo foi marcado por um processo de contrarreforma do ensino superior que, para além de substituir os currículos mínimos por diretrizes curriculares, flexibilizando-os, exige a definição de um perfil do bacharel em Serviço Social com suas competências e habilidades técnico-operativas, bem como, a troca das ementas das disciplinas por tópicos de estudos.

Entre o texto revisado das diretrizes curriculares de 1999 e o conteúdo aprovado pelo MEC em 2001, teve-se significativas alterações. Embora embasado na Lei de Regulamentação da Profissão e nos preceitos do Código de Ética do Assistente Social aprovados em 1993, o conteúdo revisado pela ABPESS foi alterado em itens relacionados às competências e habilidades das (os) assistentes sociais e a direção social da formação profissional.

Em relação ao perfil profissional, o “profissional comprometido com os valores

e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, foi substituído por “utilização dos recursos da informática”. No item competências e habilidades a “apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade” foi trocada por “análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país”. Os tópicos de estudos foram todos eliminados, permitindo assim a flexibilização dos conteúdos curriculares, desde que mantidos os núcleos de ensino. Essas alterações dificultam a garantia de um “currículo mínimo” na formação profissional do Serviço Social brasileiro de modo a permitir a livre iniciativa das IES aos ditames do capital.

Contudo, é importante destacar que as diretrizes curriculares propostas pela ABESS trouxeram significativos avanços como o reconhecimento do Serviço Social com uma especialização do trabalho inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Assim, a categoria processo de trabalho ganha centralidade através de seus elementos, quais sejam: a matéria-prima ou objeto da ação profissional; os meios e instrumentos de trabalho; o próprio trabalho ou atividade e o produto.

A prioridade atribuída à análise do objeto, as manifestações da questão social, reitera a concepção de que as respostas engendradas pela sociedade para enfrentar a questão social devem ser refletidas criticamente e compreendidas como relativas à situação de vida e trabalho das classes pauperizadas e seus desdobramentos sócio-políticos.

A identificação dos meios e instrumentos de trabalho supõe o conhecimento das condições disponibilizadas pelas instituições para o desenvolvimento do exercício profissional, tanto materiais como políticas, e os conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e das expressões históricas atinentes às especificidades das respectivas mazelas sociais, o que deve incluir a forma como os usuários dos serviços pensam, sentem e vivenciam a situação de exclusão e pauperização.

O trabalho ou a atividade profissional, nessa proposta, deve ser pensado à luz da centralidade atribuída aos sujeitos que trabalham, ou considerando a condição de assalariamento e as opções políticas dos agentes profissionais, da capacidade destes colocarem em ação os recursos ou instrumentos disponíveis para a realização das atividades do trabalho.

Já o produto dos processos de trabalho dos quais o (a) assistente social é parte, situa-se tanto na reprodução material da força de trabalho quanto no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais.

Ainda segundo com lamamoto (2007a, p.70; grifos da autora):

Essa discussão sobre o processo de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares.

Dessa forma, o perfil do trabalho deste profissional é conformado pelo controle do empregador, pelas demandas dos sujeitos de direito e pela relativa autonomia posta ao assistente social, uma vez que, o trabalho fica subordinado a um conjunto de determinantes histórico-sociais que escapam ao controle do profissional, sujeitando-o a limites socialmente objetivos, e também, à luz da noção de relativa autonomia.

Entretanto, ao aderir à perspectiva marxiana, que admite o duplo movimento da história configurado por determinismos e liberdade, visualiza-se a possibilidade da realização de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero, conforme preconiza o projeto ético político profissional do Serviço Social.

3 | A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DA BAHIA

A partir da análise de dados do Relatório Avançado do E-MEC, ano a ano, sobre a data de funcionamento das IES no Estado da Bahia, identificou-se que o primeiro Curso de Serviço Social surgiu em 1944, com a Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL), oito anos após a fundação da primeira Escola Serviço Social no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1936.

Por mais de cinco décadas, a ESSUCSAL foi responsável pela formação profissional das (os) assistentes sociais no Estado da Bahia, visto que, só no ano de 2002, a Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN), incluiu nos seus cursos de graduação, o bacharel em Serviço Social. Três anos após, em 2005, surge à terceira Escola de Serviço Social na Bahia, na Faculdade de Salvador. Sendo assim, no período de 1944 a 2005, a Bahia possuía apenas três Escolas de Serviço Social, sendo duas na capital e uma no interior.

A partir de 2006, com a operacionalização da modalidade de ensino Educação à Distância (EAD), observa-se um processo de crescimento acelerado do Curso de Serviço Social na Bahia. Neste ano, 04 (quatro) IES passaram a ofertar o Curso de Serviço Social, totalizando até então 07 (sete) IES, sendo 06 (seis) presenciais e 01 (uma) EAD responsável por 05 (cinco) pólos de ensino distribuídos entre a capital e o interior da Bahia. Todas de natureza privada, sendo 04 (quatro) faculdades e 03 (três) universidades, incluindo a EAD.

Apenas nos anos de 2008 e 2009, após sete décadas de existência da profissão e de seis décadas de implantação da primeira Escola de Serviço Social na Bahia, é que surge a oferta de vagas no Curso de Serviço Social nas instituições públicas de ensino superior. A primeira universidade pública a oferta esse tipo de vaga na Bahia foi a Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB) - no campus de Cachoeira, em 2008 – seguida da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – no campus de Salvador, em 2009.

Ou seja, das atuais 69 (sessenta e nove) IES que ofertam vagas em Serviço Social no Estado da Bahia, 67 (sessenta e sete) são da rede privada e apenas 02 (duas) da

pública. Sendo:

- 27 (vinte e sete) faculdades, responsáveis pelo funcionamento de 28 (vinte e oito) pólos de ensino;
- 22 (vinte) são universidades com 249 (duzentos e quarenta e nove) campus de atuação;
- 20 (vinte) são Centros Universitários com 233 (duzentos e trinta e três) pólos de ensino.

Apesar da maioria (40 do total de 69) das IES que ofertam o Curso de Serviço Social apresentar o perfil de modalidade de ensino presencial, elas são responsáveis apenas pelo funcionamento de 42 (quarenta e duas) campus. Enquanto que as 29 (vinte e nove) IES EAD possuem 468 (quatrocentas e sessenta e oito) pólos de ensino. Totalizando 510 (quinhentos e dez) campus de ensino distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

No período de 2006 a 2009, o número de IES mais que triplicou, saltou de 07 (sete) em 2006 para 22 (vinte e duas) em 2009. A quantidade de pólos de ensino também aumentou significativamente de 11 (onze) para 179 (cento e setenta e nove), fruto de um processo de intensa mercantilização e precarização do ensino superior no País.

Naquele período, em 2009, das 22 (vinte e duas) IES que ofertavam o curso de Serviço Social na Bahia, 20 (vinte) eram de natureza privada e 02 (duas) da rede pública. Os pólos de ensino eram divididos em: 145 (cento e quarenta e cinco) Universidades, 29 (vinte e nove) Centros Universitários e 05 (cinco) Faculdades. A modalidade de ensino era presencial em 12 (doze) unidades de ensino e EAD em 167 (cento e sessenta e sete) IES.

Do total de 179 (cento e setenta e nove) IES que ofertavam vagas no Curso de Serviço Social em 2009, 26 (vinte e seis) estavam localizadas na capital e 153 (cento e cinquenta e três) nas demais cidades baianas.

Nos últimos dez anos (2009-2019), o número IES que ofertavam vagas em Serviço Social no Estado da Bahia oscilou com a abertura de 03 (três) a 74 (setenta e quatro) novos pólos por ano, todas de natureza privada.

O número de IES subiu de 22 (vinte e duas) em 2009 para 69 (sessenta e nove) em 2019. Os campus de ensino que eram de 179 (cento e setenta e nove) há dez anos atrás, hoje totalizam 510 (quinhentos e dez) pólos distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

Do total de 510 (quinhentas e dez) campus de ensino, 02 (dois) são de natureza pública e 508 (quinhentos e oito) privada. No que tange a modalidade de ensino, 468 (quatrocentas e sessenta e oito) pólos de ensino em Serviço Social na Bahia ofertam vagas na modalidade EAD enquanto que 42 (quarenta e duas) são presenciais.

Em relação ao perfil das 69 (sessenta e nove) IES que oferecem o Curso de Bacharel em Serviço Social na Bahia observa-se que 20 (vinte) são Centros Universitários responsáveis por 233 (duzentos e trinta e três) pólos de ensino, 27 (vinte e sete) são

faculdades com 28 (vinte e oito) campus de atuação e 22 (vinte) são universidades com 249 (duzentos e quarenta e nove) pólos de ensino.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no âmbito da Igreja Católica ocorreu em virtude da histórica e estreita relação dessa profissão com essa instituição religiosa. Durante 75 (setenta e cinco) anos de existência do Curso de Serviço Social na Bahia, a Universidade Católica do Salvador foi responsável pela formação profissional das (os) assistentes sociais por 58 (cinquenta e oito) anos).

Enquanto que, nos próximos 17 (dezessete) anos, (2005-2019), 68 (sessenta e oito) IES passaram a ofertar o Curso de Serviço Social na Bahia em 509 (quinhentos e nove) pólos de ensino, sendo 79 (setenta e nove) na capital e 431 (quatrocentos e trinta e um) distribuídos em 167 (cento e sessenta e sete) cidades baianas, do total de 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

Com a operacionalização da modalidade de ensino EAD, a partir de 2006, 29 (vinte e nove) IES passam a ser responsáveis por 468 (quatrocentas e sessenta e oito) pólos de ensino que ofertam vagas em Serviço Social na modalidade EAD, enquanto que as 40 (quarenta) unidades de ensino presencial criaram 42 (quarenta e duas) campus de ensino.

Do total de IES que ofertam o Curso de Serviço Social na Bahia, apenas 22 (vinte e duas) são universidades responsáveis por 249 (duzentos e quarenta e nove) campus de ensino. As faculdades e os Centros Universitários somam 47 (quarenta e sete) unidades de ensino com 261 (duzentos e sessenta e um) pólos.

Historicamente as IES de natureza privadas são as que mais ofertam o Curso na área de Serviço Social na Bahia, atualmente são 67 (sessenta e sete) IES de natureza privada e 02 (duas) públicas.

Com o significativo aumento da oferta de vagas no Curso de Serviço Social, o contingente profissional na Bahia cresce expressivamente. A mercantilização e a precarização do ensino com destaque ao amplo crescimento das IES EAD, não é uma realidade apenas do Curso de Serviço Social na Bahia, ela vem ocorrendo em toda extensão do país sendo responsável pelo aumento do contingente profissional de assistentes sociais no Brasil que saltou de 70.500 em 2007 para mais de 180.000 em 2019, conforme dados do CFESS.

Nesse sentido, levando em consideração o aumento exponencial de Cursos de Serviço Social na Bahia e do contingente profissional faz-se necessário uma análise acerca do processo formativo e do perfil profissional das (os) assistentes sociais para maior reflexão sobre as implicações das mudanças societárias no Serviço Social no atual

momento de desemprego em que a classe trabalhadora se submete às condições de aviltamento de seus direitos para manutenção de seu emprego com intensa privatização dos serviços públicos e desmonte de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CFESS (Org.). *Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional*. Brasília/Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005.

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social*. v. 02, Brasília, 2014.

_____. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Lei n. 8.662/93*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n 120. 2014.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>. Acesso em: 22 de maio 2019.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 06/04/2020

Luciana Trugillo Peloso

Secretaria de Estado de Assistência Social e
Cidadania (SETASC)
Cuiabá – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/7988996907799094>

Luciano Joia da Silva

Secretaria de Estado de Assistência Social e
Cidadania (SETASC)
Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Este estudo pretende refletir sobre como as alterações no mundo do trabalho, de viés neoliberal, refletem na intervenção dos assistentes sociais num contexto de focalização da política social e desmonte dos direitos sociais. A complexa realidade que envolve o Serviço Social exige reflexões acerca do agir profissional e sua forma de se constituir como profissão composta por sujeitos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação produtiva. Estado neoliberal. Política Social. Direitos Sociais. Serviço Social.

TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF
WORK AND THEIR IMPLICATIONS IN THE
WORK OF SOCIAL ASSISTANTS: THE
DISMANTLING OF SOCIAL RIGHTS

ABSTRACT: The purpose of this study is to evaluate, in the context of social politics and social rights dismantling, the transformations in the labor world, with a neoliberal bias, which, in its turn, reflects on the social workers intervention. The complex reality which comprehend the Social Work requires continuous reflection about the professional role and the way of constituting itself by worker subjects.

KEYWORDS: Productive restructuration. Neoliberal state. Social Politics. Social Rights. Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

Durante o século XX e início do século XXI, o trabalho passou por transformações jamais identificadas em outros períodos históricos, todas vinculadas à contradição inerente ao regime de produção capitalista. Segundo Marx (1971), essa contradição relaciona-se ao fato de que sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, em geral,

confronta-se continuamente com as condições específicas de produção nas quais estão inseridas.

Isto significa que o capital necessita de um conjunto de relações sociais e econômicas que possibilitem a continuidade do seu processo de acumulação. Nessas relações, conforme Mattoso (1995), incluem-se as questões tecnológicas, produtivas, salarial, de padrões de consumo, da internacionalização das atividades do capital e o papel do Estado.

Quanto ao papel do Estado, este é determinado pelo modo de produção de uma dada sociedade, conforme afirma Jan Gogh (1982, p. 75) “(...) *la forma Estado – su natureza, estructura y papel – estará constreñida por el modo de producción o la naturaleza de la explotación en esa sociedad*”.

Segundo Mészáros (1999), o suporte político do Estado procura complementar o sistema do capital, criando condições para a manutenção e reprodução do sistema. Isto é importante, visto que, para dar continuidade à sua expansão impulsionada pela acumulação, o sistema do capital pressupõe a subordinação da sociedade aos seus objetivos, nas “*funções produtivas, distributivas*”.

Quanto à política social, a história tem evidenciado que, em qualquer tempo e contexto sociocultural, a mesma tem procurado satisfazer necessidades sociais, porém, sem deixar de atender aos “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” (CASADO *apud* PEREIRA, 2008, p. 27) das elites dominantes.

Essas transformações, contudo, não se limitam à esfera da produção, mas afetam também a dinâmica da reprodução social, esfera em que atua o profissional de Serviço Social. Não há como negar que o Serviço Social se constitui como profissão inserida em condições históricas concretas, que influenciam a forma de pensar e agir de seus profissionais. Por este motivo, para compreender a prática profissional é necessário conhecer e desvelar as contradições e mediações postas, através do mercado de trabalho, ao assistente social.

As grandes transformações vividas nas últimas décadas têm colocado complexas questões ao Serviço Social. A implementação da proposta do Estado neoliberal, os processos de municipalização e descentralização da política social, a intensificação da presença das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) na execução de serviços de caráter público, as ações da filantropia empresarial, entre outras mudanças, nos remetem ao questionamento de como os profissionais de Serviço Social realizam sua intervenção nos espaços sócio-ocupacionais.

Assim, a complexidade da realidade que envolve e determina o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo exige reflexões atentas voltadas tanto para o agir profissional, quanto para sua forma de se constituir como profissão composta por sujeitos trabalhadores.

2 | O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após um período de mais de 25 anos de crescimento, iniciou-se, na segunda metade da década de 1970, movida mais precisamente pelo abastecimento de petróleo, uma profunda crise nas economias capitalistas dos países centrais, todas petróleo-dependentes. Essa crise se expressou por meio de elevadas taxas de inflação, da diminuição da produtividade e dos níveis de crescimento, do acirramento do desemprego e do aumento dos déficits públicos. Esses aspectos anunciavam o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista, que nasceu na indústria automobilística nos EUA e se expandiu para a Europa, no pós-guerra: o *fordismo* (FILGUEIRAS, 1999, p. 903).

O *fordismo* amparado na base técnica da Segunda Revolução Industrial do fim do século XIX e nos métodos de organização do trabalho *tayloristas*, provocou um aumento extraordinário da produtividade do trabalho e redução dos custos unitários de produção. Contudo, essa produção em massa exigia um consumo em massa; ameaçada pela possibilidade da mesma se inviabilizar pelo lado da demanda, conforme demonstrou o *crack* de 1929. Isto implicava na necessidade de o capital distribuir com os trabalhadores os ganhos de produtividade alcançados, por meio do aumento real dos salários (FILGUEIRAS, 1999, p. 903).

Porém, com o esgotamento do padrão *taylorista-fordista*, vivenciado a partir dos anos 70, impulsionou o capital a desenvolver um processo de reestruturação para recuperar seu ciclo produtivo e reconfigurar seu projeto de domínio social questionado pelas lutas sociais, direcionada pela classe trabalhadora. Dessa maneira, o capital lançou mão de “um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade” (ANTUNES, 1999, p. 48).

Nos anos de 1970 se iniciam os processos de reestruturação produtiva, sob inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, das grandes corporações e dos governos das grandes potências. A doutrina neoliberal, por sua vez, ressurgiu como a ideologia mais adequada de sustentação e estímulo político da reestruturação produtiva e do processo de globalização da economia, ambos movimentos estruturais do capitalismo contemporâneo (FILGUEIRAS, 1999, p.906).

A *flexibilidade* se traduz como característica essencial desse novo paradigma tecnológico e organizacional. Partindo de seu aspecto tecnológico, é a substituição da automação rígida pela automação flexível. Já do ponto de vista organizacional, a redistribuição das bases de formação de capital que iriam amortecer os impactos da “crise do petróleo” nos países centrais, por transferências tecnológicas já entrando em desuso, passariam a exigir nesses novos métodos e modelos organizacionais, tanto nas suas estruturas gerenciais privadas, ou na organização do estado.

Dessa forma, a atual fase de organização do capital se caracteriza por transformações nas relações de trabalho e produção, constituindo-se de maneira favorável aos interesses

do capital com vistas à exploração do trabalho. A acumulação flexível não visa superar as contradições inerentes à sociedade capitalista, tampouco tem trazido benefícios aos trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva, no Brasil, iniciou-se já na segunda metade da década de 1980, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 90, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor, centrado principalmente na adoção de novas formas de gestão e organização da produção (FILGUEIRAS, 1999, p. 909).

Assim, as repercussões dessas transformações para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora são, com certeza, importantes. Um sistema de trabalho flexível necessita de um sistema de regulação flexível, com “novas formas de estruturação” (IAMAMOTO, 2003, p. 31).

Como consequência dessas transformações, o que se observa é um ataque frontal aos direitos do trabalho. Emerge o trabalho precarizado nas mais diversas formas de contratação: trabalho temporário, terceirizado, dupla jornada, etc; fundamentado pela desconcentração fabril e pela ideologia do *toyotismo*.

Sob este prisma, o neoliberalismo, respaldo ideológico da reestruturação produtiva, concentrou esforços em um ataque fervoroso ao Estado intervencionista e de bem-estar e, conseqüentemente, à construção histórica da cidadania. Esse ataque se manifestou na reorganização da estrutura estatal e de seu papel; a investida neoliberal “é fazer do mercado a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos” (TEIXEIRA, 1998, p. 196).

3 | O ESTADO NEOLIBERAL E A POLÍTICA SOCIAL: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Como fenômeno político e ideológico, hegemônico somente no final da década de 1970, o neoliberalismo¹ é uma ideologia inspirada no liberalismo do século XVII e XVIII. Este último surgiu e ganhou influência na sociedade europeia com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da ordem burguesa (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

O liberalismo, alimentado pelas teses de David Ricardo e sobretudo de Adam Smith (2003), que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão-invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 56).

1. Sobre o surgimento do neoliberalismo Behring e Boschetti (2006) esclarecem que: “Ao fazer ‘um balanço do neoliberalismo’, Anderson (1995) afirma que este surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar e, que suas premissas estavam elaboradas originalmente no texto Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, publicado em 1944, sendo que ‘seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro’” (p.125).

Assim, o liberalismo, rompendo com as restrições impostas pelo Absolutismo, assume uma posição de ataque à intervenção do Estado em geral. Isso se expressa na sua tese principal, qual seja, a do individualismo, cuja iniciativa e ação não podem ser contrariadas pelo Estado, uma vez que o indivíduo tem direito à total liberdade econômica e política (FILGUEIRAS, 1999, p. 898).

O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência da intervenção estatal. O papel do Estado, uma espécie de mal necessário na perspectiva do liberalismo, resume-a a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os “benefícios aos homens”. Adam Smith criticou duramente o “Estado intervencionista e o Estado mercantilista” mas não defendeu sua extinção. Ao contrário, reafirmava a necessidade da existência de um corpo de leis e a ação do Estado que garantisse maior liberdade ao mercado livre (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 56).

Assim como o liberalismo, o neoliberalismo é também uma doutrina que se constrói em oposição a uma forma de intervenção do Estado, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o *New Deal* americano, que tem por princípio mais geral a desigualdade como valor positivo e imprescindível na configuração de uma sociedade democrática (FILGUEIRAS, 1999, p. 899).

O Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), de acordo com Pereira (2008, p. 23), “é aquele moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social”. Neste contexto a Política Social integra um complexo político–institucional, denominado Seguridade Social (inaugurado na Inglaterra, na década de 40), que, por sua vez, constituiu a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar Social ou do *Welfare State*.

Foi somente com a institucionalização do *Welfare State* que a política social se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais e cidadania.

O surgimento do *Welfare State* relaciona-se a demandas por maior igualdade e reconhecimento de direitos sociais e segurança econômica, conjuntamente com os interesses do capital de se manter reciclado e preservado. É por isso que autores como Gough (1982) veem o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, fá-lo preservando a integridade do modo de produção capitalista.

[...] A política social por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contraditórios, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela (PEREIRA, 2008, p. 86).

2. Conforme Behring e Boschetti (2006) o *New Deal* americano constitui-se “saída pragmática empreendida por Roosevelt nos EUA durante seus dois primeiros mandatos (1932-1936 e 1936-1940) com vistas à retomada do desenvolvimento econômico. Os EUA, após a crise de 29, viviam uma conjuntura de retração econômica, pauperismo e elevadas taxas de desemprego. O *New Deal* marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então” (p. 71).

Porém, nos últimos trinta e cinco anos, conforme destaca Pereira (2008, p. 16-7), a política social se transformou, sob a égide do capitalismo de feição neoliberal, num campo de conflitos de interesses. Os cortes nos gastos públicos, o desmonte dos direitos sociais, a desqualificação das instituições de bem-estar, o questionamento do caráter público da política, o desprezo pelos pobres, são alguns aspectos observados no contexto do neoliberalismo, dentre outros atentados contra um legado de conquistas construído pelos movimentos democráticos, entre os anos de 1945–1975.

O fenômeno do neoliberalismo é posterior à Segunda Grande Guerra, que surge como uma reação teórica e política ao Estado *keynesiano*. Suas características voltam-se, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado.

Dessa maneira, a política econômica de Estado, em tempos neoliberais, deve ser a de defender a moeda, assegurar a estabilidade dos preços e garantir o cumprimento dos contratos e da livre concorrência. Para isso, se aposta na desregulamentação do mercado de trabalho, sobretudo, na flexibilização das relações trabalhistas (FILGUEIRAS, 1999, p. 900).

No entanto, de acordo com Behring e Boschetti (2006, p. 125):

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido o aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais.

Segundo o pensamento neoliberal, não deve haver políticas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, uma vez que isto acomoda seus beneficiários e esfria a competição – motor da sociedade capitalista. Em outros termos, para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado Social³, por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, uma vez que aumenta o consumo e diminui a poupança da população (NAVARRO *apud* BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

No Brasil, no que tange à economia, a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”. Contudo é um período fortemente marcado pelas lutas pela democracia, destacando, sobretudo, a Constituição de 1988 e a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960.

Este período, denominado de “Transição Democrática” ou “Nova República”, caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e, em segundo, por uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial. Data dessa época a inclusão, pela primeira vez na história política do país, da assistência social (com a sua proposta de satisfação de “mínimos sociais”) numa Constituição Federal, na condição

3. Conforme Pereira (2004, p. 136) Estado Social é uma “denominação usada como sinônimo de *Welfare State*, Estado Providência ou Estado de Bem-Estar, tendo como principal vantagem o fato de, semanticamente, não induzir a uma associação automática entre a ampliação das funções sociais do Estado capitalista e a efetiva produção de bem-estar”.

Vale considerar, porém, que a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego (CARVALHO, 2001 *apud* PEREIRA, 2004, p. 154).

Sob o aspecto econômico tem-se, na entrada dos anos 1990, um país abatido pela inflação que será fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal.

Neste contexto, a chamada reestruturação produtiva, que vem a ocorrer em momento tardio a outras expressões econômicas nacionais em relação aos países centrais quando já se acumulava desemprego em larga escala com deterioração econômica, é que vai ditar a regra das mudanças na organização do trabalho, e que, sob o manto sacrossanto da hegemonia neoliberal, promove importantes reconfigurações na política social e nos seus modelos de oferta.

Também o processo de industrialização tardia experimentado no Brasil já havia consolidado históricas consequências como: economia informal, precariedade do emprego, desregulamentação das condições de trabalho com a regressão dos direitos sociais, ausência de proteção e expressão sindical, redução do emprego por tempo completo, aumento do emprego em tempo parcial.

A democracia representativa, o Estado de direito e os direitos individuais são ressaltados por esse neoliberalismo, que em âmbito político-estatal, faz descaracterizar qualquer tipo de ação coletiva, em particular as de natureza sindical, que são sempre vistas como corporativistas.

[...] é em meio aos decantados princípios tidos como adequados à economia de mercado: competitividade, individualismo, Estado mínimo, flexibilidade do trabalho, liberdade como sinônimo de liberdade econômica etc. –, cenário necessário ao novo processo de acumulação capitalista, que o Brasil, com esse tipo de desenvolvimento, atravessa a presente crise capitalista e a ofensiva neoliberal, agravando de forma ainda mais drástica a situação da classe trabalhadora (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 211).

Nessa lógica, o neoliberalismo, do ponto de vista da ação política, também não implicou no fim da intervenção do Estado na economia, mas apenas no redirecionamento dessa intervenção.

Dessa maneira, no Brasil, a desregulamentação do trabalho, ocasionada pela política neoliberal, intensificou o desemprego estrutural, a redução de salários e a precarização das relações de trabalho, por intermédio da incisiva intervenção do Estado na regulação da produção material e no direcionamento estatal e privado da força de trabalho. “Ao mesmo tempo, o Estado passou a reduzir sua presença na área das políticas sociais, já historicamente insuficientes em nossa sociedade” (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 212).

Assim, a partir de 1990, conforme Marconsin e Forti (2001), o Brasil passou a vivenciar o projeto de “modernização”. Projeto este marcado pela flexibilização e desregulamentação do trabalho, acirramento do desemprego, ondas privatistas e conseqüente atrofia do

Estado, das políticas sociais e regressão dos direitos sociais.

No campo das políticas sociais, a retração do Estado pelo seu financiamento expressa-se por corte de verbas, deterioração das ações de prestação de serviços, transferência, para organizações patronais ou não-governamentais, de significativas parcelas do atendimento à questão social. Evidentemente, no Brasil, as políticas sociais públicas são historicamente insuficientes, e mesmo a prestação dos serviços por parte do Estado também sempre foi extremamente precária. No entanto, hoje intensifica-se esse processo e, inclusive, a insuficiência e a precariedade são utilizadas para mostrar a importância da privatização e ganhar-se opinião pública para esta lógica (MARCONSI & FORTI, 2001, p. 213).

Esse encaminhamento colocado em prática pelo Estado neoliberal no cenário brasileiro vem, necessariamente, provocando mudanças nas condições de trabalho dos profissionais responsáveis pela implementação das políticas sociais públicas e na luta pela concretização de direitos, dentre eles os de Serviço Social.

4 | REBATIMENTO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

Conforme foi observado, as transformações em curso no mundo do trabalho nas últimas décadas são decorrentes das novas exigências da ordem capitalista contemporânea. Tais transformações afetam diretamente as relações de classe, as formas de organização dos trabalhadores e, ainda, alteram significativamente as chamadas especializações do trabalho.

No capitalismo monopolista, face ao padrão de produção atual denominado por alguns autores como flexível, acirra-se a luta de classes, mas também a luta intraclases, a fragmentação, a competitividade, o individualismo, a razão instrumental que opera uma ruptura entre fins e meios, estimulando saídas individualistas e o salve-se quem puder. Não é demasiado dizer que essa lógica acirra a fragmentação das classes e entre segmentos profissionais, dentre os quais dos assistentes sociais (GUERRA, 2007, p. 08).

Concomitantemente a essas transformações do e no trabalho, ocorrem as mudanças na esfera político-ideológica, configuradas pelo projeto neoliberal, como as privatizações estatais, o enxugamento dos gastos sociais, a reforma da Previdência Social, a flexibilização das relações de trabalho, a refilantropização da assistência social, etc. Neste sentido, as grandes mudanças vivenciadas têm colocado complexas questões ao Serviço Social. A implementação da proposta do Estado neoliberal e os processos de municipalização e descentralização das políticas sociais, sobretudo nas políticas de assistência social, entre outras mudanças, refletem diretamente nas realizações concretas de intervenção dos(as) Assistentes Sociais.

Como a reestruturação produtiva e a condução neoliberal das ações do Estado são dois aspectos de uma unidade indivisível, eles se imbricam na realidade, provocando mudanças no mercado de trabalho e nas condições de realização do trabalho para os profissionais que atuam nessas políticas. Do ponto de vista da organização do trabalho, no âmbito do Estado, os governantes vêm implantando a ótica da reestruturação produtiva, por intermédio do enxugamento do quadro de pessoal, da refuncionalização de funções e responsabilidade etc., com a mesma velocidade que impõem a ótica neoliberal na

Se ainda no campo da política social, conforme Montaño (2003, p. 244), “[...] as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, ‘global’ e ‘produtivo’, são substantivamente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade”. Desta forma, sendo a política social a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, a profissão tende a sofrer modificações no seu campo de atuação, nas suas condições de trabalho, e na sua demanda. Em suas palavras:

[...] o assistente social depende da política social – como o trabalhador moderno depende da máquina - se esta constitui a “base de sustentação” que dota de funcionalidade e legitimidade e que cria o espaço laborativo para a inserção profissional, [...] as mudanças nas funções e responsabilidades sociais do Estado, por via de alterações nas políticas sociais, rebatem diretamente e radicalmente na coluna vertebral da profissão: no tipo e quantidade da demanda dirigida ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (p. 246).

É neste espaço dinâmico e contraditório que se estabelecem as condições materiais das práticas profissionais, “desenvolvidas segundo a divisão sócio-técnica do trabalho, o papel político e a dimensão social dessas práticas” (SERRA, 1998, p. 15).

Inúmeros estudos têm demonstrado que:

Estas mudanças – seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial – determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital. [...] Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social (MOTA & AMARAL, 1998, p. 29).

De maneira geral, o que ocorre é que as transformações vivenciadas afetam as condições nas quais se realiza a prática profissional, forçando os assistentes sociais a criarem mecanismos e estratégias de intervenção que superem as barreiras institucionais. Este profissional, como trabalhador só materializa sua ação quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho, meios e mediações.

Ao discutir as transformações societárias em curso e o Serviço Social, deve-se partir do pressuposto de que “as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeopolíticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais” (NETTO, 1996, p. 89).

Mais ainda, a identificação das particularidades do mercado de trabalho do profissional de Serviço Social não pode estar desvinculada de uma perspectiva de totalidade, sendo necessário verificar como as transformações societárias em curso influenciam e interferem

na forma de ser da profissão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado, enfrenta-se hoje a precarização do trabalho e a subalternização do trabalho à ordem mercantilista, atravessada pela reforma do Estado, no desmonte dos direitos sociais; e a focalização, descentralização e precarização da política social. Há uma ênfase na terceirização e/ou substituição por profissionais de menor preparo e com baixos salários (ou voluntários), vínculos empregatícios instáveis e flexíveis, sujeitos a financiamentos externos de projetos pontuais, quase sempre justificado pelos custos adicionais dos encargos sociais a uma contrapartida de baixa produtividade por parte do trabalhador.

Dessa maneira, o mercado de trabalho, particularmente, do Serviço Social, sofre com condições cada vez mais precárias, sejam nas relações trabalhistas, sejam nas próprias condições estruturais de trabalho, além das novas demandas colocadas ao profissional sem uma contrapartida nas condições que favoreçam a qualificação profissional e a melhoria dos salários.

Assim, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil, percebemos que no atual contexto, um dos desafios enfrentados por esses profissionais é o redescobrimto de alternativas e possibilidades para que o trabalho profissional seja desenvolvido de maneira ética e comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social. Projeto este que se coloca na contra-mão do projeto societário ora hegemônico em nossa sociedade.

Diante do exposto, a realidade atual configura-se como um desafio a ser enfrentado pela ação conjunta dos profissionais de Serviço Social, no sentido de superar as dificuldades e limitações do exercício profissional, sem perder de vista seu direcionamento social, seu compromisso ético-político, ou seja, pela militância profissional, com vistas à concretização dos direitos, impressos à intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Bibliografia Básica de Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. A. M. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. **VI Encontro nacional de Estudos do Trabalho** – ABET. Anais. 6-8 outubro de 1999, Belo Horizonte – MG.

GOUGH, Ian. **Los orígenes del Estado del Bienestar**. In *Economía política del Estado del bienestar*. Madrid: Blume Ediciones, 1982.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVIII. nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCONSIN e FORTI, **Em Tempos Neoliberais, o Trabalho dos Assistentes Sociais em Cena.** In: SERRA, Rose (org). Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES-FSS/ UERJ, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1 v. 1, 1971.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo, Scritta, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução.** In: Ensaio Ad Hominem. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem (1), tomo I, 1999.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. Elisabeth e AMARAL, Ângela S. do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social.** In: MOTA, A. Elisabeth (org.) e outros. A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, (50) 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos Direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In BOSCHETTI et al (Orgs). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo.** Brasília: UnB/Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

_____. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, Rose Mary Sousa (Coord.). **O Serviço Social e os seus Empregadores: O Mercado de Trabalho nos Órgãos Públicos, Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região /ABESS-Leste/ FSS-UERJ/ ESS-UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo de A. de (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade estadual do Ceará, 1998.

REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 09/04/2020

Sabrina Pereira de Souza

Estudante de Graduação em Serviço Social
do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia – IFCE.
Iguatu/CE.

Renata Lígia Rufino Neves de Souza

Docente do Curso de Serviço Social do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
IFCE. Iguatu/CE

Michele Ribeiro de Oliveira

Docente do Curso de Serviço Social do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
IFCE.
Iguatu/CE

RESUMO: O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que analisa o mercado de trabalho do Serviço Social na região de Iguatu/CE, tendo em vista as transformações societárias contemporâneas e a configuração das políticas públicas no Brasil, o que repercute sobremaneira no exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Políticas Sociais. Estado. Trabalho. Transformações Societárias.

REFLECTIONS ON THE PROFESSIONAL LABOR MARKET AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The present work is the result of a research project that analyzes the job market of Social Work in the region of Iguatu/CE, in view of the contemporary societal transformations and the configuration of public policies in Brazil, which has a huge impact on the exercise professional.

KEYWORDS: Social Work. Social Politics. State. Work. Corporate Transformations.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa desenvolvida com recursos do PIBIC/IFCE, intitulada “Mercado de Trabalho do Serviço Social na região de Iguatu – CE”. Essa pesquisa visou fomentar as discussões e o estudo acerca do mercado de trabalho profissional do Serviço Social na região de Iguatu, estado do Ceará, ao analisar as condições de inserção e exercício profissional dos Assistentes Sociais nos mais diversos campos de atuação profissional da região, frente ao quadro atual de reconfigurações colocadas às políticas

sociais brasileiras.

O interesse do estudo decorre da experiência de trabalho profissional realizado nessa região, permitindo observar a condição de inserção trabalhista, as demandas e as requisições profissionais decorrentes da municipalização e implementação de distintas políticas sociais. Ainda, no exercício docente, nos deparamos com relatos e questionamentos por parte de estudantes e de Assistentes Sociais supervisores de Estágio Curricular Obrigatório sobre as condições de trabalho profissional nos distintos municípios da região de Iguatu/CE.

A temática sobre as alterações no mercado de trabalho, nas políticas sociais e nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais ocupa cada vez mais espaço no meio acadêmico, e também nos espaços de discussões e representatividade da categoria profissional, frente às transformações contemporâneas, as quais são refletidas nas relações de trabalho, na redefinição da intervenção do Estado em investimentos na área social, com implicações nas políticas sociais.

No contexto de aumento do desemprego ou da precarização das relações de trabalho, o atual estágio de acumulação capitalista acentua as disparidades sociais, que a partir da lógica de flexibilização da produção, os padrões de exploração se revelam mais intensos, incidindo fortemente sobre as condições de trabalho e requisições profissionais. Além disso, como trabalhador(a) assalariado(a), o(a) assistente social está submetido às formas precarizadas de trabalho, refletindo na forma de inserção no mercado de trabalho.

A realização da referida pesquisa nos permitiu conhecer a realidade do mercado de trabalho da microrregião de Iguatu, especialmente no tocante às repercussões no exercício profissional frente às atuais tendências das políticas sociais.

Diante dos retrocessos de direitos trabalhistas e sociais na atualidade, as políticas sociais são afetadas, pois estas materializam os direitos sociais. Não podemos esquecer que as políticas sociais são mediações indispensáveis para a efetivação do exercício profissional, uma vez que a emergência do Serviço Social ocorre a partir da intervenção do Estado na esfera social, com o trato que confere às expressões da “questão social”¹ na fase do capitalismo monopolista via políticas sociais. Assim, as políticas sociais se constituem como espaços sócio-ocupacionais para os(as) assistentes sociais. Desse modo, faz-se necessário debater a temática em tela – as alterações no âmbito do trabalho, as redefinições do Estado e as configurações das políticas sociais –, visto que isso nos permitirá uma análise acerca das questões colocadas para o mercado de trabalho, em particular do Serviço Social, entendendo sempre a profissão no quadro de relações sociais de classe.

1. Entendida como o embate político entre capital e trabalho, que é indissociável do processo de acumulação da sociedade capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora, na disputa pela riqueza produzida socialmente e apropriada de forma desigual. Destacamos que, atualmente, acentua-se o paradoxo: quanto mais se produz riqueza, mais se gera a pobreza. Assim, a “questão social” é entendida como expressão das disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formação regional, remetendo as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2004).

Começaremos este estudo com uma apresentação das expressões ideopolíticas e econômicas resultantes da reestruturação produtiva por meio dos avanços tecnológicos, principalmente no que se refere aos modos de produzir, que permeiam o mercado de trabalho, conseqüentemente o mercado de trabalho do Serviço Social. Dessa forma, a pesquisa mostra os impactos que essa reestruturação cunhada na flexibilização e na retração/destruição de direitos sociais mínimos infere no Serviço Social. Tal cenário deve ser entendido a partir dos processos de reestruturação do capital decorrentes da década de 1970, incrementados com mais intensidade no Brasil por meio do ideal neoliberal na década de 1990. Em seguida, apresentamos uma breve explanação qualitativa das entrevistas e observações relativas aos profissionais da região de Iguatu/CE entrevistados pela pesquisa em tela. Por fim, apontamos as reflexões sobre os desafios impostos para o exercício profissional do Assistente Social na conjuntura atual.

É válido ressaltar que este estudo não pretende suprir o debate acerca do mercado de trabalho e do exercício profissional do Serviço Social, porém é justo afirmar que objetiva consolidar a discussão a respeito da temática, fortalecendo a importância de manter espaços de pesquisas, reflexões e produção do conhecimento, além de ações de incentivo, inovação e iniciação à pesquisa.

2 | AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL PARA OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

O presente estudo integra a pesquisa que foi realizada entre agosto de 2018 e agosto de 2019, com Assistentes Sociais que atuam nas distintas políticas sociais na região de Iguatu/CE, com o intuito de analisar o mercado de trabalho para esses profissionais na região. Cabe destacarmos que essa comunicação com os(as) entrevistados(as) possibilitou trazer algumas reflexões e possibilitou os resultados da pesquisa, na qual foram utilizadas, como instrumentos, a observação sistemática e a pesquisa bibliográfica. Esta orientou a elaboração de um roteiro de entrevista, que se configurou como ferramenta para obtenção dos dados primários.

O universo da pesquisa foi composto por Assistentes Sociais que atuam nos municípios da microrregião de Iguatu/CE, onde se realiza a atividade de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, que atualmente também ocorre nos municípios de Acopiara, Quixelô, Jucás, Cedro e Cariús. No presente estudo, a opção por uma abordagem qualitativa é justificada por permitir o aprofundamento das ações, dos valores e das relações sociais que não podem ser mensuradas em dados quantitativos, pois a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, contemplando os fenômenos humanos como parte da realidade social. Adotamos como critério para a participação da pesquisa a disponibilidade das(os) profissionais de Serviço Social,

dessa forma, foram a amostra foi de 20% do universo total de 103 assistentes sociais dos município que fez parte da pesquisa.

Como técnica para coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, uma vez que possibilita a obtenção de informações sobre o objeto da pesquisa. Conforme Minayo (2008), a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas e obedece a um roteiro apropriado que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema foco de estudo, das questões propostas.

Na análise das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que, conforme Minayo (2008), permite a busca da compreensão dos significados no contexto das falas, negando-as e criticando-as na tentativa de ultrapassar o aspecto meramente descritivo, mediante inferência, atingindo uma interpretação mais profunda dos dados. Ressaltamos que essa técnica propicia elementos discursivos de categorização das falas das pessoas entrevistadas.

O quantitativo de profissionais nesses municípios corresponde a 103 Assistentes Sociais, sendo assim distribuídos: 51 em Iguatu, 20 em Acopiara, 5 em Quixelô, 10 em Jucás, 12 no Cedro e 5 em Cariús. Desse total, 64% possuem vínculo de trabalho estável, mediante concurso público, e 36% são contratados. O que importa ressaltar é que há diferenças entre os municípios no percentual de profissionais contratados e concursados. Conforme os dados obtidos, tem-se, em Iguatu, 37 Assistentes Sociais concursados e 13 contratados, sendo um por CLT; em Acopiara, nove concursados e 11 contratados; em Jucás, seis concursados e quatro contratados; em Cariús, quatro efetivas e uma contratada; em Cedro, nove efetivas e três contratadas; e em Quixelô, todas as cinco profissionais são concursadas.

Notadamente, evidencia-se nesses dados um traço histórico da profissão, que é o Estado como maior empregador da força de trabalho do Assistente Social, com um total de 105 Assistentes Sociais no âmbito estatal e um em Organização Não Governamental. Todavia, a esfera municipal é a que mais absorve a força de trabalho do Assistente Social, com um total de 89 profissionais, enquanto a esfera federal tem sete, sendo quatro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, três no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e seis no âmbito estadual (área de saúde). Quanto às políticas setoriais em que se inserem os profissionais, têm-se os seguintes dados: 65 profissionais na Assistência Social; 29 na Saúde; um na Habitação; cinco na Educação; e três na Previdência Social.

Em todos os municípios, os(as) Assistentes Sociais trabalham 30 horas semanais. Em relação à média dos salários dos profissionais de Serviço Social, há uma variação entre os municípios, oscilando, na média geral, de R\$ 1.452,00 a R\$ 2.646,00. Ainda, os salários mais elevados são dos(as) profissionais que estão na esfera federal, com média superior a R\$ 4.000,00. Vale ressaltar que, no âmbito municipal, a maior remuneração dos(as) Assistentes Sociais é no município de Iguatu, por possuir maior número de

profissionais concursados e ter instituído o Plano de Cargo, Carreira e Salários – PCCS.

Neste estudo, compreendemos que a ampliação do mercado de trabalho profissional para Assistentes Sociais se relaciona com as mudanças políticas, econômicas e ideológicas operadas pelo Estado brasileiro a partir das primeiras décadas deste século, com destaque no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi na denominada fase neodesenvolvimentista, ou da ideologia do novo desenvolvimentismo², que se concebeu o papel atuante e ativo do Estado nas falhas do mercado e nas desigualdades sociais, mediante um conjunto de estratégias e ações elaboradas que visavam a junção do crescimento econômico com a justiça social. Isso impulsionou todas as ações e os programas sociais e educacionais nos municípios da região de Iguatu.

Numa região que apresenta tal quadro socioeconômico, atravessado por pobreza e desigualdade, a interiorização do mercado de trabalho profissional foi importante, uma vez que os programas e serviços sociais atendem, mesmo que parcialmente, demandas históricas da população. Esse processo, que teve papel atuante do Estado, representou um avanço no que se refere ao desenvolvimento dessa região. Do ponto de vista da ampliação das políticas sociais, a implantação de programas, equipamentos e serviços sociais foi importante para a região, uma vez que atendeu a demandas da população, ainda que, contraditoriamente, seja caracterizada pela forma precarizada de funcionamento dos serviços e pela focalização no atendimento.

Apesar da descentralização das políticas sociais serem previstas na Constituição Federal de 1988, apenas nas primeiras décadas deste século foi que houve ampliação da municipalização de políticas sociais e criação de equipamentos e serviços sociais, sobretudo no âmbito da Política de Assistência Social, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cabe destacarmos que, diante da expansão da Política de Assistência Social e do crescimento de trabalhadores/as no âmbito do SUAS, em 2016, foi concebido o Fórum Municipal de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FMTSUAS/Iguatu-CE), constituindo-se como espaço político de organização dos(as) trabalhadores(as) da Política Municipal de Assistência Social.

Algumas questões sinalizadas nas falas dos entrevistados revelam que nas primeiras décadas deste século ocorreu uma ampliação do mercado de trabalho profissional na região, e que desde 2014 não vem sendo realizado concurso público na região para

2. Gonçalves (2012) conceitua o nacional-desenvolvimentismo como o projeto de desenvolvimento econômico pautado no trinômio industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, apresentado como uma versão do nacionalismo econômico. Para o referido autor, na América Latina, o nacional-desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico centrado na industrialização e na soberania das nações, especialmente no período de 1930-1980, e pautado na mudança da política econômica, preconizado por um redirecionamento da ação do Estado, mediante incentivo à industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional. No cenário brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo exerceu influência ideológica na agenda política do Estado e, conforme Bielschowsky (2000), é suscitado a partir da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, configurando uma ideologia de transformação da sociedade brasileira defendida pelo projeto econômico de industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro, mediante planejamento da expansão dos setores econômicos, com ênfase na intervenção e direção do Estado, captando e orientando recursos financeiros e, ainda, promovendo investimentos diretos em setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Assistentes Sociais, sendo o último realizado na cidade de Iguatu. Foi revelado que, como algumas profissionais concursadas passaram em outros concursos de outros estados ou outras regiões do estado, as vagas que surgiram foram ocupadas por Assistentes Sociais contratadas e sem processo de seleção, sendo a indicação política a principal forma de ingresso, exceto em programas cuja legislação exige seleção, como é o caso do Bolsa Família. A indicação dos gestores e políticos locais expressa uma aproximação política dos sujeitos profissionais com as gestões municipais, que vêm tencionando a prática profissional tanto na interferência no desenvolvimento de trabalho como no posicionamento dos(as) Assistentes Sociais frente às exigências institucionais e ao que propunha o projeto profissional, ou seja, isso pode inflexionar ou restringir o trabalho profissional.

Outro aspecto é que nem sempre todas as vagas são preenchidas, implicando na acumulação de atividades e até funções por um único profissional em alguns equipamentos sociais. Essa condição de ingresso nas instituições tem levado ao rebaixamento dos salários e à precarização das relações de trabalho, como também tem contribuído para um aumento da relativa autonomia profissional, seja na execução das atividades ou no direcionamento das ações a serem realizadas pelos profissionais. Do ponto de vista das relações e condições de trabalho, esse mercado se alinhou com o que é tendência nos espaços ocupacionais, principalmente por meio de vínculos empregatícios fragilizados, com a ausência de direitos trabalhistas e a polivalência, ou seja, a concentração de atividades por um profissional.

Percebe-se que a atual conjuntura tem contribuído para o agravamento das condições de vida e de trabalho da população usuária das políticas sociais em que atuam os(as) Assistentes Sociais, ao mesmo tempo em que há os cortes nos investimentos das políticas sociais. Tal cenário tem contribuído para que as demandas postas aos profissionais sejam cada vez mais complexas, culminando na impossibilidade de respostas institucionais às questões apresentadas. Assim, o (a) profissional tem sido requisitado a desenvolver atribuições mais burocráticas, como forma de administrar os escassos recursos institucionais.

Ainda se presencia o aumento do processo de judicialização das demandas complexas às quais o Estado não foi capaz de dar respostas, de assegurar os direitos sociais previstos constitucionalmente. Para isso, alguns profissionais vêm orientando os usuários a acionar o Ministério Público como mecanismo para ter acesso ao serviço ou atendimento especializado, com destaque às demandas da política da saúde (atendimento fora do domicílio, órtese, prótese e medicamentos de alto custo).

A partir do estágio curricular obrigatório, já se percebe o reflexo dessa mudança de cenário do mercado de trabalho profissional para os(as) Assistentes Sociais e as repercussões no exercício profissional na região de Iguatu, a saber: crescente processo de precarização das condições de trabalho; aumento das demandas postas aos profissionais; diminuição da autonomia profissional; e demandas que não condizem com as atribuições

privativas do(a) Assistente Social. Esses elementos são evidenciados a partir da pesquisa, bem como através dos encontros realizados com os profissionais supervisores de campo do estágio curricular obrigatório, sendo notória a dificuldade para realização do acompanhamento na supervisão de campo. Diante desse cenário, o profissional se vê frustrado com as condições de trabalho apresentadas e não se sente confortável em socializá-las com os estudantes estagiários.

Os “achados” da pesquisa, para serem mais compreendidos, precisam ser analisados a partir das transformações ocorridas na sociedade capitalista e suas particularidades no Brasil. Isso é indispensável, pois o Serviço Social é uma profissão que deve ser entendida no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Isso permite apreender que a profissão se transforma ao se transformarem as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve, ou seja, as transformações societárias e as reconfigurações do Estado decorrentes do padrão de acumulação capitalista. Estas incidem nas políticas sociais e nas relações e condições de trabalho, conseqüentemente, com repercussões no Serviço Social, seja no processo de formação ou no exercício profissional.

De modo contundente, as transformações societárias atreladas à crise estrutural do capitalismo, experimentadas nas últimas décadas do século XX, expressam a estratégia de restabelecer a taxa de lucratividade do capital, que decresce no período de crise e estagnação econômica. Para tanto, exigem-se readaptações e reestruturações para recomposição e novas formas de acumulação. Nesse sentido, destacamos as profundas mudanças operadas no Estado, sob a influência neoliberal, e nas relações de trabalho, com a lógica da reestruturação produtiva, impactando nas formas de consumo e organização da força de trabalho na contemporaneidade.

Netto (1996) afirma que o “projeto restaurador” do tardo-capitalismo foi resumido na “flexibilização” (relações de trabalho, produção), na “desregulamentação” (relações comerciais e circuitos financeiros) e na “privatização” (sistema estatal). Esse tripé provocou uma verdadeira desregulamentação do Estado, pois transferiu bens e serviços estatais para o setor privado, assim como a “desregulamentação” liquidou os limites alfandegários trazendo conseqüências negativas aos Estados em desenvolvimento, bem como uma intensa especulação no que concerne às economias nacionais.

No cenário de novas formas de consumo do trabalho, favorece-se a submissão ou aceitação da situação de precarização, terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, enfim, precárias condições de vida e trabalho. Isso concorre para a intensificação da força de trabalho e para o rebaixamento salarial. Assim, a terceirização, a subcontratação e o trabalho precário se apresentam como opções viáveis ao capital e se tornam, ao mesmo tempo, destrutivas para o trabalho. Isso acaba refletindo, portanto, na redução e, em muitos casos, na eliminação de direitos sociais dos(as) trabalhadores(as) formais e terceirizados, causando rebaixamento salarial, insegurança e instabilidade no trabalho.

Esse contexto rebate decisivamente na profissão, em dois aspectos fundamentais: de um lado, o aumento do contingente da população usuária dos serviços e programas sociais, no momento de redução dos investimentos das políticas sociais, com tendência à focalização e à seletividade; e, do outro, nas relações e condições de trabalho dos(as) Assistentes Sociais, pois, assim como os demais trabalhadores assalariados, eles estão submetidos(as) às formas precarizadas de trabalho.

Desse modo, na atual lógica de acumulação capitalista em face do aumento do desemprego ou da precarização das relações de trabalho, essa realidade acentua as disparidades sociais, com retrocesso da intervenção do Estado no investimento de políticas sociais e na efetivação de direitos sociais. Presencia-se, portanto, a intensificação e complexificação das expressões da “questão social” na sociedade contemporânea, com inflexões da intervenção do Estado.

No trato das expressões da “questão social”, sabe-se que, inicialmente, foi tratada a partir de um aparato repressor e ganhou uma dimensão política a partir das lutas históricas dos(as) trabalhadores(as). De acordo com as análises de Netto (1996), na contemporaneidade há uma tendência à substituição do “Estado de bem-estar social pelo Estado penal”. Isso se expressa pela crescente militarização da vida social e pela perseguição às “classes perigosas”. Assim, além do aparato repressor e da segmentação das “classes perigosas”, lhe é conferido uma assistencialização baseada em programas emergenciais, em sua grande maioria focados na concessão de uma renda mínima. Notadamente, o trato conferido às expressões da “questão social” sob a lógica neoliberal revela as tendências das políticas sociais: de um lado, a precarização das políticas ofertadas pelo Estado, associadas à focalização e à seletividade; de outro, a privatização de políticas e serviços sociais.

As políticas sociais, além da dimensão econômico-política, são constituídas por conjuntos de procedimentos técnico-operativos, requerendo à necessidade de que atuem nos planos de formulação e implementação. Nessa perspectiva, entende-se que as dinâmicas das políticas sociais refletem no exercício profissional. Apesar dessa característica, Guerra (2007) afirma que as dinâmicas das políticas sociais refletem no exercício profissional através dos movimentos: não permite aos profissionais analisarem as políticas sociais como totalidade, síntese de articulação de determinações econômica, cultural, social, política, mas de modo fragmentado, refratário, microscópico; e implica na adoção de procedimentos instrumentais, de resolução pontual e imediata.

Entender as configurações da constituição das políticas sociais no cenário brasileiro é imprescindível, pois estas se inscrevem numa lógica meritocrática, com fortes traços personalistas e clientelistas, assumidos nos privilégios no acesso aos benefícios. Arelada a essas características, tem-se a herança do autoritarismo que marca as relações sociais no país. Ainda, o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras vem se caracterizando pela subordinação das políticas econômicas, ao mesmo tempo, com pouca efetividade

das políticas sociais, que são frequentemente descontínuas e fragmentadas. Nos últimos decênios, as políticas sociais brasileiras têm imprimido o conservadorismo e revelado uma direção compensatória, focalista, seletiva, centrada em situações limites, direcionada à extrema pobreza, com enfoque nos programas de transferência de renda, cuja característica é minimizar as situações sociais já instaladas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas neste estudo visam compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, além de suas demandas e mercado de trabalho em contexto de crise e reestruturação do Estado e do capital. Além disso, Permite-nos apreender que as transformações societárias, em curso desde 1970, tem uma característica peculiar que se trata da sua incidência em todos os aspectos da sociabilidade humana, com rebatimentos severos no mundo do trabalho. Sendo o Assistente Social um assalariado, que se coloca na condição de disponibilização da sua força de trabalho à venda, nas condições de compra e venda estabelecida pelo capitalismo (GUERRA, 1997), está submetido à regulação do mundo do trabalho e suas imbricações.

Partindo do pressuposto que as transformações ocorridas no Estado capitalista, oriundas da reestruturação do capital, têm agudizado as condições de vida dos “que vivem da venda da sua força de trabalho, assim como dos assalariados compreendemos que o assistente social, embora se coloque na condição de trabalhador liberal, historicamente vende a sua força de trabalho para o Estado, as ONGs, as empresas etc. Assim, evidenciam-se as condições de trabalho e das relações que estão postas no contexto atual.

Porém, as transformações engendradas no país capitalista periférico e dependente afetam os Assistentes Sociais não apenas como assalariados, mas como conjunto da classe trabalhadora. Podemos afirmar que o Assistente Social é atingido duplamente, tanto como assalariado quanto na qualidade de profissional que tem as expressões da “questão social” como objeto de sua ação profissional (IAMAMOTO, 2004). Portanto, uma vez agudizadas as condições de sobrevivência dos que vivem do trabalho e modificada a estrutura de enfrentamento Estatal, a partir das políticas sociais, são colocadas “novas” condições objetivas e subjetivas, por que não, para a intervenção profissional e sucessivamente condicionalidades às respostas dadas pelos profissionais no exercício das suas atribuições.

Mediada pela lógica de mercado, a ação e as demandas postas para a profissão sofrem um reordenamento pelas alterações ocorridas no campo dos serviços sociais (GUERRA, 2007). Ocorre a incorporação da lógica do mercado, alterando não só as condições, mas também as relações que estão sujeitas a subcontratações, à produtividade, à terceirização, à consultoria e à contratação por hora, por licitação, por projeto etc. Esses

fatores incidem diretamente na qualidade das demandas (GUERRA, 2007) e das respostas dadas pelos profissionais. As demandas são encaminhadas por segmentos diversos (usuários, classe dominante, instituições, profissionais), com interesses conflitantes, e exigem do profissional uma mediação que ultrapassa as competências profissionais e novas atribuições e conhecimentos.

Conceber o campo de trabalho do Assistente Social, na contemporaneidade, é constatar algumas evidências, como: os profissionais atuam majoritariamente no espaço estatal, com destaque no campo da Seguridade Social, mormente a Assistência Social; há a tendência à atuação no âmbito municipal, com redução de postos de trabalho na esfera estatal federal e estadual; existe maior inserção na política setorial da Assistência Social, como desdobramento da expansão da Assistência Social, sobretudo durante os governos do PT.

As observações, leituras e entrevistas realizadas têm nos levado a compreender que as atuais condições e condicionantes que se colocam para o exercício da prática profissional – desemprego, subcontratação, precarização das condições e relações de trabalho, pauperização, baixos salários, entre outros – não afetam apenas a forma como o profissional operacionaliza a sua prática, mas o condiciona às exigências que lhe são postas, e a própria lógica do trabalho impossibilita uma compreensão do real. Além do mais, o próprio contexto ideopolítico é propício e fecundo à propagação de valores individualistas que põem em xeque os pressupostos ético-políticos que fundamentam a prática profissional do(a) Assistente Social.

No que se refere ao processo de formação profissional, pela própria lógica das reformas em curso, vivenciamos um amplo processo de precarização pela desqualificação do ensino, tanto em nível público quanto na esfera privada. Esse fator tem repercussões muito expressivas para a profissão, uma vez que tem uma forte tendência a transformar a formação em tecnificação. Essa leitura mínima da realidade, a nosso ver, conduz a um retorno das velhas práticas assistencialistas, voluntaristas, fatalistas e messiânicas.

O que nos chama a atenção é que do total do contingente de profissionais da região especificada, com 103 assistentes sociais, 23% têm formação na modalidade de educação à distância e 77% presencial. Notadamente, os com formação à distância estão inseridos nas políticas sociais do âmbito municipal; do total com formação à distância, aproximadamente 38% foram aprovados em concurso municipal.

Assim, a atual conjuntura exige que toda a categoria profissional esteja atenta e forte. Atenta no sentido fazer uma leitura cotidiana do real, para que, pautada no projeto profissional crítico que atribui e norteia a prática profissional, ocupe “novos” e “velhos” espaços profissionais, seja qual for a instância, compreendendo o papel frente aos interesses da classe trabalhadora, dos(as) usuários(as) dos serviços; e forte na qualidade de categoria profissional, de assalariados e de vendedores da nossa força de trabalho, ampliando o debate sobre profissão, direitos e demandas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez/ Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2001.
- BERIHG, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo. Cortez. 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012. p. 637 a 671.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2007.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n 62. São Paulo: Cortez. 2000. p. 05 a 34.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3. 2ª ed. Brasília: UnB/ ABEPSS, 2004. p. 09-32.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 08/05/2020

Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Rio Grande – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/3280829590609463>

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

Pelotas – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/0884189877142984>

RESUMO: O presente trabalho objetiva trazer reflexões sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do trabalho profissional do/a Assistente Social na complexa e contraditória sociedade capitalista na intenção de enfatizar a necessidade de construção de uma sociedade nova, com bases também novas, para suplantação do sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Dimensões. Ético-política. Teórico-metodológica. Técnico-operativa. Capitalismo.

THE INTEGRATING DIMENSIONS OF SOCIAL WORKER'S PROFESSIONAL WORK: A NECESSARY REFLECTION IN CAPITALIST SOCIETY

ABSTRACT: The present work aims at reflecting on the theoretical, methodological, ethical-political and technical-operative dimensions of the professional work of Social Service in the complex and contradictory capitalist society in order to emphasize the need to build a new society, of the capitalist system.

KEYWORDS: Dimensions. Ethical-political. Theoretical-methodological. technical-operative. Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

Ao enfatizarmos as dimensões constitutivas do trabalho profissional do Serviço Social, faz-se preciso observar a conjuntura advinda da difícil dinâmica que envolve a crise capitalista, e que engloba o mercado colocando em evidência o neoliberalismo. Neste sentido, Silva (2015) enfatiza que a discussão sobre a entrada dos assistentes sociais nos espaços sociocupacionais proporcionado pelo capitalismo no estágio

maduro, torna-se indispensável ao serviço Social. O autor ainda ressalta que além do descrever ou dar destaque a experiências pontuais vivenciadas por assistentes sociais em tempos neoliberais, é preciso estudar "[...] a trama que constitui o trabalho profissional no campo particular do Serviço Social, tecida em uma fase determinada do capitalismo monopolista inspirada no padrão toyotista de organização/racionalização da força de trabalho [...]" (HARVEY, 2011; CHESNAIS, 1996; IAMAMOTTO, 2007 apud SILVA, 2015, p.100, supressão nossa).

O neoliberalismo vem acompanhado de privatizações, sempre voltado para favorecer o capital e, além disso, o controle de políticas sociais residuais. Neste entendimento Vasconcelos (2015) refere que na sociedade capitalista não existe chances de vida e trabalho para a grande maioria da humanidade. Portanto, segundo a autora:

Na sociedade capitalista, toda humanidade, assim como a totalidade das categorias de profissionais de nível superior, é requisitada e impingida a colaborar com a burguesia e a favorecer os interesses do capital, independentemente da consciência, das escolhas e do consentimento de cada um dos indivíduos/ profissionais (VASCONCELOS, 2015, p.477).

Assim, faz-se necessário aos profissionais a tomada de consciência na contradição existente em buscar a construção de uma nova ordem societária que seja a de promover a emancipação humana, no entendimento de que o contexto social se configura no conflito entre os interesses e as necessidades das maiorias e daquilo que o capitalismo requer, unificado também pelas solicitações institucionais. Ou seja, significa dizer que é necessário conceder respostas tanto coletivas, quanto individuais no sentido de minimizar os efeitos ruins para as minorias (VASCONCELOS, 2015).

Neste contexto, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa se constitui como de extrema importância para que nas contradições diversificadas em uma sociedade capitalista, o assistente social seja capaz de "[...] para além do saber científico, identificar os próprios princípios, valores e o saber estratégico, presentes nas respostas dadas pelos profissionais" (VASCONCELOS, 2015, p.477, supressão nossa).

O presente trabalho refere-se a uma revisão de literatura que versa sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social e utilizará as considerações de autores que discorrem sobre a temática, tais como Ana Maria Vasconcelos (2015), Iolanda Guerra (2012), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1999), entre outros.

2 | AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Ao realizar o seu trabalho, pensado na condição de trabalho socialmente útil, ou seja, trabalho concreto, o/a Assistente Social colabora no desenvolvimento de reprodução das

relações sociais e, de acordo com alguns estudos profissionais e, das Diretrizes Curriculares (ABEPSS,1996), fundamenta-se ao menos em três dimensões: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Neste sentido, é importante ressaltar, que as referidas dimensões sempre estarão conectadas e, em relação ao trabalho desenvolvido pelo/a Assistente Social, conduzirão o entendimento do: por que fazer, como fazer e, quais os efeitos desse fazer.

Estas três dimensões que constituem o trabalho profissional do/a Assistente Social, de forma concisa, consistem na teoria como mecanismo de investigação da realidade em que ocorre a ingerência profissional (dimensão teórico-metodológica) no sentido de construir procedimentos de intervenção (dimensão técnico-operativa) vinculado a um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (SANTOS, 2013). Desta maneira, o profissional ao empreender qualquer ação, move a sua orientação teórica, ponto de vista político e valor ético que sustentam o seu comportamento. Tudo isso, interligado aos instrumentos e técnicas adquiridos no percurso de sua formação profissional e humana.

Ao se referir as dimensões do trabalho profissional, Iolanda Guerra (2012) sustenta que tais dimensões são diversificadas e, que em determinadas situações ocorrem sobreposições de uma sobre a outra, no entanto, não operam de forma autônoma, o que possibilita afirmar que cada dimensão corresponde a uma mescla de elementos que se concretizam, ampliam e enriquecem a natureza da profissão. Estas dimensões não são estabelecidas, mas complexas e, de acordo com o movimento da realidade vão se aperfeiçoando de acordo com as repostas dadas pela profissão.

De acordo com Gonçalves (2017) "As dimensões são construções históricas capazes de refletir as direções sociais assumidas pela profissão em diferentes conjunturas e contribuir para a concretização da profissão" (GONÇALVES, 2017, p.79).

A dimensão teórico metodológica

A dimensão teórico-metodológica tem a ver com as bases teóricas que sustentam a prática profissional dos/as Assistentes Sociais e, de acordo com Sarmiento (2012):

[...] diz respeito ao modo de ler, de interpretar e de se relacionar com o ser social, com a sociedade presente, é uma relação entre o sujeito cognoscente (que está buscando compreender e desvendar esta sociedade) e o objeto investigado (que ao ser conhecido é passível de ações que podem transformá-lo) Sarmiento (2012, p.111, supressão nossa).

Daí ocorre um embricamento entre tal dimensão e a intervenção profissional, pois, o profissional ao intervir na realidade necessita conhecer a situação concreta que está trabalhando e, conseqüentemente, aquilo que será desencadeado por ocasião desta intervenção. Neste entendimento e, na direção social proposta pelo projeto profissional, os/as Assistentes sociais esbarram com vários desafios e limites. Vasconcelos, (2015) destaca dois deles: "O desafio de manter uma oposição segura e contundente ao conservadorismo profissional e, de forma articulada, o enfrentamento crítico das investidas

e saídas pós-modernas que atravessam tanto as referências teóricas como o cotidiano profissional" (VASCONCELOS, 2015, p.483).

O/a Assistente Social através das relações sociais deve ser capaz de realizar a leitura destas relações, bem como o significado social e o desenvolvimento da profissão numa sociedade capitalista. Assim, de acordo com Guerra, (2012) esta dimensão, possibilita realizar "a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas" (GUERRA, 2012, p.12).

A autora expressa que essa fundamentação teórica e metodológica, além de permitir conhecer o cotidiano da prática, também é capaz de conhecer as relações e as condições de trabalho, e, conhecer os limites e possibilidades do exercício profissional colocados na realidade, sempre apoiada à dimensão investigativa possibilitando uma reavaliação dos fundamentos técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política que norteiam a profissão.

A dimensão ético-política

A dimensão ético-política se apresenta numa contraditória e difícil sociedade capitalista em que, faz-se necessário, "além do saber científico, identificar princípios, valores, e o saber estratégico presentes nas respostas dadas pelos profissionais" (VASCONCELOS, 2015, p.477). Ou seja, tal dimensão constitui-se em reiterar o caráter político da profissão e envolve o delinear das ações no uso dos valores e objetivos do profissional, da instituição e, também da população usuária.

Neste sentido, é importante ressaltar que o caráter contraditório de uma sociedade capitalista requer do profissional o posicionamento em favor da classe trabalhadora e isso significa que os /as Assistentes Sociais necessitam se apropriar do projeto ético-político da profissão e do código de ética profissional, com seus princípios e as normas para o trabalho, da mesma maneira que a Lei da Regulamentação da Profissão, porque estes irão estabelecer sobre as atribuições privativas e suas competências.

Vasconcelos (2015) refere que ao se apropriarem dos princípios contidos no código de ética do Assistente Social e utilizarem as suas recomendações para analisar criticamente a economia política, na intenção de ir muito além de procurar o significado social no próprio indivíduo e nos seus conflitos pessoais, de pequenos grupos ou familiares, permite ao Assistente Social a sustentação dos valores e ideias no comprometimento com a classe trabalhadora. A referida autora ainda expressa que a oposição ao conservadorismo vai decorrer além dos valores e princípios contidos no código de ética do Assistente Social, e, também do estabelecimento de objetivos, técnicas e ações fundamentais vinculados ao comprometimento com tal classe, "Ou seja, uma atividade mediada por aqueles princípios, aqui presentes como objetivos a partir de uma prática planejada e avaliada nas suas consequências" (VASCONCELOS, 2015, p.480). Eis uma oposição que vai além

da crítica teórica e que resgata a indissociabilidade das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do projeto profissional.

Segundo Vasconcelos (2015), não existe saída numa sociedade capitalista para as possibilidades de vida e trabalho para boa parte do gênero humano enquanto vigorar a ordem do capital, ou seja, significa que, como consequência das contradições da própria sociedade vigente, faz-se necessário estabelecer as condições imprescindíveis para a suplantação do capitalismo e a criação de uma nova ordem societária. A autora ainda ressalta que:

Na sociedade capitalista, toda assim como a totalidade das categorias de profissionais de nível superior, é requisitada e impringida a colaborar com a burguesia e a favorecer os interesses do capital, independentemente da consciência, das escolhas e do consentimento de cada um dos indivíduos/profissionais (VASCONCELOS, 2015, p.477).

Portanto, aqueles profissionais conscientes dessa contraditória responsabilidade na busca de construir uma nova ordem societária alicerçada na emancipação humana, no espaço entre o conflito e as necessidades, assim como nos diversos interesses das maiorias e do capital, (além das requisições institucionais) precisam responder tanto as questões individuais, quanto as coletivas no sentido de minimizar os efeitos para as maiorias, e na mesma medida colaborarem com o preparo de oportunidades para ruptura (VASCONCELOS, 2015).

A dimensão técnico operativa

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social expõe as outras dimensões, no entanto, são estruturadas para além das práticas instrumentais e técnicas, compondo-se de um aglomerado de procedimentos e ações usados pelo/a Assistente Social aspirando ao cumprimento de um determinado propósito.

Existe uma crítica daqueles que estudam esta dimensão aos que insistem em reduzir a dimensão técnico-operativa a instrumentos e técnicas desempenhados pelo/as Assistentes Sociais, e que de uma certa forma, minimizam sua definição pois, a dimensão técnico operativa abarca a completude do instrumental técnico "operativo e ao incluir os instrumentos e as técnicas inclui de igual modo:

[...] o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação. Aí se encontram, portanto, estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais (SANTOS; FILHO; BACKX, 2012, p.20).

De acordo com Iolanda Guerra (2012) a dimensão técnico-operativa se estabelece como a maneira da profissão aparecer, "pela qual ela é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem". (GUERRA, 2012, p.1). Ainda de acordo com a autora, a referida dimensão está repleta de expressões sociais e de competência profissional, tem a atribuição de dar evidência social à profissão, pois, é por

meio dela que depende a resolubilidade do caso que, algumas vezes, acontece pela simples reprodução do que já está colocado, e outras vezes, se evidencia na proporção do novo.

Neste mesmo entendimento, Santos (2013) reforça que esta dimensão é a efetivação da ação que se projetou, tendo por base os princípios, propósitos e o estudo da realidade. Acrescenta a autora que a dimensão técnico-operativa transpõe uma mescla de técnicas instrumentalizadas, táticas e estratégias da ação que perpetram o trabalho profissional e que coloca em evidência uma teoria estabelecida, um método, posições política e ética. Assim, tal dimensão consiste em um componente ciente e organizado do trabalho do/a assistente social e que não pode se caracterizar pela neutralidade, no entanto o seu caráter ético-político deve ser firmado pelos princípios teóricos.

Ao seguirmos o modelo de apresentação dos elementos que fazem parte da dimensão técnico-operativa tais como: ações profissionais-instrumentos e procedimentos consideramos que, as ações profissionais tem maior alcance e expressão envolvendo as competências e atribuições dispostas na lei da profissão que são postas em prática no desenvolver de um serviço qualquer posto pela instituição (SANTOS;FILHO;BACKX, 2012).

Deste modo, ao propiciar respostas profissionais ao que lhe é solicitado, tais ações concretizam o aspecto de caráter interventivo do Serviço Social e que se mostram comumente nas ações de execução, orientação, agrupamentos, providências, acompanhamentos, socialização, coordenação, planejamento, pesquisa, monitoramento, supervisão, organização e administração, estudo e análise, emissão de parecer, assessoria, consultoria (TRINDADE,2012).

Neste entendimento, a autora acrescenta que as ações acima referidas, tornam-se válidas a partir do momento em que aquilo que é informado pelo/a Assistente social sejam de validade aos sujeitos sociais, na viabilização de direitos sociais, serviços, políticas e benefícios sociais. Assim, para a que haja êxito, os instrumentos e procedimentos interventivos deverão ser utilizados em conformidade às orientações teórica, por valores e princípios ético-política, consubstanciando assim, a dimensão técnico-operativa.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrermos sobre as dimensões (teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa) constitutivas do trabalho do/a Assistente Social, faz-se necessário ressaltar a dinâmica expressa na sociedade capitalista. Tal dinâmica é baseada no movimento do mercado que pelo capital, gera um cenário contraditório. Neste cenário, os profissionais que expressam o desejo de contribuir para a construção de uma nova ordem societária precisam entender a importância e a indissociabilidade destas dimensões acima referidas,

pois, apenas a garantia das referências teórico-metodológica ou técnico-operativa, não são suficientes para desfrutar em plena consciência a autonomia (mesmo que relativa) nos espaços de trabalho.

"[...] O problema concreto é, acima de tudo, saber qual a orientação de tal conhecimento de causa; é esse o objetivo da intenção e não apenas o conhecimento de causa que fornece o critério real, do mesmo modo como também, nesse caso, o critério deve ser buscado na relação da própria realidade" (LUKÁS. In LESSA, 2007, apud VASCONCELOS, 2015,p.479).

Assim, enquanto trabalhador o/a Assistente Social cotidianamente interfere nas relações sociais e, atende às diversificadas expressões da questão social, e para que o seu trabalho seja efetivado, precisa basear a sua intervenção nas fundamentações teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, o que consiste no entendimento de que tais fundamentações propiciarão uma ampliação e enriquecimento da leitura de realidade e, possibilitará direcionar à sua ação profissional. Neste sentido, as referências teórico-metodológicas e as demais dimensões citadas, os valores e princípios que conferem o compromisso do projeto profissional demonstram uma visão de mundo emancipatória e que se aplicados como modelo, servirão para direcionar as estratégias de ação objetivas nos espaços profissionais envolvendo assim a luta político-econômica no sentido de defesa e realização profissional e podem munir também as práticas basilares democráticas, críticas, conscientes e criativas (VASCONCELOS, 2015).

Portanto, a partir destas considerações é que entendemos que às dimensões aqui discorridas e efetivadas em cada espaço de trabalho dos/as Assistentes sociais, a necessidade imprescindível de superar o capitalismo na intenção de construir uma ordem social nova, alicerçada na emancipação humana legitimando o compromisso aos princípios fundamentais contidos no Código de Ética Profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. Disponível em: <file:///D:/Desktop/projeto%20de%20pesquisa/Textos%20para%20o%20capitulo.Disserta%C3%A7%C3%A3o/Diretrizes%20Curriculares%20da%20ABEPS%20%20ABEPSS.html>. Acesso em: 14/02/2019
- GUERRA, Iolanda. **A Dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. p. 1-22, 2012. Disponível em: <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em: 26/11/2018.
- GONÇALVES, Taciane Couto. **O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5013996. Acesso em 18/01/2018.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. In: Revista Conexão Geraes, nº 3, Ano 2. CRESS-MG: Belo Horizonte, 2013.
- SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **"Instrumental técnico e o Serviço Social"**. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 1 ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: Apontamentos para o debate**. In: Revista da Faculdade do Estado do Rio de Janeiro. Em pauta, Rio de Janeiro - 1º semestre de 2015 - nº 35, v.13, p.99 -125. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/18624/13594> . Acesso em 13 de fev.2019

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **"Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais"**. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 1 ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 20/05/2020

Giverson Gonçalves Bonfim

Assistente Social na Prefeitura Municipal de Paranaíba - Paraná, Especialista na área da Docência no Ensino Superior e em Serviço Social e competências profissionais. Paranaíba – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9774181651272716>

Ana Patrícia Pires Nalesso

Professora adjunta do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Serviço Social e Política Social pela mesma instituição. Londrina – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7123067548755204>

RESUMO: Considerando a defesa de um projeto profissional crítico, o presente trabalho tem como proposta apresentar a sistematização da prática enquanto elemento importante para o exercício profissional. Através de pesquisa bibliográfica sobre a temática, constatou-se que a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista trouxe uma perspectiva de tratar a prática profissional numa ótica crítica, histórica e dialética, trazendo reflexões sobre teoria, prática e sistematização. Assim, emerge a importância

da dimensão investigativa para a intervenção profissional bem como a necessidade de sistematizar o cotidiano de trabalho visando a reflexão do seu exercício profissional na ótica da competência profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Prática Profissional; Sistematização; Conhecimento teórico; Dimensão investigativa.

SOCIAL SERVICE AND THE SYSTEMATIZATION OF PRACTICE IN DEBATE

ABSTRACT: Considering the defense of a critical professional project, this paper proposes to present the systematization of the practice as an important element for the professional exercise. Through bibliographic research on the theme, it was found that the interlocution of the Social Service with the Marxist tradition brought a perspective of treating professional practice in a critical, historical and dialectical viewpoint, bringing reflections on theory, Practice and systematization. Thus, the importance of the investigative dimension for professional intervention emerges, as well as the need to systematize the daily work in order to reflect its professional practice in the perspective of professional competence.

KEYWORDS: Social Service; Professional Practice; Systematization; Theoretical Knowledge; Investigative Dimension.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos o Serviço Social construiu um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora, no qual prevalece um direcionamento teórico metodológico vinculado à tradição crítica, clarificando as esferas do conhecimento e da intervenção profissional.

Nesse processo, a competência profissional está vinculada a capacidade de decifrar a realidade social, identificando como as expressões da questão social se particularizam na vida dos sujeitos que demandam requisições para a profissão, elencando meios e recursos necessários para a intervenção profissional garantindo a efetivação de direitos.

Uma das possibilidades que favorece esse processo de conhecimento e intervenção é a sistematização da prática profissional, que diante dos processos de alienação do cotidiano, condições de trabalho e exploração capitalista, acaba sendo relegada a segundo plano.

Diante do exposto, o presente trabalho propõe apresentar a sistematização da prática enquanto elemento importante para o exercício profissional, através de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão.

No decorrer do trabalho, discute-se a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, que possibilitou uma percepção crítica, histórica e dialética da prática profissional. Posteriormente, é abordado a dimensão investigativa do Serviço Social que subsidia a intervenção na realidade e o processo de sistematização. Por fim, elencamos alguns elementos importantes para que o profissional possa, no seu cotidiano de trabalho, sistematizar seu exercício profissional.

2 | A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA PERSPECTIVA CRÍTICA NA PROFISSÃO

É sabido que o Serviço Social, ao longo de sua trajetória, se apropriou de diferentes correntes teórico - metodológicas, conformando uma percepção de realidade e de profissão. Este trabalho parte da defesa da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista e pela materialização do Projeto Ético Político profissional.

Sendo assim, cabe neste momento, tecer algumas considerações sobre essa interlocução e seus rebatimentos na forma como o Assistente Social sistematiza seu cotidiano de trabalho. Uma vez que, conforme Almeida (2016), a discussão sobre a sistematização da prática surge no processo de renovação do Serviço Social e crítica

ao pragmatismo que envolve a profissão, buscando refletir teoricamente sobre o espaço de trabalho e produção de conhecimento do mesmo. Tal processo, portanto, emerge na tendência de intenção de ruptura - conformada no processo de renovação profissional - que possui enquanto característica, a interlocução da profissão com a tradição marxista.

Para Netto (2017, p. 305) a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista possibilita a profissão compreender seu significado social dentro das relações estabelecidas na sociedade capitalista na tentativa de “clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e os limites do nosso exercício profissional”.

Aliada a compreensão do significado social da profissão, a produção teórica marxista qualifica a capacidade de subsidiar a intervenção profissional na medida que, ao se compreender os processos sociais mais amplos, é possível captar seu rebatimento no cotidiano de trabalho e com isso ter clareza do que se precisa intervir.

Além disso, a tradição marxista incentiva a produção teórica dos Assistentes Sociais, não na perspectiva da criação de uma teoria própria da profissão (uma vez que nessa perspectiva de análise, o Serviço Social é considerado uma profissão que se apropria das correntes de pensamento das ciências humanas e sociais), “mas para a fundamentação e a articulação dos aportes teóricos que, nomeadamente a partir da **sistematização** e da crítica das suas práticas, os assistentes sociais podem fornecer ao conhecimento os processos sociais” (NETTO, 2017, p. 306 **negrito nosso**).

Logo, o que se observa é que houve grandes avanços com a interlocução da profissão com essa vertente crítica. Entretanto, mesmo com esse avanço, não é incomum alguns equívocos no cotidiano da profissão, como a falácia de que na prática a teoria é outra. Forti e Guerra (2013) relatam que essa dicotomia entre teoria e prática advém da perspectiva pragmática no qual concebe a teoria como algo aplicável a realidade, como um modelo respondendo imediatamente as requisições existentes. Assim, qualquer teoria que não atue dessa forma é rechaçada e negada sua utilização.

Necessário destacar que o pragmatismo faz parte da racionalidade hegemônica burguesa, importante para a manutenção do capitalismo e suas contradições. Dessa forma, a realidade se apresenta de forma pragmática e baseada no senso comum no qual prevalece ações repetitivas sem a devida análise e reflexão.

Isso não é diferente no cotidiano profissional do Assistente Social, marcado pela burocracia e respostas imediatas às demandas que lhe são postas, o que favorece uma prática repetitiva sem a devida reflexão, levando a utilização do conhecimento do senso comum e negando muitas vezes qualquer conhecimento que não favorece a solução das demandas existentes. Portanto, é fundamental que o profissional tenha a clareza de que para atuar na realidade há a necessidade de conhecimento qualificado que garanta uma postura crítica, criativa e propositiva (FORTI e GUERRA, 2013).

Ao atuar na realidade e propor algum tipo de intervenção, o profissional projeta em sua mente uma finalidade, alicerçado em conhecimentos objetivos e subjetivos necessários a

materialização desse projeto bem como a análise das condições objetivas necessárias, pressupondo dessa forma uma interlocução entre teoria e prática. Nesse caso, teoria e prática seriam elementos distintos mas interligados, conforme citação de Santos (2006, p. 130 – 131):

[...] a teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática -, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade. Teoria é apreensão das determinações que constituem o concreto e prática é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir, pelo pensamento, a totalidade, é a expressão do universal, ao mesmo tempo em que culmina no singular e no universal. É através da teoria que se pode desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto; gera produtos que constituem o mundo real; não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente.

Segundo Netto (1989) os procedimentos de sistematização de dados da realidade representam uma ação inicial e necessária para a reflexão teórica sem no entanto ser a teoria propriamente dita. Ainda há muitos enganos que confundem as duas situações, que são momentos de apreensão da realidade. Tal fato decorre da forma que a sociedade burguesa concebe o real, limitando conhecimento apenas na imediaticidade, como já salientado.

Na ótica crítico dialética a sistematização de dados não favorece a criação de um modelo, mas:

Constitui um elenco de determinações simples que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e construir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real. A reflexão teórica, nesta ótica, não “constrói” um objeto: ela *reconstrói* o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é uma *reprodução* ideal de um processo real (NETTO, 1989, p. 143).

Se parto do pressuposto que para conhecer um objeto a razão abstrai o objeto numa ótica de totalidade, captando uma totalidade subordinada de menor complexidade visando captar seu movimento real tendo por referência o objeto real, logo sistematização de dados e elaboração teórica são apreendidas com uma natureza ontológica e de características distintas, percebidas respectivamente como momento pré teórico e momento teórico no qual a elaboração teórica “reproduz a particularidade com que o movimento da totalidade social se refrata na totalidade subordinada que é tratada pela razão” (p. 145). Sendo assim, a sistematização de dados favorece a construção do conhecimento teórico subsidiando sua reflexão.

Entretanto, sistematização de dados não se configura enquanto sistematização da prática conforme afirma Montañó (2007), pois a sistematização de dados pode ser de ordem qualitativa ou quantitativa, provir da realidade objetiva, bem como ser de ordem

teórica, documental ou histórica, ou seja, a sua fonte advém de inúmeras informações do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade. É a partir desse processo que emerge a possibilidade de reflexão dos dados obtidos e posterior produção de conhecimento teórico. Enquanto isso, a sistematização da prática possui sua particularidade, uma vez que se situa na esfera da singularidade, do imediato e do factual.

Para Almeida (2016, p.12) a sistematização da prática:

A perspectiva de produzir conhecimento a partir de uma experiência prática, tomando o próprio trabalho como objeto de reflexão e no sentido de contribuir com o (re)pensar crítico da ação é chamada de sistematização da prática. É a produção de conhecimento que a inserção no processo de trabalho permite produzir. A sistematização surgiu da necessidade de que a formação profissional tratasse efetivamente do trabalho de assistentes sociais, ao mesmo tempo em que valorizasse a dimensão intelectual da sua formação.

Nessa perspectiva, Freitas e Torres (2015, p.03) enfatizam que a sistematização está relacionada com “ a produção, organização e análise dos documentos produzidos pelos assistentes sociais, a partir de uma postura crítico-investigativa; não se resumindo a organização de dados, nem ao registro de informações meramente burocratizado”, no qual há a necessidade de uma atitude investigativa por parte do profissional, garantindo a reflexão das ações e demandas no espaço sócio – ocupacional, articulando a dimensão investigativa com a dimensão técnico operativa da profissão.

Portanto, o processo de sistematização da prática profissional tem como foco a problematização e a reflexão do trabalho profissional no qual emerge a necessidade de uma prática investigativa e de pesquisa visando a produção de conhecimentos necessários para a reflexão. Logo, falar em sistematização da prática é destacar a importância da dimensão investigativa da profissão.

3 | A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NO COTIDIANO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Segundo Paula (2013, p.91) a intervenção profissional do Serviço Social é percebida enquanto uma totalidade marcada por diversos elementos, no qual a autora elenca como principais as suas formas de expressão, seus componentes e suas dimensões.

As formas de expressão representam “as diversas maneiras com que a prática desse profissional se mostra, se revela no momento da intervenção”. Estas podem ser ações interventivas que “constituem a atuação direta do assistente social na realidade, a forma como a profissão é conhecida e reconhecida, e expressam o “modo de ser” do serviço social”; ações formativas que “são processos pelos quais o profissional desenvolve uma atuação sócio-educativa que incide sobre outras pessoas influenciando seu modo de perceber a realidade”; e ações investigativas que “estão ligadas ao desvelamento da realidade e à possibilidade da produção de novos conhecimentos”. As formas de expressão

da profissão estão sempre em relação e articulação, podendo incidir uma sobre a outra (PAULA, 2013, p.91).

Os componentes da intervenção profissional estão situados em dois elementos: de caráter material – assistencial, expressos na prestação de serviços, execução de programas e projetos das políticas sociais e seus respectivos benefícios; e os de caráter ídeo – político objetivados pela influência na “forma de viver e de pensar dos usuários e constitui o que há de subjetivo na intervenção profissional do assistente social” (PAULA, 2013, p.91).

As dimensões da profissão estão direcionadas com o conjunto de conhecimentos necessários para a efetivação da intervenção profissional. Logo, ao intervir na realidade, o profissional precisa entender o “porque fazer” (dimensão teórico – metodológica), mediante a habilidade de conhecer a realidade, alicerçado por um conhecimento teórico e um método; necessita entender o “para que fazer” (dimensão ético política), através de seu posicionamento e clareza de seus valores; para assim saber “como fazer” (dimensão técnico operativa) munido de conhecimentos procedimentais, instrumentos, técnicas e estratégias para atuação (GUERRA, 2013; PAULA, 2013).

É a partir desse entendimento da processualidade da intervenção profissional que se situa a dimensão investigativa que a partir da década de 1970 junto com a dimensão formativa teve seu devido aprofundamento. Conforme Paula (2013, p.92):

A dimensão investigativa do exercício profissional do assistente social é o elemento que permite a esse profissional descortinar a realidade social que se apresenta a ele em sua aparência e compreender a essência de sua constituição. Realidade social que é dinâmica e encontra-se em constante movimento, por isso, exige do profissional uma postura cotidianamente curiosa para que os novos elementos forjados pela dinamicidade da realidade social não passem por ele despercebidos.

Segundo Guerra (2009), a atual proposta de formação profissional delinea um perfil que contempla as dimensões investigativa e interventiva como constitutivas do Serviço Social, formando um profissional capacitado para atuar na realidade frente as expressões da questão social. Diante disso, a pesquisa se torna elemento fundamental para o exercício profissional que além de garantir a maioria intelectual da profissão, possibilita captar as mediações da realidade social e com isso atender as demandas da classe trabalhadora. Tal posicionamento é verificado nas diretrizes curriculares proposta pela Abepss:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABEPSS, 1996, p.13 – 14).

De acordo com Baptista (2006) no quadro de profissionais que atuam diante da

realidade social tendo como característica uma natureza interventiva, a investigação adquire certa particularidade, tendo como foco a intervenção profissional. Há questões comuns com outros pesquisadores, no entanto, o conhecimento produzido na investigação tem como foco produzir conhecimento que favoreça uma intervenção ou como diz a autora:

É no movimento da ação que vão sendo elaboradas as pesquisas que irão construir novos conhecimentos. Para eles, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico. O sentido de sua reflexão é o da realização de uma crítica de superação dos conhecimentos já existentes, tendo como intencionalidade a sua apropriação em termos de prática, e o da construção de conhecimentos que apontem novos caminhos para a reflexão teórica e ofereçam novas condições para a intervenção profissional (BAPTISTA, 2006, p. 28 - 29).

Logo, o conhecimento a ser construído no processo de investigação não se situa apenas para conhecer e explicar os fenômenos e a própria realidade, mas também para subsidiar o processo de intervenção e ação na realidade conforme as demandas advindas da sociedade.

Lara (2011) destaca que por ser o Serviço Social uma profissão de caráter interventivo dentro das relações sociais, sempre que estas se alteram, mudam-se os estudos e pesquisas realizados pelos profissionais para a sua compreensão e intervenção profissional. Nesse sentido, deve-se ter o entendimento que:

- O foco de pesquisa do Serviço Social são as expressões da questão social, dentro da sociedade capitalista, percebidas numa perspectiva de totalidade;
- Tais pesquisas se voltam para o conhecimento e posicionamento crítico da realidade levando a sua superação, o que tem como norte o Projeto Ético Político da profissão;
- O conhecimento produzido não tem caráter parcial ou com a ótica de justificar as determinações da realidade, e sim apreender os processos sociais e as formas de superar tal contradição social;
- O conhecimento para a profissão possui duas vias: conhecer a realidade e intervir na realidade;
- Estudar a sociabilidade burguesa e o modo de produção do capitalismo e suas determinações é fundamental para se compreender a realidade social e seu impacto na vida dos sujeitos;
- A opção pelo pensamento crítico não é meramente teórico e sim prático;
- Ao se optar pelo pensamento crítico tem se o entendimento que o conhecimento não se limita ao aparente, mas sempre se questionando, indo à essência dos fenômenos e levando a sua superação.

Segundo Moraes (2016, p. 105), a dimensão interventiva do Serviço Social deve estar articulada a sua dimensão investigativa e que esta última, superficialmente falando *“expressa uma unidade extensa, composta por diversos vetores que se relacionam em processos investigativos/indagativos”* sendo composta por dois elementos: a postura/atitude investigativa e a ação investigativa.

Conforme Fraga (2010, p. 41) *“parte-se da premissa de que o exercício profissional*

do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade.” É uma postura que o profissional deve possuir mediante uma curiosidade em conhecer a realidade sem parar na mera imediaticidade dos fatos. Moraes (2016) descreve que a atitude investigativa é momento em que o profissional confronta a realidade profissional que o cerca, analisando os fenômenos que a compõem, visando apreender suas determinações tanto macro como micro estruturais sempre pautado por uma competência teórico metodológica e ético política, atentando para a competência profissional e pela qualidade dos serviços prestados.

A atitude investigativa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Assistente Social. Constitutiva, pois a prática profissional tem um caráter teórico prático, uma vez que é importante conhecer a realidade para poder intervir. É constituinte, no sentido de que o aprimoramento e desenvolvimento na esfera da produção de conhecimentos, há uma reconstrução da própria natureza profissional (BOURGUIGNON, 2008, p.22).

No momento em que a atitude investigativa estiver articulada com o cotidiano de trabalho visando subsidiar as respostas profissionais, estamos nos direcionando para uma ação investigativa que está sempre articulada com a dimensão interventiva. Moraes (2016) descreve que a ação investigativa necessita de uma atitude investigativa, mas a atitude investigativa não gera de imediato uma ação investigativa sendo importante para a ação investigativa e a intervenção do Assistente Social. Esses dois elementos devem estar balizados por referenciais teórico metodológicos e ético políticos expressando assim a dimensão investigativa da profissão. O autor também enfatiza que um elemento importante que subsidia a ação investigativa é o costume de registro e sistematização do cotidiano de trabalho, favorecendo investigações e pesquisas em serviços. Portanto, falar em sistematização da prática é relacioná-la com a dimensão investigativa e com a prática da pesquisa, sendo elementos distintos, mas articulados.

4 | APROXIMAÇÕES AOS ELEMENTOS IMPORTANTES NA SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Se partimos do pressuposto de que o Serviço Social é entendido como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e que para responder as demandas que lhe são dadas a partir da apropriação dos construtos teóricos das ciências sociais e da tradição marxista, a sistematização do cotidiano seria uma exigência da própria prática, não objetivando a elaboração teórica mas sim a pesquisa e a investigação visando qualificar a prática profissional. O momento teórico se situa para além do Serviço Social não sendo tarefa da intervenção profissional de forma imediata (NETTO, 1989). Portanto,

A sistematização (da prática) mostra-se, de uma parte, como urgência para localizar os seus pontos de estrangulamento, para indicar a necessidade de novos aportes teóricos, para sinalizar a existência de lacunas no acervo de conhecimentos e técnicas, para sugerir a emergência de fenômenos e processos eventualmente inéditos, isto é, como momento pré – teórico a ser elaborado pelas Ciências Sociais ou pela tradição marxista; de outro, enquanto procedimento profissional, apresenta-se como requisito para estabelecer padrões de conduta institucional eficazes e para regularizar e normatizar a reprodução da categoria profissional (NETTO, 1989, p. 151).

Segundo Souza (2009), nessa ótica, a sistematização do cotidiano de trabalho do Assistente Social objetiva clarificar quais são os limites e as possibilidades da atuação profissional, no tocante aos aportes teóricos e ao conjunto de instrumentos e técnicas. Ou seja, a sistematização auxilia o profissional a saber como vem sendo operacionalizada o trabalho profissional, que tipo de conhecimentos necessita e de que recursos e instrumentos necessitam ser utilizados e aprimorados.

Portanto, a sistematização proporciona de um lado, um aprimoramento do trabalho profissional, na perspectiva de ir além da alienação do cotidiano institucional mediante uma postura crítica e reflexiva; de outro, traz uma nova visão do processo de registro profissional, socializando a experiência enquanto Assistente Social e garantindo maior intelectualidade a profissão (ALMEIDA,2009). Além disso, conforme Azevedo (2014, p. 167):

É a sistematização do exercício profissional que permite ao assistente social se apropriar de sua própria experiência pela construção do sentido de sua vivência no campo das políticas sociais. A construção de sentido implica selecionar e organizar informações, estabelecer relações, construir sínteses, para interpretar experiências e vivências.

Continua a autora informando que a sistematização consiste em uma postura metodológica que produz conhecimento necessário para a reflexão e sentido de nossa prática profissional, aliando-se a um processo educativo necessário para a qualificação e aperfeiçoamento profissional, clarificando a vivência e experiência profissional perante a realidade (AZEVEDO, 2014).

No entanto, mesmo com a devida importância, a sistematização acaba sendo relegada para segundo plano devido aos determinantes cotidianos e institucionais no qual o profissional é afetado como a burocracia institucional, falta de tempo, entre outros. Sendo assim, é fundamental que o profissional esteja atendo as adversidades e que não corra o risco de se subsumir na alienação presente no cotidiano de trabalho.

Através de pesquisa bibliográfica foi possível identificar autores que destacam alguns elementos importantes que subsidiam o processo de sistematização do exercício profissional tal como Netto (1989), Almeida (2009), Azevedo (2014), Souza (2009) e Bisneto (2009), no qual foi possível construir uma síntese de seus elementos. Logo, para o processo de sistematização há a necessidade de se atentar para esses fatores.

Identificar a necessidade de sistematizar a prática profissional, formulando um problema e ou objeto que necessite de sistematização. Mediante isso, *buscar subsídios*

teóricos e metodológicos para estudar e conhecer o que será problematizado. E por fim, *delimitar* as atividades necessárias e o processo de interpretação e análise do que foi sistematizado e pesquisado.

Nesse processo, é muito importante estar atento a *concepção* de Serviço Social a qual o profissional está vinculado e os procedimentos que configuram a sua prática, o que tem rebatimento também na *relação entre teoria e método* utilizado. Ter claro a *função da dimensão investigativa* para a profissão com seus limites, possibilidades, recursos e finalidades. A *relação* entre o saber produzido da prática e a elaboração das ciências sociais e da tradição marxista também é um elemento importante. *Determinar* as diferenças entre a sistematização que ocorre nas ciências sociais e na tradição marxista e os utilizados na análise da prática profissional. E *Levantamento* de recursos culturais que existem no processo de sistematização.

Ademais, há outros elementos importantes para serem trabalhados para um efetivo processo de sistematização. *Pesquisar e conhecer* a realidade sócio econômica dos usuários que demandam serviços institucionais; *Realizar uma análise institucional* da instituição vinculada, identificando as relações de poder e ideologias ali presentes; *Ter documentado* os projetos e serviços existentes bem como os procedimentos para sua avaliação; *Ter clareza* dos instrumentos e técnicas utilizados; *Conhecer* as políticas setoriais existentes tanto em escala nacional, estadual e regional bem como as leis e normatizações que organizam essas políticas; *Identificar* os movimentos sociais existentes que lutam pela democratização das relações sociais e defesa de direitos; *Ter cadastrado* a rede de serviços e atendimento; *Estar bem embasado teoricamente* para uma efetiva análise de conjuntura; *Investigação e análise* da relação com outras profissões e a atuação multidisciplinar; *Ter uma bibliografia* com livros importantes sobre o Serviço Social e sua área de atuação.

Tais elementos podem ser situados enquanto indicativos para o processo de sistematização levando em consideração as especificidades e as particularidades de cada espaço sócio - ocupacional do profissional. O importante é que deve se ter claro que tal processo deve favorecer a reflexão do cotidiano e prática profissional visando seu aprimoramento e compromisso com o projeto profissional a qual está vinculado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, marcado pelo avanço do conservadorismo e da regressão de direitos, com espraiamento na formação e na atuação profissional do Assistente Social, há o desafio de defender e atuar numa perspectiva crítica, dialética e revolucionária.

A tradição marxista trouxe avanços significativos para a profissão, que não podem ser negados muito menos relegados a segundo plano em nosso cotidiano profissional. É essa perspectiva que possibilita romper com a imediatividade no processo de conhecimento,

apreendendo os fenômenos sociais em sua totalidade, qualificando nossa prática profissional comprometida com a classe trabalhadora.

É a partir dessa perspectiva que a dimensão investigativa deve estar articulada com a dimensão interventiva, despertando uma atitude inquieta perante a realidade, questionando o mero aparente, indo à essência que conforma as manifestações da questão social na vida dos sujeitos atendidos pelo profissional.

Logo, sistematizar a prática profissional emerge como uma necessidade, e como um compromisso com os serviços prestados e a classe a qual estamos vinculados, através da qual podemos entender e ampliar os limites demarcados para a profissão de forma a construir novas e consistentes possibilidades para a intervenção profissional.

No espaço deste trabalho a complexidade da questão não pode ser abarcada em sua totalidade, mas os elementos aqui pontuados nos indicam um caminho para aprofundamento e novos estudos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 08 dez. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A Sistematização da prática. In: CRESS/RJ. **Práxis**, Rio de Janeiro, Ano IX, Nº87, Janeiro/fevereiro, p.12-13, 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/praxis/praxis-87.pdf>. Acesso em: 18 fev.2018.

_____. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez.2009.p.399-408.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. A dimensão ética da sistematização do exercício profissional. **Serviço social em revista**, Londrina, v. 16, n 02, p. 166 – 185.2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2014v16n2p166>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17956/15191>. Acesso em: 16 jan.2019.

BAPTISTA, Myriam Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora. Lisboa: CPIHTS.2006.

BISNETO, José Augusto . Sistematização da prática em Serviço Social. In: I SEMINÁRIO REGIONAL DE ESTÁGIO E EXTENSAO EM SERVIÇO SOCIAL, 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ,2009.p. 01- 02.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora. Paraná: editora UEPG.2008.

FRAGA, Kolgeski Cristina. A atitude Investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, Nº 101, p.40-64, jan./mar. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100004>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf> .Acesso em: 09 jul. 2018.

FREITAS, Isabelle Vallim de; TORRES, Mabel Mascarenhas . A Sistematização das Demandas apresentadas ao Assistente Social: a Análise da bibliografia produzida a partir de 1980. *In: XXIV ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - EAIC*, 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2015. P.01 – 04. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/eaic/anais/?content=2015/anais_resumo.php&cod_artigo=643. Acesso em: 20 jan.2019.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra?. *In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social: Temas, textos e contextos*. 4 ° ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris,2013.p .03- 22.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico – operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico – operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF,2013. p. 45 – 74.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS,2009.p.701 – 717.

LARA, Ricardo. **A produção de conhecimento no serviço social: o mundo do trabalho em debate**. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde**. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17771/1/Carlos%20Antonio%20de%20Souza%20Moraes.pdf>. Acesso em: 14 jul 2018.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a Tradição Marxista. *In: BRAZ, Marcelo. José Paulo Netto: Ensaios de um marxista se repouso*. São Paulo: Cortez,2017 p .297 – 308.

_____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *In: Cadernos ABESS: A metodologia no Serviço Social*. São Paulo:Cortez, nº3. 1989.p.141 - 153

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A Dimensão Investigativa do Exercício Profissional do Assistente social na Saúde. *In: SILVA, Leticia Batista; RAMOS, Adriana (org). Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional*. 1º reimpressão. São Paulo: Papel Social. 2013, p. 85- 97.

SANTOS, Claudia. Monica. **Os instrumentos e Técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**.2006.247 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós – Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ. 2006. Disponível em: http://teses.ufrj.br/ESS_D/ClaudiaMonicaDosSantos.pdf. Acesso em: 20 ago 2018.

SOUZA, Reivan de. O debate metodológico sobre a sistematização da prática e elaboração teórica no Serviço Social: uma temática atual? *In: XIX SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL EN LA COYUNTURA LATINOAMERICANA: DESAFIOS PARA SU FORMACIÓN, ARTICULACIÓN Y ACCION PROFESIONAL*, 2009,Guayaquil, Ecuador.**Anais[...]** Guayaquil, Ecuador:Editorial ALAEITS, 2009. p.01 – 08. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-100.pdf>. Acesso 31 out.2018.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES

Data de aceite: 01/07/2020

Erika Leite Ramos de Luzia

Programa de Pós Graduação em Serviço Social -
UNESP – Franca/SP

<http://lattes.cnpq.br/5005208365171407>

Renata Rocha Anjos Garcia

Programa de Pós Graduação em Serviço Social -
UNESP – Franca/SP

<http://lattes.cnpq.br/5900062866840042>

RESUMO: O presente ensaio teórico tem como objetivo explicitar a trajetória da política de assistência social e sua funcionalidade no âmbito das políticas sociais no Estado capitalista. Visa ainda abordar o cenário de contradições em que o assistente social, profissional histórico da área, está inserido, submetido à uma série de constrangimentos em um contexto de exponenciação das expressões da questão social ao tempo que as respostas estatais, via assistência social, se apresentam cada vez mais restritas e com caráter fragmentados e fiscalizadores, minimizando e/ou desconsiderando o seu caráter legal e de política de proteção social no âmbito da Seguridade Social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Assistente Social; Estado Capitalista.

THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN THE CAPITALIST SYSTEM AND THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT IN CONFLICTING SCENARIOS

ABSTRACT: This theoretical essay aims to make explicit the trajectory of social assistance policy and its functionality in the scope of social policies in the capitalist State. It also aims to address the scenario of contradictions in which the social worker, a historical professional in the field, is inserted, subjected to a series of constraints in a context of exponentiation of the expressions of the social question while the state responses through social assistance are presented increasingly fragmented and fiscalized, minimizing and / or disregarding their legal character and social protection policy in the scope of Social Security.

KEYWORDS: Social Assistance; Social Worker; State Capitalist.

1 | INTRODUÇÃO

Ao analisar a trajetória das políticas sociais compreendemos que, historicamente, o Estado adotou as políticas como solução para combater as desigualdades sociais, sem levar em conta a natureza do capitalismo,

realizando a distribuição da riqueza na forma de serviços focalizados no atendimento da população pobre, “numa visão redistributivista e de alcance extremamente limitado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 17).

O Estado sempre assumiu as ações em prol da burguesia, sem excluir as classes dominadas. Ele não pode desconsiderar totalmente suas necessidades, tendo em vista a legitimação de sua função social; daí camuflar uma situação de aliança com os segmentos sociais, ao tempo que é obrigado a incorporar as necessidades das classes subalternas por meio das políticas públicas. No entanto, as políticas públicas não devem afetar os interesses da burguesia, nem a acumulação do capital.

É nesse panorama que o assistente social atua no âmbito das políticas sociais, sujeitos as alterações conjunturais que as afetam, as quais se tornam ainda mais visíveis quando nos voltamos para a política de assistência social, tendo em vista as particularidades que a conformam: a focalização, necessidade de reafirmação constante da sua condição de direito em detrimento de práticas que a configuram de uma forma contrária, a superação do olhar para o usuário dessa política como aquele que desistiu de lutar e se acomodou à condição de beneficiário/ajuda.

Os conflitos que afetam a assistência social, seu público também impactam constantemente no trabalho do assistente social, colocando como um campo no qual as ações podem ser executadas na ótica do improvisado, da desordem, frente ao imediatismo que transforma as expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos, em seu cotidiano, como demandas para as quais cabem procedimentos específicos em detrimento de análises do contexto sociopolítico e das trajetórias de sofrimento da classe trabalhadora, marcadas pela vivência de questões que não são individuais, mas intrínsecas a estrutura do sistema capitalista.

2 | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Estado sob o mando da burguesia se coloca à mercê dos interesses privados do capital, submetendo o fundo público aos interesses econômicos e políticos dominantes. Almeida e Alencar (2011, p. 143) asseveram que “as políticas públicas não escapam às armadilhas de conversão do fundo público em elemento de fomento ao processo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro”; por isso, a apropriação do fundo público se torna “privada” aos interesses particulares.

Para Boschetti (2016), o Estado utiliza o fundo público na produção de consensos, para incorporar direitos sociais, manter a ordem social e a harmonia, criando condições férteis para a reprodução do capital.

[...] Todo esse ideário, que envolve uma canalização do fundo público para interesses privados, cai como uma luva na sociedade brasileira, que, como reafirma Chauí (1995), é uma sociedade marcada pelo coronelismo, populismo, por formas políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder. (IAMAMOTO, 2014, p. 141).

A desvinculação dos recursos do fundo público para atender aos interesses particulares envolve o pagamento da dívida externa e o estabelecimento de um novo padrão de gerenciamento (Estado gerencial) apoiado nos processos de privatização e terceirização dos serviços sociais. Para compreender as políticas públicas no Estado brasileiro, é preciso analisar as questões políticas e econômicas sem neutralidade, assim como o processo de trabalho coletivo das políticas, no qual se insere o assistente social.

As políticas sociais surgem na fase de expansão industrial capitalista, não só na Europa como nos demais continentes, onde o crescimento do movimento dos trabalhadores produziu uma série de inquietações na burguesia (MARTINELLI, 2011, p. 159). O objetivo da burguesia era a consolidação de uma estrutura econômica unificada, mas abalados com as reivindicações do movimento operário, os burgueses recorreram ao Estado, solicitando estratégias para atender às requisições do capitalismo monopolista e concorrencial.

Segundo Netto (2011), o processo de legitimação do Estado é tensionado pelas exigências do capitalismo, que diante de suas dinâmicas e contradições captura o Estado para fazer incidir sobre ele seus interesses imediatos de acumulação da riqueza.

A questão social expressa antagonismos entre o capital e o trabalho e representa um conjunto de desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo a partir da exploração do homem pelo homem. “A gênese (origem) da questão social deriva do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho–e das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2014, p. 156).

Segundo Iamamoto (2014), no contexto brasileiro, as desigualdades demonstram particularidades que presidem do desenvolvimento do país e recaem sobre os elementos da formação histórica colonial e paternalista, que são particularidades (econômicas e políticas) nas quais o Estado nunca interferiu, por ser um aliado das representações ideológicas da burguesia. Nessas condições, as sequelas da questão social se põem como alvo das políticas sociais e tornam-se objeto da intervenção sistemática, sendo um mecanismo de legitimação do papel do Estado na sociedade capitalista.

Para Behring e Boschetti (2016), “a política social surge da interação de um conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais, que precisam ser desveladas e requerem análise exaustiva das suas causas e inter-relações”. Caso contrário, as políticas serão despolitizadas ou reduzidas a uma dimensão instrumental e técnica, esvaziada das tensões políticas e societárias.

Pereira (2013) adverte que essa ideia de política social, implícita nas postulações clássicas associada a um Estado ativo, não promove nem emancipa quem se encontra em posição socialmente desigual. Ela funciona para perpetuar a dominação do Estado como instrumento manejável pelos grupos do poder, pois a classe dominante sempre fez do Estado seu instrumento econômico privado por excelência, sendo comum a “exclusão” dos trabalhadores urbanos e rurais das decisões do Estado e do bloco do poder.

“Sob o cunho do discurso neoliberal, a burguesia busca fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (CHAUI, 1995 apud IAMAMOTO, 2014, p. 142). As medidas neoliberais fizeram crescer a desigualdade social no país, alteraram as formas de produção, de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, que repercutiram na relação entre Estado e Sociedade civil.

De acordo com Iamamoto (2014), a incorporação dos novos modos de produção reduz a demanda do “trabalho vivo” e aumenta a produtividade das máquinas, ampliando o desemprego estrutural, a pobreza e a desigualdade social. Esses avanços têm contrapartidas regressivas do ponto de vista do trabalhador, intensificam a produção do trabalhador, ampliam a jornada de trabalho, reduzem os postos de trabalho e aumentam a competitividade dos trabalhadores, o desemprego, a terceirização e o número de trabalhadores informais/autônomos.

[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. (ANTUNES, 2015, p. 123).

Diante das crises do capital, todos os setores produtivos e econômicos diminuíram significativamente os postos de trabalho, suscitando um aumento drástico do desemprego. Não significa que o trabalho perdeu sua centralidade, ao contrário, “o trabalho continuou a ser centro da estruturação capitalista, especialmente porque o capitalismo ainda não consegue gerar riqueza senão pela apropriação de trabalho não pago” (GRANEMANN, 1999, p. 162). Na concepção de Granemann (1999), o trabalho sempre será o “eixo central” da estruturação da vida no modo de produção capitalista, até porque no seu ângulo mais negativo – o desemprego – continua a ser a determinação da vida social. Perante o capital, o desemprego é o “combustível” que alavanca o funcionamento da engrenagem e produz o exército de reserva, composto por trabalhadores ativos e capacitados, aptos para o trabalho e não portadores de doenças ou incapacidade produtiva.

Em tempos de desmonte de políticas sociais, de acentuação do neoliberalismo, de restrição de direitos, de ódio propagado àqueles que não atendem ao padrão de utilidade que o sistema impõe, homens e mulheres da classe trabalhadora ficam a mercê de um conjunto de desproteções sociais. São os “inimpregáveis”, os “desalentados”, àqueles que não conseguem vender sua única mercadoria: a força de trabalho. (GARCIA, 2018, p.17).

No entanto, na perspectiva neoliberal, a pobreza ainda é vista como uma “disfunção pessoal” ou como uma “ameaça” à ordem social, passando a ser objeto de um violento “processo de criminalização” da população subalterna. A figura do trabalhador veiculada nos meios de comunicação social é concebida como “classe perigosa”, representada pelo vagabundo, viciado, bandido, ladrão, sendo alvo de repressão do Estado, por meio dos

serviços de segurança pública.

Neste cenário, a “velha questão social” assume novas roupagens. Iamamoto (2014) acrescenta que é tributário dessa lógica o caráter volátil do crescimento que redundará em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro *apartheid* social.

A fragmentação da questão social é usual ao capitalismo. É a saída que esta forma de sociedade encontrou para despolitizá-la e enfraquecê-la na sua potencialidade de classe organizada, pois as respostas possíveis na lógica deste modo produtivo vão ao encontro da individualização e responsabilização dos sujeitos pelas suas próprias mazelas e dificuldades. (NETTO, 2011, p. 160).

No modo de produção capitalista, a forma de analisar e intervir sobre a questão social aparece de forma fragmentada. A opressão e a banalização da pobreza se apresentam como formas de enfrentamento por parte do Estado capitalista.

[...] a banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e do poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. (IAMAMOTO, 2014, p. 145).

De acordo com a autora, o Estado evoca a postura do passado, quando a questão social era concebida como caso de polícia, em vez de ser objeto de ação planejada do Estado, para o atendimento das necessidades básicas da classe operária e de outros segmentos de trabalhadores. Tudo isso tem grande repercussão na luta pelos direitos e no trabalho do assistente social, tendo em vista que o profissional trabalha diretamente com as mais cruéis expressões da questão social.

Segundo Almeida e Alencar (2011), a despolitização da questão social é alimentada pela hegemonia do capital financeiro para a produção de novas formas de sociabilidade. Cumpre ter cuidado para não despolitizar a questão e cair na individualização exacerbada da vida social, que impede de enxergar o sujeito na sua totalidade, levando o profissional a práticas profissionais fragmentadas e pontuais.

2.1 A Política de Assistência Social e o trabalho do assistente social no cenário de desmontes de direitos

Segundo LUZIA (2018) “o Estado brasileiro adotou a Política de Assistência Social como principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais”. Diante do crescimento da pobreza e ampliação da desigualdade, o Estado expande o campo de atuação da Assistência Social, a qual assume a feição de política estrutural como se ela fosse o próprio sistema de proteção social e não uma parte dele. Desconsidera o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o qual preconiza que as demais políticas setoriais deverão estar integradas à assistência social para o enfrentamento da pobreza. (LOAS, 1993).

Por muitos anos a Assistência Social se fez por meio de ações de solidariedade, caridade e de práticas de “primeiro-damismo”, sendo essa a maneira mais emblemática das práticas sociais. Atuou como atraso e recusa da maioria sociojurídica da política pública. “Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas” (COUTO et al, 2017, p. 144).

Atualmente, a Política de Assistência Social no Brasil faz parte de um Sistema de Proteção Social, denominado Seguridade Social. Ao instituir esse Sistema a Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe a integração das políticas públicas e avanços no campo dos direitos sociais, introduzindo uma mudança de paradigma conforme prevê o art. 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, a Assistência Social passou a ser um direito, previsto na CF/88, devendo ser “prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição prévia”. Este aparato jurídico sinaliza a superação da Assistência Social como benemerência e assistencialismo, eleva a Assistência Social ao *status* de política pública, conforme preconiza o art. 204 da CF/88, “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes”, de modo que seus benefícios, serviços, programas e projetos passam a ser financiados, dando concretude à proteção social.

“Isso denota não apenas a alteração conceitual, do ponto de vista institucional, com relação a seu papel tradicional, mas a superação da ação meramente assistencialista com relação à população em situação de risco e vulnerabilidade social” (SIMÕES, 2014, p. 70). Sob essa ótica, a Assistência Social busca a inclusão social, na perspectiva da justiça e da cidadania, assumindo uma dimensão estratégica no sentido de garantir igualdade de direitos às classes subalternas, obviamente na perspectiva burguesa.

Em 1993 é aprovada a LOAS (Lei 8.742/1993), que veio consagrar a Assistência Social e ampliar os mecanismos de gestão e controle social (instituindo os Conselhos e as Conferências de Assistência Social), dando novo conceito a essa política pública, tendo como um dos princípios a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas. Em decorrência desses avanços foi instituída a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2005), que trouxeram um grande desafio para os municípios brasileiros, englobando uma nova organização à Assistência Social.

Apesar dos avanços, a partir da década de 1990 a ofensiva neoliberal tornou a Assistência Social objeto de ações filantrópicas e de benemerência, e de “programas

focalizados no combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor” (IAMAMOTO, 2014, p. 155).

Com base no Consenso de Washington, o Estado reduziu consideravelmente o investimento em políticas sociais, restringindo os recursos materiais e humanos necessários à implantação dos serviços públicos, em nome da chamada “crise fiscal” do Estado. As políticas públicas pelo viés neoliberal passam a ser submetidas aos ditames da política econômica, e redimensionadas ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação (IAMAMOTO, 2014, p. 147).

A Política de Assistência Social desde o seu nascedouro divide a execução de programas e serviços assistenciais com organizações filantrópicas, porém o processo de privatização e terceirização foi intensificado com as contrarreformas do Estado. Entre as medidas adotadas estão as Emendas Constitucionais, que trazem uma inversão nos princípios constitucionais, a redução dos direitos previdenciários, a introdução de maiores mecanismos burocráticos de acesso e um maior rigor nas concessões de benefícios; além das reformas trabalhistas e previdenciárias, que retiraram direitos trabalhistas conquistados ainda no período do surgimento industrial.

A população sobrando e desempregada, não absorvida pelas políticas de saúde e de previdência, passou a recorrer à área de Assistência Social, buscando resposta para atendimentos da área da saúde e riscos do trabalho, dada a ausência do trabalho, o que extrapola as especificidades previstas na LOAS.

Segundo Mota (2013, p. 189), “em tempos de crise a assistência incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados e os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir”. Ela tenta absorver demandas derivadas do agravamento das condições de vida, a partir de medidas pontuais de geração de renda, formação profissional e combate ao desemprego.

O SUAS trouxe a possibilidade de superar a cultura assistencialista, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliada às práticas fisiológicas e ao nepotismo (MOTA, 2013, p. 190). Ele foi legitimado pela Lei 12.435/2011 e cria parâmetros técnicos para a implantação e execução da PNAS/2004, organizando a proteção social em dois graus de complexidades: básica e especial (média e alta complexidade). Segundo Mota (2013), a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização no sentido de romper com a sobreposição de papéis, com as ações fragmentadas e duplicadas pelas políticas setoriais.

Todavia, a materialização dessa política no contexto neoliberal se distancia da proposição legal, interferindo diretamente na atuação do assistente social, a qual tem sido marcado por avanços e retrocessos, ora materializando ações que promovem mudanças significativas na vida dos sujeitos, especialmente àqueles em situação de extrema pobreza,

ora utilizando procedimentos fiscalizadores, de cerceamento no que tange ao acesso à benefícios, serviços, programas e projetos, aprofundando o grau de violação de direitos que ficam a mercê da desproteção social.

Essa atuação controversa ocorre mesmo com uma relativa autonomia do assistente social tendo em vista a inserção em um Estado que renega cada vez mais o acesso ao fundo público para a classe trabalhadora e submete os profissionais a uma série de constrangimentos, os quais são desvendados somente com um olhar crítico, pois quando é a alienação que prevalece o profissional não consegue compreender que suas ações mais reafirmam do que lutam contra ações opressoras.

Não compreender a contradição de suas ações e os antagonismos que envolvem as classes sociais, e, ainda não se sentir parte da classe trabalhadora é resultado da alienação do trabalho, o que é intrínseco a sociabilidade do capital. Segundo Iamamoto (2013), todas as formas de trabalho são plenas de alienação, pois advêm do interesse capitalista de tornar o trabalho totalmente estranho ao trabalhador.

O estranhamento faz com que o profissional tenha pouca ou nenhuma autonomia sobre aquilo que produz. Esses aspectos determinam a possível “impotência” do assistente social para dominar a globalidade do trabalho que executa e o seu significado social no processo de dominação burguesa. Mesmo que o Serviço Social seja regulamentado como profissão liberal e tenha seu aparato legal e ético, o exercício profissional é tensionado pela compra e venda de sua força de trabalho.

Os limites impostos à autonomia profissional não surgem da capacidade de escolha profissional nem estão condicionados à unidade na qual ele se insere. As restrições derivam certamente da condição de trabalhador assalariado, que não dispõe de meios necessários à execução do seu trabalho e precisa submeter-se ao processo de trabalho das políticas estatais.

Segundo Almeida e Alencar (2011), as ações profissionais são estabelecidas pelas dinâmicas do mundo do trabalho; Estado e sociedade civil impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho. Portanto, ao integrar os processos de trabalho coletivos em unidades públicas, é importante compreender as determinações do mundo do trabalho e a correlação de forças, que interfere diretamente no exercício profissional e na efetivação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Todavia, é importante ressaltar que o Estado é a esfera que mais emprega assistentes sociais, sobretudo após o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. O assistente social integra as equipes técnicas do SUAS ao lado de outras categorias reconhecidas pela Resolução n. 17/2011 do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS). Embora o SUAS tenha reconhecido outras categorias, o assistente social é o profissional mais antigo dessa política. Esse protagonismo não se confunde com a herança histórica do Serviço Social revelada por Iamamoto e Carvalho em 1980. Esse processo foi denominado por Raul de Carvalho de “personificação da

Assistência Social” e elucidado na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, lançada em 1982, que expõe a inversão de papéis entre o assistente social e os Estados, e remete a posturas messiânicas e assistencialistas.

É um protagonismo que se apóia numa base comum acionada pelo acervo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional, que dá suporte à formação e ao mesmo tempo garante especificidade e amparo ao exercício profissional. Essas competências demarcam os limites e alcances do trabalho profissional, alicerçados num conjunto de habilidades que vão desde o reconhecimento das particularidades no terreno de atuação do Serviço Social até o domínio dos instrumentais técnicos utilizados para analisar e intervir em determinada realidade social.

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2014, p. 163).

Iamamoto (2013), baseada em Gramsci, considera o assistente social um intelectual munido de capacidade técnica para contribuir com a organização e a defesa dos direitos sociais. Um intelectual que tem como instrumento básico de trabalho a “linguagem”, artifício necessário para buscar a articulação das massas populares e a organização de suas lutas coletivas.

No âmbito das políticas públicas, o assistente social integra o processo de trabalho normatizado pelo Estado, o qual imprime novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas públicas, alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). Segundo o autor, o processo de trabalho nas instituições públicas estatais é organizado a partir da função política, ideológica e econômica do Estado, nos processos de distribuição do valor materializado na forma de serviços sociais como expressão dos direitos sociais.

As racionalidades envolvem um amplo leque de princípios, diretrizes, objetivos, instâncias gestoras e executoras, programas, projetos e atividades que dão o substrato material para a realização do trabalho do assistente social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). A importância de decifrar a dimensão institucional e as relações de poder para apreender as requisições do mercado de trabalho na atualidade é fator indispensável ao equacionamento dos processos de trabalho dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são espaços travados por lutas e resistências, que servem como

estratégias de enfrentamento da questão social adotadas pelo Estado, reduzidas à oferta de benefícios e serviços que suprem a necessidade de sobrevivência. Isso ocorre porque a proteção social brasileira está alocada no seio de dois projetos societários difusos, presentes na conjuntura contemporânea, em que a assistência social, parte constitutiva desse processo, encontra-se referenciada pela Política Nacional de Assistência Social (NASCIMENTO, 2014, p. 46).

Nos órgãos públicos, as ações profissionais experimentam processos contraditórios de retração e ampliação de direitos sociais, num terreno de disputas. Iamamoto (2014, p. 162) esclarece que o “enfrentamento da questão social requer o atendimento das necessidades coletivas dos trabalhadores, pelo chamamento da responsabilidade do Estado e da afirmação de políticas sociais de caráter universal”.

Nesses espaços ocupacionais “o assistente social é chamado a viabilizar direitos sociais, mas se vê tolhido de certas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos, para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 149).

Trabalhar na Política de Assistência Social ou militar na defesa do direito à Assistência Social requer conhecer sem disfarce suas possibilidades e limites, suas contradições e implicações para os direitos e a emancipação política (BOSCHETTI, 2016, p. 19). É um campo que requer profissionais capacitados para compreender que, ao atingir os padrões de eficiência e as racionalidades inerentes às políticas públicas e suas funções administrativas e rotineiras, não se pode descaracterizar as feições próprias do Serviço Social.

Conforme Barroco e Terra (2012, p. 97), ao se lançar em diversas áreas setoriais, é preciso buscar aprimoramento e atualização profissional, tendo em vista o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Apesar das legislações do SUAS e dos órgãos públicos preverem treinamento e programas de capacitação voltados à educação permanente e continuada, não se pode esperar que esses investimentos sejam suficientes para aperfeiçoar os conhecimentos. Até porque essas capacitações estão voltadas somente às Cartilhas do Estado, e o aprimoramento profissional não se resume a isso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2). São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, publicada no **Diário Oficial da União** - DOU de 08 de dezembro de 1993. Brasília, DF.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF, 2004.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, SILVA e SILVA, Maria Ozanira da, RAICHELIS Raquel. **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GARCIA, Renata Rocha. **Assistência social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise do atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social.** 2018, 146 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP. 2018..

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e Serviço Social. In: CFESS–ABEPSS–CEAD/UNB. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social.** Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEAD, 1999, p.153-166.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41 ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2011.

LUZIA, Erika Leite Ramos de. **O trabalho do Assistente Social nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social da Região de Bauru/SP.** 2018, 143 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2013.

NASCIMENTO, Daiana Cristina. **A execução de medidas socioeducativas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - Uberaba-MG.** 2014. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Raffaella Pedroso. **O Projeto Profissional Crítico e a Intervenção dos Assistentes Sociais nos Hospitais Gerais do Município de Juiz De Fora – MG.** 2013. 264f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3). 7 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 06/05/2020

João Domingos de Lima Salvador

Assistente Social, Especialista em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas (UFT)

Miracema do Tocantins – TO

<http://lattes.cnpq.br/4594268361591403>

Mariléa Borges de Lima Salvador

Assistente Social (UFPA), Docente do Curso de Serviço Social/ Graduação e Pós-graduação (Mestrado)/UFT

Doutora em Serviço Social (PUC-SP)

UFT/CAMPUS MIRACEMA

Miracema do Tocantins – TO

ORCID – 0000-0002-1264-8870

RESUMO: O artigo aborda a mediação do Serviço Social na questão socioambiental, especificamente, na política de educação ambiental enquanto reconhecido espaço socio-ocupacional do assistente social. Objetivando conhecer, nessa política pública, a operacionalidade do exercício profissional do assistente social nos impactos socioambientais causados pelo avanço capitalista foi desenvolvido um estudo no âmbito da pesquisa qualitativa participante, mediante procedimentos

metodológicos da dialética marxista, apoiada nos instrumentais técnicos da observação participante e da entrevista semiestruturada. Ao final do trabalho, a análise revelou uma estreita relação entre os projetos capitalistas de desenvolvimento, meio ambiente e pobreza, demandando das políticas públicas de meio ambiente ações de educação ambiental como alternativa de intervenção interdisciplinar na questão socioambiental e, em cuja dinâmica operacional se insere o Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; Interdisciplinaridade; Intervenção social; Serviço Social.

THE SOCIAL WORKER IN THE POLICY OF ENVIRONMENTAL EDUCATION: MODES OF INTERVENTION AND INSTRUMENTAL TECHNICAL-OPERATIVE

ABSTRACT: The article addresses the mediation of Social Work in the socio-environmental issue, specifically, in the environmental education policy as a recognized social-occupational space for the social worker. Aiming to know, in this public policy, the operability of the professional exercise of the social worker in the socioenvironmental impacts caused by the capitalist advance, a study was developed

within the scope of participatory qualitative research, through methodological procedures of the Marxist dialectic, supported by the technical instruments of the participant observation and the interview half structured. At the end of the work, the analysis revealed a close relationship between capitalist projects of development, environment and poverty, demanding environmental education actions from public environmental policies as an alternative for interdisciplinary intervention in the socio-environmental issue and, in whose operational dynamics it is inserted Social Work.

KEYWORDS: Environmental education; Interdisciplinarity; Social intervention; Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

Estamos na Amazônia Oriental, em pleno Cerrado. Lugar de imensas riquezas naturais, elementos vitais para o planeta Terra e por isso mesmo imensamente cobiçado pelas forças dominantes do capitalismo imperialista que tem colocado o Brasil sob a dependência de uma ordem social predadora e destruidora do meio ambiente amazônico e causadora de desastres ecológicos, resultados de contradições sociais, como aquelas materializadas pela superpopulação das cidades, escassez de produtos primários, falta de infraestrutura e de políticas sociais de proteção e recuperação das ideais condições de vida para as populações, isso além da exploração do trabalho e dos baixos salários que se operam nos rincões explorados pelo sistema capitalista próprio do Modo de Produção Capitalista (CASTRO, 2010; CASTRO, 2007; FIORELO, 2006).

Desastres ambientais têm provocado impactos socioambientais de grandes prejuízos para as populações organizadas em torno da água e da terra, como é o caso das comunidades tradicionais, ribeirinhas, das florestas e daquelas que ocupam os territórios rurais agrícolas, existentes no Cerrado da Amazônia e, que agora passam a conviver com a degradação e a acentuação da miséria no seu cotidiano social e a constante demanda das políticas ambientais.

Nessa realidade se insere o exercício profissional do Serviço Social e a práxis social do assistente social nas políticas públicas de Educação Ambiental, sobretudo nos impactos socioambientais enquanto expressão da questão social do atual momento, no Cerrado Amazônida, contribuindo não apenas para a pesquisa acadêmica, mas também para as populações amazônidas prejudicadas, porque produzirá conhecimentos necessários sobre os possíveis investimentos no combate aos danos socioambientais executados nos tramites do desenvolvimento do capitalismo monopolista atual.

De posse da realidade concreta problematizada e do entendimento que as características do problema da pesquisa, suas questões norteadoras e seus objetivos mantêm-se num contexto de complexas relações sociais. Os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que perpassam tais relações e seus sujeitos demandam a construção de uma pesquisa focada numa perspectiva metodológica de abordagem

qualitativa e participante, uma vez realizada no espaço socio-ocupacional do assistente social em atuação na política da Educação Ambiental, realçando as características dialéticas da pesquisa qualitativa, tais como a relação intrínseca entre o sujeito e o objeto, marcada pela historicidade, pela totalidade e, sobretudo, pela análise crítica, enquanto o tipo de pesquisa que se incorpora na teoria social crítica de tradição marxista, sempre ancorada na análise da realidade concreta.

Seguindo os parâmetros dos fundamentos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e suas orientações teórico-metodológicas e legais para o exercício do assistente social, a investigação objetivou conhecer o processo de trabalho do assistente social desenvolvido no cotidiano do espaço-ocupacional da política de Educação Ambiental e sua articulação com o referencial teórico crítico que embasa o projeto ético político da profissão. Realizada no órgão público responsável pela execução da política de meio ambiente, o espaço da Educação Ambiental foi a única estratégia de intervenção na questão socioambiental, encontrada pelos pesquisadores, que agrega assistentes sociais em seu quadro técnico-científico.

Sob estes parâmetros, durante ano de 2014 foram realizadas entrevistas não-diretivas com as assistentes sociais, lotadas na Coordenação de Educação Ambiental do referido órgão, que executa a política de Educação Ambiental; e observado de forma participante o cotidiano do trabalho profissional.

Seguindo a consolidação das informações prestadas pelas assistentes sociais envolvidas no processo de pesquisa, para além da observação participante que proporcionou espaço de acompanhamento, discussão e reflexão junto as profissionais, sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Coordenação de Educação Ambiental, apontamos a dinâmica operacional, ou mesmo, o agir profissional do assistente social na política de Educação Ambiental. Dessa forma, a educação ambiental é tratada neste artigo como política social e pública, espaço sócio-ocupacional do assistente social e como práxis social, política e educativa que resguarda a prática profissional do assistente social como educador ambiental, num processo de intervenção interdisciplinar.

2 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERVENÇÃO NO MARCO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Em sentido lato, a educação ambiental é uma prática educativa de socialização de conhecimentos e informações que contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes da questão ambiental e socioambiental, o que implica também a função de impulsionar mudanças de atitudes e motivação para agir em prol de sua solução (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007).

A amplitude prático-teórica da educação ambiental é o que determina a sua

transversalidade e a natureza de motivar, pela ação educativa, a consciência crítica em torno da questão ambiental como uma totalidade histórica, sociopolítica, econômica e cultural, com a disposição de sensibilizar e despertar na sociedade a adoção de novos padrões de valores sociais de consumo e de trato com o meio ambiente.

Desta forma temos na educação ambiental uma práxis educativa com os objetivos de produzir conhecimentos; consciência crítica e sociopolítica; mudanças de atitudes; mudanças ideológicas; desenvolvimento de novas habilidades com o trato social, político e econômico da questão ambiental e produzir a participação plena e política dos sujeitos em sociedade.

Tais objetivos e sua natureza sociohistórica vão incidir diretamente na dimensão política da educação. Para Reigota (2009) a educação ambiental se faz uma educação política. Na medida em que se compromete com a garantia da cidadania a todos os setores da sociedade, procura extinguir as desigualdades sociais, fortalecer a autonomia, a liberdade de ação e o controle social da população a partir da participação política nas lutas pela vivência digna e constituída de direitos sociais a partir da coletiva da relação entre o homem e a natureza, fato explicado como “uma nova aliança (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade” (REIGOTA, 2009, p. 14), além de atingir, cada vez mais um número maior de pessoas, não apenas despertando o interesse pelo seu conhecimento e prática, mas também como sujeitos de aprendizagem sobre os devidos cuidados com o meio ambiente. (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007; REIGOTA, 2009).

Analisando a interdependência entre a teoria social crítica e a questão ambiental na sociedade contemporânea, Loureiro (2000) apresenta elementos para reflexão da prática ambientalista e educativa, como uma forma de construção da cidadania ecológica e supressão da ausência de processos decisórios e participativos. Problemas provocados pela falta de consciência política crítica e de análise estrutural da sociedade capitalista, que a teoria social crítica pode solucionar, pois é a teoria capaz de oferecer as ferramentas para a busca das evidências entre capitalismo e ambientalismo, assim como para a implementação do projeto de emancipação humana diante das contradições sociais impostas pelo modo de produção capitalista na sua clássica relação entre o capital e o trabalho.

E na luta pela cidadania ecológica está a prática da educação ambiental com a prerrogativa de promover a formação da cidadania e valores éticos de conservação da vida humana em sua relação com a natureza. Através de um instrumental técnico subsidiado pelo diálogo, interdisciplinaridade, disciplina e desenvolvimento sustentável a educação ambiental abarca uma diversidade de sujeitos que precisam e/ou necessitam aprender a proteger o meio ambiente (LEONARDI, 2002).

É a natureza crítico-social de viés democrático de orientação crítica, comprometido

com a justiça social, intercultural e interdisciplinar que coloca a educação ambiental em parceria com o Serviço Social abrindo espaço profissional para o assistente social exercer sua atuação na política do meio ambiente.

As possibilidades do engajamento do Serviço Social com a Educação Ambiental no exercício profissional do assistente social nas políticas sociais e públicas de meio ambiente (SILVA 2010; GOMEZ et al, 2007) começam pelo fato de a Educação Ambiental faz sua execução no bojo das metodologias participativas e seus instrumentais técnicos. De caráter interdisciplinar, totalmente imbuída do ideário ecológico (CARVALHO, 2008) esta é a prática educativa desenvolvida pelo educador ambiental, o profissional qualificado e habilitado para intervir nos desafios contemporâneos que residem nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza e demandam um novo projeto societário.

No entanto a prática cotidiana da educação ambiental se faz pelas atividades socioeducativas de forma a permitir a exploração de múltiplas formas de expressão e comunicação do conhecimento. Assim, através de palestras, oficinas, trabalhos com desenhos, recorte e colagem, dramatização, exibição de vídeos, excursões, jornal mural, grupo de estudo e dinâmicas grupais. Enfim, o repertório didático da Educação Ambiental é extenso e “deve estar presente em todos os espaços de convivência, e, principalmente, naqueles que educam os cidadãos” (MELO, 2007, p. 18).

Autenticada pela Lei 9.795 de 27/04/1999 – a Política Nacional de Educação Ambiental, (BRASIL 1999), a Educação Ambiental se fundamenta nos processos de participação social enfatizando “a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo, pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida” (LOUREIRO, 2004, p. 81).

Nessa perspectiva transformadora, atua o educador ambiental de forma interdisciplinar com o compromisso de desenvolver ação política e democrática em direção a instrumentalização dos sujeitos sociais, fortalecendo-os para combater “as formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade em sua totalidade” (LOUREIRO, 2004, p.67). E, se ressaltando pelo alinhamento entre as diretrizes, natureza sociopolítica e perspectiva transformadora da sociabilidade capitalista, o Projeto Ético político do Serviço Social coloca a Educação Ambiental e o Serviço Social como “duas orientações políticas e tendem, inevitavelmente, a se complementar” (REIGOTA, 2007, p. 7).

A compreensão de que a Educação Ambiental e o Serviço Social estão intimamente relacionados parte do pressuposto de que a conjuntura está constituída da questão socioambiental como manifestação da questão social de orientação interdisciplinar, que exige a atuação de vários profissionais em unidades de ações que se voltam para um único objetivo: a transformação da realidade social. E nesse aspecto é o assistente social o profissional habilitado para atuar na questão social (IAMAMOTO, 2008).

Por outro lado, as transformações sociais atuais têm exigido novos processos de

intervenção, o que leva a educação ambiental a fazer parceria com o Serviço Social como a profissão dos “agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (IAMAMOTO, 2008, p. 20).

Na política de Educação Ambiental o Assistente Social exerce a função de educador e tem sua prática constituída pela ação socioeducativa, haja vista que a educação ambiental se encontra nas demandas socioeducacionais que requer tratamento imediato e ações inovadoras, inserindo-se nelas aquelas desenvolvidas pelo Serviço Social. Assim, tanto o Serviço Social como a Educação Ambiental atuam nos rebatimentos das manifestações da questão social, oriundos da questão ambiental. Neste caso, através da intervenção nas políticas sociais socioambientais, na perspectiva da garantia de direitos de cidadania, evidenciando que a educação ambiental prevê uma prática que se ajusta ao Projeto Ético-político do Serviço Social, consciente de que este “está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.189), notadamente como um processo interdisciplinar.

Partindo do princípio que a interdisciplinaridade é uma estratégia pedagógica comprometida com os processos de transformação social, embasada na unidade da pluralidade do conhecimento, que se constitui numa ação política de grande valor para o desenvolvimento das políticas sociais e públicas (SÁ; 2002; SEVERINO, 2002), a prática social interdisciplinar se faz fundamentada na unidade do saber, onde a realidade é observada como um contexto heterogêneo e diversificado.

Nesse aspecto a interdisciplinaridade é uma estratégia de busca da totalidade possível do conhecimento, que se encontra diversificada em várias faces, nas diversas disciplinas e métodos de intervenção na realidade social, haja vista que na educação ambiental a interdisciplinaridade obedece ao pressuposto “de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas” (SEVERINO, 2002, p.20).

Orientado por esse pressuposto, o trabalho teórico e operacional da equipe de profissionais pesquisados se desenvolve a educação ambiental de forma interdisciplinar. No que diz respeito à atuação do Serviço Social, a assistente social explica que:

O Assistente Social na Coordenadoria de Educação Ambiental executa quase as mesmas atividades que os demais profissionais, sendo algumas ações específicas que necessita de maiores orientações como a biologia, engenharia ambiental são realizadas juntamente com esses profissionais, como por exemplo ações ligadas a licenciamento de aterro sanitário. Já no licenciamento ambiental, é o assistente social que emite o parecer socioeconômico na emissão de licença de empreendimento de grande porte, como Usinas Hidrelétricas, Barragens, dentre outras. (ASSISTENTE SOICAL).

Assim, no trabalho da educação ambiental não existe uma ação exclusiva do Serviço Social. À exceção das solicitações institucionais que chegam ao assistente social para responder diante de situações que envolvem claras manifestações da questão social,

sobretudo como impactos socioambientais, as assistentes sociais informam que “as assistentes sociais comparecem com atividades fins do Serviço Social tais como pareceres técnicos e aplicação de questionários socioeconômicos necessitando da atuação do assistente social”.

A priori, nessa perspectiva de uma prática eminentemente participativa está pautado que a ação do Serviço Social na prática interdisciplinar não significa uma ruptura no sistema teórico-metodológico do Serviço Social. Ao contrário, demonstra a capacidade da profissão de fazer o salto desafiador de alcançar a totalidade possível no processo de intervenção que se põe para a educação ambiental. E, compreendendo a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que o assistente social se apropria, mesmo numa equipe multidisciplinar, ele ressalta enfaticamente que:

O trabalho do assistente social é de fundamental importância na equipe, devido algumas atribuições que são privativas do assistente social, muito embora essas atribuições não estejam definidas na atuação do assistente social na educação ambiental. (ASSISTENTE SOCIAL).

No trabalho interdisciplinar, as atribuições privativas do assistente social são executadas de forma velada nos meandros da interdisciplinaridade da educação ambiental, porque nessa modalidade de intervenção social, os vários conhecimentos se constituem num único corpo teórico-prático aberto a inovações e recursos metodológicos, com capacidade dialógica de equacionar dados de realidade, associando valores de garantia de direitos, próprios das políticas públicas. Ou melhor, o objetivo do trabalho é único, enquanto os profissionais são múltiplos. Por isso, cabe esclarecer que na interdisciplinaridade temos um processo de trabalho realizado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, em forma de equipe multidisciplinar. Contudo, observadas a natureza do agir profissional do assistente social na política da Educação Ambiental, precisamos compreender como está sendo proposta essa política pública pelo Estado, quais são as ações propostas para a equipe técnica multidisciplinar e, como atua o assistente social no trabalho interdisciplinar desenvolvido.

Assistentes sociais esclarecem, ainda, que as políticas públicas ambientais, de modo geral no Brasil:

São desenvolvidas através de câmaras técnicas propostas aos Estados e depois discutidas. São feitas audiências públicas ou consultas regionais e com as devidas alterações propostas o governo sanciona a legislação pertinente. Outras são criadas através de propostas vindas pelas demandas da comunidade. Neste sentido, o governo do Estado do Tocantins cumpre a legislação federal que dará base para a formulação das políticas estaduais de acordo com a realidade regional. (ASSISTENTE SOCIAL).

Vale ressaltar que a operacionalização da Educação Ambiental está prevista no Plano Plurianual do Estado 2012/2015 que a delinea como uma prática educativa:

Alinhada à missão do órgão, concentra sua atuação no desenvolvimento socioambiental na

busca uma economia ambientalmente sustentável e na sensibilização das comunidades para a manutenção e conservação do patrimônio natural com foco na perenidade da vida de todos os seres na terra. (NATURATINS, s.d, p. 01).

No seu discurso propagandista, o Estado coloca a educação ambiental como a política que desenvolve projetos junto as comunidades e as unidades de conservação estaduais, cumprindo a missão de suprir as principais necessidades socioambientais das áreas urbanas e rurais do Tocantins através da operacionalização de sete projetos, quais sejam:

- 1 – Fórum do Lixo e Cidadania – FELC
- 2 – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- 3 – Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N
- 4 – Protocolo do Fogo
- 5 – Oficina Ambiente-se
- 6 – Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA
- 7 – Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais. (NATURATINS, s.d, p. 02 – 04).

Nos sete projetos educativos-ambientais, o assistente social participa com a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental, fazendo atendimento ao entorno das unidades de conservação que são executados pelo Naturatins de acordo com o que está previsto no PPA- Plano Plurianual do Estado 2012/2015.

No Fórum do Lixo e Cidadania, se apoia os municípios no suporte de capacitar e integrar as instituições públicas e privadas, bem como todos os segmentos organizados da sociedade local para uma ampla discussão acerca dos problemas gerados com a produção e o manejo dos resíduos sólidos e também fomentar a coleta seletiva, assim como colaborar na organização dos catadores de materiais recicláveis nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P se propõe promover a sensibilização dos servidores públicos quanto ao combate do desperdício de recursos naturais, materiais de expediente e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N segue a concepção da A3P, uma iniciativa do Governo Federal. Propõe uma gestão inovadora rumo à sustentabilidade institucional, onde os gestores e servidores são estimulados a buscar alternativas ecologicamente corretas e eficientes, que possam minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. Desenvolvido nas suas unidades de conservação e nas agências regionais por meio de ações que possibilitem o despertar da consciência ambiental no uso racional dos recursos naturais através de atividades sensibilizatórias que combatam os desperdícios de materiais de expediente, proporcionem a melhoria das relações interpessoais, a

qualidade de vida e a mudança de paradigmas nas rotinas diárias, conduzindo, assim, a uma economicidade ambiental dentro das estruturas físicas do órgão e se refletindo fora dele (NATURATINS, s.d., 2012).

O Protocolo do Fogo, tem como objetivo implantar Protocolos Municipais de Prevenção e Controle do Uso do Fogo nos municípios tocantinenses. Através de mobilização popular nos municípios, o Protocolo visa reunir as instituições organizadas a se comprometerem no desenvolvimento de ações sustentáveis tendo em vista a redução significativa de impactos gerados pelo uso indiscriminado do fogo. Negocia e estabelece acordos entre os diversos atores sociais do município, obtendo significativos resultados na redução dos focos de incêndios/queimadas, tendo respaldo no decreto estadual nº 649/98, que institui o Comitê Estadual de Prevenção, Controle às Queimadas e Incêndios Florestais, cuja meta é encontrar uma estratégia de ação para atuar efetivamente na problemática das queimadas (NATURATINS, s.d., 2012).

A Oficina Ambiente-se. Programa que objetiva a formação de multiplicadores ambientais locais com perfil de reeditores de conhecimento de planos de ação em educação ambiental nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA é uma iniciativa que propõe a instruir e educar o poder público nos municípios para o desenvolvimento da gestão ambiental local (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais, identifica problemas ambientais em comunidades tradicionais e estuda soluções, levando a implantação de práticas sustentáveis, seja pelo resgate de conhecimento tradicional, ou pela mudança de hábitos adquiridos que possam prejudicar os recursos naturais. (NATURATINS, s.d., 2012).

Nesse contexto, se insere o assistente social, compondo uma equipe interdisciplinar de nove profissionais, sendo: dois assistentes sociais; cinco Pedagogos; um Geógrafo e um Turismólogo. Juntos, a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental fazem a gestão da Política Estadual de Educação Socioambiental do Estado do Tocantins, obedecendo as Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

3 | O ASSISTENTE SOCIAL AGINDO EM CONEXÃO COM O PROJETO PROFISSIONAL

Os Assistentes Sociais da instituição fazem questão de informar que os profissionais do Serviço Social

seguem as diretrizes políticas do órgão buscando conhecer a realidade das pessoas que são atendidas pelo Naturatins, refletindo com as mesmas sua situação em relação ao meio ambiente, qualidade de vida através da troca de saberes para transformação da sua mudança de comportamento. (ASSISTENTE SOCIAL).

No campo da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a profissão exige garantir

que as incursões técnico-profissionais e ético-políticas presentes no Projeto ético-político profissional, estejam manifestas na prática profissional do assistente social, independente do espaço socio-ocupacional que ocupe o profissional.

Considerando as exigências ético-políticas da profissão procuramos observar como o fazer profissional atua segundo as diretrizes prescritas na Lei de Regulamentação da profissão, principalmente como forma de garantir a prática de atribuições privativas e a não sujeição a atividades que se enquadrem nos marcos regulatórios da profissão.

Determinadas na Lei 8662/93 – a Lei de Regulamentação do Serviço Social, que “dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências” (CRESS, 6ª Região, 2005, p.8), as atribuições privativas do assistente social são as ações específicas do assistente social desenvolvidas nas dinâmicas institucionais e organizacionais que legitimam o agir profissional em seu campo de atuação. E no texto da Lei estão redigidas na seguinte forma:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social;

II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos e Unidade de Serviço Social;

III – Assessoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – Assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – Dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas;

E na esteira das atribuições privativas do assistente social como o fio condutor da sua prática profissional; procurando responder o que faz o assistente social na Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental da Naturatins, os referidos profissionais apresentaram várias explicações:

1. “A ação profissional se dá no planejamento e execução de políticas socioambientais específicas, viabilizadas nas atividades e projetos prestados nas comunidades, sendo pautada no Código de Ética da Profissão; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662 de 07/07/93), nos Princípios e Diretrizes das Leis: 8080 de 19.09.1990, 8142 de 28.12.1990 (SUS) e 8.742 de 07.12.1993 (LOAS).”
2. “O Assistente Social atua nessa equipe interdisciplinar contribuindo na execução das Políticas Ambientais do Estado do Tocantins, onde atuam coletivamente na gestão ambiental, especificamente, na Educação Ambiental. As atividades são voltadas sempre, para os direitos dos sujeitos em relação ao meio ambiente equilibrado. Essas atividades são desenvolvidas através de oficinas educativas, palestras de sensibilização, mobilização social, seminários, fóruns de debate, Minicursos, campanhas educativas, blitz educativas, entre outras”.
3. “O trabalho é desenvolvido com todos os seguimentos sociais, de acordo com a atividade a ser desenvolvida é verificado o público para poder aplicar a melhor estratégia e metodologia de ação, no caso, não existe um público específico”. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para além do diálogo com as assistentes sociais pesquisadas e da escuta e registro de seus relatos, a observação participante do cotidiano do trabalho desenvolvido pelas profissionais oportunizou mais descobertas sobre o processo de trabalho do Serviço Social na política da Educação Ambiental.

Ponderando sobre outros esclarecimentos das assistentes sociais participantes da pesquisa foi possível observar que a atuação do assistente social na política de Educação Ambiental se resume em: orientação social a comunidades, grupos e à indivíduos; assessoria e apoio às associações e movimentos sociais em relação às políticas ambientais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e ambientais da coletividade; elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas ambientais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares e elaboração de pareceres técnicos.

Nesse sentido, o Serviço Social se legitima na realização da gestão das ações oferecidas pelas políticas institucionais, sempre atuando propositivamente, na realidade local e regional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Assim como procurando garantir os postulados éticos-políticos da profissão sem perder de vista também o compromisso com as demandas e condição social dos beneficiários, conforme nos relata, que “nesse conjunto de ações e compromissos, a atuação do assistente social na educação ambiental, se localiza na abordagem grupal, embasada pela abordagem teórica da política social e da cidadania como condição necessária ao sujeito social”. E

nesse processo de operacionalidade das ações “os instrumentais mais utilizados pelo assistente social na Coordenadoria de Educação socioambiental são: Pareceres Técnicos e Relatório de Atividades referentes à execução das mesmas”.

Refletindo sobre as mediações históricas, sociais e ideopolíticas que atravessam a prática profissional interdisciplinar do Serviço Social na Educação Ambiental desenvolvida no contexto institucional pesquisado e os possíveis rebatimentos na sociedade, observamos claramente que apesar de todos os esforços da equipe dos Educadores Ambientais, nessa equipe, as assistentes sociais fazem um grande esforço profissional para atingir os objetivos propostos no plano de trabalho. Porém, mesmo evidenciando grande esforço metodológico, não conseguem bons resultados na execução dos programas e projetos, devido à falta de recursos, tantos materiais/financeiros, quanto humanos, para que se forme uma grande equipe de educadores sociais ambientais.

Da mesma forma, a Instituição não prioriza a processualidade da Educação Ambiental prevista no Plano Plurianual do Estado do Tocantins 2012/2015, haja vista, que no Estado e seus 139 municípios, somente cerca de cinquenta são cadastrados no órgão estatal de política ambiental. Isso significa dizer, que há insuficiente, ou nenhum esforço por parte do Estado em articular com os poderes públicos dos municípios o engajamento dos mesmos junto aos programas e projetos de educação ambiental do Estado. Por outro lado, explicam os assistentes sociais, que os municípios atendidos somam menos de 50% do total de compõe o Estado, mas além disso as maiores dificuldades vivenciadas no cotidiano do exercício profissional na área de educação ambiental estão em torno de outros fatos, sendo eles:

Apoio logístico insuficiente para atender as demandas em campo; demora no pagamento de recursos para custear as despesas técnicas; capacitação insuficiente para os técnicos poderem desempenhar melhor suas atribuições e material educativo insuficiente para atender as demandas solicitadas. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para melhorar a qualidade dos serviços institucionais prestados às comunidades impactadas, as assistentes sociais da equipe de educação ambiental do Estado do Tocantins são categóricas em avaliar que é preciso:

Cumprir de forma efetiva a legislação em vigor; dar mais apoio as comunidades impactadas por grandes empreendimentos; divulgar mais a legislação ambiental através da garantia, com ações eficazes, dos direitos e deveres em relação ao meio ambiente; disponibilizar recursos financeiros para atender as demandas e, elaborar e distribuir materiais educativos específicos para cada comunidade. (ASSISTENTE SOCIAL).

Sobreposto, observamos que alguns autores dedicados a escrever sobre políticas sociais, em seus textos, deixam claro que a política social favorece tanto ao Estado, quanto, os usuários desta política. Em se tratando da política ambiental, enquanto política social e pública, essa afirmação é contraditória; pois quando a política social não intervém nas expressões da questão social e não enfrenta os impactos socioambientais, automaticamente favorece exclusivamente o Capital. Esse fato fica visível quando

milhares de impactados, desassistidos das políticas sociais, passam a viver a margem da sua própria pobreza, abandonados, como se não existissem.

Nesse sentido, percebe-se que os grandes empreendimentos, como as barragens\hidrelétricas, por exemplo, investem minimamente nos impactos socioambientais, deixando a parte maior desses impactos, para o Estado. E este, por sua vez, também investe minimamente em programas e projetos sociais, não alcançando quem mais necessita.

4 | CONCLUSÃO

Entendendo a Educação Ambiental e o Serviço Social como duas orientações políticas que se complementam de forma multidisciplinar. A primeira como ação política de meio ambiente e espaço socio-ocupacional do assistente social e a segunda como práxis socioeducativa, com suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, alinhadas a direção transformadora da sociabilidade capitalista e seus crimes ambientais, conforme dita seu Projeto Ético-político Profissional, observamos os assistentes sociais, atuando como educadores ambientais, com prática constituída pela ação socioeducativa nas manifestações da questão socioambiental, em cujo agir profissional encaminha um trabalho interdisciplinar que prevê de forma esporádica e, muitas vezes, isolada do processo interdisciplinar, uma abordagem com instrumentais técnicos-operativos privativos do assistente social, sem, contudo, resguardar o espaço da dinâmica operativa específica da profissão.

Essa limitação nos leva a conclusão final de que o agir profissional do assistente social na educação ambiental ainda está velado nos meandros de uma interdisciplinaridade operacionalizada na multidisciplinaridade do conhecimento da equipe de intervenção que não abre espaço para ações específicas do assistente social, mesmo que a realidade trabalhada as exija; fato que impõe a necessidade de se intensificar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Educação Ambiental. Por fim, questiona-se se esse obscurantismo da operacionalidade do Serviço Social na Educação Ambiental faz parte da orientação política que o Estado reserva, via instrução institucional, para a execução da política da Educação Ambiental e seus agentes interventores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. A Educação Ambiental no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. TV Escola. **Salto para o futuro** – Educação Ambiental no Brasil. Brasília, 2008.

CASTRO, Edna. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Santarém: UNIFOP, 2010. Mimeo.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Amazônia: soberania e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Confea, 2007 (Pensar Brasil).

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 6ª REGIÃO MINAS GERAIS. **Coletânea de LEIS**. Belo Horizonte, 2005.

FIORELO, Picoli. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEONARDI, M.L.A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental transformadora. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Philippe Pomier Layrargues (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria Social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, G.P. **Educação Ambiental para professores e outros multiplicadores**. João Pessoa: Superintendência do IBAMA na Paraíba, 2007.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção primeiros passos, 292).

REIGOTA, M. Prefácio. In: GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs.). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M.G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TOCANTINS (Estado). Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). **Educação Ambiental**. Palmas: Tocantins, 2012.

CAPÍTULO 8

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 07/04/2020

Adriana Viana Silva

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/0588804973855796>

Ariane Helena Coelho Raiol

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/1275041795510366>

Ivanira Mariano de Melo

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/5975061330774115>

Jéssica Pereira Moraes

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/7348982549021660>

Josione Gusmão de Carvalho

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/2862572290232318>

Lorena Carolina Roldão Campos

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/5718753406741196>

Luciane dos Santos Marques

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/2835859199007565>

Luciene Cibele Cardoso Ferreira

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/3449535525934012>

Maria Bianca Figueiredo Palheta

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/8338935658909992>

Nathalia Koury Pinto

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/7064498063368231>

Wellington Monteiro Ferreira

Universidade Federal do Pará

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/4853033329873248>

Yasmin Fernandes Santos

Universidade da Amazônia

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/4732626002251358>

RESUMO: A presente pesquisa apresenta reflexões realizadas a partir do estágio em Serviço Social na Companhia de Saneamento do Pará. Parte de uma investigação qualitativa

através de pesquisa exploratória, objetivando analisar os desafios da atuação socioambiental do Assistente Social na área do Saneamento Básico e as contradições históricas que permeiam a política de saneamento.

PALAVRAS – CHAVE: Serviço social, atuação socioambiental, saneamento básico.

TECHNICAL SOCIAL WORK IN THE SOCIOAMENTAL AREA: A SOCIO-OCCUPATIONAL SPACE OF SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: The present research brings reflections on the social service in the Sanitation Company of Pará. The qualitative research through the exploratory research, aimed at the development of the socio-environmental strategy of the social worker in the area of basic sanitation and as the historical policies that permeate a sanitation policy.

KEYWORDS: Social service. socio-environmental performance. basic sanitation.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se constitui de um relato de experiência, apresenta reflexões tidas a partir da vivência no estágio em Serviço Social, constituindo-se como campo uma empresa de saneamento do Estado do Pará, com atuação dentro do Programa Saneamento Para Todos, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal programa possui como propositor a Caixa Econômica Federal, que tem a atribuição de analisar, acompanhar, avaliar e testar a execução de ações.

Desde os primeiros momentos de inserção no campo houve a inquietação de entender o fazer profissional neste ramo. Dentre os questionamentos suscitados durante a experiência, destacamos aquele que despertou o interesse que embasou a realização desta pesquisa: o que faz um assistente social em projetos de saneamento básico? Tal questionamento foi realizado tanto por este grupo de pesquisadores, quanto por diferentes colegas no espaço acadêmico em que estamos inseridas. Tendo em vista responder tal questionamento, nasceu o interesse de refletir a respeito da atuação do Serviço Social no campo referente.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é conceituar e caracterizar o trabalho do assistente social na área do Saneamento Básico, dentro de um empreendimento de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água, analisando os desafios que permeiam a intervenção técnica socioambiental deste profissional. Pretendendo, em termos específicos, caracterizar o trabalho técnico social com as ações técnicas socioambientais desenvolvidas pelas profissionais inseridas no programa, analisando os aspectos desafiadores na execução de tais ações.

A presente pesquisa parte de uma investigação qualitativa, tendo como metodologia de abordagem uma pesquisa exploratória com utilização de fontes bibliográficas e

documentais. Possuindo como fontes principais os relatórios produzidos mensalmente pelas assistentes sociais da empresa acerca do trabalho socioambiental desenvolvido no primeiro semestre do ano de 2019. Completando com fontes secundárias, capturadas na pesquisa bibliográfica que auxiliaram no embasamento desta temática.

Inicialmente faremos uma breve contextualização da política de Saneamento Básico, onde destaca-se os marcos regulatórios e legislativos de dois mandatos: o de Luiz Inácio Lula da Silva e o de Dilma Rousseff. Posteriormente apresentaremos algumas considerações acerca de nossa percepção sobre o território que está recebendo o projeto e o papel da companhia de saneamento do Estado dentro deste, caminhando para uma aproximação e contextualização do trabalho social das assistentes sociais dentro da empresa referenciada, pontuando as intervenções e atividades realizadas analisando cinco relatórios mensais referentes ao mês de fevereiro até o mês de junho de 2019.

Todas as informações levantadas e aqui apresentadas possuem significativos elementos que embasarão a compreensão acerca dos desafios que atravessam a atuação do profissional na área de saneamento básico, desafios estes vivenciados por este grupo de pesquisadores desde o primeiro contato com o campo.

2 | MARCOS REGULATÓRIOS DA POLÍTICA DE SANEAMENTO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o saneamento pode ser entendido como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Também é um conjunto de medidas adotadas (abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, etc...) pelos três níveis de governo: Municipal, Estadual e Federal, para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impedindo e prevenindo que fatores nocivos tragam danos ao bem-estar físico e mental das pessoas (TRATABRASIL, 2014).

O Saneamento Básico no Brasil começou a ser sistematizado como política a partir de 1969, através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Tal plano começou a funcionar somente dois anos depois de sua sistematização, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, instituiu-se o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), (BRITTO, 2011).

Após a extinção do PLANASA, o próximo momento significativo para várias políticas nacionais, inclusive para o saneamento básico, foi a Constituição Federal de 1988. Pela constituinte, não há uma menção direta ao saneamento básico como um direito social mínimo, mas ele vem embutido em outros direitos básicos. Depois da Constituição Federal, temos um longo caminho até a conjuntura atual da política de saneamento, com marcos legais em gestões como a de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994); Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 / 1999 a 2002); Luiz Inácio Lula

da Silva (2003 a 2006 / 2007 a 2010); e Dilma Rousseff (2011 a 2014 / 2015 a –).

No entanto, nos interessa aqui pontuar duas gestões em específico, a de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, por estarem nessas duas gestões os marcos legais e regulatórios da política de saneamento e do abastecimento de água, uma vez que o projeto em que estamos inseridas e que aqui constitui-se como campo de pesquisa, está colocado dentro da política de saneamento visando a ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água.

No que tange a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 / 2007 a 2010), dentre os decretos e leis de dois mandatos consecutivos, destacamos:

- **Decreto nº 5440 de maio de 2005:** estabelece as definições e os procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informações ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

- **Lei nº 11.445/2007:** dá as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB). Reafirmou a necessidade da universalização dos serviços, dispondo da adoção de métodos, técnicas e processos que consideram as diferenças locais e regionais, e que não causem risco à saúde e ao meio ambiente. Tal lei traz uma clara tendência de articulação das políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional de cooperação e participação, controle e inclusão social. Alinhando no âmbito nacional, as necessidades municipais de saneamento básico, configurando-se como um importante avanço para o saneamento básico no Brasil.

- **Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro:** diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007). Segundo o Ministério das Cidades (2007), o PAC (2007-2010) foi um programa que visava promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento de empregos e a melhoria nas condições de vida da população brasileira. O programa consistiu em um conjunto de medidas destinadas a: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

- **Lei nº 12.305/2010, de 2010:** tal lei, tida no último ano de mandato do governo de Lula, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), disciplinando os aspectos que se aplicam a todos os entes da Federação e às pessoas físicas e jurídicas responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, e às que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Na Gestão de Dilma Rousseff (2011 a 2014 / 2015), marcada pela tentativa de manter uma estabilidade perante a crise deflagrada em 2007, e seguindo a política econômica do governo de Lula, destacamos:

- **Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 2, em 2011:** O PAC2, através do Ministério das Cidades (2015), autorizou projetos em obras de urbanização, de

assentamentos precários, saneamento, pavimentação e prevenção. O programa, nesta segunda etapa, visou diminuir riscos no tratamento de água em áreas urbanas, melhorar o abastecimento de água e esgoto para a população, investir em estações de tratamento, reservatórios, adutoras para aumentar a produção de água e melhorar a distribuição, reduzindo perdas hídricas.

• **Portaria nº 2.914, em 2011:** nesta portaria o Ministério da Saúde, dispôs sobre procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

• **Portaria nº 21, em 2014:** trata da inclusão do Trabalho Social associado a programas de interesse social. Esta portaria se constitui uma grande conquista para o trabalho social porque aprova o manual de instruções do trabalho social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Ela define o trabalho social como:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (PORTARIA 21, 2014)

Contextualizar a política de Saneamento Básico cronologicamente, forneceu-me material e embasamento, para refletir em concordância com ALGEBAILLE e SALLES que:

(...) todo este contexto está longe de ser uma instância neutra voltada ao bem-estar e à igualdade social é um campo de intensas contradições e conflitos de interesses, marcados pela permanente tensão entre interesses públicos e privados, entre as lutas por direitos coletivos e o uso instrumental do Estado a favor de uma ordem econômica que produz e reproduz continuamente as desigualdades sociais e a pobreza. (ALGEBAILLE, 2005 apud SALLES, 2008, p. 15 e 16).

Com todas as informações levantadas, constato que a Política Nacional de Saneamento Básico é historicamente permeada de contrastes sendo acompanhada pelas transformações políticas, sociais e econômicas nos diferentes momentos do país.

3 | A PROPOSITORA, O PROJETO E O TERRITÓRIO

Como já mencionado, constitui-se como campo desta pesquisa o trabalho desenvolvido dentro da empresa responsável pelo saneamento no Pará, com atuação no Programa Saneamento Para Todos, do Programa de Aceleração do Crescimento, que tem como propositora a Caixa Econômica Federal.

Com o objetivo de coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgoto, bem como realizar obras de saneamento básico, a empresa de saneamento do Estado constituiu-se como a principal executora do projeto Saneamento Para Todos, que dentro do bairro Águas Lindas, visa a

ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água, com a melhor relação custo benefício para o consumidor.

Inserida neste espaço, observa-se a atuação do assistente social dentro da política de saneamento básico com intervenções socioambientais junto ao território. É válido destacar que o território beneficiário deste projeto é marcado pela vulnerabilidade, destacando que o público beneficiário deste projeto é formado, na sua maioria, por pessoas de baixa renda, em situação de desemprego, com altas taxas de analfabetismo.

4 | O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO

O trabalho técnico social nos programas de desenvolvimento urbano tem seu planejamento de execução fundamentado na participação dos beneficiários. A busca por tal participação objetiva promover uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, além de buscar contribuir significativamente para a sustentabilidade do empreendimento.

A Caixa Econômica Federal, através do profissional Técnico Social, que aqui corresponde ao profissional com formação em serviço social, tem o papel de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas. Além disso, cabe a ela também realizar o estudo socioambiental preliminar, juntamente com a equipe de engenharia, nos programas que possuem tal exigência.

Após o projeto ser aprovado, sua execução tem início, recebendo o devido monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. A execução é registrada em relatórios mensais de acompanhamento, enviados ao profissional responsável para fins de liberação de parcela contratual, acompanhados dos documentos de registro e sistematização das atividades.

Conforme a CEF – Manual Normativo (2011), a intervenção técnica social é norteadada por eixos estruturantes que devem ser desenvolvidos após serem adaptados à realidade local e às diretrizes.

No momento de nossa inserção no quadro de estagiários, havia no projeto duas assistentes sociais vinculadas à empresa por meio de contratos temporários, sem registro em carteira profissional. Ambas nos orientaram que a atuação do Assistente Social neste projeto é orientada pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) instituído pela Caixa Econômica Federal, que consiste em um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários.

Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. Os projetos não existem

de modo isolado. São componentes de programas e sua utilidade e relevância devem-se ao fato de possibilitar colocar na prática cotidiana os princípios e diretrizes das políticas sociais, que tem como finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população. (CEF, 2013)

O PTTS, contém um Termo de Referência, também apresentado pelas assistentes sociais desde o primeiro momento de nossa inserção no campo, o TR consiste em um documento disponibilizado juntamente com o PTTS, que se trata de um registro expositivo e esquemático, que define objetivamente as metas e o escopo do projeto.

No campo referente, o PTTS encontra-se na fase de obras, onde são desenvolvidas atividades relacionadas à constituição de grupos de acompanhamento do projeto, entidade representativa dos moradores, bem como a preparação dos beneficiários para o recebimento da água potável em suas residências. Como já mencionado, compete à CAIXA, na qualidade de agente propositor, o acompanhamento da execução do PTTS, uma vez que a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento das metas/atividades estabelecidas no projeto aprovado.

Compete também ao serviço social construir os relatórios mensais de acompanhamento do trabalho técnico social, que são documentos com registros das ações realizadas bem como das previstas e não realizadas, além disso, os resultados alcançados. Tais relatórios devem ser elaborados com base em um modelo pré-estabelecido pela CEF, no Caderno de Orientação Técnico Social de 2013 (COTS 2013).

Após conceituar o trabalho do assistente social dentro deste campo instituído na área do Saneamento Básico, em um empreendimento de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água, focamos agora na segunda parte de nosso objetivo geral: analisar os desafios que permeiam a intervenção técnica socioambiental deste profissional. Diante disso, apresentaremos alguns desafios vivenciados durante o processo de estágio na instituição.

No que tange os documentos norteadores do processo de trabalho: COTS; PTSA; TR e os Relatórios Técnicos Socioambientais; com o planejamento de ações embasadas nos eixos de: mobilização, organização e fortalecimento social, acompanhamento e gestão social da intervenção, ações de educação ambiental e patrimonial e ações de desenvolvimento econômico; nossa análise se volta para a forma como os mesmos norteiam o trabalho do assistente social, objetivando, como afirma Iamamoto (2009), desvendar as estratégias de ação por trás da trama submersa de interesses.

No nosso segundo dia de estágio o setor social foi chamado para intervir em uma manifestação de moradores em uma das ruas beneficiadas, os mesmos barraram a entrada das máquinas devido às dificuldades de locomoção que, segundo os mesmos, agravam com as obras e o período chuvoso. As assistentes sociais registraram o ocorrido por meio de fotos e mobilizaram uma reunião em um centro comunitário para prestar esclarecimento. Diante disso, nossa observação no que tange os eixos norteadores do

trabalho focou-se no de mobilização, organização e fortalecimento social.

A observação do território que está recebendo o projeto nos permitiu constatar a grande presença de líderes comunitários e espaços democráticos como centros comunitários, e o CFESS delimita como competência do Serviço Social a:

[...] dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos (a) usuários (as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas.

Sendo assim, no que se refere ao eixo de mobilização, organização e fortalecimento social, e entendendo que os espaços de participação comunitária presentes no território são espaços de disputa que propiciam momentos preciosos de participação, reivindicação e defesa dos direitos dos usuários das políticas públicas, temos que um dos principais desafios é ultrapassar a participação reduzida estabelecidas nas ações do PTTS.

Fazendo algumas observações nesse sentido, Santos (2010) adverte que o profissional de Serviço Social tem sofrido cada vez mais a interferência dos interesses do capital nos seus processos de trabalho, tornando-os mais sistematizados e informatizados a fim de controlar e mecanizar a atuação do profissional.

A análise dos documentos que orientam o trabalho social e dos relatórios produzidos mensalmente, nos possibilitaram concluir que, em geral, houve o desafio de transcender as demandas institucionais. Sendo a atuação dentro do referido espaço desafiador, no entanto, tal campo institucional não deixa de ser um meio de intervenção. A intervenção está estabelecida fazendo relação ao compromisso ético-político que a profissão exige.

5 | CONCLUSÃO

Cabe aqui destacar que ao resgatar historicamente marcos da política de saneamento básico, nos foi possível identificar e constatar que esta área é permeada de contradições ao longo de sua trajetória, sendo até os dias atuais, caracterizada pela sua baixa efetividade. Diante disso, afirmamos que o trabalho técnico social, dentro desta área, precisa indiscutivelmente estar no sentido de fortalecimento da participação comunitária.

A experiência obtida nos proporcionou constatar a importância do trabalho técnico social exercido pelo (a) assistente social, concebendo que este tem que estar embasado nos fundamentos históricos e teórico metodológicos subsidiados por valores e princípios éticos, orientado na perspectiva do direito. Portanto, o desafio está na apropriação do significado social deste trabalho na particularidade da questão do saneamento.

No que se refere a atuação do assistente social e os desafios que permeiam esta, temos que estes só podem ser compreendidos em sua totalidade se forem analisados dentro do contexto da política e da gestão em que estão inseridos. Diante dos desafios vivenciados na prática cotidiana do estágio, entendemos também que, apesar de termos

focado nos desafios de apenas um dos eixos, estes não são exclusivos, atravessam as intervenções de forma heterogênea e complexa, instituindo um caráter desafiador para o exercício profissional.

Diante deste cenário, apontamos como desafios: ultrapassar o discurso de participação reduzida às ações do PTSA; deflagrar uma prática participativa com a população intervencionada; considerar constantemente os temas que surgem e interferem na localidade intervencionada; empenhar-se para o reconhecimento social do profissional nas comunidades; e realizar práticas aliadas à dimensão ético-política da profissão. Outros desafios associados à reestruturação produtiva podem ser observados, como: a flexibilização do trabalho e a instabilidade profissional.

Diante de tudo o que aqui foi exposto, concluímos que a intervenção do assistente social nesta área não é simples, pelo contrário, é permeada de conflitos e contradições que se unem as expectativas de uma população marcada pelo abandono do Estado. Concluímos também que as possibilidades de frentes de trabalho e de projeto profissional não são oferecidas de forma fácil e automática na realidade, cabendo aos profissionais, como afirma Iamamoto (2009), também o desafio de as desvendar.

REFERÊNCIAS

ADSFAD. Brasil. Asdf. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica de Jesus. **O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 429.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 107, p.405-419, Jul/set. 2011. Trimestral.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 118, n. 3, p.318-338, abr. 2014. T.

_____. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. Decreto nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos: altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

_____. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. **Estabelece normas para a elaboração e execução do plano plurianual e dos orçamentos da união, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm>.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe Sobre A Política Nacional do Meio Ambiente, Seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>.

BRASIL. Léo Heller. Ministério das Cidades (Org.). **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: [s.n], 2014. 220 p. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab_texto_editado_p_ara_download.pdf>.

BRITTO, Ana Lúcia et al (Org.). **Panorama do saneamento básico no brasil: Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 537 p. Disponível em: <http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/PANORAMA_Vol_4.pdf>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasil) (Org.). **Saneamento para todos**. Disponível em:<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiamento/saneamento_para_todos/saiba_mais.asp>.

_____. **COTS 2013: Caderno de Orientação Técnico Social 2013**. Brasília: [s. N.], 2013. 62 p. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf>.

CFESS, Comissão de Fiscalização. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. São Paulo: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 74 p. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 15 de março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez et al. **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 135 p

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 154 p.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do trabalho do assistente social**. 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/YolandaGuerra.pdf>>.

HACK, Joziane. **Os desafios para o Serviço Social diante do trabalho técnico social nas obras de saneamento básico**. 2009. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HELLER, Léo. **Saneamento e saúde**. [S. L.: s. n.], 1997. 102 p. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0242.pdf>>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade, In: CEFESS, **Atribuições Privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília, Fevereiro de 2002.

_____. **Diretrizes do trabalho Socioambiental**. Brasília: [s. N.], 2009. Disponível em:<http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/Diretrizes_Trabalho_SocioAmbiental.pdf>.

_____. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Portaria 21**. Brasília, 22 jan. 2014.

_____. **Programa de aceleração do crescimento 2007-2010**. Slides de Apresentação. Janeiro/2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_AC_medidas_institucionais.pdf>.

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento - PAC**. 2013. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PEIXOTO, João Batista. **Saneamento básico: política, marco legal e instrumentos de gestão dos serviços**. [s. L.]: Fundação Vale, 2013. 16 p.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 41 p.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 231 p.

TRATABRASIL, Instituto Trata Brasil (Org.). **Saneamento no Brasil: backup**. 2014. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-backup>>.

WILLIG, Rosana Izara Luchese. **Os serviços de saneamento básico como instrumento de desenvolvimento sustentável: possibilidades e perspectivas a partir de políticas públicas tributárias de inclusão social**. 2011. 161 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2011.

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Data de aceite: 01/07/2020

Danielle Viana Lugo Pereira

Doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora adjunta do Curso de Serviço Social da UFPB. João Pessoa- Paraíba.

<http://lattes.cnpq.br/5035911096415122>

Arianny Estéfanos Lemos da Costa

Graduada em Serviço Social pela UFPB. João Pessoa- Paraíba.

RESUMO: O capítulo analisa as atuais configurações do trabalho profissional de assistentes sociais num Hospital-Escola. Para isto, utilizou-se a pesquisa de campo, caráter qualitativa, com dezenove profissionais do Serviço Social, do universo de dez assistentes sociais. Observou-se que, os resultados apontam para uma nova morfologia do trabalho, com destaque para algumas tendências, dentre elas: a retração dos direitos sociais, a intensificação e a precarização do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Nova morfologia. Trabalho profissional. Mundo do trabalho.

ABSTRACT: The chapter analyzes how current configurations of the professional work of social workers in Hospital-Escola. For this, use a

qualitative field research with nineteen Social Work professionals, from the universe of ten social workers. Note that the results pointed to a new morphology of work, with emphasis on some trends, among them: retraction of social rights, intensification and precariousness of work.

KEYWORDS: Social Work. New morphology. Professional work. World of work.

INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe um estudo sobre as atuais configurações e desafios do trabalho profissional de assistentes sociais no contexto do Hospital-Escola.

Nesta investigação, a problemática que dá concretude a nossa perspectiva de análise são as implicações das metamorfoses no mundo trabalho que impactaram diretamente o papel do Estado no trato das múltiplas expressões da “questão social”, consequentemente, redefinindo as políticas sociais e as mudanças nas relações de trabalho.

O projeto neoliberal alinhado com a reestruturação produtiva, surgiram como mecanismo de superação da crise do capital dos anos setenta do século XX, provocando

transformações no mundo do trabalho, que corroboraram, entre outros processos, para a flexibilização e a precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto, estando os/as assistentes sociais, inseridos no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, inscritos na divisão social e técnica do trabalho, apanham as consequências dessas metamorfoses, acarretando tensões entre o trabalho assalariado e o projeto ético-político. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012)

Diante disso, levantamos a seguinte hipótese: as recentes mutações no mundo do trabalho implica em novas configurações para o trabalho profissional de assistentes sociais, na medida que os princípios do projeto ético-político encontram-se na contramão da ofensiva do Estado neoliberal, o qual provoca perdas de direitos para a classe trabalhadora e incide na dimensão política do trabalho profissional, com rebatimentos na “autonomia relativa”.

Nesta esteira, este trabalho inclui esta introdução, desenvolvimento e as considerações finais. Desta forma, na primeira parte analisamos as mutações no mundo do trabalho que acarretam em atuais configurações do trabalho profissional de assistentes sociais; na segunda parte, mas não menos importante, considerando a particularidade do Hospital-Escola, trata-se de compreendermos as tendências do trabalho profissional diante as metamorfoses no mundo do trabalho, na medida que tais transformações afetam a efetivação do projeto ético-político, tendo em vista que seus princípios estão na contramão do neoliberalismo.

Por fim, apresentamos as considerações finais expondo os resultados identificados nos dados da pesquisa. Desta forma, confirmamos a hipótese de que as mutações do mundo do trabalho interferem substancialmente no trabalho profissional das assistentes sociais, acarretando em novas tendências para este trabalho, implicando rebatimentos na relativa autonomia.

DESENVOLVIMENTO

As atuais configurações do trabalho profissional de assistentes sociais sob as inflexões no mundo do trabalho

A crise estrutural do capital (ANTUNES, 2009) que transitava entre os anos sessenta e setenta do século XX, pôs fim ao chamado “anos dourados”¹, o qual representava o período do pleno emprego, levando os capitalistas a desencadearem respostas com objetivo de recuperar seu ciclo reprodutivo que modificaram o cenário mundial, provocando grandes transformações societárias que impactaram diretamente no mundo do trabalho.

Tais estratégias de manutenção e reprodução do capital, buscou ampliar as formas de extração do sobretrabalho por meio da redução de trabalhadores contratados

1. Caracteriza-se pelo crescimento econômico do sistema capitalista durante três décadas.

e regulamentados com a incorporação em grandes quantidades de tecnologias microeletrônicas, e assim, poupando a força de trabalho humana (RAICHELIS, 2018). Desse modo, acarretando a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Desta feita, as mutações que assolam o mundo do trabalho corroboram para a ampliação do trabalho desregulamentado, “[...] distantes e mesmo burladoras da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada.” (ANTUNES, 2015, p. 127), implicando na perda de direitos, como: aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade entre outros. Além de trabalhos submetidos a contratos temporários, sem estabilidade.

Desta forma, as medidas capitalistas de flexibilização e restrição dos direitos sociais, rebatem diretamente nas condições precárias de trabalho, e o assistente social enquanto trabalhador assalariado e pertencente a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2015) está intrinsecamente relacionado nesse processo de exploração e precarização presente nas transformações no mundo do trabalho.

No que tange ao Serviço Social, reiteramos a tese apresentada por Iamamoto e Carvalho nos anos de 1980, com base na teoria social crítica de Marx, em que os autores ao analisarem o significado social da profissão traz a centralidade do trabalho e o Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo. Nessa compreensão, a força de trabalho de assistentes sociais se insere na divisão social e técnica do trabalho², na condição de assalariamento vendendo sua força de trabalho a diferentes empregadores, no qual se destaca o Estado, como maior empregador. É com base nessa análise dos referidos autores que apreendemos as configurações do trabalho de assistentes sociais nas recentes transformações do mundo trabalho, na Política de Saúde.

O trabalho de assistentes sociais: um estudo no Hospital-Escola

Nesta parte, para analisar as atuais configurações do trabalho de assistentes sociais em face à Política de Saúde, recorreremos aos dados da pesquisa realizada com as assistentes sociais do Hospital-Escola. Nesta esteira, trata-se de compreendermos as tendências do trabalho profissional diante das metamorfoses no mundo do trabalho, na medida que tais transformações afetam a efetivação dos princípios do Projeto Ético-Político.

Apesar dos progressos significativos da Política de Saúde após implementação do Sistema Único de Saúde (SUS, a referida política até hoje encontra obstáculos à sua consolidação, haja vista o contexto da realidade brasileira ser marcado pelo sucateamento do setor público com desmonte de direitos sociais conquistados historicamente, e que

2. Ver Marilda Iamamoto. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Capítulo II.

permeiam até os dias atuais. (RODRIGUES, s/d)

Dando recorte ao Hospital-Escola, temos como exemplo a inserção da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) na administração do referido hospital. Em meio disto, adotou-se um modelo de gestão compartilhada entre a Gerência de Atenção, Gerência de Ensino e Pesquisa e Gerência Administrativa, os quais recebem recurso financeiro através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) que tem o objetivo de criar condições materiais e institucionais para os hospitais federais desempenharem suas funções frente ao ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde.

Dentro deste espaço de atuação, o/a assistente social como demais profissionais é contratado para exercer trabalho o qual está sob a interferência de interesses capitalistas, estando inserido na mediação entre a instituição, os usuários e suas demandas.

À vista disso, o/a assistente social dispõe de uma autonomia relativa na condução de seu trabalho profissional, tendo em vista os impasses decorrentes do formato da gestão e das normas institucionais, por sua vez, o/a profissional tem liberdade para “[...] planejar suas ações privativas, normatizar suas atribuições e competências e buscar capacitação para qualificar sua atuação.” (FREITAS, 2015, p.2)

Deste modo, o trabalho de assistentes sociais no Hospital Universitário Lauro Wanderley, apresenta como um dos principais o desafio de garantir o exercício de cidadania através da democratização dos serviços, concretizando valores e princípios presentes do Código de Ética Profissional na contracorrente da ofensiva neoliberal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa analisou o trabalho de assistentes sociais considerando algumas especificidades das principais tendências do trabalho profissional, na particularidade do Hospital-Escola.

Os sujeitos da pesquisa foram as assistentes sociais que atuam no Hospital-Escola. O universo foi constituído por dezenove profissionais – todas do sexo feminino – que compõem o Serviço Social no hospital supracitado. Sendo assim, elegeu-se uma amostra de sujeitos por conveniência representando aproximadamente 53%, que corresponde a dez assistentes sociais, as quais estão subdivididas na extensão do hospital. Neste sentido, a amostra processou-se de forma aleatória no tocante à escolha dos ambientes as quais estão inseridas as assistentes sociais.

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley, o qual seguiu as normas e diretrizes da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, uma vez que regulamenta as pesquisas que envolve a participação de

seres humanos. Além disso, em seguida enviou-se a Plataforma Brasil³, atendendo todas as condições éticas e legais imprescindíveis para iniciar a coleta dos dados.

Desta feita, deu-se na perspectiva analítica do materialismo histórico-dialético, considerado o mais adequado para compreender o movimento dinâmico da realidade, que fundamenta e alicerçar o objeto de investigação.

Desta forma, permitiu um estudo para além da aparência dos fenômenos, apreendendo a essência do objeto, ou seja, sua estrutura e dinâmica. Além de considerar a totalidade, a contradição e a historicidade dos fatos, por meio da criticidade, que contribui neste processo de apreensão da realidade para além da sua imediatividade ou aparência.

Sob esse prisma analítico, a pesquisa caracterizou-se como sendo preeminentemente exploratória, qualitativa e de campo, através da aplicação de roteiro semi-estruturado, onde as respostas dos entrevistados foram anotadas manualmente.

Dessa maneira, os dados foram organizados e analisados conforme as técnicas sugeridas pela Análise de Conteúdo, que tem objetivo de proporcionar criticamente respostas às investigações, como também “[...] procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 167).

Por fim, o objetivo deu-se no intuito de proporcionar uma análise crítica da realidade acerca das transformações no mundo do trabalho o qual corrobora em novas configurações para o trabalho profissional de assistentes sociais.

RESULTADOS

Conforme Iamamoto e Carvalho (2012), o Serviço Social está inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, portanto, o trabalho realizado pelos assistentes sociais é caracterizado pela condição de assalariamento. Nessa perspectiva, permite apreender as implicações do trabalho profissional de assistentes sociais que se desenvolve no contexto de relações contraditórias, polarizada pelo interesse de classes antagônicas que põem limites para seu trabalho. Nesse sentido, destaca-se os seguintes depoimentos:

[...]. Desafio é fazer com que a instituição faça cumprir os direitos dos usuários, que é um direito e não um favor [...]. (Entrevistada 2)

[...]. A efetivação dos direitos sociais dos usuários, pois as demandas são maiores que a oferta dos serviços, pois a instituição não consegue atender a todos. [...]. (Entrevistada 3)

Se colocar como intermediador entre os interesses da instituição balizadas pelo sistema econômico operante e os direitos dos usuários. (Entrevistada 8)

Desta feita, ainda que as assistentes sociais desenvolvam um discurso centrado na
3. Parecer consubstanciado do CEP de número: 3.099.965.

autonomia dos seus preceitos éticos-políticos, no entanto, estas se inserem em atividades interventivas que são determinadas para além de seu controle, numa relação de mediação entre: Estado, instituição e classes subalternas. (YAZBEK, 2009)

Na assertiva reflexão de Yamamoto (2007), a possibilidade de o/a assistente social imprimir direção social no seu trabalho profissional, decorre da relativa autonomia que dispõe o/a profissional. Isto porque, segundo Raichelis (2011),

[...]. Essa mercadoria “força de trabalho” **só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que não sendo de propriedade do assistente social**, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais, recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 425, grifos nossos).

Desse modo, ainda que a profissão seja reconhecida como “liberal”, amparada por determinações legais e éticas na condução do trabalho profissional, no entanto, é tensionada pela compra e venda da sua força de trabalho especializada.

Portanto, os organismos empregadores põem limites à efetivação do projeto profissional, como também recortam ações a serem desenvolvidas no trato da “questão social”, suprimindo direitos sociais, cortando os investimentos nas políticas públicas e sociais, além de ampliarem intervenções focalistas, seletivas etc.

Dessa forma, observa-se que o trabalho realizado pelas assistentes sociais do Hospital-Escola vem sendo desafiado pela dinâmica institucional, na medida que estão subordinadas a uma gestão, tendo que mediar sua atuação entre normas da instituição e os direitos dos usuários.

No que concerne aos rebatimentos do projeto neoliberal no trabalho profissional de assistentes sociais no contexto do Hospital-Escola, observa-se a redução dos investimentos na Política de Saúde, implicando em ações focalistas, seletivas e precarização do trabalho. Conforme expressam as seguintes falas das assistentes sociais:

[...]. Dificuldades de acesso aos serviços por parte dos usuários, pela morosidade, lentidão na resolutividade na saúde, pela falta de insumos, a exemplo dos medicamentos, redução dos leitos, indisponibilidade de equipamentos que viabilizam os exames. [...]. (Entrevistada 1).

Os primeiros impactos a gente percebe na perspectiva de redução de investimentos, que vem no efeito cascata, na redução de leitos, falta de insumos. A gente vivenciou recentemente o corte de acompanhantes, passando a autorizar aqueles que são garantidos por lei. Então, diante a perspectiva neoliberal houve essas reduções (Entrevistada 10).

Apesar da Constituição Federal de 1988 reconhecer os direitos sociais, entre eles o direito à saúde, todavia, observa-se uma forte ofensiva do Estado neoliberal que correspondem “[...] propostas seletivas, reducionistas, apenas suficientes para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural, [...] redesenha suas ações sociais aprisionado pela agenda neoliberal.” (YAZBEK, 2009, p. 17-18)

Desse modo, o avanço neoliberal erodiu os bojos dos sistemas de proteção social, como também redirecionou a interferência do Estado face à “questão social”, a qual é “[...] matéria-prima da intervenção dos assistentes sociais [...]” (YAZBEK, 2009, p. 17). Na mesma linha de Yasbek (2009), segundo Behring e Boschetti (2014), a implantação da agenda neoliberal se dá em detrimento da efetivação das políticas de proteção social.

Conforme as análises de Ribeiro (2014), no que diz respeito à Política de Saúde, a ofensiva neoliberal atinge duramente o SUS, na medida que convive com o obstáculo de um financiamento aquém das necessidades, com cortes expressivos nos investimentos, culminando na escassez da oferta de serviços em seus diferentes níveis de atendimento ao usuário. Em consonância ao CFESS (2010):

A política pública de saúde tem encontrado notórias dificuldades para sua efetivação, como a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. Todas essas questões são exemplos de que a construção e consolidação dos princípios da Reforma Sanitária permanecem como desafios fundamentais na agenda contemporânea da política de saúde (CFESS, 2010, p. 21).

Diante o exposto, o/a assistente social põe-se no desafio de lutar e garantir a concretização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade que constroem o SUS. Além disso, sob a ótica das recentes “mutações do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2015) o que o torna cada vez mais flexibilizado e precário; verifica-se diante às medidas neoliberais a ampliação da privatização e terceirização na saúde, a exemplo da EBSERH, que atualmente gerencia os hospitais universitários da União. Quanto a esse respeito, a fala seguinte expressa essa tendência:

[...]. Na própria forma de gestão nos hospitais públicos e contratação dos recursos humanos, a exemplo da EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), na substituição de trabalho humanos nos hospitais (Entrevistada 1).

Em conformidade com Netto e Braz (2012, p. 240), podemos identificar “o ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado [...] impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços [...]”.

Desta forma, trata-se do processo de privatização e terceirização em curso, mediante o qual o Estado entrega empresas e instituições públicas para exploração privada e lucrativa, diante o crescimento acentuado da ofensiva neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a nossa hipótese de que as recentes mutações no mundo do trabalho implica em novas configurações para o trabalho profissional de assistentes sociais, na medida que os princípios do projeto ético-político encontram-se na contramão da ofensiva

do Estado neoliberal, provocando perdas de direitos para a classe trabalhadora e incidindo na dimensão política do trabalho profissional, com rebatimentos na “autonomia relativa”.

Nesse sentido, podemos inferir a validade da referida hipótese ao analisar o contexto das recentes mutações do mundo do trabalho, o qual traz inflexões para o trabalho profissional de assistentes sociais, uma vez que estão na condição de assalariados e pertencentes à classe trabalhadora, e assim, implicando em tensionamentos na condução do trabalho destes profissionais, como também incidindo na autonomia relativa que dispõe o/a assistente social.

No que diz respeito aos rebatimentos da ofensiva neoliberal no trabalho profissional de assistentes sociais no contexto do Hospital-Escola, observa-se a redução dos investimentos na Política de Saúde, implicando em ações focalistas, seletivas e precarização do trabalho. Tal quadro culmina na escassez da oferta de serviços em seus diferentes níveis de atendimento ao usuário, pondo o/a assistente social no desafio de lutar e garantir a concretização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade que constroem o SUS.

Além disso, sob a ótica das recentes “mutações no mundo do trabalho” verifica-se a ampliação da privatização e terceirização na saúde, a exemplo da EBSEH, que atualmente gerencia o Hospital-Escola.

Portanto, os dados revelam que as assistentes sociais do Hospital-Escola compreende a profissão pela luta e defesa dos direitos sociais dos usuários, buscando a efetivação destes frente à instituição, pondo-se no desafio de garantir o exercício de cidadania através da democratização dos serviços, mesmo estando inseridas num contexto de contradições que, ao mesmo tempo, enfrenta a redução de recursos destinados a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo, **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, R. E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez: 2007.

IAMAMOTO; CARVALHO. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 37. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. (Org. RAICHELIS, R. VICENTE, D. e ALBUQUERQUE, V.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. São Paulo, jul/set, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282011000300003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01 abr. 2019.

RODRIGUES, Luciene. **Marcas do neoliberalismo na política pública de saúde do Brasil nos governos FHC e Lula**. Disponível em: <http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/luciene_rodrigues_gt_11.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In.: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 01/04/2020

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira

IFAM/AM, <http://lattes.cnpq.br/0626738111139747>.

Érica Oliveira de Castro Farias

IFAM/AM, <http://lattes.cnpq.br/1619394801478403>.

Rosimary de Souza Lourenço

IFAM/AM, <http://lattes.cnpq.br/5212663573531494>.

RESUMO: Este trabalho sistematiza a prática profissional dos assistentes sociais do IFAM/CMC em 2018, refletindo sobre as demandas, projetos e atividades desenvolvidas. A prática neste campo de atuação está atrelada à Assistência Estudantil, porém os dados revelam que há outras frentes de atuação sendo desenvolvidas no Campus. Conclui-se que, apesar dos desafios, avanços foram conquistados.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço social; prática profissional; educação, assistência estudantil.

SYSTEMATIZING SOCIAL WORK AT
FEDERAL INSTITUTE FEDERAL OF
AMAZONAS/MANAUS CENTER CAMPUS:
REFLECTING ON THE PROFESSIONAL
PRACTICE OF SOCIAL WORKERS IN 2018

ABSTRACT: This work systematizes the professional practice of the social workers of the IFAM / CMC in 2018, reflecting on the demands, projects and activities developed. The practice in this field is linked to Student Assistance, however the data reveal that there are other work fronts being developed in the Campus. It is concluded that, despite the challenges, progress has been made.

KEYWORDS: Social service; professional practice; education, student assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O profissional de Serviço Social dispõe de um arsenal de instrumentais que embasam a dimensão técnico-operativo da profissão. Um instrumental pode ser definido como a metodologia adotada para compreensão criativa da realidade social, a fim de sustentar uma intervenção qualificada. Nesse viés,

o relatório é um instrumental técnico-operativo do Assistente Social que dispõe sobre o trabalho realizado e as informações adquiridas durante a execução de determinada atividade, ou ainda, é o relato dos dados coletados e das intervenções realizadas pelo profissional (SOUZA, 2008). Ele também pode ser utilizado para compilar todas as atividades desenvolvidas pelo profissional ou equipe de profissionais em um período de tempo. Assim, os relatórios sociais são instrumentos privilegiados para a sistematização da prática do Assistente Social.

Esses relatórios servem para dimensionar as ações profissionais, para subsidiar a avaliação da prática, para embasar o planejamento e aperfeiçoamento da intervenção, favorecendo uma prática profissional reflexiva em detrimento da pragmática. Para tanto, adotar-se-á o conceito de Ação Profissional estabelecido por Lima, 2004, p. 61:

[...] conjunto de procedimentos, atos, atividades, pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente. Portanto, contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais.

Nesse sentido, por entender a necessidade e a importância da sistematização e divulgação das ações profissionais, organizou-se o relatório das atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais do IFAM/CMC no ano de 2018. Para tal, utilizou-se do acervo documental do Setor de Serviço Social e do olhar empírico dos Assistentes Sociais quanto aos programas, projetos e ações desenvolvidas, considerando seus aspectos qualitativos e quantitativos, bem como uma breve análise da prática profissional sistematizada.

2 | O SERVIÇO SOCIAL NO IFAM

O Serviço Social é uma profissão que viabiliza os direitos sociais dos usuários por meio de programas e políticas sociais. Na política educacional a profissão é requisitada em um diversificado leque de atuação devido às múltiplas expressões da Questão Social que se manifestam amplamente no cotidiano escolar. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil - PAES, as ações do Serviço Social constituem-se em apoio às atividades pedagógicas, prioritariamente ao corpo discente, oferecendo suporte para a permanência e a continuidade dos estudos, tendo em vista a garantia do êxito escolar.

Algumas das atribuições do Assistente Social no âmbito do IFAM são: realizar atendimento e acompanhamento social a discentes, familiares, docentes e demais servidores; estimular a participação da família no cotidiano escolar, na perspectiva da co-

responsabilização pelo processo educacional do discente; orientar corpo discente, docente e demais servidores, no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; realizar encaminhamentos institucionais com o intuito de enfrentar as situações de risco e de vulnerabilidade social; realizar visitas domiciliares e hospitalares a discentes e servidores e desenvolver ações socioeducativas sobre temáticas que interfiram direta ou indiretamente no êxito escolar.

2.1 Política de assistência estudantil do IFAM – PAES/IFAM

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que abrange as Universidades e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal (BRASIL, 2010). Para tanto, o PNAES apresenta os seguintes objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão e;

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Ele norteia legalmente a Política Assistencial Estudantil – PAES³/IFAM que prevê que o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios dentre os quais a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esta Política está fundamentada pela Resolução 13, aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Amazonas em 09 de junho de 2011, e normatizada pela Portaria 1.000 GR/IFAM de 07 de outubro de 2011.

A Política busca equiparar desigualdades sociais, de acesso, permanência e êxito escolar, por meio de Programas de benefícios sociais e de acompanhamento do aluno na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

O recurso destinado à PAES/IFAM é dividido equitativamente para o desenvolvimento de atividades de concessão de benefícios, onde oferece assistência social ao educando, mediante a concessão de um auxílio financeiro mensal, buscando assegurar direito básico do cidadão e de sua permanência na formação acadêmica, melhoria no rendimento escolar, e assim contribuir com a qualidade do processo de ensino aprendizagem. Isso também ocorre via Execução de Projetos nos Programas Integrais, onde 80% do recurso anual destinado à Política de Assistência Estudantil no Campus é direcionado às atividades de concessão direta de benefícios e 20% para o desenvolvimento de Projetos nos Programas Integrais. Ambos os programas são regidos por editais semestrais, com ampla divulgação

em murais e no portal oficial do Campus.

2.2 Programa socioassistencial estudantil da PAES/IFAM

O Programa Socioassistencial estudantil do IFAM/CMC consiste em uma estratégia de assistência ao discente, com ênfase na democratização das condições de acesso, permanência e êxito escolar, destinado prioritariamente àqueles que comprovem estar em situação de vulnerabilidade social, oriundos da rede pública de educação básica de ensino e com a menor renda familiar per capita num patamar máximo de até um salário mínimo e meio vigente.

O discente poderá ter acesso aos benefícios oferecidos desde que esteja regularmente matriculado e cumpra as condições, as etapas e os prazos definidos pelos editais de seleção do Programa, divulgados a cada semestre letivo, sendo de competência do Setor de Serviço Social a realização do planejamento, coordenação, execução e publicização do Processo Seletivo.

Dentre os benefícios disponibilizados estão: alimentação, moradia, transporte, material didático-pedagógico e creche, que são concedidos de acordo com a análise socioeconômica e considerando aquele que melhor atenda às necessidades do discente a fim de garantir sua permanência e êxito escolar. O valor máximo do repasse de recurso financeiro a cada aluno, estabelecido na PAES/IFAM em 2018, foi de R\$ 431,00 (quatrocentos e trinta e um reais).

Salienta-se que os alunos ingressantes no Campus Manaus Centro, via Sistemas de Cotas - PPI com Renda Familiar Per Capita $\leq 1,5$ Salário Mínimo e egressos da rede pública de ensino (Lei Nº 12.711/ de 29/08/2012), tem a garantia do acesso aos benefícios socioassistenciais supracitados, sendo isso informado aos mesmos em entrevista com o (a) Assistente Social quando da análise socioeconômica pré-matrícula. Em 2018 o Setor de Serviço Social realizou análise socioeconômica de **362** candidatos ingressantes no Campus, via Ação Afirmativa, dos quais **345** foram contemplados com benefícios socioassistenciais.

Nas tabelas abaixo registramos a demanda de discentes por assistência estudantil, por meio da concessão de Benefícios Socioassistenciais Estudantis no ano de 2018, pelos quais é possível observar que no 1º semestre letivo, foram atendidos **83 %** dos discentes demandantes e no 2º semestre letivo foram atendidos **89%** da demanda por benefícios socioassistenciais. Vale ressaltar que os discentes que não foram selecionados se deu em razão do descumprimento dos requisitos mínimos para a concessão que estão previstos pela Política de Assistência Estudantil deste IFAM.

Quantitativo de alunos que Solicitaram Benefício Socioassistencial em 2018	
Semestre Letivo	Quantidade
1º Semestre	1748
2º Semestre	1747

Tabela 1: Quantitativo de alunos que Solicitaram Benefício Socioassistencial em 2018

Quantitativo de alunos atendidos com Benefício Socioassistencial em 2018		
Alunos por Modalidade de Ensino	1º Semestre	2º Semestre
Alunos dos Cursos de Graduação	473	465
Alunos dos Cursos Técnicos Subsequenciais	435	523
Alunos dos Cursos Técnicos Modalidade EJA	63	55
Alunos dos Cursos Técnicos Modalidade Integrado	488	508
TOTAL	1459	1551

Tabela 2: Quantitativo de alunos atendidos com Benefício Socioassistencial em 2018

Considerando que os benefícios podem ser cumulativos, a tabela 3 demonstra o quantitativo de benefícios disponibilizados em 2018.

Quantitativo de Benefícios Socioassistenciais concedidos em 2018		
Benefícios	1º Semestre	2º Semestre
Transporte	1364	1469
Material Didático	24	1469
Moradia	20	21
Creche	32	40
Alimentação	501	514
TOTAL	1941	3513

Tabela 3: Quantitativo de Benefícios Socioassistenciais concedidos em 2018

Para fins de permanência no Programa o discente precisa cumprir normas estabelecidas em Termo de Compromisso. Dentre as quais podem-se destacar:

- Frequência igual ou superior a 75% em todas as disciplinas;
- Aproveitamento acadêmico suficiente, com a média igual ou superior 6,0 (seis).

Preconizando o que está estabelecido no termo supracitado, o discente poderá ter seu benefício cancelado nos seguintes casos: abandonam e/ou desistem do curso; desistem do benefício por iniciativa própria; deixam de comunicar ao Serviço Social alteração da realidade socioeconômica do grupo familiar que descaracterize a condição de vulnerabilidade social do estudante; são beneficiados por outros Programas/Projetos no âmbito do IFAM que concedam benefícios de mesma natureza que o Programa Socioassistencial Estudantil; infringem as normas disciplinares da instituição; utilizam os benefícios recebidos para outra destinação que não o custeio de suas despesas educacionais e não efetuam o saque do benefício junto à rede bancária credenciada.

Ressalta-se ainda, que havendo a necessidade de acompanhamento social

dos discentes serão realizadas visitas domiciliares para fins de análise social *in loco*, orientações, encaminhamentos e outros. Nesse viés, no ano de 2018 a equipe realizou **85** visitas domiciliares aos discentes atendidos pelo Programa Socioassistencial Estudantil.

2.3 Os programas integrais

Os Programas Integrais da Política de Assistência Estudantil - são compostos por um conjunto de projetos que estão voltados para as respectivas linhas de ações: Programa de Atenção a Saúde; Apoio Psicológico; Apoio Pedagógico; Apoio a Cultura e o Esporte; Inclusão Digital; Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação e Monitoria.

Os projetos são submetidos à análise do Setor de Serviço Social para fins de avaliação social e à Comissão de Implementação dos Programas Integrais, essa última nomeada anualmente por meio de portaria, ficando responsável pela gestão do referido Programa. Em 2018 foram desenvolvidos 25 projetos integrais no âmbito do CMC conforme descrição no quadro 1.

PROGRAMAS INTEGRAIS 2018 - IFAM /CMC		
Nº	NOME DO PROJETO	PERÍODO
1	Educação em saúde: o aparelho telefônico celular como recurso para o aprendizado em higiene pessoal	2018/2º Semestre
2	Cursos de Capacitação para Construção Civil	2018/2º Semestre
3	A Educação do Olhar por Princípios no Ensino de Ciências e Matemática à Luz da Aprendizagem Mediada	2018/2º Semestre
4	A prática do desporto handebol para os alunos de todos os níveis de ensino do IFAM-CMC	2018/2º Semestre
5	CMC em movimento - Graduação: Lazer e Qualidade de vida.	2018/2º Semestre
6	Clube da química: difusão e popularização da ciência	2018/2º Semestre
7	Inserção tecnológica	2018/2º Semestre
8	Material de auxílio didático para discentes surdos/deficientes auditivos	2018/2º Semestre
9	Riscos do profissional Técnico em Edificações	2018/2º Semestre
10	Jogos educativos inclusivos como recurso de ensino e aprendizagem de Física I para discentes surdos no IFAM/CMC	2018/2º Semestre
11	Desenvolvimento de práticas de desportos para inclusão social das diversas modalidades de ensino	2018/2º Semestre
12	JIF - Etapa Nacional - Jogos dos Institutos Federais - 2018	2018/2º Semestre
13	Acompanhamento pedagógico na disciplina de Cálculo I	2018/2º Semestre

14	Participação dos alunos na III STA – Semana de Tecnologia em Alimentos	2018/2º Semestre
15	Inclusão participativa de alunos na construção da semana de Informática do IFAM	2018/2º Semestre
16	Orientação acadêmica para produção de artigos nos eventos científicos e tecnológicos	2018/2º Semestre
17	Apoio pedagógico aos discentes participantes de projetos na área de desenvolvimento de fermentados de frutas e aos discentes do curso Técnico em Química que estão realizando o estágio no laboratório de Tecnologia em Alimentos	2018/2º Semestre
18	Apoio pedagógico aos discentes na área de Microbiologia dos cursos de Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Processos Químicos e apoio às atividades desenvolvidas no projeto desenvolvimento de pasta de tucumã	2018/2º Semestre
19	Avaliação sobre o uso de álcool e drogas pelos estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do IFAM/CMC	2018/2º Semestre
20	Empoderamento e alunos do PROEJA/IFAM, do audiovisual à roda de conversa	2018/2º Semestre
21	Sala da Química: O reforço escolar	2018/2º Semestre
22	Construção de um modelo para explicar as fases da lua e inclinação da terra	2018/2º Semestre
23	A importância do resgate de fauna para preservação das espécies	2018/2º Semestre
24	Elaboração e Construção de Protótipos para Auxílio no Ensino de Engenharia	2018/2º Semestre
25	Ferramenta educacional para auxiliar o ensino de algoritmos e lógica de programação para alunos com dificuldade de aprendizagem	2018/2º Semestre

Quadro 1: Projetos vinculados aos Programas Integrais desenvolvidos em 2018.

Além desses projetos foram desenvolvidas Monitorias em 23 disciplinas em todas as modalidades de ensino. O objetivo do programa de Monitoria é maximizar o êxito escolar, assim como estimular a socialização de saberes entre os discentes, na perspectiva de valorizar o protagonismo discente em detrimento da educação centrada no professor.

2.4 Atividades socioeducativas e demais procedimentos/ações realizadas

O Setor de Serviço Social desenvolveu as seguintes **Atividades Socioeducativas**, em parceria com a equipe multiprofissional no ano 2018:

1. Campanha de sensibilização alusiva ao dia 18 de maio – dia de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
2. Atividade Socioeducativa – Maio Amarelo: segurança no trânsito voltada aos estudantes das Graduações, Subsequente e PROEJA;
3. Roda de conversa sobre direitos e deveres do estudante com a turma de segundo ano do curso Técnico Integrado em Química;
4. Campanha de sensibilização alusiva ao setembro amarelo – mês de prevenção ao suicídio;
5. Roda de conversa sobre inclusão de pessoas surdas com a turma de primeiro ano do curso Técnico Integrado em Química;

6. Atividade educativa “Outubro Rosa e Novembro Azul em Libras” sobre saúde da mulher e do homem com alunos surdos do Ensino Técnico Médio Integrado;
7. Roda de conversa sobre direitos e deveres do estudante com a turma de segundo ano do curso Técnico Integrado em Informática;

Outra atividade desenvolvida pelo Setor de Serviço Social trata do acompanhamento aos **101** discentes atendidos pelo Programa Bolsa Família, assim como o registro da frequência bimestral para cumprimento da condicionalidade de educação do Programa no Sistema Presença do Ministério da Educação.

Atividade	Quantitativo
Atendimento ao Discente	265
Atendimento e Visita domiciliar ao Servidor	10
Intervenção/Contato para acompanhamento de saúde de servidor	02
Isenção de taxa para prova de segunda chamada	217
Notificação ao conselho tutelar	01
Parecer para validação de matrícula – ações afirmativas	362
Relatórios e pareceres sociais	27
Visita Técnica / Institucional (TRE)	01
Participação em Palestras, Seminários/ Congressos.	06
Reuniões Técnico-Administrativas	09
Visitas domiciliares a alunos	35
Reunião de Pais e mestres	08
Reunião de Conselhos de Classe	20
Atividades socioeducativas, em parceria com a equipe multidisciplinar	07
Atividades administrativas	55
Contato Institucional com SEMED / Programa Bolsa Família	10
Atendimento a pais e/ou familiares de discentes	74
Análise socioeconômica para isenção de taxas de inscrição em processos seletivos do CMC	14

Tabela 4: Outras Atividades/Procedimentos realizados pelo Setor de Serviço Social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos que o Serviço Social se fez presente nos diversos espaços institucionais no ano de 2018, nas atividades acadêmicas como conselhos de classe, reuniões de pais e mestres, atividades socioeducativas em sala de aula, no atendimento individual a discentes, servidores e familiares. Dessa forma, enquanto integrantes da equipe multiprofissional em saúde, tem-se buscado desenvolver suas atividades em articulação/ parceria com os demais profissionais da comunidade acadêmica.

Com relação à colaboração para incentivo à produção científica na Amazônia, considera-se que o desenvolvimento de vários projetos integrais, custeados pelo recurso

da Política de Assistência Estudantil contribuíram para a produção de recursos tecnológicos que colaboraram para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes, assim como para o despertar científico dos discentes participantes no desenvolvimento dos projetos.

As monitorias de disciplinas propiciaram uma importante interação entre os docentes e discentes, contribuindo para o aperfeiçoamento constante das práticas pedagógicas e da qualidade do ensino na instituição, bem como, desenvolvendo nos discentes os princípios da cooperação, pesquisa, estratégias didáticas e outras habilidades. Ressalta-se que alguns relatórios finais dos projetos dos Programas Integrais e Monitorias, resultaram em artigos e relatos de experiências apresentados em eventos científico-acadêmicos, inclusive sendo publicados em revistas.

Além disso, destaca-se a publicação de artigos científicos por profissionais do setor em anais de eventos, tais como o Simpósio Amazônico em Educação Profissional e Tecnológica e versados sobre temáticas que tem o IFAM e/ou a sociedade amazônica como campo de estudo.

É mister salientar, que empiricamente pode-se afirmar o impacto positivo do Programa Socioassistencial Estudantil para a permanência escolar dos discentes, tendo em vista que ouvimos cotidianamente no espaço sócio ocupacional depoimentos de discentes, pais/responsáveis e servidores do quanto os benefícios socioassistenciais contribuem para garantir o direito de vir às aulas regularmente, alimentar-se etc. Inclusive, coordenadores de curso apontam em seus levantamentos de frequência, que os estudantes que são atendidos pelo programa possuem elevados índices de assiduidade em detrimento dos demais.

No que diz respeito às ações de valorização do profissional, podemos apontar a adequação no espaço físico do setor de Serviço Social para um melhor atendimento aos seus usuários, com vistas à garantia do atendimento em sigilo, que é direito de cada usuário dos serviços. As mesas de atendimento receberam divisórias e foi estruturada uma sala com isolamento acústico para uso nos casos específicos de atendimentos que requerem mais reserva. Essa reestruturação física foi muito bem avaliada pela equipe e pelos usuários do setor.

No que diz respeito à qualificação, a equipe participou de atividades de aperfeiçoamento tais como: palestras e eventos, de caráter local e nacional, que discutiram tanto questões pertinentes à política de assistência estudantil especificamente, como das Políticas Públicas de forma genérica.

Dentre as dificuldades enfrentadas para a realização das atividades destacamos a falta de um sistema informatizado para suporte e agilidade nos processos de seleção e monitoramento das ações da política de assistência estudantil, especialmente no tocante ao processo de seleção dos estudantes beneficiários, cuja demanda vem crescendo a cada semestre. Uma ferramenta de Tecnologia da Informação - TI agilizaria o processo

que atualmente é feito manualmente, tornando-se extremamente demorado e adoecedor aos profissionais.

Outrossim, mesmo diante das dificuldades elencadas, considera-se que o Serviço Social conseguiu desenvolver suas atividades, conforme descritas no quadro analítico, com vistas ao trato das questões sociais latentes no âmbito escolar do CMC. Nesse sentido, o setor contribuiu com diversos valores institucionais como: acessibilidade e inclusão social, valorização das pessoas, cidadania, justiça social, ética e transparência, respeito à diversidade, responsabilidade social e solidariedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. **Política de Assistência Estudantil do IFAM**, 2011.

LIMA, T. C. S. **A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações socioeducativas**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2004.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n 1, p. 119-132, 2008.

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Danielle Viana Lugo Pereira

Doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora adjunta do Curso de Serviço Social da UFPB. João Pessoa- Paraíba.
<http://lattes.cnpq.br/5035911096415122>

RESUMO: O trabalho trata-se de uma reflexão teórica entre as particularidades do trabalho assalariado contemporâneo e as exigências da lógica privada que se impõe na educação, com ênfase no Serviço Social. Portanto, conclui-se que é essencial apreender as principais tendências que envolve a relação entre formação profissional e trabalho profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Educação, Serviço Social.

ABSTRACT: The work consists of a critical characteristic as particularities of contemporary wage labor and the requirement that private attention be imposed on education, with emphasis on Social Work. Therefore, it is concluded that it is essential to take as main trends that involve a relationship between vocational training and professional work.

KEYWORDS: Work, Education, Social service.

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar a relação posta entre as particularidades do trabalho assalariado contemporâneo e as exigências da lógica privada que se impõe na educação, com ênfase no Serviço Social. Sob esse prisma, compreende-se que pensar sobre as recentes mutações do trabalho e as suas incidências no trabalho dos/as assistentes sociais é essencial apreender a problemática que envolve a relação entre formação profissional e trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho inclui esta introdução, duas partes e as considerações finais. Dessa forma, na primeira parte problematizamos a indissociabilidade do eixo analítico trabalho e educação. Na segunda parte apreendemos algumas das principais tendências que há no Serviço Social brasileiro no contexto de acirramento neoliberal. Por fim, apresentamos as considerações finais, apontando que sem a garantia das condições para o exercício da reflexão crítica a formação profissional e o trabalho das/os assistentes sociais pode reforçar um perfil profissional que segue na perspectiva de meros executores

terminais das políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

No âmbito do Serviço Social destacam-se o papel das entidades representativas (Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e, sobretudo ABEPSS), juntamente com parcelas significativas categoria profissional, as quais construíram um determinado Projeto Ético-Político que assume uma perspectiva da indissociabilidade entre o trabalho e a formação profissional. Portanto, apreende-se a formação acadêmico-profissional em sua interface com o trabalho.

Observa-se fundamentalmente, dois aspectos importantes a serem considerados no perfil profissional preconizado no Projeto Ético-Político. O primeiro aspecto se vincula as Diretrizes Curriculares aprovadas em novembro de 1996 que, sintetiza o seguinte perfil do bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1999).

O segundo aspecto envolve a defesa de um conjunto de princípios ético-políticos por meio do Código de Ética de 1993. A saber:

Destacam-se no campo ético-político o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia; a defesa da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento radical a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (ABEPSS, 2004, p.73-74)

Esses dois aspectos representam a defesa e a garantia de um perfil profissional diametralmente contrário aos ditames da lógica educacional contemporânea imposta pelo capitalismo. Ditames que preconizam uma formação profissional afinada em enquadrar o nível de qualificação da força de trabalho direcionada para permanência do capitalismo. Ademais, nesse modo de produção e reprodução do capital o processo de trabalho apresenta como uma de suas características principais o acirramento da fragmentação, cada vez mais, da divisão social do trabalho e com ela a separação do trabalho manual do intelectual. De acordo com Tonet (2012):

A fragmentação do processo de trabalho e a cisão entre o momento teórico e o momento prático fazem com que os trabalhadores, responsáveis pela produção da riqueza, sejam impedidos de ter acesso a um saber que implique o conhecimento e o consequente

domínio sobre a totalidade do processo produtivo. Dessa forma, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho. (TONET, 2012, p.55).

Observa-se que, todos os níveis da educação é imposto um modelo de formação da classe trabalhadora inteiramente direcionada para atender as exigências do mercado capitalista.

Assim, no que tange ao Serviço Social um dos desafios que nos impõe é apreender como se configura o perfil profissional e quais são as principais dificuldades enfrentadas na atualidade para garantir um perfil profissional sintonizado com os princípios e valores norteadores do Projeto Ético-Político. Para tanto, faz-se necessário trazer para o centro do debate da agenda das ações políticas da categoria profissional o eixo trabalho e educação.

Nessa perspectiva analítica, privilegiaremos alguns dados sobre a realidade da educação no Brasil e, principalmente, que tipo de educação vem sendo exigida para classe trabalhadora. Marx (2008) nos fornece uma chave analítica ao pensar sobre o papel da educação para produção e reprodução do capital.

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo o nível de qualificação da força de trabalho. (MARX, 2008, p.202).

Nesses termos supracitados, Marx (2008) aponta que para o capital é mister assegurar determinado custo direcionado para educação ou treinamento da classe trabalhadora, com finalidade de forjar uma educação favorável à lógica do capital. Historicamente, é possível afirmar que há uma profunda separação e diferença entre o perfil de uma educação destinada para formação da classe trabalhadora e aquela educação direcionada a classe detentora dos meios de produção. Conforme explicita Saviani (2007):

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, p.4).

Nesse sentido, os representantes do capital mundializado ditam as normas e estabelecem o que consideram eficaz para educação ou treino para tornar a força de trabalho, cada vez mais, explorada pelo capital. Coggiola (2001) identifica, fundamentalmente, dois elementos importantes nas transformações em curso do sistema educacional tanto na particularidade brasileira quanto no mundo. Vejamos:

As transformações, propostas ou em curso, na área educacional e universitária (...) respondem a duas ordens de problemas: a) a articulação do sistema educacional e

universitário com a economia e a sociedade em geral; b) a estrutura interna do sistema educacional e universitário considerada em si mesma, como um ramo específico da produção, submetido portanto às exigências da lucratividade (lei do valor) e do equilíbrio fiscal do Estado, quando a educação faz parte do setor público. (COGGIOLA, 2001, p.7).

Assim, sob a perspectiva do capital faz-se necessário atender as exigências do mercado. Desta feita, é imprescindível deixar o mercado agir livremente, onde a suposta “mão invisível” regula tudo e todos. O capital, ao longo do tempo, vem transformando todas as necessidades humanas, como por exemplo, a educação, em meras mercadorias. Nessa lógica a educação é capturada pela lógica mercantil.

O sistema educacional não é poupado pela lógica mercantil disseminada em todo tecido social (Cardoso, 2001), considerando-se sua importância na reprodução social. As atuais exigências derivadas destes processos de globalização trazem profundas alterações nos aspectos econômicos, culturais e sociais, com repercussões nas inter-relações globais e locais no mundo do trabalho e nos processos de inclusão e exclusão presentes na contemporaneidade. No Brasil, a reforma universitária, ora em curso, pressupõe ampliar e sedimentar o debate sobre a temática da formação profissional e seus espaços. (ABEPSS, 2004, p. 74).

Desta feita, a reforma universitária vem com muita força sendo orquestrada pelos países do capitalismo central, sobretudo, no limiar do século XX e entrada do século XXI.

Assim, pode-se afirmar que a primeira grande expansão do ensino superior ocorreu no período ditatorial, com a Reforma Universitária de 1968 – associada à Reforma da Educação Profissionalizante, de 1971 -, expressando um claro perfil para a lógica expansionista: privatista, mercantilizado, pulverizado em instituições não universitárias, com cursos de baixo custo, especialmente na área de humanidades. (CFESS, 2014, p.16).

O sistema educacional se molda aos interesses e diretrizes propagados pelos organismos supranacionais, como o FMI, BID/Banco Mundial e OMC. Essa propagação segue uma lógica expansionista atrelada ao mercado e tem como marco o Processo de Bolonha.

No Brasil o sistema educacional do ensino superior é majoritariamente privado, portanto, conformando uma direção significativa na condução das Instituições de Ensino Superior (IES's). Isso comprova que, em grande medida, a educação superior vem se constituindo, ao longo do tempo, numa mercadoria lucrativa para “os empresários da educação”. Há no país 2.391 número de instituições de educação superior no Brasil. (MEC/INEP/DEED, 2016). Nesse processo, observa-se uma clara redefinição do papel das IES's, especialmente, em 2006 com a promulgação da modalidade EaD, que, sem dúvida impacta no novo desenho da educação superior.

No que diz respeito às universidades públicas, consideramos marcos importantes às implementações de programas, tais como: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹ e PROUNI. Tais programas são

1. “O REUNI é uma inteligente ação do governo na medida em que é apresentado como democratização do acesso, realizando a abertura de vagas em universidades públicas (federais) e permitindo a realização de concursos para docentes nestas universidades. É importante ressaltar, entretanto, três eixos de análise do processo de implantação do REUNI: (i) que o aumento do número das vagas de concursos para docentes não tem correspondido ao número de vagas e cursos que estão

apontados como um dos fatores responsáveis pela redefinição em curso do novo papel das Universidades Públicas.

De acordo com alguns aspectos apontados por Lima (2009) por meio da análise dos principais documentos que embasam a orientação da educação superior no Brasil, podemos identificar seis eixos com significativas mudanças na nova concepção da política educacional para as universidades. Vejamos:

1) a reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, realizada a partir da organização de disciplinas afins ou ciclos básicos, fundamentada no discurso sobre a necessidade de utilização do paradigma da interdisciplinaridade. Portanto, ainda que não explicitem a referência aos ciclos ou ao Bacharelado Interdisciplinar (BI) é desta reestruturação que os documentos tratam; 2) a flexibilização das estruturas curriculares, através da redução do número de pré e co- requisitos e de disciplinas obrigatórias e o aumento do número de disciplinas optativas; 3) o uso intensivo das tecnologias educacionais seja através dos cursos de graduação a distância, dos cursos semipresenciais, do uso do EAD nos cursos presenciais e do uso de teleconferências; 4) a substituição do professor pelo aluno monitor ou tutor, de graduação ou de pós-graduação, considerado com “bom desempenho”; 5) a implantação de novos itinerários ou regimes curriculares e de um novo sistema de títulos que operacionalize a emissão de atestados de aproveitamento, certificados para cursos de curta duração e diplomas para integralização dos cursos de graduação e, por fim, 6) a mobilidade estudantil entre IES públicas e/ou privadas operacionalizando mais uma possibilidade de diluição das fronteiras entre público e privado na política educacional. (LIMA, 2010, p.21)

Diante desta realidade, a educação no âmbito do Serviço Social sofre os impactos da direção hegemônica do projeto do neoliberal. Por hegemonia apreende-se através de uma precisa concepção formulada por Fortunato (2009) à luz do pensamento de Gramsci.

A hegemonia é o exercício do poder por meio do equilíbrio entre a dominação e a coerção, considerando também o equilíbrio entre direção e consenso. Assim, Gramsci dá importância à sociedade civil (escola, igreja, universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, entre outros) para a construção de uma consciência crítica, levando a classe trabalhadora a formar um senso ativo a partir de um amplo debate. (FORTUNATO, 2009, p. 9470).

Tomando como expressão da realidade a particularidade dos cursos em Serviço Social brasileiro é bastante emblemática a hegemonia do setor privado nesta área. Diante disso, identificamos duas ordens de preocupações. Essas ordens de preocupações estão totalmente articuladas, embora aqui abordadas separadamente para efeitos didáticos.

A primeira ordem de preocupação encontra-se no plano qualitativo, podemos presenciar um movimento de continuidades e rupturas. Movimento que impulsiona à continuidade no tocante a direção que o mercado quer imprimir para um determinado perfil profissional. Direção que objetiva forjar, fundamentalmente, um perfil profissional restrito a dimensão técnica.

Essa perspectiva mercantil já foi identificada por Netto (1996) ao desenvolver sua sendo criados nas federais, o que indica a materialização do aumento efetivo da relação professor/aluno na graduação; (ii) que os concursos que estão sendo realizados não levam em conta a ampliação de vagas e de cursos já realizada ao longo da década de 1990, portanto, a entrada de novos professores não tem alterado, de fato, a sobrecarga de trabalho já existente nos cursos de graduação e (iii) que este aumento de vagas/cursos e a contratação de professores, nos marcos do REUNI, está dando materialidade a política de massificação do ensino, de certificação em larga escala e de aprofundamento da concepção da universidade de ensino.” (LIMA, 2010, p. 19).

tese sobre a emergência profissional do Serviço Social *indivorciável* (nos termos do autor) da ordem monopólica que cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. Ademais, observa-se que, nas recentes mutações do mundo do trabalho com interface na formação acadêmico-profissional, em grande medida, o perfil profissional exigido pelo mercado reedita a perspectiva dos/as assistentes sociais como “agentes executores das políticas sociais”. Conforme Netto (1996):

[...] a natureza da prática técnica é essencialmente *executiva*, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se alocam prioritariamente no patamar terminal da ação executiva – o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “questão social” recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais*. (NETTO, 1996, p.70-71).

Ambas as ordens de preocupações nos indicam um mesmo ponto em comum: são dados da realidade os quais trazem tensionamentos e implicações no que tange a garantia dos valores e princípios preconizados no Projeto Ético- Político. Diante do exposto, as duas ordens de preocupação atingem profundamente o perfil profissional construído a partir do final da década de 1990 e reafirmado, até então, pelas entidades representativas do Serviço Social brasileiro, sobretudo pela ABEPSS.

Em suma, a formação profissional e o trabalho profissional são dimensões que devem ser vistas como processos indissociavelmente imbricados entre si. No que tange a formação profissional na área de Serviço Social observa-se, uma radical crítica das entidades representativas acerca do atual processo de expansão, sob a predominância da lógica privada do ensino superior. Emblemática foi campanha realizada pelo CFESS “educação não é *fest food*” duramente combatida pelos empresários da educação superior que entraram com uma ação judicial contra a referida campanha.

O ObervaRH da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012) com base nos dados do INEP/MEC, observou que as vagas dos cursos de graduação em Serviço Social segundo a natureza jurídica, no período compreendido entre 2000 a 2010, “a esfera privada sempre ofereceu maior número de vagas em cursos de graduação em serviço social. Com o passar dos anos, o número de vagas privadas apresentou um crescimento de 161%, enquanto que na natureza pública apenas 12%.” (UERJ do ObervaRH, 2012)

Desse modo, as entidades representativas do Serviço Social brasileiro ABEPSS, CFESS e ENESSO (1999) se posicionam e afirmam que, “o ensino universitário tende a ser reduzido ao treinamento, à transmissão de conhecimentos, marcam o ensino fragmentado.” (ABEPSS, CFESS, ENESSO, 1999).

O crescimento exponencial do ensino superior na área do Serviço Social revela um processo de massificação na formação profissional com interface no trabalho profissional. Massificação mercantil que se verifica nos espaços de formação acadêmica profissional, pois a maioria dos cursos na área de Serviço Social sendo direcionados pela lógica

mercantil-privada, não prima pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Essa lógica neoliberal para educação foi atestada pelo desrespeito do Ministério da Educação (MEC) em decorrência da homologação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em análise realizada por Ortiz (2013) a autora demonstra que as diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e, referendadas pelas demais entidades representativas foram profundamente atingidas. Partes fundamentais foram suprimidas e outras modificadas quando foram homologadas pelo MEC em 2001, haja vista eliminações de trechos essenciais para a sustentação de um perfil profissional vinculado ao Projeto Ético-Político.

Diante dessa realidade, as organizações da categoria profissional resistem à formação profissional atrelada a um perfil forjado para atender meramente as exigências do mercado de trabalho. Desta feita, re/afirmam um perfil profissional fincado nos valores e princípios do Projeto Ético-Político com filiação à teoria social crítica. Essa teoria se constitui num dos aportes fundamentais na luta pela garantia dos valores e princípios prescritos no Código de Ética de 1993.

Em linhas gerais, afirmamos que o ensino superior atrelado à lógica mercantil privada tente a impulsionar uma formação de bacharéis assistentes sociais enquadrados num perfil técnico-burocrático que, despolitiza ou nos termos de lamamoto (2017) politiza os/as assistente sociais à direita. Segundo lamamoto (2017, p. 33), “a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’*, tendentes a um processo de politização à direita da categoria.” [grifos da autora].

RESULTADOS

Apreendem-se algumas das principais tendências que há no Serviço Social brasileiro no contexto de acirramento neoliberal, como: perda da garantia efetiva da reflexão crítica; “[...] tendência crescente de desqualificação do processo formativo e concomitante desvalorização profissional com conseqüente reconfiguração profissional.” (CFESS, 2014, p.34).

Ademais, há um aprofundamento da precarização do trabalho docente, sobretudo, na realidade dos docentes/tutores na modalidade EaD; massificação voltado para um ensino com interesses do mercado (lucratividade) e governamentais (baixo custo e índices estatísticos); descaracterização e desrespeito as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, principalmente no que tange ao descumprimento da Política de Estágio da ABEPSS e da Resolução 533/2008, dentre outras conseqüências. Tal tendência evidencia um nítido impacto do perfil profissional construído a partir das Diretrizes Curriculares de

1996 da ABEPSS. Impacto que, acarretam consequências profundas no perfil profissional vinculado ao Projeto Ético-Político. Para Barroco (2011), trata-se de formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo:

Formas de capacitação que têm se desenvolvido através da utilização de meios virtuais, têm contribuído para retirar do ensino a possibilidade *interativa* exigida pelo conhecimento crítico. Cursos à distância, salas de discussão virtual, leituras virtuais, entre outras, são algumas das formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo: indivíduo isolado e passivo diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas. (BARROCO, 2011, 214)

Portanto, na contramão do perfil profissional direcionado às exigências do mercado, é válido registrar focos de resistências e de lutas. Assim, destaca-se o Projeto da ABEPSS-Itinerante. Outro importante projeto é “Ética em Movimento”. Tanto a ABEPSS- Itinerante quanto o Ética em Movimento difundem os princípios ético-político da profissão. Nessa contracorrente o elemento da crítica ao capitalismo se faz presente como ponto de partida, indispensável para decifrar o tempo presente.

Ademais, vários momentos de reflexões da categoria profissional os quais se destacam os Congressos Brasileiros em Serviço Social (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) atestam as posições políticas que direcionam o trabalho profissional. Todos esses momentos onde reúnem parcela significativa da categoria profissional são expressivos as formas de lutas por uma determinada direção na condução do Serviço Social brasileiro. Direção que segue numa perspectiva da construção de uma nova hegemonia contrária as mais variadas formas de opressão e violações de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, apreende-se que no contexto societário contemporâneo lutar na perspectiva de garantir processos comprometidos com as diretrizes e princípios expressos no Projeto Ético-Político, tanto no processo formativo quanto na realização do trabalho profissional, torna-se cada dia mais desafiador. São desafios que instigam os sujeitos individual e coletivamente a pensar e forjar estratégias de luta capazes de avançar em processos emancipatórios.

Outro desafio importante é fortalecer politicamente na direção do Projeto Ético-Político. Direção social que mantém viva a luta cotidiana da emancipação política, mas que não se limita a ela. Haja vista que, o Projeto Ético-Político se filia a causa revolucionária da concretização do projeto societário fincado na emancipação humana.

No que tange aos/as trabalhadores/as assistentes sociais, destacam-se as diversas lutas fomentadas por meio da construção de uma agenda de resistências impulsionadas pela categoria profissional e suas entidades representativas, principalmente, o conjunto

CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS. Portanto, são lutas forjadas tanto no interior da profissão e fora dela, pois as lutas dos/as assistentes sociais convergem, em larga medida, com as lutas dos/as demais trabalhadores/as que, seguem na contramão do movimento histórico ultraconservador orquestrado pelos representantes do capital.

Desta forma, sem a garantia das condições para o exercício da reflexão crítica a formação profissional e o trabalho das/os assistentes sociais podem limitar no reforço um perfil profissional que segue na perspectiva de meros executores terminais das políticas públicas. Por isso, nesse contexto societário neoliberal de desmonte de direitos, é válido destacar a importância da reflexão da teoria social crítica para decifrar as contradições fundantes desta realidade social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*. Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo, ano XXV, n.79, p.72-81, set. 2004.

ALMEIDA, A. C. P. dos S. A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal. (Dissertação –Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço social e sociedade* n° 104. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, L. M. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n°106, 2011.

COGGIOLA, O. Políticas públicas, políticas privadas e avaliação. In.: *Universidade e Sociedade*. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Vol. 1, n° 1, Brasília, Ano X, n° 23, p. 7-13, fev. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. (Org. Conselho Federal de Serviço Social); colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

_____. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2014. v.2.. <Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/767>>. Brasília: CFESS, 2017.

FORTUNATO, S. A. O. Escola, Educação e Trabalho na Concepção de Antônio Gramsci. In: *Anais do IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. Curitiba, 2009, p. 9466-9477. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2015_2166.pdf>. Acesso em: 25/05/2016.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, k. O novo rosto da educação superior. *Revista Classe da Associação dos Docentes da UFF* – janeiro/ fevereiro/março. p. 17-24, 2010.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, Vol.1, (Trad. Reginaldo Sant'Anna) 26ª edição. Rio de Janeiro, Boitempo, 2008.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OBSERVARH/UERJ. In.: Indicadores das Graduações em Saúde Estação de Trabalho IMS/UERJ do ObservaRH. Serviço Social. 2012. <Disponível em: http://www.obsnetims.org.br/uploaded/4_7_2013__0_Servico_Social.pdf. Acesso em: 20 maio 2015.>

ORTIZ, F. G. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In.: GUERRA, Y; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G.(Orgs.). Temas Contemporâneos: o Serviço Social em Foco. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

TONET, I. Educação e revolução. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S(orgs). Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 51-64.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/07/2020

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral

Universidade de Taubaté

ORCID 0000-0003-0331-4307

Elisa Maria Andrade Brisola

Universidade de Taubaté

ORCID 0000-0002-9571-0923

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

ORCID 0000-0002-0310-0694

RESUMO: O texto aborda a violência na escola, como fenômeno que se inscreve nas relações sociais produzidas na sociedade capitalista contemporânea. Reflete sobre uma das respostas à violência na escola: a militarização. As propostas de enfrentamento da violência na escola se assentam em diferentes visões teóricas e políticas, tema que se constitui em desafio para o Serviço Social na Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Serviço Social. Violência na escola. Militarização

ABSTRACT: The text addresses violence in the school, as a phenomenon that is inscribed in the social relations produced in contemporary capitalist society. It reflects on one of the

responses to violence in school: militarization. The proposals to combat violence at school are based on different theoretical and political views, a theme that constitutes a challenge for Social Work in Education.

KEYWORDS: Education. Social Work. Violence in school. Militarization

1 | INTRODUÇÃO

Com a generalização da violência e a banalização da vida espraiando-se dentro e fora da escola, o que, aliás, ultrapassa em muito a recorrente indisciplina infanto-juvenil, tem-se frequentes eventos de violência envolvendo alunos, professores, diretores e pais.

Tal fenômeno tem se constituído em desafio para gestores, pesquisadores e profissionais como os assistentes sociais no sentido de encontrar respostas à demanda complexa que contribui, dentre outros aspectos, para problemas de aprendizagem, questões de ordem física ou psicológica tanto para alunos como para professores, como também a evasão escolar.

Contudo, responder à violência na escola implica compreendê-la como “expressão das

relações sociais e fenômeno presente no cotidiano” (FRAGA, 2006, p. 89-90).

A sociabilidade contemporânea convive com índices alarmantes de violência, pois, ainda que na história humana este fenômeno seja recorrente, as formas de violência ganham destaque atualmente dada a complexidade das relações sociais produzidas na ordem social com o agravamento da chamada questão social.

O texto aborda o fenômeno da violência na escola, entendendo que este se articula com o contexto social mais amplo e busca debater sobre uma das respostas dadas à violência na escola: a militarização, bem como estes processos são desafios para o Serviço Social na área da educação.

2 | VIOLÊNCIA E SOCIEDADE

A violência é, sobretudo, uma ação humana que é definida como relação social, uma forma de ligação entre indivíduos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde,

[...] o uso intencional da força física ou do poder, de fato ou como uma ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade que resulte ou tenha susceptíveis de causar lesões, morte, dano psicológico, transtornos do desenvolvimento ou privaciones[...] (RELATÓRIO OMS, 2003, p.1).

Oliveira e Martins (2007, p. 90, *grifos nossos*) afirmam que a palavra “‘violência’ vem do latim ‘*violentia*’ e significa força violenta; ou, ainda, recurso à força, para submeter alguém (contra sua vontade); exercício da força, praticado contra o direito”.

Sposito (2012, p. 3, *grifos da autora*) aponta a violência como:

Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, *a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força*. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

A violência vem acontecendo por vários séculos e na medida em que vai passando o tempo, segundo Ianni (2002, p. 9), surgem “novas e renovadas formas e as técnicas de violências que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório”.

Na ótica de Ianni (2002, p. 8) a violência é um fenômeno complexo que se manifesta tanto individual como coletivamente; é histórica, assume formas objetivas e subjetivas, “é um acontecimento excepcional que transborda das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas”.

Segundo o autor, no curso do mundo moderno, as formas e as técnicas de

violência adquirem não só outros alcances e características, como novas manifestações e modulações, profundamente marcadas pelas “relações, processos e estruturas de dominação política, e apropriação econômica próprios do Capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório” (IANNI, 2002, p. 9-10).

Chauí (2006) por sua vez, entende que o modo de produção capitalista dá ênfase ao indivíduo, ao particular, participando como sócios em uma divisão interna, ficando, em segundo plano, o sentido de comunidade (comum unidade).

Com a instituição da divisão social do trabalho, da propriedade privada e a divisão de classes manifestam-se a cultura opressora, a cultura de elite e a cultura de violência.

Ao analisar a sociedade brasileira Chauí (2000) explica que esta é marcada pela estrutura hierarquizada a qual determina uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos, com a manifestação de autoritarismo e violência nas relações sociais.

Assim, pode-se entender que a análise da estrutura social é uma das perspectivas importantes quando se pretende entender a violência na sociedade brasileira.

Nesta mesma direção, pode-se afirmar que na contemporaneidade, no contexto da crise do capital e seus derivados- a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, a violência exacerba afetando a sociedade como um todo.

Muitas vezes, as causas da violência direta estão relacionadas com situações de violência estrutural e/ou justificadas para a violência cultural: muitas situações resultam em um abuso de poder que cai sobre um grupo oprimido, ou uma situação de injustiça social (de uma distribuição desigual de insuficiência de recursos, uma grande desigualdade de renda pessoas, a dificuldade de acesso aos serviços sociais e a rede de saúde, ou depreciação pela força) (SÁNCHEZ; BARÓN, 2012, p. 196, *Tradução nossa*).

Oliveira e Martins (2007) afirmam que a díade dominação-exploração é um dos fatores da complexa rede de violência social, por constituir relações de desigualdades apoiadas no conceito de patriarcado-capitalismo-racismo, em que a dominação e a exploração visam pautar todas essas relações distintas.

A violência social tem a mulher e a criança como inferiores ao homem, o pobre inferior ao rico e o negro inferior ao branco. Assim, se tem um retrato da sociedade que está longe de ser igualitária, ao contrário, é sexista, adultocêntrica, etnocêntrica e classista, na qual o poder de dominar e explorar define o caráter hierárquico das relações sociais e interpessoais (OLIVEIRA; MARTINS 2007).

Neste contexto, concorda-se com Mattos (2013) que o recrudescimento da questão social, o aumento da pobreza traz repercussões significativas para o conjunto da sociedade. Contudo, “o crescimento da violência urbana há muito ultrapassou as barreiras fictícias das favelas tornando-se um sintoma agudo de ameaça à integridade física, à coesão social e ao poder estatal” (FLEURY, 2012, p. 197).

Na sociedade brasileira contemporânea a violência urbana atinge de forma acentuada os jovens os quais são alvos da violência policial, de traficantes e milicianos, conforme

aponta o Mapa da Violência (2016) e outros estudos (BRISOLA, 2012). Também as mulheres e idosos são alvos preferenciais da violência.

No que se refere à violência perpetrada contra as mulheres por exemplo, tem-se no Brasil, no período 2011-2013, 17.581 óbitos por agressões registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o que equivale a uma taxa bruta de mortalidade de 5,87 óbitos por 100 mil mulheres, em média, 5.860 mortes de mulheres por agressões a cada ano, 488 a cada mês, dezesseis a cada dia, ou uma a cada uma hora e trinta minutos (GARCIA; SILVA, 2016).

3 | VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Segundo documento produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (2004) sobre a educação inclusiva em 2004, a escola é definida como,

[..] o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 2004, p.7).

De acordo com Rosa (2010) a escola é lugar de socialização, ou seja, espaço que proporciona a indivíduos isolados a capacidade de participar na sociedade dada.

No que se refere a violência na escola, a autora entende tratar de um fenômeno multicausal que já faz parte dos problemas sócio-políticos do país. Aponta ainda que fatores como ausência do Estado, miséria, desemprego, desigualdades sociais, falta de oportunidades para os jovens fazem aumentar as manifestações de violência. Entretanto, a referida autora não considera os elementos estruturais como únicos determinantes da violência.

A violência na escola, segundo Scheinvar e Sávio (2015),

emerge da própria ideia de ideal universal, trazida com a racionalidade burguesa. Uma racionalidade imposta, porque subjetivada como totalizante, que tem como ênfase a formação de peças para máquinas que fazem crescer o capital – sempre privado (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.55-56).

Os autores apontam que os modos de vida da contemporaneidade se expressam também na escola. As ideias propostas pelas mídias (internet, música, TV, cinema), bem como, a vivência em família, vizinhança e cultura de bairros, cidades nas quais o indivíduo vive, estão ligadas à produção e ao consumo, “o que faz o nosso mundo circular sob certas lógicas úteis à ampliação do capitalismo” (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.56).

As agressões têm se tornado cada vez mais frequentes nas escolas brasileiras e, além dos danos físicos, podem ter consequências negativas sobre os resultados escolares e sobre a formação social dos alunos (BECKER; KASSOUF, 2016, p. 653).

De acordo com Souza (2012) existem três formas de violência:

[..] na escola (entre alunos, de aluno contra a escola, da escola contra o aluno), da escola (violência simbólica) e a violência contra a escola (a desvalorização social e o empobrecimento do professor (SOUZA, 2012, p.72).

Como exemplo dos tipos de violência citadas por Souza (2012) destacam-se:

a) entre alunos pode ser expressa através de xingamentos, brigas com violência física (uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades, ameaça, furto de material), brigas sem violência física ou violência psicológica (agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar e humilhar);

b) violência interpessoal (caracterizada pela violência de uma pessoa contra outra); de aluno contra a escola é mais conhecida como vandalismo e depredação escolar, envolve furto de materiais e equipamentos,

c) quebra de instalações ou de equipamentos e pichações; professor e aluno ou vice e versa, ameaças entre alunos e professores (SOUZA, 2012, p.74).

A partir do diálogo com estudiosos da violência na escola pode-se depreender que se trata de um fenômeno multifacetado e multicausal com forte determinação da estrutura social desigual como no caso brasileiro, contudo, seus efeitos são deletérios para a formação de crianças e adolescentes tanto do ponto de vista intelectual, como físico e psicológico.

Dentre estas destaca-se a proposta de militarização da escola, a qual, se inscreve no conjunto de estratégias neoliberais, as quais privilegiam a desresponsabilização do Estado de um lado, e o aumento do controle sobre a sociedade de outro.

4 | A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA

A violência cresce a cada dia, presente nas escolas, manifesta-se sob diversas formas. Isso não deveria acontecer, pois escola é espaço de formação dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários.

No contexto de violência na escola, muitas são as tentativas de enfrentamento. Entre as respostas à violência no âmbito escolar pode-se citar a mediação de conflitos (BECKER, 2012).

Em seus estudos acerca da Justiça Restaurativa a autora conclui que esta esbarra em limites estruturais da sociedade e sem a superação destes, a técnica de medição não lograra êxito, pois trata-se de uma técnica insuficiente para resolução da violência, visto que é necessária uma mudança cultural, “com a participação de sujeitos ativos e a consciência crítica da realidade, como também uma mudança estrutural do sistema econômico, o qual aprofunda a desigualdade social, geradora de conflitos” (BECKER, 2012, p. 9).

Outra resposta tem sido a militarização das escolas que se constitui em gestão, direção e ensino pautados na lógica militar. A propósito cabe lembrar que a militarização

tem sido estratégia por excelência utilizada no Brasil para a contenção das classes “ditas perigosas”, com o controle social (WACQUANT, 2007).

No que se refere à militarização, tem-se exemplos de 93 escolas, em 18 Estados da Federação, constituindo-se essa prática de gestão escolar uma das respostas dadas, sobretudo à questão da violência, mas, também, como indicador de melhoria de desempenho, visto que em nove estados as escolas obtiveram o primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre as escolas estaduais.

A exigente e rígida disciplina militar vem ganhando adeptos como mães, profissionais da educação entre outros responsáveis pela formação de crianças e adolescentes, que acreditam, em sua maioria, que a militarização da escola, se trata de uma política “ideal” para o combate da violência, pois traz a consciência aos alunos, mantendo-os longe das condições adversas de riscos e vulnerabilidades ocasionados pela violência.

Cabe lembrar que a proposta transferenciada gestão das escolas da rede pública estadual para a administração de Organizações Sociais - OS's¹, se inscreve na tendência da reforma do Estado ou da contrarreforma, no contexto de “redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p.12).

De acordo com Behring (2003), esse processo, comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

A escola públicas e expandiu sem um correspondente investimento, culminando na banalização da educação, ocasionando um “apagão educacional” deixando espaço para o crescimento da violência no ambiente escolar, trazendo como resposta a estas questões, em diversos estados brasileiros, a militarização a proposta pedagógica prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual, embora tenha como base valores tradicionais (GUIMARÃES, 2017).

O contexto de precarização e violência vivenciada pelas escolas e diante aos resultados pífios apresentados por grande parte destas quanto à aprendizagem de seus alunos, levou alguns governos como o de Goiás, a entregar a gestão das escolas públicas estaduais, para a Polícia Militar fato que tem adquirido cada vez mais adeptos, primeiramente, em razão do medo e da violência, e em segundo plano, em razão da visão negativa e preconceituosa de que adolescentes, em geral pobres e negros, são ameaçadores e perigosos.

Os pais, por sua vez, veem as escolas militarizadas como locais em que seus filhos

1. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de services não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público Não-estatal(BRASIL, 1995, p. 60).

estarão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, local que aprenderão não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também, ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia, valores que eles não estão conseguindo desenvolver estão cada vez mais assoberbados no trabalho ou por falta de condições socioeconômicas e político-educacionais para entender o que é a vivência em sociedade e os valores que a envolvem.

Conforme Gonçalves e Sposito (2005), durante os últimos vinte anos, muitas políticas públicas para a redução da violência no meio escolar foram implementadas, principalmente nas esferas estadual e municipal. Tais experiências além expressarem iniciativas fragmentadas e descontinuas também evidenciam que tais políticas demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas ideias e representações “no reconhecimento dos aspectos históricos, culturais e políticos que imprimiram suas marcas na constituição de sociedades colonizadas como o Brasil” (SPOSITO, 2012, p. 4).

Nos dias atuais tem-se verificado entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar em vários estados brasileiros, o que tem chamado atenção de estudiosos e pesquisadores da área de Educação. Alunos, bem como, professores e servidores que atuam em instituições escolares da rede pública espalhadas pelo Brasil têm sido vítimas de violência todos os dias. A problemática sobre violência na área da educação é tão grave que o assunto tem sido visto como problema de segurança pública.

Além do problema da violência, como já demonstrava Fernandes (2007) a questão do acesso ao ensino demonstrava estar resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças em idade escolar estão alocadas no sistema educacional. Entretanto, o problema ainda reside na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica.

Entretanto, a violência escolar assume proporções alarmantes, o que pode suscitar respostas extremadas à questão, com forte apoio da sociedade.

Nessa direção, a gestão de escolas em alguns municípios tem sido transferida para Organizações Sociais ou à Polícia Militar. Caetano e Viegas (2016) ressaltam que o “repasso das escolas”, além da administração pela polícia militar visam “remodelar [a escola] na imagem e semelhança de um quartel militar, com todas as imposições, doutrinas e abusos que tal regime implica”(CAETANO; VIEGAS, 2016, p. 13).

Segundo Mezomo (1994); Paro (2007); Garcia (2009); Coutinho (2014) e Souza (2015) qualidade da educação se refere a uma perspectiva socialmente construída em princípios, orientações e atribuições, uma teia de ações empreendidas na escola, nos enfrentamentos dos problemas de indisciplina e violência.

A ausência dessa teia por sua vez, pode fragilizar projetos de transformação, multiplicando divergências e descontinuidades, abrindo espaços para o esvaziamento de iniciativas.

Segundo Santos (2016) com o aumento dos Colégios da Polícia Militar de Goiás - SPMG houve uma melhora no desempenho dos alunos nos exames como IDEB e o ENEM. Entretanto, questiona-se se esse modelo é compatível com a democracia e a cidadania.

Santos (2016) aponta que “o argumento mais difundido pela opinião pública para criação das escolas militares diz respeito ao pouco rendimento escolar, à disciplina, à violência e ao uso de drogas, presente nas escolas públicas geridas por civis”.

Para alguns grupos de agentes e parte da população, a militarização de escolas é garantia de eficiência, ou seja, a transferência para outros agentes do Estado é entendida como forma rentável de ampliar a cobertura educativa, como fonte de melhora do rendimento escolar.

Contudo, segmentos da academia e da sociedade civil questionam com veemência e consideram que as políticas favoráveis à militarização educativa são, ao contrário, fonte de desigualdade educativa e de segregação escolar, sobretudo porque quando nos referimos à militarização da educação temos em mente um processo complexo.

Abramovay (2015) considera que a transferência da responsabilidade à Polícia Militar estaria ligada a um controle da violência por meio de repressão, condições estruturais e financeiras privilegiadas, além de não abordar as causas reais da situação, pois “é consensual na sociedade que a segurança escolar se constitui em um valor em si mesma” (ABRAMOVAY, 2015, p. 18), e complementa:

Ademais, a violência ou a ameaça de violência – em suas diversas modalidades – tem um impacto direto na qualidade da educação, no modo como os professores e estudantes desenvolvem seu trabalho em sala de aula, no ambiente escolar, no rendimento dos alunos e na qualidade de vida de suas famílias (ABRAMOVAY, 2015, p. 45).

Por outro lado, segundo Oliveira (2016) a cultura do medo e a prática militarista tendem a vender a ideia de que a militarização é uma solução para ampliar a segurança, além de servir de combate à violência, fazendo com que o tema segurança pública se torne um instrumento importante para muitos governantes, que “por meio dele tem sido possível criar mecanismos que permitem um maior controle dos movimentos sociais, a ampliação da capacidade de monitoramento dos grupos de oposição, assim como de acompanhamento de setores apontados como socialmente incômodos” (OLIVEIRA, 2016, p. 43).

A transformação das escolas públicas de educação básica em colégios militares e a defesa da gestão educacional militarizada conduzida pela Polícia Militar como solução dos problemas da educação pública expressam o retrocesso social, que,

Embora de natureza política distinta, encontra-se em curso outras medidas questionáveis no corpo das políticas de terceirização da gestão da escola pública. Uma das mais preocupantes é tocante à PM, que assumiram, em vários estados brasileiros, a administração de escolas públicas, principalmente daquelas em áreas de grande risco social. É o que está ocorrendo, por exemplo, mesmo sob os protestos de educadores e entidades de educação e, em alguns casos, da população local, em Goiás, Sergipe,

Bahia, Ceará, Piauí, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro, onde o Colégio Dom Pedro II está sob o comando e a responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar. Estima-se que, no total, haveria hoje mais de 100 escolas sob gestão militar no Brasil (EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, EDITORIAL, 2016, p. 5-6).

Mas “qual o sentido da presença das escolas militares na educação? Oliveira (2016, p.41) destaca que para uns, trata-se de um investimento na qualidade da educação, mas, para outros, trata-se de mais uma ação nos moldes da agenda conservadora em busca de consolidar sua hegemonia política.

Na ótica da reação social sobre o processo de implementação das escolas militares, é possível verificar se tratar de uma “moeda eleitoral”, que emerge:

[...] como objeto de desejo para prefeitos que têm muito pouco para oferecer no campo da educação (ou talvez não saibam ou ainda, não desejam), mas, ao mesmo tempo as escolas militares se tornaram uma concessão do Governo em benefício de aliados, apoiadores (é também como uma forma de acomodação do excesso de oficiais militares e de política de fortalecimento de uma instituição desacreditada como a Polícia Militar, todavia, ainda vista como uma forte aliada no jogo político) e, por fim, como o Governador deixou público, uma política de contra-ataque aos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2016, p. 41).

Oliveira (2016, p. 49) ressalta que:

[...] o modelo das escolas militares se torna um ideal para uma parcela da comunidade também pela ausência de um modelo consistente de escola que se contraponha aos modelos atuais e, ao mesmo tempo, sejam acessíveis a todos.

Assim, entende-se ser imprescindível amplo debate acerca das consequências do processo de militarização das escolas, visto que, por trás do discurso da qualidade encontra-se a ideologia da segurança pública e do controle social exercido pelo Estado sobre a sociedade, reforçando o conservadorismo.

Nessa direção, cabe lembrar as contribuições do assistente social na área da educação visto que pode contribuir com diagnósticos sobre a realidade dos alunos e familiares (fatores sociais, econômicos) determinam abandono ou baixo desempenho escolar; articulado com a rede de serviços sociais e assistenciais para encaminhamento das demandas apresentadas; contribuição com a equipe multiprofissional na reflexão acerca dos determinantes da violência, entre outros aspectos (CFESS, 2001).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência tem se constituído em um fenômeno contemporâneo gerando inúmeros debates, suscitando respostas por parte dos poderes públicos, ainda que no Brasil ela seja fenômeno recorrente historicamente.

Como um fenômeno produzido na e pela sociedade é exacerbado no contexto de crise do capital e aprofunda a chamada questão social.

Dentre as respostas construídas à violência na escola encontra-se a militarização,

proposta de cunho conservador, bem ao sabor dos ventos que sopram no Brasil atualmente.

A proposta de militarização da escola tem como principal apelo o combate à violência, o ensino da ordem e da disciplina, bem como a melhoria na qualidade de ensino.

Entretanto, constata-se que a proposta visa o controle e a pacificação das mentes e corações, sobretudo das crianças e dos adolescentes, coibindo a livre expressão e a criatividade.

A militarização da escola se constitui em proposta antidemocrática na medida em que se baseia em valores tradicionais caros às forças armadas e se inscreve na lógica neoliberal.

Assim, entende-se que o tema da violência e sua relação com a sociedade, bem como as respostas a essas questões devem ser ampla e criticamente debatidas por pais, professores e gestores escolares de forma que as estratégias de enfrentamento não sejam contrárias à liberdade e a democracia e o assistente social no âmbito escolar pode contribuir para a defesa da educação com direito, sem violência ou militarização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas: Violências nas escolas**. Rio de Janeiro: Flacso - Brasil, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Rev. Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.

BECKER, V. A. P. Justiça restaurativa na resolução de conflitos: a vez e a voz dos adolescentes. 152 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, 2012.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.3, 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7441/5749. Acesso em: 19 dez 2017

CAETANO, I.; VIEGAS, V. (ORGS). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Ian Caetano de Oliveira, Victor Hugo Viegas de Freitas Silva. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016. (Coleção Piquete). Disponível em: https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_-_o_controle_a_cultura_do_medo. Acesso em: 23 out 2017.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Nova edição revista e ampliada. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em mai.2019.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2014. Disponível em: <http://circuloliberal.org/livros/ideias-conservadoras.pdf>. Acesso em nov 2017.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. EDITORIAL. Privatização e militarização: ameaças renovadas à Gestão democrática da escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.1-7, jan.-mar, 2016. Disponível em: <http://www.bivirloc.com/ejournals/EDUCACAO%20E%20SOCIEDADE/2016/educacao%20y%20sociedade%20Vol%2037%20Num%20134%20Enero%202016.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

FERNANDES, A. T. Sociedade, família e escola. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.** Cidade do Porto, Portugal. v. 17, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2352>. Acesso em 17 jul. 2017

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 194-222, mai/ago 2012

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção de violência contra jovens. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos.** 2 d. São Paulo: Cortez, 2006. (p. 81-104)

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2 mar. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100004>. Acesso em 27 jun., 2016.

IANNI, O. A Violência na sociedade contemporânea. **Revista Estudos de Sociologia.** Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644>. Acesso em: 27 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. D. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. In: CAETANO, I.; VIEGAS, V. (Orgs.). Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016. (Coleção Piquete - p. 41-49). Disponível em: [Disponível em: https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_o_controle_a_cultura_do_medo](https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_o_controle_a_cultura_do_medo). Acesso em: 23 out 2017.

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 90-98, Apr.2007 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 nov 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Rel.Mundial sobre Violência e Saúde.**p.5, cap. 1, 2003.PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

ROSA, M. J. A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o Processo Ensino Aprendizagem. **Revista Fórum Identidades.**Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1785>. Acesso em: 04 jul 2017.

SÁNCHEZ, B. Y. G.; BARÓN, J. G. Violencia, crisis del capitalismo global y juventud. **Revista Colombiana de Educación**, n.º 62. Primer semestre de 2012, p. 191-219, Bogotá, Colômbia. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n62/n62a11.pdf>. Acesso em: 04 jul 2017

SANTOS, R. J.C. A militarização da escola pública em Goiás. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia:PUCGO, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3515>. Acesso em: 04 jul 2017.

SCHEINVAR, E; SÁVIO, L. Violência escolar: efeitos da normalização e da prática penal. **Revista EPOS**. Rio de Janeiro - RJ, v.6, n.2, jul-dez., 2015.

SOUZA, K. O. J. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: Relatos e diálogos com alunos e professores. *Rev. Bras. Promoç. Saúde*, Fortaleza, 25(1): 71-79, jan./mar., 2012.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolencia.pdf/at_download/file. Acesso em jan. 2017.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: A Nova Gestão da Miséria nos EUA [A onda punitiva]. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. (Coleção Pensamento Criminológico nº06)

WASELFISZ, J. J. Dados do Mapa da Violência 2012 e Mapa da Violência 2012 - Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil, **Mapa da Violência 2012, Cebela/FLACSO**. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em 19 jan. 2017.

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/07/2020

Danielle Viana Lugo Pereira

Doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora adjunta do Curso de Serviço Social da UFPB. João Pessoa- Paraíba.
<http://lattes.cnpq.br/5035911096415122>

Sandra Mara Leal de Senna

Bacharel em Serviço Social pela UFBA. Atualmente cursa a Pós-Graduação em Políticas Públicas e Seguridade Social do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão e Desenvolvimento Humano (CEPEX-DH), Salvador-Bahia.

O conteúdo deste trabalho já foi publicado e apresentado pelas autoras nos anais do I Colóquio Internacional e do IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social realizado no Centro de Convenções de Maceió-Brasil, 02 a 04 de outubro de 2017. Não obstante, nesta publicação em formato e-book foram acrescentados novos elementos textuais e o título foi alterado.

RESUMO: O capítulo versa sobre as mutações do mundo trabalho e as principais incidências no Serviço Social, particularmente, objetiva analisar o trabalho de assistentes sociais no espaço ocupacional sociojurídico em Salvador-Bahia¹. Para isto, utilizou-se a pesquisa de

1. O presente estudo fez parte do projeto de pesquisa maior intitulado “o trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual” financiado pelo CNPq/CAPES, (edital N°43/2013) realizado pelo grupo de pesquisadoras e estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia sob a coordenação da professora Dra. Josimara Delgado, também contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 5ª Região/ Bahia.

campo, na abordagem qualitativa, por meio realização de entrevistas com assistentes sociais. No que tange a análise aqui abordada, consideramos válidos os pressupostos da teoria social crítica marxiana e marxista. Observa-se como um dos principais resultados: as mutações incidem fortemente na fragilização dos vínculos e precarização das relações e condições de trabalho, principalmente, com rebatimentos na autonomia profissional e na flexibilização dos direitos trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: Mutações do mundo trabalho. Serviço Social. Área Sociojurídica.

ABSTRACT: The chapter verse on the changes in the world of work and the main incidences in Social Work, specifically, aims to analyze the work of social workers in the socio-legal occupational space in Salvador-Bahia. For this, use a field research, in the qualitative approach, through interviews with social workers. There are no analyzes discussed here, considered valid or presupposed by Marxian and Marxist critical social theory. Observe as one of the main results: how mutations strongly affect the weakening of bonds and precarious relationships and working

conditions, mainly, with repercussions on professional capacity and flexibilization of labor rights.

KEYWORDS: Changes in the world of work. Social service. Socio-Legal Area.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar o trabalho de assistentes sociais no espaço ocupacional sociojurídico em Salvador-Bahia². Nesta análise a ênfase maior recai na abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas com assistentes sociais. No que tange a análise aqui abordada, consideramos válidos os pressupostos da teoria social crítica marxiana e marxista. Posto isso, identificamos no trabalho de assistentes sociais no sociojurídico em Salvador duas principais características do trabalho profissional. A primeira numa perspectiva mais geral e a outra evidenciada na particularidade ora aqui analisada. De modo geral, confirmam-se duas tendências que marcam historicamente o trabalho profissional: forte presença de mulheres no exercício profissional e a predominância de instituições de natureza pública como maiores empregadores da força de trabalho de assistentes sociais. De modo particular, observa-se que os dados da pesquisa evidenciaram um quadro recessivo no tocante, principalmente, a garantia dos direitos trabalhistas. Ressalta-se que as recentes mutações do mundo do trabalho incidem profundamente no trabalho profissional de assistentes sociais na particularidade do espaço ocupacional sociojurídico em Salvador-Bahia. Tais mutações incidem fortemente na fragilização dos vínculos e precarização das relações e condições de trabalho, principalmente, com rebatimentos na autonomia profissional e na flexibilização dos direitos trabalhistas. Diante disso, apresentamos esta breve introdução e em seguida faremos uma discussão sobre as principais mutações no mundo do trabalho para finalizar com os principais resultados e conclusões suscitados nesta pesquisa.

2 | O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA VIDA SOCIAL

A concepção de trabalho aqui adotada segue na compreensão de que o trabalho funde a sociabilidade. Sob essa perspectiva o trabalho cria o ser social, como também o trabalho é compreendido como “[...] motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida”. (GRANEMANN, 2009, p. 6).

Assim, a conceituação adotada nesta análise é a formulação de Marx, considerando a base e o fundamento da sociabilidade. Marx (2008) afirma que o trabalho é:

2. O presente estudo fez parte do projeto de pesquisa maior intitulado “o trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual” financiado pelo CNPq/CAPES, (edital N°43/2013) realizado pelo grupo de pesquisadoras e estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia sob a coordenação da professora Dra. Josimara Delgado, também contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 5ª Região/ Bahia.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 2008, p.211-212)

Contudo, a categoria trabalho no capitalismo se reafirma totalmente contrária à sociabilidade plena de sentidos, pois (re)produz a sua negação e determina múltiplas formas de alienação. Nesse sentido, decorre o estranhamento do processo de trabalho porque não permite a classe trabalhadora o reconhecimento nem o usufruto do trabalho.

Na sociabilidade capitalista o trabalho é fragmentado e parcial, portanto, o sujeito que cria não se reconhece no processo de criação. Isto porque, embora o trabalho adquira caráter social à apropriação da riqueza é extremamente reduzida para classe trabalhadora.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido acerca das transformações no mundo do trabalho e a sua importância como fator central para a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2011). Nesta direção, trabalhadores/as livres³/assalariados vêm lidando com tensões que se assentam na requisição de novas exigências e capacidade de adaptação, em especial, com o manuseio dos meios tecnológicos de produção. Sendo assim, é bem verdade que as transformações trouxeram avanços significativos no sentido da evolução das tecnologias, mas, ao mesmo tempo o desenvolvimento tecnológico capturado pela lógica do capital submetem cada vez mais os/as trabalhadores/as à superexploração do capital. Por conta da superexploração assenta-se de forma significativa a negação de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. Em suma, no bojo de tais transformações a *classe-que-vive-do-trabalho* fica submissa a precarização, flexibilização, terceirização e a degradação das relações e condições de vida e trabalho.

3. Entendemos como trabalhador livre aquele que é dono da força de trabalho e a troca por salário.

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (DRUCK, 2013, p.40)

Nesse sentido, a intensificação e o grau de exploração que a classe trabalhadora é submetida vem revelando como umas das principais tendências e consequência. Ademais, observa-se com isso que os trabalhadores sofrem processos de adoecimentos com nexo laboral suscitando perdas materiais e emocionais.

Tratase dos processos de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular dos(as) assistentes sociais, que são gerados a partir da inserção no trabalho em tempo de mundialização do capital. Problemas variados de coluna, gastrites, úlceras, depressões e síndromes as mais diversas são reveladoras de indivíduos vivendo em situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos. Ainda são invadidos por demandas do trabalho a todo instante por meio eletrônico, que permite que com um simples acesso ao *email* o indivíduo comece a responder às demandas de trabalho. (SANTOS, 2010, p.09)

3 | O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA: ALGUNS ELEMENTOS PARA CONTRIBUIÇÃO NO DEBATE

É no contexto das recentes mutações do mundo do trabalho, acima mencionadas que, analisamos o trabalho de assistentes sociais na particularidade da área sociojurídica. Desse modo, vale destacar algumas das expressivas contribuições de profissionais que atuam nessa área, principalmente, como marcos importantes do significado desse espaço socio-ocupacional para o Serviço Social brasileiro, tanto de atuação quanto, igualmente, de produção de conhecimento.

O termo “sociojurídico” foi vinculado pela primeira vez ao Serviço Social brasileiro no momento de composição do número 67 da revista *Serviço Social & Sociedade*, editada em setembro de 2001, quando inauguravase a série de Números Especiais desse periódico. [...] Em seguida, ocorreria o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no Rio de Janeiro, e seus organizadores pensaram em criar naquele CBAS, pela primeira vez na história de nossos congressos, uma seção temática, ou um painel específico, para aglutinar os profissionais que trabalham no sistema penitenciário e no Judiciário, e consultaram-me sobre a expressão adequada para nomear a referida seção, ao que sugeri que poderiam também utilizar o termo *sociojurídico*. (BORGIANNI, 2013, p. 02)

No caso do trabalho de assistentes sociais na área sociojurídica em Salvador foi possível identificar alguns dos resultados comuns que, também foram constatados no projeto de pesquisa mais amplo⁴, de modo que comprova o quadro recessivo no tocante

4. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq/CAPES, (edital N°43/2013), vinculado a um grupo de pesquisadoras do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia em parceria com Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 5ª Região, do Estado da Bahia intitulado “o trabalho de assistentes sociais em Salvador: contribuições para o debate atual”

a garantia dos direitos trabalhistas desses profissionais. Essa regressão de direitos, também foram constatados nos demais espaços ocupacionais analisados na referida pesquisa. Portanto, vale ressaltar um dos principais resultados que marcaram os espaços socio-ocupacionais foram os fenômenos da flexibilização e da precarização, os quais incidem com fortes rebatimentos nas condições ético e técnicas do trabalho profissional. Para Pereira (2020),

Na realidade brasileira, país situado na periferia do sistema capitalista e caracterizado por ser “um monumento à negligência social” (nos termos de HOBBSAWM, 1995, p. 555) os efeitos da precarização social do trabalho são ainda mais devastadores para classe trabalhadora, pois aqui não houve histórico significativo de proteção dos direitos sociais [...]. (PEREIRA, 2020, p.58)

Por tudo isso, evidenciamos que as recentes mutações do mundo do trabalho incidem no trabalho de assistentes sociais na área sociojurídica em Salvador, a partir da constatação de duas tendências principais, historicamente presentes no trabalho profissional, são elas: a primeira, diz respeito a forte presença feminina nos quadros da categoria profissional e; a segunda, referente às instituições de natureza pública como maiores empregadoras da força de trabalho.

Deste ponto de vista, podemos analisar aspectos importantes relacionados à trajetória do Serviço Social enquanto *profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho* (CARVALHO e IAMAMOTO, 2010). Portanto, o trabalho profissional de assistentes sociais deve ser compreendido na divisão social do trabalho, como parte constitutiva do trabalho coletivo no marco da sociabilidade capitalista. Nessa perspectiva, foram problematizados alguns dos principais aspectos do trabalho profissional de assistentes sociais no espaço sociojurídico por meio de relatos dos/as profissionais do campo sociojurídico em Salvador.

É válido, definir o marco socio-histórico da presente análise que tem como ponto de partida as mudanças processadas no sistema de acumulação do capital na transição do século XX para o século XXI. Nesse marco identifica-se a predominância do novo padrão de produção e reprodução, sobretudo, dada a entrada da *acumulação flexível* (HARVEY, 1998) com predominância do modelo toyotista sob a supremacia das novas tecnologias. Para Antunes (2011, p. 202) tais mutações afiançam o conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho* que para o autor “[...] o desenvolvimento tecnológico não produziu necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, mas, ao contrário, pode inclusive, desfigurar e aviltar a personalidade humana”.

Nesse sentido, vivenciamos uma reorientação posta pelas atuais transformações societárias as quais acarretam profundas inflexões para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Inflexões que revelam uma nova realidade e reconfiguração das relações e condições de trabalho, tais como: precarização, flexibilização, terceirização, novas formas de acidentes e adoecimentos com nexos laborais, aumento do desemprego, intensificação do grau de exploração, perdas de direitos, dentre outros.

que teve por objetivo analisar os principais espaços ocupacionais do trabalho profissional.

A sociabilidade contida em um modo de produção que transforma a tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho, tem como seu resultado relações sociais e a atividade laborativa mesma de produzir os bens e os produtos necessários à vida social, como algo penoso, alienado, no qual o próprio produtor não se reconhece nos frutos de seu trabalho. (GRANEMANN, 2009, p.14).

Na sociedade capitalista quem não detém os meios de produção necessários para garantir sua sobrevivência tem que vender a sua força de trabalho num determinado tempo. De acordo com Marx (2008):

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. [...] Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista. (Marx, 2008, p.271).

Não obstante, a luta da classe trabalhadora tem se revelado principalmente por lutar pela redução da jornada de trabalho sem perdas salariais. Para Antunes (2011, p.111), “[...] lutar pela *redução da jornada de trabalho* implica também e decisivamente lutar pelo controle (e redução) *do tempo opressivo de trabalho* [...]”. Por tudo isso se destaca os relatos de assistentes sociais que ainda estão submetidos/as à jornada de trabalho 40 horas semanais de trabalho, mesmo diante do advento da “lei das 30 horas”. Segundo lamamoto (2017, p.20) “a lei n.2.317/2010 reconhece a condição de trabalhador assalariado do assistente social e normatiza uma carga semanal de trinta horas de trabalho sem redução do salário, fruto de ampla mobilização da categoria. Hoje ela requer a defesa de sua implementação”.

Aqui na nossa instituição no Ministério Público hoje os assistentes social cumprem quarenta horas semanais. (Assistente Social 01)

Pesquisadora – Você costuma levar algum tipo de trabalho pra casa?

Já levei, já levei, não foram muitas vezes, mas já levei, umas três ou quatro vezes, nesses três anos. Acho que foi pouco, mas eu sei que não deveria ter feito isso, mas fiz. (Assistente Social 01)

Pesquisadora – Então, na sua avaliação há essa implicação, vamos dizer assim no espaço doméstico. Com relação a isso o que você está me dizendo? Fez isso, mas agora já separa as atribuições do trabalho?

Na verdade foi um momento aqui ano passado em que a colega que compartilhava essa sala comigo, assistente social também, saiu do setor foi para outro setor da instituição e isso causou uma sobrecarga? A gente dividia um trabalho e depois disso eu passei a centralizar o trabalho. Então nesse primeiro momento foi um baque, eu acho precisei amadurecer o momento e perceber que eu não ia dá conta dessa quantidade, desse aumento porque eu era só uma. Então eu precisava respeitar meus limites, nesse período eu peguei umas duas ou três vezes, levei relatório para fazer em casa e procurava fazer aqui o que eu não poderia fazer em outro momento que seriam as visitas, os atendimentos,

as ligações, as interlocuções com outras instituições, mas o relatório que é algo que você pode fazer em outro espaço eu procurei levar para casa, mas foi realmente uma fase já passou. (Assistente Social 01)

Às 30 horas não são respeitadas. Eu trabalho 8 horas por dia. Não levo trabalho para casa e tenho autonomia para negar solicitação de tarefas que não fazem parte das atribuições e competências da minha profissão. (Assistente Social 02)

Meu vínculo é estatutário, com carga horária de contrato de 30 horas. (Assistente Social 03)

Diante do exposto, é possível afirmar que o trabalho de assistentes sociais no sociojurídico se insere no contexto da sociabilidade capitalista, considerando que essas/es trabalhadoras/es são assalariadas/os, já que a venda de sua força de trabalho é mediada pela lógica contratual mercantilizada. Conclui-se que, as recentes transformações no mundo do trabalho são postas por novas reorientações a partir da combinação da ofensiva neoliberal e da reestruturação produtiva que incidem fortemente na esfera do Estado, *locus* privilegiado do trabalho profissional de Assistentes Sociais.

[...] os rumos da realidade atual que tem vislumbrado um futuro sombrio e preocupante para os assistentes sociais em particular e para a classe trabalhadora em geral, expresso na redução cada vez mais incisiva do trabalho regulamentado e protegido legalmente pelas formas flexíveis e temporárias de ocupação, e especialmente pelo desemprego em massa de grande parte da classe trabalhadora, consiste hoje, a nosso ver, no principal desafio para os assistentes sociais [...]. (ORTIZ, 2002, p.103)

No que tange ao espaço ocupacional sociojurídico, em larga medida, a profissão é convocada a interferir nas expressões da “questão social” resultante do antagonismo Capital versus Trabalho e suas particularidades cotidianas. As expressões da “questão social” têm como intervenção, em grande medida, a judicialização ou criminalização porque atualmente o Estado penal avança contra a garantia dos direitos sociais.

Diante dessa realidade, as/os assistentes sociais trabalham num campo contraditório. De um lado, a direção determinada pelo Projeto Ético-Político que mantém clareza nas ações desempenhadas com ênfase na defesa dos Direitos Humanos, considerando a dimensão investigativa. No outro sentido, diametralmente oposto, há o Estado com a criminalização das expressões da “questão social”.

Assim, há uma luta constantemente travada no trabalho profissional relacionada com as hierarquias institucionais, sendo indispensável o fortalecimento das/os trabalhadoras/es para que possa oferecer um serviço de qualidade, inclusive é notável traços de práticas autoritárias e machistas no campo sociojurídico porque se trata de um espaço ocupacional com predominância de profissionais do sexo masculino. De modo geral, um dos principais resultados do estudo é que as mutações recentes do mundo do trabalho atingem profundamente o trabalho profissional das/os assistentes sociais enquanto pertencente à classe trabalhadora.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa foi possível uma compreensão acerca do trabalho de assistentes sociais, com ênfase no espaço ocupacional sociojurídico, na particularidade de Salvador-Bahia. Neste contexto, apesar das contradições postas no mundo do trabalho, podemos afirmar que as assistentes sociais entrevistadas buscam atuar com abordagem nos Direitos Humanos, visando garantir o acesso à justiça social e o usufruto de bens e serviços na garantia de uma vida digna, enquanto sujeitos de direitos.

Portanto, o estudo ora finalizado apreendeu algumas das principais mutações que vem sofrendo o trabalho profissional das assistentes sociais enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Sendo assim, observa-se que algumas das principais tendências que ocorrem no mundo do trabalho incidem profundamente nas relações e condições de trabalho das assistentes sociais no sociojurídico. De modo que, as condições de trabalho a que estão expostas as/os assistentes sociais na condição de trabalhadoras/es assalariadas/os há a predominância da precarização dos serviços e da perda de direitos os quais foram alguns dos resultados revelados no estudo.

No que tange às relações de trabalho, constata-se que prevalece na categoria profissional o estabelecimento de vínculos efetivos e estatutários cujas inserções se deram por meio de concurso público. Das assistentes sociais inseridas no mercado de trabalho, prevalecem as que trabalham na mesma cidade em que residem, mas não na mesma cidade de origem. Com base nas incursões feitas pela equipe de pesquisadoras nos espaços ocupacionais das/os assistentes sociais em Salvador, confirma-se uma tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública. Constatamos ainda, que a participação política nos espaços em movimentos sociais é muito baixa, daquelas/es que participam, a predominância é em movimentos da categoria profissional e, destacando-se também a participação em greves por melhores condições de trabalho e por melhores salários. Há, portanto pouca inserção em movimentos sociais.

Ainda assim, podemos apreender que a dinâmica das relações entre os/as profissionais, a instituição e os/as usuários/as passa por determinações mais complexas do contexto societário. As entrevistas e visitas domiciliares se constituem em uma das principais técnicas-operativas utilizadas pelas/os assistentes sociais. No que diz respeito à autonomia profissional, revela-se que há possibilidades da realização de ações propositivas do trabalho profissional, diante dos projetos efetivados na instituição apesar de relatos que afirmam os tensionamentos gerados pela hierarquia de funções na instituição. Quanto à supervisão de estágio, todas elas são favoráveis e aceitam como mais uma atribuição privativa da categoria profissional.

No que tange aos aspectos mais gerais a respeito das condições de trabalho com ênfase na infraestrutura do espaço de trabalho das assistentes sociais, observa-se em todos os relatos, que há o acirramento da precarização e violação de direitos

trabalhistas. As condições físicas oferecidas pelas instituições são boas, mas não atendem as necessidades do trabalho profissional, visto que as/os assistentes sociais não disponibilizam de espaço exclusivo para atendimento, não garantindo o sigilo profissional e o arquivamento de materiais específicos. Portanto, este estudo revelou que há um aumento expressivo das demandas institucionais e, também, da população que busca o atendimento no espaço sociojurídico, por conseguinte, conferindo uma maior intensificação do trabalho de assistentes sociais em consequência da falta de ampliação de novas contratações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. De Vargas a Lula: Caminhos e Descaminhos da Legislação Trabalhista no Brasil. Revista Pegada, São Paulo, v. 7, n°2 nov. 2006. <Disponível em www4.fct.unesp.br/.../Pegada7n2_20065Ricardo%20Antunes.pdf.> Acesso: em 22 de abr. 2017.

ANTUNES, R. ADEUS AO TRABALHO? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011

CFESS. II Seminário Nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social- Gestão Tempo de Luta e Resistência. – Brasília: CFESS, 2012. 180p.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. (Org. Ricardo Antunes).1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 7° ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche, p.414-433. In Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social- 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. In. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p.13-38, janeiro/abril. 2017.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 32. ed. – São Paulo, Cortez, CELATS, 2010.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; (trad. de Reginaldo Sant’Anna). -27ª ed., - Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

ORTIZ, F. G. Trabalho, desemprego e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 69. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, D. V. L. Mutações no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, S. M. de M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. In. Serviço Social e Sociedade: São Paulo, 2010.

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ

Data de aceite: 01/07/2020

Jussara Faria de Campos

Assistente Social

UNISUAM - Rio de Janeiro

Lattes.cnpq.br/5163929317943684

Simone da Silveira Sarmento Gonçalves

Assistente Social

UNISUAM - Rio de Janeiro

Shirley Marques de Oliveira Gonçalves

Assistente Social

UNISUAM - Rio de Janeiro

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões sobre o trabalho da equipe de Serviço Social na Operação Lapa Presente no atendimento as pessoas em situação de Rua, à noite no Arcos da Lapa, região central do Rio de Janeiro. Para tanto, além do perfil dessa população e demandas, tece considerações sobre os desafios e possibilidades dos profissionais na efetividade das ações como garantia de Direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social – Segurança Presente – População em Situação de Rua

THE CONTRIBUTION OF SOCIAL SERVICE IN THE PRESENT SECURITY PROGRAM: LIMITS AND POSSIBILITIES OF THE SOCIAL SERVICE TEAM IN OPERATION LAPA PRESENT – ARCOS DA LAPA - RJ

ABSTRACT: This article presents Reflections on the work of the team Dand Social service in Operation Lapa present in the attendance of people in the street situation, at night in Arcos da Lapa, Central region of Rio de January. To this end, besides the profile of this population and demands, it wetes considerations about The S Challengeand possibilities of the Professionals in the effectiveness of the actions as a guarantee of rights.

KEYWORDS: Social service – present security – population in street situation

INTRODUÇÃO

A presença de profissionais do serviço social junto ao trabalho dos Policiais Militares no Programa Segurança Presente, se deu com vista a inserção de um profissional qualificado, com habilidades e competências na área social, para atender as questões de vulnerabilidades que envolvem crianças,

adolescentes, adultos e idosos em situação de Rua, levando em consideração os aspectos econômicos, culturais e sociais.

As mudanças econômicas e políticas em curso no Brasil, a partir dos anos 1990, alteram as formas de organização da reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. Resultando em fragmentação das práticas de trabalho e exclusão de grandes segmentos da população, aumentando com isto a pobreza e desigualdade social no cotidiano de diferentes segmentos da classe trabalhadora, submetidos a processos de precarização do trabalho, com crescimento do trabalho temporário, baixos salários e redução dos direitos conquistados, delineando a fragilização das condições de vida dos mesmos.

Essas condições para Alencar (2004) revelam, pois, a perversidade de uma realidade social que tende a se agravar em virtude da natureza das reformas em curso no país no âmbito dos direitos sociais.

Nessa direção, compreende-se que a O/a assistente social é um/a profissional requisitado/a para desenvolver sua prática em distintos espaços sócio ocupacionais já que a realidade atual é de aprofundamento das desigualdades sociais, desmonte dos direitos sociais e humanos, flexibilização do trabalho e aumento do desemprego, logo múltiplas são as expressões da questão social que atingem a população em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse quadro, cabe recuperar as preocupações de Iamamoto (2008) que afirma a necessidade de profissionais capacitados e fundamentados teórica e metodologicamente, para atuar na luta pela afirmação dos direitos sociais e humanos no cotidiano da vida social de um segmento que vem sendo destituído de direitos e privado de condições para o exercício de sua cidadania.

É importante destacar que a profissão de Serviço Social é constituída a partir de um processo em constante transformação, e por ser uma profissão de caráter interventiva, se efetiva dando respostas às demandas do processo de produção e reprodução da vida social na contemporaneidade. Nesse sentido conforme IAMAMOTO (1998:31), a prática profissional e seus desafios estão pautados em “decifrar a realidade e construir propostas criativas capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano”

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE

No ano de 2013, acompanhando a tendência de crescimento dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade, verificada em quase todo o Estado do Rio de Janeiro, o bairro da Lapa¹ assistiu a uma escalada de violência tal que culminou na morte de um Comerciário. Desencadeando a formação de um movimento reivindicatório de melhorias

1. A Lapa é um bairro de boêmio da Zona Central do município do Rio de Janeiro, no Brasil. Possui uma grande variedade de bares, restaurantes, boates e pubs temáticos. Famosa pela arquitetura, a começar pelo Aqueduto da Carioca, sua principal referência e cartão-postal, serve como via para o bonde que liga o Centro ao bairro de Santa Teresa.

para o bairro da Lapa, a que se deu o nome de SOS Lapa.

Que se reuniram, na manhã do dia 06 de dezembro de 2013, no Palácio Guanabara, com o então Governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício – Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, os Secretários de Estado de Segurança – José Mariano Beltrame, de Cultura, Adriana Scorzelli Rattes, de Governo, Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e Secretário Municipal de Assistência Social – Adilson Pires, o Secretário Municipal Especial de Ordem Pública – Alexander Vieira da Costa, além do comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar e representantes da Polícia Civil.

O movimento foi representado por Perfeito Fortuna – Centro Cultural Fundação Progresso; Maria Juçá – Associação Circo Voador; o diretor de teatro Amir Haddad – Instituto Tá na Rua; o empresário Pedro de Lamare – Sindicato dos Bares Hotéis; Restaurantes, Bares e Similares do Município do Rio de Janeiro – SindRio; Plínio Fróes – Rio Scenarium; Thiago Cesário Alvim – Bar Carioca da Gema; Leo Feijó – Teatro Odisseia; Ivan Sugahara – Sede das Cias.; e Paulo Michel – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro.

Na ocasião, reclamavam o estabelecimento de uma sorte de governança – do Estado e da Prefeitura – que planejasse e executasse, de modo integrado, ações permanentes de desenvolvimento local que iam do reordenamento dos espaços públicos de circulação e convivência, ao apoio à economia criativa do lugar que, segundo eles, já se constituía no principal destino turístico-cultural noturno do Rio de Janeiro.

Após a reunião no Palácio Guanabara, teve início em 1º de Janeiro de 2014 a Operação Lapa Presente, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, em parceria com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e com o apoio da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Conservação e suas vinculadas: Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – COMLURB e Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIOLUZ, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Ordem Pública, por meio de sua vinculada: Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-RIO.

Assim, teve início a Operação Lapa Presente, com 01 coordenador, 03 assistentes sociais, 48 agentes SEGOV, 73 policiais militares e 03 oficiais, entre os quais o coordenador da Operação), que passaram a atuar em toda a região da Lapa, das 19:00h às 03:00h da manhã, entre domingo e quinta-feira; e das 21:30h às 06:30 da manhã, às sextas-feiras e sábados.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A situação de rua é uma questão que vem sendo discutida por diferentes políticas públicas, tendo em vista a complexidade e a necessidade de intervenção dos diversos

campos, como saúde, assistência social, habitação, educação, dentre outros. As pessoas em situação de rua convivem constantemente com a não garantia e acesso aos direitos sociais conquistados pela constituição federal de 1988, constituindo-se assim como sujeitos a margem de uma sociedade que exclui e estigmatiza.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR) define população em situação de rua como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, são pessoas que utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

O termo “população em situação de rua”, utilizado em documentos oficiais do estado brasileiro, abrange um conjunto de significados que contempla um grupo bastante heterogêneo, como os andarilhos, trecheiros, pardais, dentre outros sujeitos que fazem da rua seu principal espaço de convivência. É comum que estabeleçam “[...] no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que os caracteriza como ‘população em situação de rua’” (BRASIL, 2008, p.3).

Nessa configuração é possível observar que diversos fatores contribuem para inserção desses indivíduos para situação de rua. Silva (2006) aponta que esses fatores perpassam pela ausência de moradia, trabalho e renda, além de fatores relacionados à vida particular do indivíduo, tais como, a quebra de vínculos familiares, doenças mentais e uso abusivo de álcool ou drogas. Como também, os imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “andarilhos”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais). (Política Nacional Para Inclusão da População e Situação de Rua, 2008).

No Brasil a Assistência Social como política de proteção social, significa garantir a todos, que dela necessitar, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, em dezembro de 1993, como política social pública, iniciando seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social, regida por princípios democráticos extensivos às populações urbanas e rurais, bem como a Proteção Social Básica que tem como objetivo prevenir situações de risco, desenvolver potencialidades e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio da atenção à família, seus membros e indivíduos mais vulneráveis, na busca de fortalecer o convívio e desenvolver

qualidade no território onde vive.

INSERÇÃO E ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE

A equipe do Serviço Social, da Operação Lapa Presente, tem sua base de atuação à noite na área central do Rio de Janeiro (Arcos da Lapa), território com um quantitativo considerável de população em situação de rua.

O desafio do assistente social na Operação Lapa Presente é realizar ações de modo a proporcionar novas vivências as pessoas usuárias desse serviço, a partir do atendimento e acompanhamento, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Tendo como base, aproximadamente 60 pessoas atendidas por noite.

A intervenção foi gradualmente aprimorando com as demandas e necessidades dos usuários do serviço, independentemente da idade, do gênero ou, ainda, da condição clínica, o que permitiu a construção de uma rede de diálogo e troca.

É comum desta população em situação de rua a precariedade das condições de vida, o que leva a situações de saúde também precária. Sendo recorrente a necessidade de atendimento de urgência, então são encaminhados para os equipamentos próximos do território como: Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA, hospital com emergência, e há Casos que acionamos a SAMU, ou levamos na própria viatura da Operação para os equipamentos de urgência.

Tendo como base a rede local para efetivação do atendimento as demandas, a equipe aciona a rede assistencial no território, como: Conselho tutelar; Central de Recepção de Adultos e famílias Tom Jobim (CRAF Tom Jobim), para o acolhimento em Abrigo ou no centro Pop, através da equipe da SMDS, e os serviços de Proteção Social Básica e Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), CRAS e CREAS.

Para o acesso à documentação, são encaminhados ao Núcleo da Defensoria Pública, para obtenção de ofício de gratuidade, e ao Núcleo de Defesa dos Direitos humanos da Defensoria Pública (NUDEDH). Em conformidade com a metodologia de trabalho, não realizamos abordagem, a inserção das pessoas na estrutura de nossa base, são espontâneas. A estratégia para o fortalecimento de vínculos, é uma boa acolhida, uma escuta apurada no sentido de o mesmo direcionar suas solicitações sem nenhuma interferência da equipe.

Com relação a aqueles que fazem uso e abuso de álcool e drogas e que relatam os problemas por eles vivenciados, são orientados sobre o trabalho desenvolvido nos CAPs e encaminhados, ou para Clínica de Tratamento a dependência química, quando solicitam inserção em um espaço que lhes permitam estar por um período maior longe do acesso de compra ou do uso sistemático da droga.

Assim, a equipe profissional para garantir o acompanhamento, as dividiram em três grupos e referenciaram cada grupo a um assistente social. Foram criados momentos com

atividades e dinâmicas para favorecer o processo de reflexão crítica de questões, por meio da criação de um espaço próprio para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades, possibilitando o entendimento de que os problemas vivenciados individualmente são problemas que atingem outras famílias também.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EQUIPE DO SERVIÇO SOCIAL EM SEUS ATENDIMENTOS:

Cabe salientar que a equipe realiza os atendimentos no início da noite até a madrugada, que é algo inovador, é um diferencial e um processo desafiador.

Um dos desafios é a efetivação de parcerias para cursos e vagas de trabalho, para encaminhar as pessoas atendidas, como também o atendimento aos egressos do Sistema Penitenciário/em situação de Rua; aos imigrantes de outros Estados/ em Situação de Rua; aos imigrantes de outros Países/ em Situação de Rua;

Números reduzidos de vagas nos abrigos para idosos (Masculino e Feminino), e o limite de horário para o (acolhimento) daqueles que comprovem estar trabalhando;

Apesar dos desafios, a equipe realiza Grupo de Reflexões, para fortalecer os vínculos com a população atendida, sempre na primeira segunda feira do mês, de 19:15 as 20:00, período de espera da Van da SMDSDH. A meta é atender de 30 pessoas por encontro, como uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Conforme o quadro abaixo:

CRONOGRAMA DAS RODAS DE CONVERSAS:

MÊS	DIA	TEMA	MATERIAL UTILIZADO
MARÇO	04	VALORIZAÇÃO DO EU/AUTOESTIMA	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
ABRIL	01	VÍCULOS FAMILIARES/DESAFIOS	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
MAIO	06	ALCOOL E DROGAS/ PERDAS E GANHOS	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
JUNHO	03	SEXUALIDADE /PREVENÇÃO	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
JULHO	01	IDENTIDADE	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
AGOSTO	05	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA-	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4-
SETEMBRO	02	CONVERSA SOBRE PATERNIDADE-	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4-
OUTUBRO	07	CIDADANIA	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
NOVEMBRO	04	FAMÍLIA	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4
DEZEMBRO	02	O MUNDO DO TRABALHO	TV. CADEIRAS.FOLHAS A4

Obs.: os temas mudam de acordo com a solicitação do grupo

PERFIL DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL

São pessoas que estão em situação de Rua, predominantemente do sexo masculino – 82%

- Mais da metade possui entre 30 e 54 anos – 53% e 70% são negros.
- (58%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais montando Palco para realização de Show e vendendo materiais recicláveis.
- 80% dos entrevistados sabem ler e escrever - 15% não sabem escrever e 05% apenas assinam o próprio nome.
- Grande estão desempregados, entretanto apenas 15% pedem dinheiro como meio de sobrevivência.

A maioria são originários do Município do Rio de Janeiro, e Baixada Fluminense, entretanto um número considerado é oriundo de outros Estados.

- 70% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade, porém, 38% deles não mantêm contato com esses parentes.

As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são:

1. alcoolismo/drogas (50%)
2. desemprego (20%)
3. desavenças com pai/mãe/irmãos/companheiras (20%)
4. Traição e violência Doméstica (2%)
5. Guerra de tráfico, ou de grupos milicianos (8%)

Tempo de permanência na rua:

- Quase metade desta população está há mais de 1 ano dormindo na rua ou em abrigo (48%).
- Cerca de 52% dorme na rua há menos de 1 ano.
- A maioria costuma dormir em abrigos ou outras instituições (55%)
- Grupo relativamente menor costuma dormir na rua (35%)
- 10% alternam o local que costumam dormir;

Programas Governamentais:

A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais – 94% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais

- Entre os benefícios recebidos se destacaram:
 - Aposentadoria (2%)
 - Programa Bolsa Família (3%)
 - Benefício de Prestação Continuada (1%)
- 50% não possuem quaisquer documentos de identificação;
- 10% são oriundos do Sistema Penitenciário, em liberdade recente, ou já passaram

pelo sistema;

- A maioria (80%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto.

FONTE: Registro de Atendimento do Serviço Social, 2014/OLP

Ressaltamos que **50%** comparecem ao atendimento e solicitam tratamento para o uso e abuso de Álcool e outras Drogas. São encaminhadas para as instituições abaixo:

- Comunidade Terapêutica OPTAR – Volta Redonda
- Centro de Recuperação Teófilo Cunha – Japeri
- Centro de Recuperação em Santa Cruz – RJ
- Centro de Recuperação em Mesquita – RJ
- Centro de Recuperação em Pavuna – RJ
- CEAD – São Cristóvão
- Farol da Lapa – Projeto Reviver
- Casa de Recuperação Paracambi MANAIN

É de se destacar que alguns deles retornam para nos comunicar que deixaram de fazer o uso de Álcool e Drogas. Entretanto por não ter ainda, uma parceria concretizada e transporte que os levem imediatamente as Comunidades Terapêuticas, muitos não aguardam e desistem de realizar o tratamento. Diante desta breve exposição, ressaltamos ser importante fortalecer essa rede, pelas propostas e modelos de tratamento dos transtornos relacionados ao uso e abuso de substâncias psicoativas que as Comunidades Terapêuticas oferecem.

Por outro lado, conforme apresentamos abaixo:

20%- Retornaram para Família/Casa

05%- Pessoas Desaparecidas/Foram Encontradas

10%- Foram encaminhados para participar do processo seletivo da Empresa Luzo Brasileiro – Centro do Rio – Apenas **02%** retornaram para dizer que conseguiu passar.

20%- Encaminhados para o processo Seletivo do Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio – SIND RIO

01%- Retornou para dizer que estão trabalhando formalmente;

Intermediou-se em torno de **30%** dos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes, destes, aproximadamente **20%** através de demanda espontânea, alguns retornam a Base da Operação sistematicamente, em busca de retorno para Central de Acolhimento Taiguara e Carioca.

Com relação à população adulta, desde janeiro foram aproximadamente, **6.000** pessoas para a rede de acolhimento (Abrigo Stella Maris e Centro Pop). Cabe destacar

que dos atendimentos realizados estão cadastrados em nosso banco de dados, destes aproximadamente **45** retornam mensalmente em dias alternados e para **15** é o primeiro acolhimento. Nesta direção, registra-se uma média de **60** acolhimentos de adulto por noite.

Cabe ressaltar que o exercício da prática não é tão simples como parece, são inúmeras as dificuldades que o assistente social se depara no seu cotidiano profissional, ao ser chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais, e se vê impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz por depender inteiramente de recursos institucionais.

Vale destacar que, em meio ao atendimento à população em situação de Rua, o trabalhador vai tecendo uma rede de mobilização social, da qual se torna porta-voz das situações vividas, das necessidades e da luta pela melhoria e qualidade de vida dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar para a inserção do Serviço Social no Programa Segurança Presente no Município do Rio de Janeiro, buscou-se apreender os limites e as possibilidades de atuação dos/as assistentes sociais no referido Programa; mostrar a importância desta profissão para a garantia de direitos da população usuária dos serviços.

As demandas por serviços sociais, expressam as desigualdades econômicas, de inclusão/exclusão social, de dominação de gênero, de relações de poder, violência nos conflitos familiares, na relação com o crime, com o uso de drogas, com a enfermidade, com a precarização das condições sociais e familiares. São demandas complexas tanto por efetivação de direitos como por cuidados específicos que exigem dos profissionais a análise das relações gerais e particulares dessas condições e do poder de enfrentá-las, o que implica trabalhar a correlação de forças (Faleiros, 2013).

Inúmeras dificuldades são enfrentadas diariamente, pela equipe de serviço social no atendimento e intervenção, esse contexto exige uma diversidade de intervenções e ações com estratégias complexas na correlação de forças presente. O que não é uma ação fácil, mas com o empenho e competência de toda equipe, esperamos alcançar avanços significativos.

A discussão teórica abordada neste relato é considerada um debate inicial, porquanto apresenta limites, embora possa instigar outras discussões concernentes ao tema. Assim, o propósito do trabalho foi trazer algumas reflexões voltadas para o Programa Segurança Presente sua importância e o desafio do assistente social, no trabalho realizado com as pessoas em Situação de Rua.

Essas reflexões nos remetem à importância do posicionamento crítico, no pensar que, acima de tudo, o Estado deve ocupar o papel principal na efetivação das condições

de vida da família, construindo possibilidades de padrões de bem estar, não com programas pontuais, mas no desenvolvimento de ações voltadas para o interesse geral da sociedade, respeitando as representações e significados contidos em cada grupo, com atenção integral as suas necessidades.

Diante desse quadro, cabe recuperar as preocupações de Iamamoto (2008) que afirma a necessidade de profissionais capacitados e fundamentados teórica e metodologicamente, para atuar na luta pela afirmação dos direitos sociais e humanos no cotidiano da vida social de um segmento que vem sendo destituído de direitos e privado de condições para o exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. “**Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família**”. In: SALES, M. A. (ORG). Política Social, Família e Juventude. Uma questão de direitos. SP: Cortez, 2004.

BRASIL, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). **Lei Federal nº 8742** de 07/12/93.

_____. Constituição Da República Federativa Do Brasil. Brasília. 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de inclusão social da população em situação de rua, 2008a, 25p. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em 04/04/2019

CONCEIÇÃO, José Augusto; JUNQUEIRA, Cesar Augusto. **Relatório Técnico da Operação Lapa Presente**. Rio de Janeiro, 07/2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Globalização, correlação de forças e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, MC de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26º ed. Petrópolis: Vozes, 2007

PNAS – Política Nacional de Assistência social/2004. Brasília, Novembro de 2005.

Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto nº 7.053 de 2009. Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas / organização Mirna Teixeira, Zilma Fonseca - 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2015.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR

Data de aceite: 01/07/2020

Aline Possa Silva Anjos

<http://lattes.cnpq.br/5680073913716882>

Lorena Luana da Costa Castro

<http://lattes.cnpq.br/5680073913716882>

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar a atuação do Serviço Social, com suas perspectivas e desafios no campo da Assistência Social em uma instituição militar das Forças Auxiliares do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no pólo de atendimento da Diretoria de Assistência Social - DAS, localizado no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pretende-se explicar sobre o trabalho desenvolvido neste espaço sócio-ocupacional desde a implementação do serviço aos desdobramentos e resultados alcançados por meio da nossa intervenção, ações e projetos executados e em execução. Buscamos, ainda, realizar uma análise das condições de trabalho dos Bombeiros Militares e os impactos da atual conjuntura para a categoria.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social, Descentralização, Espaço Sócio-ocupacional.

ABSTRACT: This study aims to present the

work of the Social Service, with its perspectives and challenges in the field of Social Assistance in a military institution of the Auxiliary Forces of the state of Rio de Janeiro, specifically in the Social Assistance Directorate - DAS, located in neighborhood of Campo Grande, West Zone of Rio de Janeiro, and belonging to the Nucleus Capital. It is intended to explain the work developed in this socio-occupational space from the implementation of the service to the developments and results achieved through our intervention, actions and projects executed and in execution. We also carry out an analysis of the working conditions of Firefighters Military and the impacts of the current situation for the category.

KEYWORDS: Social Assistance, Decentralization, Socio-occupational Space.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão versa sobre a experiência profissional no campo da Assistência Social em uma instituição militar das Forças Auxiliares. Iremos discorrer ao longo do estudo sobre o projeto de consolidação institucional da descentralização da Assistência Social no Corpo de Bombeiros

Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, para então discorrermos com mais especificidade acerca de nossa atuação no pólo de atendimento da Diretoria de Assistência Social - DAS, localizado no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e pertencente ao Núcleo Capital.

Objetivamos apresentar o trabalho do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional e as perspectivas de atuação em uma unidade militar, registrando desde a inauguração do serviço aos projetos em andamento e os resultados¹ aos militares e seus dependentes, fruto desta Política de Descentralização no CBMERJ².

É sabido que o sistema de proteção social proposto pela Constituinte de 1988 reorganiza todo o sistema de Seguridade Social no Brasil, trazendo a proposta da descentralização e controle social como elementos para a organização do Estado e a relação deste com a sociedade, ampliando a perspectiva dos direitos. E a Assistência Social compõe nosso tripé de Seguridade, conforme a Constituição Federal de 1988, sendo fruto de discussões e organização através do aparato legal com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei 8.742/1993) e, posteriormente, com a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) que estruturará todo o arcabouço teórico-prático da pasta, de financiamento e reordenamento em âmbito nacional, instituindo o chamado Sistema Único de Assistência Social (SUAS, Lei nº 12.435, 2011) e suas normas reguladoras, inaugurando uma nova fase para a Assistência Social Pública de nosso país, não mais como “benesse”, assistencialismo, mas, principalmente, como garantia e direito de cidadania.³

É importante discorrer sobre o cenário macroestrutural para compreendermos o que representa em âmbito institucional a construção de uma Política Descentralizada de Assistência Social no CBMERJ. Vale destacar que a nossa atuação apesar de basear-se na política descentralizada de Assistência Social, prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apenas abrange em seu espócio de atuação o público interno de assistidos desta instituição militar.

Sendo assim, os profissionais do Serviço Social tomam por base instrumental, o estatuto legal que ampara seu fazer na instituição, bem como baseiam sua ação profissional a partir das legislações que lhes amparam, tais como, nosso Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação Profissional (Lei nº 8.662, 1993).

1. É importante ressaltar, conforme nos orienta GUERRA(1998), que *os resultados das ações dependem da existência de condições favoráveis, da adequabilidade das escolhas e das intervenções aos objetivos que se pretende atingir e ao projeto societário que se prioriza, e, ainda, da correlação de forças presentes no momento.* (p. 4)

2. A Política existente justifica-se pela necessidade de se ampliar e garantir o acesso dos Bombeiros Militares aos seus direitos, previstos em Estatuto do Bombeiro Militar (Lei 880/1985) e legislações afins, que visam à melhoria da qualidade de vida, conforme princípio constitucional de 88.

3. Cidadania esta que se vê ameaçada e um contexto de desalento, com altas taxas de desemprego e trabalho informal e precário, além de todas as ameaças sugeridas a um projeto de “contra” reforma do Estado, sendo compreendido como um estreitamento do Estado em seu papéis e funções públicas, como tão bem discorre BEHERING (2008), com regressão de direitos e condições de vida e trabalho cada vez mais degradantes a classe que vive do trabalho. E de tal modo congelamento nos investimentos sociais e, portanto, no financiamento das políticas públicas, sobretudo, as referentes a Assistência Social Pública.

A Diretoria de Assistência Social (DAS) foi regimentada junto a Corporação só em 2007 com a finalidade de prestar assistência social aos bombeiros militares ativos e inativos e seus dependentes, visando garantir o acesso aos direitos, amparados em Legislação própria de Bombeiro Militar (Estatuto do CBMERJ, lei nº 880 de 25/07/1985) e demais legislações sociais. Os atendimentos eram realizados por assistentes sociais civis e militares, exclusivamente, em uma unidade central na Zona Norte do Rio de Janeiro, representando para os usuários dos serviços o único espaço de atuação profissional.

A ampliação e consolidação do processo de descentralização das ações da DAS no CBMERJ deu-se devido aos atendimentos em número expressivo de militares e dependentes nos Núcleos Regionais⁴, sendo em grande medida oportuna a descentralização das atividades do Núcleo Central⁵ para o que chamamos de Pólos Descentralizados de Assistência Social, totalizando 20 (vinte) unidades atualmente.

O Pólo Descentralizado DAS/Campo Grande, onde estamos inseridas, embora esteja localizado na Capital e seja parte do Núcleo Central, também se revela expressiva⁶. Segundo dados da Diretoria Geral de Pessoal da Corporação, em 2018, residiam aproximadamente um quantitativo de três mil, quatrocentos e oitenta e seis (3486) bombeiros militares ativos e inativos, mais seus familiares na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais propriamente nos bairros de Campo Grande e adjacências. Em contraponto a um quantitativo de militares efetivos no CBMERJ em 2017, de aproximadamente treze mil, seiscentos e noventa (13.690).

É importante ressaltar que Campo Grande e alguns bairros adjacentes distam aproximadamente cinquenta e dois quilômetros da região central do Rio de Janeiro. Ademais a região também se localiza distante dos serviços de saúde próprios da Corporação, além de dispor precariamente de outros serviços. Sendo, de fundamental importância e justificável a instalação de um pólo de atendimento social aos bombeiros militares e seus dependentes na localidade.

Por conseguinte, sistematizar o trabalho⁷ desenvolvido neste Pólo Descentralizado DAS/Campo Grande, faz-nos apreender a realidade e seu movimento, captando o sentido e significado de nossa ação, indo para além da aparência do cotidiano do trabalho profissional, buscando a essência, ou seja, os limites e possibilidades da atuação neste espaço peculiar, uma corporação militar.

4. Os Núcleos Regionais são os pólos que compreendem todos os demais municípios do estado do Rio de Janeiro: Núcleo Região Metropolitana e interior, Núcleo Noroeste, Núcleo Serrana, Núcleo Sul, Núcleo Costa Verde, Núcleo Baixadas Litorâneas. Devido a Corporação abranger todo o estado do Rio de Janeiro e região metropolitana, com unidades próprias e destacamentos, os pólos foram distribuídos de acordo com as macrorregiões.

5. Núcleo que compreende a Capital, ou seja, a própria cidade do Rio de Janeiro, além das unidades especializadas (Diretoria de Inativos e Pensionistas e Grupamento Especial Prisional - GEP).

6. No período de agosto de 2017 (data de abertura do Pólo) a abril de 2019, foram contabilizados aproximadamente 600 atendimentos do Serviço Social no Pólo de Assistência Social de Campo Grande, Rio de Janeiro.

7. Já informa o Professor da UERJ, Ney Teixeira de Almeida, que quanto mais se conhece a realidade, melhor você intervém e tem condições de fornecer respostas mais próximas da realidade de vida da população. (Matéria no Caderno Práxis, de janeiro/fevereiro de 2016 - Nº 87 série "Instrumentos e técnicas", Pags. 12 e 13).

SOBRE O ESPAÇO INSTITUCIONAL E AS DEMANDAS AO SERVIÇO SOCIAL

O CBMERJ é uma instituição centenária e umas das mais reconhecidas pela população fluminense, de acordo com último Anuário realizado pelo CBMERJ – ano 2017⁸.

Em 2017 o CBMERJ contou com 115 unidades operacionais em 58 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, as quais são organizadas por áreas operacionais.

O 13º Grupamento de Bombeiro Militar - GBM, onde se localiza o Pólo Descentralizado DAS/Campo Grande, é integrante da Capital e possui três Destacamentos subordinados nos bairros de Santa Cruz, Guaratiba e Sepetiba. Sendo a Unidade Operacional com um dos maiores números de atendimentos no Estado do Rio de Janeiro, conforme Anuário de 2017, totalizando onze mil, novecentos e quarenta e cinco (11.945) atendimentos, sendo o grupamento de bombeiro militar da capital com maior número de socorros.

A tropa do 13º GBM é composta em sua maioria por subtenentes e sargentos, ou seja, praças com mais tempo de carreira, portanto, com mais idade, o que vem de encontro à realidade atual do efetivo do CBMERJ, que possui uma média de faixa etária de 40 anos, sendo 47,8 dos militares com idade entre 36 a 45 anos em dezembro de 2017.

Nesse sentido, esses militares já não são tão jovens e que possuem uma carga de trabalho exaustiva, requerem além da habilidade profissional e física, controle emocional para lidar com as situações com as quais se deparam cotidianamente, tendo em vista a atividade de bombeiro militar estar relacionada diretamente ao atendimento de situações emergenciais, tais como acidentes com vítimas, incêndios, desastres naturais, tentativas de suicídio, dentre outras, acrescido ao fato de ser uma profissão reconhecida como de risco, tanto direto quanto indireto, uma vez que durante os salvamentos os bombeiros militares arriscam suas próprias vidas e estão expostos a ambientes com fatores extremos que podem causar danos futuros a sua saúde. Conforme levantamentos estatísticos, a profissão de bombeiro militar caracteriza-se como uma das categorias que mais sofrem com o estresse⁹, além de terem uma sobrevida diminuída, dada a exposição aos riscos ao longo de toda uma atividade profissional.

Em estudo realizado pelo Comando do CBMERJ, entre os anos de 2016 e 2017, denominado “Por dentro da Farda”¹⁰, aponta o **risco** como um elemento central do trabalho e que 68,6 % dos militares participantes da pesquisa percebem o **risco constante** durante o desempenho da atividade profissional. Existe ainda o fator de expectativa frente à imprevisibilidade, pois mesmo nos momentos que estão no quartel estes trabalhadores precisam estar sempre alerta aos chamados, os quais devem ser imediatamente atendidos

8. Neste ano foram respondidas 344.112 solicitações de socorros, em média 943 atendimentos por dia. Sendo o maior número de atendimentos: APH (atendimentos pré-hospitalares), Salvamentos Marítimos, Acidentes de Transportes Terrestres e Incêndios, como os serviços prestados a população, além dos Apoios Operacionais e Eventos Diversos, Vitorias e Certificações na área de segurança contra incêndio e pânico, totalizados em 399.872 atendimentos.

9. Em estudo recentemente publicado pela Corporação, revelou-se entre os participantes entrevistados sintomas de estresse e desgaste, dada a natureza do trabalho pautado no perigo iminente e a necessidade de lidar com situações difíceis.

10. O estudo buscou realizar uma correlação entre a natureza do trabalho e as manifestações psicossomáticas a partir do impacto na vida profissional e pessoal dos militares.

e nem sempre tomam conhecimento da gravidade no momento que são acionados, o que pode causar aumento do estresse e possível ansiedade.

Diante desta realidade que se apresenta as condições e relações de trabalho de bombeiros militares, considera-se de fundamental importância nossa atuação junto a esta categoria, viabilizando a garantia de acesso aos direitos sociais, antecipando as demandas, assumindo a dimensão investigativa e sócio-educativa da profissão, desenvolvendo um trabalho de promoção e prevenção às situações postas ao cotidiano do trabalho do Assistente Social que pertence ao quadro de Oficial da Saúde neste espaço profissional.

Percebemos que o quantitativo de licenças para acompanhar tratamento de saúde de pessoa da família, ainda é o “carro chefe” de nosso maior número de atendimentos, semelhante aos demais pólos e Capital. Contudo, vem se redesenhando a representação da profissão na Corporação, a partir das demandas diversas, aproximando o Bombeiro Militar e seus familiares da profissão que vem a exercer um papel importante no que tange às chamadas “questões sociais” expressas nas demandas de ordem pessoal, funcional e familiar. Temos a exemplo as solicitações diversas¹¹ como o acesso a outros direitos e garantias legais em saúde e assistência social.

Demandas que afetam a vida funcional do Bombeiro Militar também surgem aos profissionais nos pólos, principalmente, no 13º GBM, dadas as características apontadas anteriormente, sobretudo, pelo número de chamados em socorro, o que causa mais desgaste e estresse profissional.

Em relação às ações de cunho sócio educativo propostas desde a inauguração do serviço há aproximadamente um ano e meio, orientamo-nos por um Calendário Interventivo de Ações, baseado na representação cotidiana de nossos atendimentos. Procedemos continuamente com a proposta de um mural informativo¹² localizado no interior do quartel, com informações de utilidade pública e datas interventivas em matéria de Serviço Social, tais como, orientações em Saúde, Assistência Social e a recursos da comunidade. Atividades itinerantes e sócio-educativas também foram empreendidas junto aos militares, tais como, as ações de prevenção no período que antecedia a folia/ Carnaval, que possibilitou-nos socializar as políticas de saúde preventivas do Ministério da Saúde, adquirindo da Secretaria Estadual de Saúde, um dispenser de preservativos, alocado no interior do quartel, e disponível aos militares. No Dia Nacional de Combate as Drogas, que fora demandada pelos próprios usuários militares que expressaram dificuldades em atuar nas situações relacionadas ao uso/abuso de álcool e outras drogas no momento

11. Em recente levantamento interno no sistema de registros informatizado, verificamos muitos atendimentos oriundos de orientações a direitos e outras garantias previstas em legislação militar, legislação social, orientações em saúde a ativos, inativos e pensionistas, contatos intra e interinstitucional para viabilização de recursos e demais encaminhamentos, orientações em relação ao acesso a Justiça, sobretudo, no que tange aos direitos da criança e adolescente (posse e guarda, adoção), divórcios, direitos ao companheiro(a) em união estável, entre outros relacionados as relações intrafamiliares e conjugais.

12. A exemplo Mural em atenção aos meses Janeiro Branco – cuidados em relação à saúde mental/ Prevenção ao Uso Abuso de álcool e outras drogas /Prevenção ao Suicídio – Setembro Amarelo / Outubro Rosa / Novembro Azul/Violência contra a mulher).

do socorro, não somente atuando de maneira operacional, conforme são instruídos, mas também com alguma preparação sobre o conhecimento da rede de serviços. Para tanto, articulamos com a Coordenação de Saúde de área programática que apresentou a rede de atenção em saúde mental na localidade, apresentando aos militares a rede de serviços disponível em âmbito municipal, bem como orientando quanto ao acolhimento às pessoas em sofrimento mental.¹³ Em parceria com os grupos de mútua ajuda (Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos) desenvolvemos um trabalho de exposição da filosofia dos grupos e programa de recuperação, a fim de também orientar a tropa quanto a estes recursos da comunidade e de reconhecimento público.

Esta articulação com a rede interinstitucional e intrainstitucional faz-se importante para a participação em reuniões locais, como a participação nos Fóruns de Saúde Mental da coordenação de saúde da área programática, que integra Campo Grande e adjacências, articulando com as demais políticas sociais, conhecendo o território e estreitando com a rede de recursos locais para atendimento.

Outra conquista importante que os militares adquiriram da Corporação e que também fora fruto das nossas reflexões com Comando Local, além das necessidades expressas, fora a inauguração de um Posto Médico, vinculado a nossa Diretoria Geral de Saúde – DGS, que representou mais uma equipe de profissionais a compor este trabalho multidisciplinar de assistência aos militares e seus familiares residentes na localidade. Para o Serviço Social este trabalho em rede vem demandando atendimentos integrais, antecipando possíveis demandas dos nossos usuários, refletidas inclusive em trabalho de itinerância nos quartéis em que realizamos palestras em saúde que ficaram expressas na fala dos militares a necessidade de assistência em saúde, sobretudo, do trabalhador militar.

Outras atividades de importância do Pólo são os encaminhamentos a Escola de Educação Previdenciária do Rio Previdência, instituição a qual a DAS possui convênio firmado através de projeto institucional, que possibilita-nos realizar um atendimento na totalidade dos fenômenos, como a questão do endividamento que também assola os militares ativos e inativos, devido às facilidades de crédito, o rebaixamento salarial da categoria, as novas configurações das famílias na divisão sócio-técnica do trabalho, enfim, prestamos orientações e encaminhamos as situações, sendo mais um recurso comunitário.

De igual modo, a equipe deste pólo participou de várias reuniões técnicas no Núcleo Capital, além de seminários técnicos, a fim de contribuir para a construção de propostas de trabalho e outros em matéria de Serviço Social.

13. Este trabalho foi bastante importante, no sentido, de desmistificar preconceitos, orientar acerca da questão do uso/abuso de substâncias e apresentar a rede de encaminhamento e atenção à saúde mental local, além dos ofertados pela Corporação aos militares, que assim estivessem necessitando de tal suporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que viemos buscando aproximar-se das demandas cotidianas de vida e de trabalho dos militares e seus dependentes dentro da localidade do 13º GBM e adjacências, favorecendo a Política de Descentralização da Assistência Social da DAS/CBMERJ, tornando-se referência de atendimento na região, em conjunto a Capital.

É importante ressaltar que nosso fazer profissional neste espaço tem características peculiares, haja vista nossos usuários estarem regidos por um Estatuto Militar e seus princípios, sem deixar de serem considerados trabalhadores militares de carreira, com representatividade social, tidos como “heróis do fogo” e, portanto, suscetíveis aos riscos eminentes a profissão de bombeiro militar. Em paralelo, um conjunto de trabalhadores sobrecarregados e adoecidos, sem perspectivas quanto à abertura de novos concursos públicos, com renovação de quadro, ainda com salários diminuídos, se compararmos a outras Forças e a outros estados, tanto para os profissionais de saúde como para os que estão em áreas operacionais e de combate, o que amenizaria a sobrecarga dos mais antigos de serviço. Isso tudo conjugado a questões políticas, que vem intencionando mudanças na Previdência também dos militares. E com todo o enxugamento da máquina pública, cortes em Orçamento legitimado por dez anos, com a “crise” no estado do Rio de Janeiro, muitos destes impactos irão também refletir no âmbito institucional, não só no que tange aos aspectos estruturais, mas, sobretudo, nas condições e relações de trabalho estabelecidas.

Este contexto compreende a um cenário produtivo e de trabalho que não só impacta fisicamente os trabalhadores, mas a sua saúde mental, sobretudo, a partir das transformações ocasionadas por uma nova divisão internacional do trabalho que associou ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, além de baixos salários (Cf. Antunes e Praun, 2015, p. 409).

Por isso, faz-se tão necessário o trabalho profissional, pois a partir das ações inter/intrasetoriais e multidisciplinares viemos tentando garantir um atendimento de qualidade a esta categoria de trabalhadores tão sobrecarregados, vide os eventos recentes em nossa cidade do Rio de Janeiro, sendo o Serviço Social desafiado cotidianamente diante das atuais demandas, indo para além do aparente e buscando entre limites e possibilidades novas formas de atuação neste cenário adverso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. e PRAUN, Luci. “A sociedade dos adoecimentos no trabalho”. In Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 123, p.407-427, jul./set. 2015.

ANUÁRIO CBMERJ 2017. Publicação Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro – CBMERJ.

BEHRING, Elaine R. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

DE ALMEIDA, Ney Teixeira. “A sistematização da prática”. Caderno Práxis, de janeiro/fevereiro de 2016 - Nº 87, série “Instrumentos e técnicas”, pags. 12 e 13.

GUERRA, Yolanda. “A crise contemporânea e os impactos na instrumentalidade do Serviço Social”. Comunicação apresentada no XVI Congresso Latino americano de Escolas de Trabalho Social, Santiago do Chile, 1998, pags. 1-21.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Publicação CBMERJ - “Por dentro da Farda. Percepções dos Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro sobre Risco, Reconhecimento e Qualidade de Vida no Trabalho”, ano 2016/2017.

Projeto “Consolidação e Ampliação da Descentralização da Diretoria de Assistência Social.”, Diretoria de Assistência Social- DAS, 01/06/2014.

Sistema de Atendimento e Gerenciamento da Diretoria de Assistência Social – SAGDAS, acesso em abril de 2019, item Relatórios.

AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 04/04/2020

Milene Lúcia Santos

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/0439238857020805>

Fernando Ferreira de Araújo

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Jheniffer de Assis Gonçalves

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Maurício da Silva Santos

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Tatiane do Nascimento Bastos Nunes

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

RESUMO: Este artigo é resultado de reflexões acerca das atuais tendências do Serviço Social na perspectiva de uma nova organização da cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Cultura, Profissão.

THE CONTRIBUTIONS OF SOCIAL SERVICE FROM THE PERSPECTIVE OF A NEW CULTURE ORGANIZATION: THE FUNDAMENTAL ETHICAL PRINCIPLES OF SOCIAL SERVICE AND THE PRESENT CHALLENGES

ABSTRACT: This article is the result of reflections about the current tendencies of Social Service in the perspective of a new organization of the culture.

KEYWORDS: Social Work, Culture, Profession.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta reflexões acerca das contribuições do Serviço Social sob a perspectiva de uma nova organização da cultura. Por ser profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situando-se no processo de reprodução das relações sociais, cujo objeto central de seu trabalho encontra-se nas expressões da questão social de múltiplas manifestações que são movimentadas pela relação capital x trabalho, colocaremos aqui os desafios, limites e possibilidades da profissão. Profissão essa

que interpreta a realidade desenvolvendo uma capacidade crítica-reflexiva sobre a questão social que, por tempos, colocou e ainda coloca o indivíduo como culpado pelas situações a ele impostas pelo grande capital, um grande diferencial que esses profissionais, capazes de escrever sua própria história, possibilitando assim a construção do caminho para uma nova ordem societária, justa e igualitária.

Não há aqui possibilidades de falar sobre as contribuições do Serviço Social para a sociedade, sem resgatar pontos fundantes dessa profissão.

A profissão de assistente social surgiu no Brasil na década de 1930. Sua origem se deu dentro da Igreja Católica com vista a preparar a grande massa operária para a o capitalismo industrial, sistema sócio-econômico-político da época.

O movimento sindical da categoria também se mostra com grande evidência na potencialização do rompimento com o conservadorismo.

Vale enfatizar o III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais em 1979, com tema “Serviço Social e Política Social”, denominado “Congresso da Virada”, pois foi onde a categoria se reconheceu como tal e se colocou à frente da luta em defesa da classe trabalhadora, marco no processo de politização e movimentação dos profissionais e estudantes de Serviço Social e das entidades sindicais.

Tempo marcado pela “abertura política” e de redemocratização da sociedade brasileira. Reconhecimento dos sujeitos, como sujeitos políticos que levantaram bandeiras de luta contra o regime de ditadura militar implantado no país na década de 60.

Nesse período buscou-se então uma nova forma de atuação desses profissionais, tomado uma postura de luta ao lado da classe trabalhadora, em defesa da justiça, da igualdade, da democracia, dos direitos humanos em sua totalidade, visando o trabalhador e não mais a classe opressora.

Desde então o Serviço Social reafirma constantemente sua defesa como classe trabalhadora. Em frente a todo esse movimento o Serviço Social toma suas novas direções com as experiências vivenciadas no movimento de reconceituação, seu legado nas lutas sindicais, legado marxiano e tradição marxista na produção acadêmica intelectual, organização da categoria (CRESS, CEFSS), a consolidação da profissão na direção social expressa no PEP, e a organização e compromisso da profissão com as suas diretrizes e código de ética. Sendo assim esse panorama expõe a consolidação das lutas dentro de um projeto articulado ao projeto societário na direção emancipatória.

A direção sociopolítica estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilização de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar por consolidação das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, antiimperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo (ABRAMIDES, 2006, p. 34).

A dimensão técnica é o suporte da competência da profissão. O Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, onde um debate sobre a

sua instrumentalidade percorre a história em razão da sua natureza, então construída e reconstruída em seu processo sócio-histórico.

A profissão Serviço Social só tem sentido se houver análise e compreensão da conjuntura, pois ela é interligada à política. É então preciso analisar cada tempo histórico, para assim responder às demandas. Somos sujeitos políticos, temos que contrapor as injustiças sociais presentes.

Sob seu caráter educativo, organizativo e político o Serviço Social busca o real fundamento das coisas, profissionais da coerção e consenso, mediadores de benefícios, ou seja, daquilo que o outro precisa.

Nesse sentido, Guerra (2012, p.39) afirma que:

Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto implicam, se auto explicam e se determinam entre si. Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano.

Assim compreende-se que as dimensões são requisitos de superação para os desafios encontrados pelos Assistentes Sociais na atualidade.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7)

As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política direcionam todo o proceder profissional do Assistente social.

Guerra (2012) ressalva a importância de conceber a unidade dessas três dimensões.

- **Teórico-metodológica:** fundamentação teórica que norteia a ação profissional, apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional.
- **Técnico-operativa:** questões de ordem prática. Refere-se à função fundamental na teoria, relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam.
- **Ético-política:** identificação das questões políticas referentes ao exercício da profissão, de sua intervenção na sociedade e dos movimentos sociais de acordo com o código de ética, capacidade do profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos.

Essas três dimensões são indissociáveis, deixando claro e evitando assim concepções equivocadas que constantemente surgem na intervenção profissional cotidiana de alguns assistentes sociais que afirmam que a “teoria é diferente da prática”. Quando sabemos que ambas andam juntas.

Consideradas essas dimensões, vemos que é fundamental o posicionamento político desse profissional Assistente Social em se colocar na linha de frente, rompendo com as tradições, outrora fatalistas e messiânicas, fazendo-se necessário apreender em sua totalidade o caráter investigativo que tange a profissão.

SENDO ASSIM QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A NOVA ORGAIZAÇÃO CULTURAL

O exercício profissional exige profissionais comprometidos, que defendam seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Que rompa com a rotina do cotidiano, buscando compreender todo esse movimento da realidade, suas tendências e suas possibilidades.

Profissionais que garantam a liberdade, a igualdade, a democracia, os direitos sociais, o pluralismo, de reflexões críticas e total afinidade com o projeto ético-político que calca a profissão.

como intelectuais, defender uma universidade plural, democrática, pública e de qualidade, atravessada pela razão crítica, pelo compromisso com valores universais e com sua função pública, a serviço da coletividade, participando da construção de respostas aos dilemas regionais e nacionais (IAMAMOTO, 2006);

Assim as contribuições do Assistente Social dar-se-á acerca da sua função pedagógica. Sabe-se que historicamente essa função pedagógica foi demandada a favor da classe dominante para execução de controle social e econômico, junto às classes subalternas.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio' filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1999, p. 96, grifos do autor).

Sua função pedagógica desenvolveu-se sob prática de formação de culturas, que na expectativa Gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção de trabalho e a formação de uma nova ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe, fundido o princípio educativo, reelaborado por Gramsci na direção da construção de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando a cultura como as "atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir" (Abreu, Cardoso, 2009.1).

A função pedagógica do Assistente Social está na difusão de ideologias no processo de organização da cultura. As intervenções desses profissionais compõem o embate do cotidiano que se dá entre as classes sociais através dos espaços sócio-ocupacionais no

campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais e nos processos de luta e resistência das classes subalternas.

Cabe trazer nesse momento uma discussão acerca do sistema econômico e social que nos rege, esse que está mais forte do que nunca.

Vivemos em uma sociedade de excessos. Em uma sociedade capitalista que nos cerca, que consome todas as energias vitais do homem, tornando-nos escravos desse sistema monopolista que visa o lucro de uma minoria e a miséria daqueles que produzem a riqueza.

A trajetória das sociedades está marcada por essa exploração que coisifica o homem e o tornando alheio a si mesmo; em que somos avaliados constantemente, e o que interessa é o quanto produzimos. O que não tem vitalidade para produzir não serve mais.

Com a implantação do fordismo, cuja centralidade está no controle do tempo da produção do trabalho alheio, o que gera o excedente, lucros exorbitantes para a classe dominante, e que, em contrapartida gera miséria para os construtores dessa riqueza. O fordismo busca acumular mais e mais valor, porém trata-se de um processo que logo entra em crise devido às contradições inerentes a esse sistema capitalista.

...crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. [...] Estes sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. [...] O tempo de giro - que sempre é a chave da lucratividade capitalista - foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais. Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. (HARVEY, 1994: 148)

O Capitalismo flexibiliza todas as relações e atividades de trabalho, torna a mercadoria mais importante que o trabalhador, pois o homem passa a não se reconhecer naquilo que produz. O trabalho deixa de ser prazeroso, e torna-se tortuoso.

São as relações humanas que produzem a sociabilidade, o homem se constrói pelo trabalho, tornando-se assim um ser social, e sendo a mercadoria a centralidade das relações humanas, perde-se o valor do homem.

Sabe-se que o que fundamenta a sociedade capitalista é a propriedade privada, a divisão do trabalho e a exploração do homem pelo próprio homem. O capital constrói um exército industrial de reserva, ou seja, ele não depende uma determinada pessoa (trabalhador), porque esse nesse sistema desigual é substituível. Mas o que precisa ficar claro, é que é o capital que precisa do trabalho e não vice e versa.

Assim explicitado por Marx:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre

pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1982, p. 733-734).

O serviço social então se coloca a mediar essa relação desgastada entre trabalhador e empregador, e é aqui que ele toma a decisão sobre qual lado estará. Munido de qualificações, o assistente social se reconhece como classe trabalhadora.

Surge com proposta de inovação, assume ações públicas e estatais com a participação da sociedade, concentrando-se nos direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos por lei.

Não se fala mais de políticas públicas, em vinculá-las ao Serviço Social. A profissão é hoje atuante nos conselhos a nível Federal, Estadual e Municipal.

As políticas sociais são importantes mediações para o exercício dos Assistentes Sociais comprometidos com a luta pela ampliação e efetivação dos direitos sociais na perspectiva emancipatória do homem. É nessa perspectiva que o código de ética de 1993 se inscreve nas políticas sociais. Uma relação que se deu em meio ao processo histórico e contraditório da profissão.

O projeto ético-político está então vinculado a esse projeto transformador da sociedade, em que o Serviço Social, junto a sua função pedagógica, se insere através da ação de profissionais com dimensão política formada, que atua no movimento contraditório das classes sociais, imprimindo uma direção social que transforma sujeitos em protagonistas de sua história.

Os Assistentes Sociais se tornam agentes com o princípio de ampliação da cidadania, considerando como sua tarefa primordial a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, com posicionamento íntegro a favor da equidade e da justiça social, assegurando assim, a todos, o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática e seu compromisso com a qualidade dos serviços por ele prestado, sempre buscando aprimoramento intelectual e competência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A impossibilidade do fim da divisão social das classes é uma das barreiras enfrentadas pelo que se reconhece e garante direitos. Embora as políticas sociais permitam o acesso aos direitos, elas possuem limites e uma natureza contraditória que podem levar à funcionalidade da acumulação do capital e à manutenção da conjuntura atual de desigualdade.

Entre os muitos desafios encontrados pelos profissionais, resgatar e exercitar algumas perspectivas que orientam a formulação desse projeto desde sua origem; entender o processo histórico ao qual se deu a profissão; reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios, que existe ainda uma hegemonia conservadora.

Explorar essas contradições é disputar espaços, é lutar pela hegemonia, é reconhecer a totalidade através da postura política profissional, articular o fortalecimento das instituições democráticas e dos movimentos sociais, fortalecendo assim os direitos da classe trabalhadora e de todos os que são oprimidos por esse sistema.

Sendo então de suma importância o posicionamento político dos profissionais em Serviço Social, que estão resguardados sob o projeto ético político que tange a profissão, podemos concluir que a profissão Serviço Social tem papel determinante para a organização de uma nova organização cultural, pois foi uma profissão que se reformulou, rompendo com o conservadorismo burguês, com o autoritarismo funcionalista, com as práticas maçantes tradicionalistas, escrevendo uma nova vertente de luta e resistência a favor da sua classe trabalhadora.

Profissão que busca compreender a realidade num todo, buscando qualificar-se para melhor intervenção desse cotidiano torpe.

Nesse sentido, são fundamentais as palavras de Iamamoto (2007, p. 452):

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fuja à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas [...], a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirme o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Recife, 1996.

ABRAMIDES, M.B.C. **O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro**. Tese. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

_____. **80 anos de Serviço Social no Brasil. Organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**, São Paulo, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço social do exercício Profissional**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, M. V. **80 anos do Serviço Social no Brasil. A certeza na frente, a história na mão**, Rio de Janeiro, 2017.

_____ **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10. ed.
São Paulo: Cortez, 2006.

_____ **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Luciene Gustavo Silva

Pós-graduanda em Serviço Social - Assistência Social e Direitos Humanos na Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ;

Reinaldo da Silva Guimarães

Doutor em Serviço Social pela PUC-Rio; Professor de Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro; Professor adjunto no Centro Universitário Anhanguera Niterói (UNIAN)

RESUMO: Este artigo tem por finalidade apresentar a Capoeira como capital cultural do povo afro-brasileiro e como um instrumento alternativo para que o Assistente Social, no âmbito da sua práxis, possa encontrar meios de superar os desafios encontrados em seu cotidiano. A proposta é a de recorrer a esta cultura como uma condição de possibilidade para viabilizar à Afrocidadanização e a consciência social da juventude negra e, assim, empoderar e promover à cidadania a esses indivíduos, que foram historicamente estigmatizados na sociedade brasileira. Trata-se de um tema que requer um novo olhar teleológico, não só como prática inclusiva do serviço social, mas como uma prática que seja transformadora social e culturalmente,

compreendendo que o não reconhecimento da cultura afro-brasileira tem gerado conflitos desde a discriminação racial até a intolerância religiosa. Assim, uma das possibilidades interventivas, seria o Assistente Social utilizar a capoeira como instrumento alternativo em sua práxis, conforme a Política Nacional da Cultura Viva (PNCV), tendo como objetivo consolidar, como uma política eminentemente de base comunitária, o amplo exercício dos direitos culturais, pelo conjunto da população brasileira e explorando as potencialidades da cultura, com objetivo de aspirar e garantir a materialização da Afrocidadanização dos jovens negros.

PALAVRAS-CHAVE: Capoeira; Cultura; Afrocidadanização; Serviço Social.

ABSTRACT: This article aims to present Capoeira as the cultural capital of the Afrocidadanização people and as an alternative instrument so that the Social Worker, within the scope of his praxis, can find ways to overcome the challenges encountered in his daily life. The proposal is to use this culture as a condition of possibility to enable the Afrocidadanização and the social conscience of black youth, and thus to empower and promote citizenship to these individuals, who were historically stigmatized in Brazilian society. It is a subject that requires a new teleological view, not only as an inclusive

practice of Social Service, but as a practice that is socially and culturally transformative, understanding that the non-recognition of afro-brazilian culture has generated conflicts since racial discrimination to religious intolerance. Thus, one of the intervention possibilities would be for the Social Worker to use capoeira as an alternative instrument in his praxis, according to the National Live Culture Policy (PNCV), aiming to consolidate, as a community-based policy, the broad exercise of rights cultural, by the Brazilian population as a whole and exploring the potential of culture, with the aim of aspiring and guaranteeing the materialization of Afrocidadanização of black youth.

KEYWORDS: Capoeira; Culture; Afrocidadanização; Social Service.

A CULTURA E A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O RECONHECIMENTO DA AFROCIDADANIZAÇÃO¹ NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

O tema da diferença coloca em evidência uma equação não muito fácil de resolver, a qual seja, de como pensar soluções democráticas de inclusão social para os membros de grupos historicamente discriminados e excluídos. Por conseguinte, o debate sobre questões de identidade e sobre a conquista da cidadania se transforma em um campo de luta pelo reconhecimento da existência de pluralidade de valores e diversidade cultural que constituem, dessa forma, um terreno fértil para se pensar em maneiras de se promover a igualdade de oportunidades. Dessa forma, Claude Lévi-Strauss nos aponta que:

A diversidade de culturas ultrapassa as fronteiras do tempo e do espaço, estando aqui, ali, em todo lugar e sempre, construindo-se, evoluindo constantemente em ritmos distintos; ressalva que a reivindicação sensata é que essa diversidade se realize de forma a que contribua para uma maior generosidade das outras, devendo-se entender, neste ponto, a trilha inexorável do respeito às culturas diversas, que vai além do sentido da tolerância (apud FREIRE, 2007, p. 210).

Desse modo, a diversidade cultural vem a ser constituída por meios dos hábitos e costumes, no qual, compreende-se não ser possível existir civilização sem história e sem cultura, considera por Santos (1987) como um referencial para à sociedade, através da “existência social de um povo ou nação”, ao expressar sua forma de ser, de pensar, de sentir e de agir, e ao desenvolver sua vida material e social. Por meio da existência social,

1. O conceito forjado por Guimarães (2013) representa uma utopia de pensar maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido até hoje a “democracia racial brasileira”. Afrocidadanização representa uma utopia de pensar maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido como a “democracia racial brasileira”. Ele pretende dar concretude e incorporar empiricamente, as conquistas dos direitos significativos e pertinentes aos indivíduos em uma sociedade democrática e justa. Ou seja, seria concebido como a realização efetiva da cidadania plena para os indivíduos da população negra, historicamente subalternizados em nossa sociedade. A concretude da Afrocidadanização representa e abarca diversos referenciais: o reconhecimento da identidade racial como positiva; o reconhecimento do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade e a liberdade; o direito a diferença; o direito de conquistar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições, ou seja, a Afrocidadanização seria a realização de uma verdadeira “democracia racial”, uma equidade social na qual os indivíduos negros, sejam contemplados e estabelecidos na sociedade brasileira.

ocorre o desenvolvimento social, a partir das relações dos indivíduos com a natureza e entre si e, desta forma, os padrões culturais são construídos. Para Franz Boas (1858 – 1942), cada cultura seria única, dotada de um estilo particular e conseqüentemente, por meio desta seria possível exprimir a integridade e a unicidade do ser humano, e o respeito e a tolerância à diversidade cultural.

O reconhecimento da identidade social dos indivíduos afro-brasileiros seria possível por intermédio da cultura, que em meio a diferentes grupos, as diferenças sociais são próprias dos sujeitos, que dependem das relações com o outro, o que permitem realizar o valor universal para preservação da própria identidade cultural e individual. Em meio a essa diversidade, a cultura afro-brasileira perpassa por desafios como preconceito, intolerância e discriminação racial, fatos que dificultam o reconhecimento da identidade racial como cidadão afro-brasileiro. Levando-se em consideração os aspectos relevantes sobre o reconhecimento da identidade, constata-se que a “Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento” (LARAIA, 2006, p. 63). Mediante ao exposto percebe-se a relevância das políticas públicas no âmbito da educação em meio a uma sociedade miscigenada e globalizada, visando estimular a Afrocidadanização, e assim, compreender que os símbolos partilhados através da cultura podem nos definir enquanto um ser cultural.

Em face da relevância voltada para a emancipação da juventude negra, considera-se a importância de compreender o quão seja considerável a abordagem do capital cultural atribuído no âmbito da educação escolar, que por meio desta, seria possível viabilizar o rompimento da alienação intelectual, social, econômica e cultural dos indivíduos da raça negra. O conceito de capital cultural abordado por Pierre Bourdieu, que possibilita a refletir sobre a sociedade e a estrutura social na qual estamos inseridos, onde o capital exerce hegemonia sobre os sujeitos que para o autor, “a estrutura social permite a distribuição de diferentes tipos e subtipos de capital, em dado momento, no tempo, no espaço, como representativa da estrutura do mundo social [...]” (apud GUIMARÃES, 2013, p. 75).

Dessa forma, o capital cultural se faz também como um elemento constituinte do ambiente social e familiar, nos quais favoreceriam e facilitariam ao aprendizado e no desempenho escolar. Este capital pode ser constituído sob três formas: na forma de “estado objetivado”, por meio de bens culturais; na forma de “estado institucionalizado”, que seria obtido através de títulos, diplomas e certificados; e na forma de “estado incorporado”, que estaria voltado ao corpo e a assimilação decorrente de um trabalho que ocorreria de forma pessoal como um *habitus* familiar ou de classe social, presente nos ambientes onde os sujeitos poderiam adquiri-lo conforme as percepções e ações sociais, dispostos nas dimensões corporal, cultural, simbólica, entre outras e, desta forma, o *habitus* seria o conceito que viabiliza articular o indivíduo e o social. Entretanto, para Vasconcelos, o *habitus* refere-se: “uma matriz, determinada pela oposição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O **habitus** traduz, dessa forma,

estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas” (2002, p. 79).

E assim, a partir do *habitus* seria possível compreender as relações sociais e familiares, onde o conhecimento e as referências do capital cultural poderiam facilitar o aprendizado e proporcionar a articulação entre o mundo familiar e o universo cultural da educação. Ambas favoreceriam ao êxito escolar e a transformação por meio cultural do ter, tornar-se-ia o ser como parte integrante da “pessoa” que neste contexto corresponde à juventude negra. Nesta perspectiva, a educação, o conhecimento e o reconhecimento da cultura afro-brasileira, através do aprendizado pedagógico da capoeira, fazem-se fundamental como um elemento transformador da condição subalterna para a condição de intelectualidade dos jovens negros, que Segundo Paulo Freire, “não se restringe a recuperar a humanidade vilipendiada do humano oprimido, mas se coloca como agente que revitaliza a humanidade roubada e vilipendiada de cada integrante” (apud KEIM; SILVA, 2012, p.102), e também se configura em um processo de formação que possibilitaria a decisão e o compromisso dos afrocidadaões mediante as suas escolhas quanto à qualificação da sua vida em sociedade.

CAPOEIRA: SIGNO CULTURAL DE RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA

Em meio às diversas expressões culturais afro-brasileira temos a Capoeira – signo de uma herança sociocultural, oriunda dos povos africanos e afro-brasileiros, que, após uma trajetória marcada pela escravidão, por lutas, perseguições, resistência e marginalização social. A capoeira foi utilizada pelos escravizados como uma estratégia para manter a unidade social, preservando os seus costumes e os seus rituais religiosos, assim como a preservação da expressão corporal que estavam interligados aos negros. A capoeira como uma cultura gerada no Brasil diverge nas pesquisas acadêmicas. Algumas versões referentes às pesquisas desta arte – luta, remontam ao século XVII com os relatos de fugas e atos de defesa dos escravizados, porém, para alguns pesquisadores os registros mais detalhados surgiram no século XIX, com descrições detalhadas da manifestação corporal.

Todavia a dúvida persiste em saber se a capoeira surgiu no continente Africano ou no Brasil? Os pesquisadores² que abordam esse tema concordam com a tese de que com a diáspora dos africanos trazidos de maneira desumana e a força para o Brasil pelos portugueses para serem escravizados, trouxeram consigo o movimento corporal, todavia a capoeira com toda a sua essência teria sido criada no Brasil pelos negros africanos. Janes (1998, p. 03) nos destaca que:

2. Areias (1983), Montenegro (1989), Falcão (1996), Freitas (1997), Vieira (1998) e Silva e Tavares (2000), estabeleceram como senso que a Capoeira teria sido criada no Brasil pelos africanos trazidos para o Brasil, pelos portugueses no período da colonização para o trabalho escravo (KEIM; SILVA, 2012, p.70).

Não existe na historiografia recente no Brasil, nenhum dado que possibilita afirmar que a Capoeira é proveniente da África. Com certeza ela foi desenvolvida por escravos no Brasil. Portanto, a Capoeira é legítima e genuinamente brasileira. Os registros que determinam datas para seu surgimento, utilizam datas que variam entre 1578 e 1632 (apud KEIM; SILVA, 2012, p. 70).

Posto isto, atualmente a capoeira se destaca como sendo a única modalidade desportiva originariamente brasileira, tendo como base nas raízes culturais de matriz afro-brasileira, que pode ter surgido mediante a necessidade da ânsia da libertação e defesa provenientes dos castigos e punições. A origem da nomenclatura capoeira gera debates entre diversos autores³, entretanto, Areias (1983) conceitua capoeira como: “música, poesia, festa, brincadeira, diversão e, acima de tudo, uma forma de luta, manifestação e expressão do povo, do oprimido e do homem em geral, em busca da sobrevivência, liberdade e dignidade” (apud MUNANGA; GOMES, 2016, p.154). Contudo a capoeira passou a ser identificada pelo som dos berimbaus, dos pandeiros e dos atabaques, associada a palmas e cânticos, que embalam e ditam o ritmo do jogo, da luta e da dança.

Esta herança cultural passou por momentos de oscilações no que tange a períodos de proibições e de permissões. Ao longo da história, a capoeira esteve presente no processo de construção da identidade e da resistência do povo negro no Brasil, que perpassou pelos períodos entre o Brasil Colônia até Brasil República. A prática da capoeira no período do Brasil colônia, era usada como defesa dos escravizados em fuga das senzalas para os quilombos⁴, que na ânsia pela liberdade, usavam a expressão corporal, como instrumento de sobrevivência, por meio da luta e envolvimento à resistência da repressão ao corpo negro que sofria maus tratos provenientes das ordens dos colonizadores. Os primeiros registros oficiais que relatam a repressão aos capoeiras e à capoeiragem foi tornada oficial a partir da estruturação de uma força policial no Rio de Janeiro no ano de 1626, em função das Ordenações Filipinas⁵. Em 1789, consta o primeiro relato da capoeira nos documentos das forças policiais do Rio de Janeiro, o que proporcionou o acirramento da perseguição à prática da capoeira, que era vista pelos policiais como comportamento que deveria ser corrigido e punido com açoites e prisões.

A proibição da capoeira foi decretada oficialmente em 11 de outubro de 1890, pelo General Manoel Deodoro da Fonseca, publicada no novo Código Penal no Decreto – Lei 847 Capítulo XIII art. 402 a 404, que traz determinações “Dos Vadios e Capoeiras” na qual proibia por lei a prática da capoeira, por ser considerada como crime, ameaça à ordem pública, e a segurança aos cidadãos, com a pena de um a três anos de reclusão.

A capoeira permaneceu proibida até a era Vargas sendo revogada, por meio de um Decreto-Lei nº 2.848 na qual a sua prática foi desconsiderada como crime, proscrevendo a capoeira do mundo ilícito penal, ao recorrer deste recurso como uma estratégia

3. Carregadores do “capú”, para Filho (1926); N’ golo – movimento da zebra, para Cascudo (1967); Bássula – luta de pescadores, para Souza (1960); Ko-puera – do tupi guarani, para Cunha (1998).

4. Refúgio dos escravos fugidos (VIDOR; REIS, 2013, p.98).

5. Compilação jurídica, reformada pelo rei Felipe II da Espanha, teve vigência no Brasil até o ano de 1916.

política e com interesse de “acalmar os ânimos’ da população e conquistar a simpatia das massas, pois nessas manifestações o povo teria suas ‘válvulas de escape’ e, assim, Vargas poderia exercer um controle sobre elas, determinando onde e quando poderiam ser praticadas” (KEIM; SILVA, 2012, p.76). Em 1937 aconteceu o II Congresso Afro-brasileiro, que teve como objetivo de reivindicar o direito às manifestações culturais como a capoeira e o candomblé e pesquisas referentes aos costumes africanos. Desta forma, a prática da capoeira deixou de ser considerada uma prática marginalizada socialmente e passou a ser apontada como um “esporte popular” e símbolo da nacionalidade brasileira ou “manifestação cultural espontânea” – folclore – “irônica definição de Roger Bastide, ‘cultura em conserva’” (TURINO, 2010, p.75), facilitando o domínio social de forma autoritária, tendo em vista que, as manifestações populares precisavam cumprir normas e regras estabelecidas pelo Estado devendo a capoeira ser praticada por pessoas idôneas e em locais fechados e que tivesse uma graduação conforme as lutas marciais nas cores da Bandeira do Brasil, no qual, foram utilizados as cordas ou cordéis pelos grupos de capoeirista.

No início dos anos 1960 houve uma mudança no perfil dos jogares de capoeira. A capoeira passou a ser vista como a “arte marcial brasileira” e a fazer parte do currículo da escola da Polícia Militar do Rio de Janeiro, desta forma, passou a ser mesclada e praticada por novos atores sociais. Segundo Munanga e Gomes (2016, p. 160) “A história, a dimensão social e cultural e de resistência negra da capoeira mescla-se com novas ideias e novos praticantes. Aos poucos, a classe média, intelectuais, militantes, políticos, profissionais liberais começam a praticá-la”. E assim o perfil dos capoeiristas foi modificado e perdeu-se a característica da capoeiragem do povo negro, porém, o avanço da proibição para permissão de praticá-la em locais fechado não estava definitivamente garantido.

No período da ditadura militar em 1964, a capoeira voltou a ser vista como “coisa de marginal”, considerada como prática de negros e pobres das favelas e dos cortiços. No entanto, em 1972, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconheceu a capoeira como atividade desportiva, passou a ser modificada e diluída mediante ao contexto histórico e político do país, deixando de ser interpretada como luta. Este reconhecimento em meio o período autocrático, foi um subterfúgio político, no qual se repetiu a artimanha do movimento populista da era Vargas. Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal com a universalização ao acesso aos direitos sociais, civis e políticos. Trouxe dispositivos para implementação de políticas públicas voltadas para atender as manifestações e o reconhecimento a “cultura do popular^{6 7}”, visando assegurar a criação de políticas públicas

6. Art.215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

7. Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver, ... E no Parágrafo 1º: O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (MONTEIRO;

e setoriais e a ampliação da cidadania.

A capoeira passou a ter destaque, importância e reconhecimento na agenda política, social e cultural no Brasil e em mais de 150 países. Possibilitando os ensinamentos desta herança cultural fosse transmitido de geração a geração pela a salvaguarda da cultura-capoeira. Em 15 de julho de 2008, a Roda de Capoeira foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Patrimônio⁸ Cultural Imaterial brasileiro e o reconhecimento dos Mestres de Capoeira como profissionais que transmitem as práticas e valores afro-brasileiros.

Em 15 de julho de 2008, a Roda de Capoeira foi inscrita no Livro de:

[...] Registro das Formas de Expressão, em 2008 - é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros (IPHAN⁹, 2014).

Em 26 de novembro de 2014, houve mais um marco para a cultura negra, a Roda de Capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade durante,

A 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014, em Paris, a Roda de Capoeira, um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O reconhecimento da Roda de Capoeira, pela Unesco, é uma conquista muito importante para a cultura brasileira e expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão (IPHAN¹⁰, 2014).

Mediante ao reconhecimento da cultura no âmbito nacional e internacional, e reunido um vasto capital cultural a juventude afro-brasileira continua a padecer do ranço escravagista, do processo de subalternidade e do processo de embranquecimento, no qual lhe é subtraído a afrocentricidade¹¹, o que impossibilita a materialização da afrocidadanização:

Com os avanços por meio do reconhecimento da capoeira/cultura como um patrimônio brasileiro e mediante as oscilações em sua trajetória histórica permeada de proibições e permissões mediante aos interesses políticos, nos deparamos na contemporaneidade

SACRAMENTO, 2010).

8. Entende-se por patrimônio cultural imaterial as representações da cultura afro-brasileira, as práticas, a forma de ver e pensar o mundo, as cerimônias (festejos e rituais religiosos), as danças, as músicas, as lendas e contos, a história, as brincadeiras e modos de fazer (comidas, artesanato), junto com os instrumentos, objetos e lugares que lhes são associados – cuja tradição é transmitida de geração a geração pelas comunidades tradicionais brasileiras (IPHAN, 2014).

9. Documento disponível no endereço eletrônico: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>> (Acessado em 04 de abril de 2019 às 08h 08min).

10. Documento disponível no endereço eletrônico: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>> (Acessado em 04 de abril de 2019 às 08h 08min).

11. É um descobrimento do eu verdadeiro da pessoa, é a identificação do seu centro e é a clareza e o foco por meio dos quais os negros devem ver o mundo a fim de ascender (Assant, 1989, apud GILROY, 2017, p.353).

com a uma prática da capoeira que diverge da tradicional, que é a capoeira “gospel” “negando grande parte dos fundamentos e preceitos, a memória manipulada e esquecida de resistência e luta afrodescendente [...]” (CAMPOS, 2016, p. 41). A negação da herança cultural afro-brasileira em sua totalidade com todas as suas características inclusive das religiões da matriz africana viabiliza ao processo de embranquecimento, e proporciona o distanciamento do reconhecimento da afrocentricidade, e reforça a ideologia dos dominantes no sistema capitalismo que fomenta as desigualdades sociais e raciais, que intensifica as expressões da questão social como o racismo por meio do preconceito, a intolerância religiosa e da discriminação racial esses fatores inviabilizam as manifestações culturais afro-brasileiras e a concretude da afrocidadanização.

UM NOVO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL E O FOMENTO PARA A AFROCIDADANIZAÇÃO POR MEIO DA CULTURA

Um grande marco importante foi a Constituição Federal de 1988, fruto das mobilizações dos movimentos sociais e que possibilitou a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões públicas. Pautou eixos que asseguram direitos de cidadania, com um sistema participativo e descentralizado. Onde foi redesenhado a Proteção Social em diversas áreas da política social com uma gestão democrática, pautados na universalização dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais com uma concepção de cidadania.

Mediante a estes direitos sociais, o Assistente Social com um olhar crítico referente às relações capitalistas é um profissional que atua pela garantia e efetivação dos direitos sociais, através das políticas públicas e sociais, conforme as diretrizes do seu projeto Ético-Político. Nesta esfera, o Assistente Social, para lamamoto,

é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do estado nesse campo. Entretanto as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social [...] para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram submetidas (2015, p. 58).

Este profissional está apto para intervir nas múltiplas expressões da questão social, dentre as quais, o Racismo vem ganhando visibilidade na sociedade brasileira. Esse fator expõe a população negra tornando-os vulneráveis socialmente. Com intuito de mediar e amenizar essa expressão da questão social, Marilda lamamoto (2015) propõe o rompimento com a prática interventiva messiânica e fatalista, e aponta um devir com “a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (p. 20), com um olhar crítico por meio da teleologia para recorrer à cultura afro-brasileira, como uma alternativa a partir da instrumentalidade com

intuito de viabilizar conforme o Código de Ética regulamentado pela Lei nº 8.622/93 e em consonância Projeto Ético-Político o emponderamento, a emancipação, a cidadania e a justiça social da população negra que padece do antagonismo e das desigualdades sociais e raciais como o preconceito, o racismo, a discriminação racial e do mito da democracia racial que permeia no cerne do sistema capitalista.

Cabe ao Assistente Social compreender a relevância do incentivo à cultura, neste caso a afro-brasileira, com o olhar considerado por como elemento fundamental, que permite a organização das classes subalternas e que, ao relacionar-se com a dimensão política, será possível transformar a realidade social dos sujeitos sociais, e perceber que, em meio a este contexto social, se faz importante preservar a identidade racial e interpretar que as mazelas sociais que se apresentam ancoradas no racismo e no mito da discriminação racial que continuam sendo um entrave na sua práxis, no qual se faz necessário ser superado, para que haja a possibilidade da efetivação dos direitos sociais.

Nesta perspectiva, o Assistente Social teria como alternativa em sua práxis, por meio do seu processo interventivo ao recorrer à Cultura-Capoeira como um instrumento de intervenção pedagógica e com a finalidade de fomentar a afrocidadanização, que seria a partir do conceito de Capoeira proposto por Campos (2001) que:

Aprender Capoeira é acima de tudo, interagir com a identidade cultural de um povo, é vivenciar a expressão corporal, é ter a possibilidade de adquirir o espírito crítico e reflexivo da sociedade onde está inserido. É a certeza da contribuição para um elo harmônico corpo/mente, valorizando o talento, as potencialidades humanas [...] (apud Keim; Silva, 2012, p. 78).

A prática pedagogia esta inerente à intervenção dos Assistentes Sociais, conforme o ensinamento de Yamamoto (2005) referente à prática educativa “[...] Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (apud OLIVEIRA, 2011, p. 42). E assim, utilizar à Cultura no processo interventivo, seria uma estratégia que propiciaria superar a cultura ideológica dos dominantes. Desta forma, a intervenção crítica e propositiva do profissional oportunizaria a mobilização e a organização das classes subalternas, no que efetivaria a atuação pedagogia como fomentadora de potencialidades dos jovens negros e da emancipação social.

A intervenção do Assistente Social estaria pautada no âmbito da Política Nacional da Cultura Viva (PNCV) Lei nº 13.018, sancionada em 22 de julho de 2014, criada para garantir a ampliação e o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural; tendo como objetivo se consolidar como uma política eminentemente de base comunitária, possibilitando o amplo exercício dos direitos culturais pelo conjunto da população brasileira e explorando as potencialidades através da cultura, como eixo transversal do desenvolvimento social e econômico sustentável. Esta política compreende como instrumento o Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva que haviam sido elaborados

em 2004 como uma política pública, nasceram juntas e consideradas indissociáveis, partindo do princípio que a cultura não seria um produto, mas, seria reconhecida como um processo. Ambos “pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural, potencializados pela articulação em rede e se expressa com o reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social” (TURINO, 2010, p. 85). Que tem como objetivo promover o desenvolvimento coletivo, a interação entre os sujeitos, o compartilhamento de ideias e valores. Neste viés a cultura se apresenta como um caráter emancipatório, que suscita a sustentabilidade cultural e social, através de três pilares: a autonomia, o empoderamento e o protagonismo social.

O ponto de cultural deixou de ser um programa de governo criado em 2004, e se tornou uma política de Estado, que compreende o Brasil em sua totalidade, pluralidade e na sua diversidade cultural. A PNVC para Boa Ventura Souza e Santos (2014) possibilita a democratizar e a descolonizar a cultura, tendo em vista que, a cultura apresentava uma forte herança dos colonizadores. Nesta perspectiva, recorrer a Capoeira como cultura viva, teria como objetivo aspirar e possibilitar a materialização da afrocidadanização da população negra e valorizar a diversidade cultural brasileira. Em busca de almejar o protagonismo social e romper com a discriminação racial, com a dominação e exploração do conservadorismo, o profissional do Serviço Social atua norteado em consonância com o Código de Ética da profissão regulamentada na Lei nº 8.662/93, tendo como objetivos de empoderar e de oportunizar a inclusão social, objetivando a conquista da equidade, da autonomia, e da emancipação por meio da “ampliação e consolidação da cidadania” (CRESS, 2013, p. 42) dos cidadãos negros nas relações sociais em prol do bem-estar, da justiça e dos direitos sociais.

E como o Assistente Social poderia fomentar a Afrocidadanização da juventude negra através da Cultura? O Assistente Social, ao atuar em diversos equipamentos, poderá vir a fomentar a afrocidadanização, através do seu comprometimento com Projeto ético-político, mediante as dimensões interventivas e investigativas ao efetuar uma análise crítica e reflexiva no seu processo de trabalho, a qual lhe possibilite utilizar a Cultura afro-brasileira a Capoeira com todos os seus elementos culturais e históricos, como um instrumento, que oportunize a transformação dos sujeitos sociais, que são vilipendiados, e que, em muitas das vezes não têm direito ao ócio, no qual, tem-se o risco de serem cooptados pelo tráfico ou de serem vítimas das ações coercitivas promovidas pelo aparelho repressivo - o Estado, que atua nesses ou em territórios vulneráveis.

A perspectiva de recorrer a Capoeira com desporto e/ou como uma prática cultural que transmite hábitos, costumes e principalmente os valores coletivos de um povo, através de um projeto interventivo, que teria como objetivo possibilitar a “segurança” e propor a emancipação humana, social e política, e conseqüentemente, viabilizaria a consciência do seu ser social, rompendo com a alienação e com as desigualdades sociais e raciais proveniente do sistema capitalista, sendo possível viabilizar a Afrocidadanização conforme

o conceito forjado por Guimarães (2013) que almeja a cidadania plena para a população negra.

Ao considerar que as expressões da questão social se apresentam de forma multifacetada e que está inerente ao debate da capoeira, a compreensão de que a cultura afro-brasileira está intrinsecamente vinculada ao debate racial e ao RACISMO, se configura como um desafio para o Assistente Social, que através de um novo olhar poderá utilizar a Capoeira não apenas como uma ação transformadora por meio da inclusão social, mas como uma ação que poderá incentivar a transformação social e cultural da população negra. Ao recorrer à cultura afro-brasileira como ao direito social, viabilizaria o rompimento da alienação e desmobilizaria a ideologia opressora imposta pelos dominantes, que a utilizou para o controle social. De fato, a efetivação dos direitos sociais faz-se fundamental para proporcionar à equidade, à cidadania, à emancipação, à justiça social e, conseqüentemente, à salvaguarda e a valorização da herança cultural afro-brasileira, a Capoeira, enquanto Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, assim como salvaguardar os seus herdeiros – os jovens negros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República federativa do Brasil**, Brasília, 5 de out. 1989. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > (Acessado em 14 de maio de 2019 às 13h20min).

_____. Decreto – Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e da outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Publicado em 27 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm> (Acessado em 30 de maio de 2019 às 16h47min).

CAMPOS, Alessandro de Oliveira. **Tradição e apropriação crítica: metamorfoses de uma afroamericalatinidade**. – São Paulo: EDUC: FAPESP, 2016. ISBN, p.41.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito**. Caderno 3 /// racismo. Ed. Serra Dourada, 2016, 19 p.

Cultura Viva - **O que é a política Nacional da Cultura Viva - PNCV?** - Secretaria Da Cidadania e da Diversidade Cultura – SCDC – Atualizado em 06.08.2015 – Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>> (Acesso em 15 de maio de 2019 as 15h20min).

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais** / Denys Cucho; tradução de Viviane Ribeiro. 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 35.

FREIRE, Cristina Cavalcante; RESENHA: LÉVI-STRAUSS, C. “**Raça e História**” in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp. 328 – 366; 2007, p. 210. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/896/738>> (Acessado em 17 de março de 2019 às 14h44min).

GENEROSO, Claudiney. **Classes e movimentos sociais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2017. 192 p.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de**

Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013. 208 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. -26. Ed. – São Paulo, Cortez, 2015. 303 p.

IBERCULTURAVIVA. **Lei Cultura Viva: de programa de governo a política de Estado**. Em notícias 19 jan 2016. Disponível em: <http://iberculturaviva.org/lei-cultura-viva-de-programa-de-governo-a-politica-de-estado/> (Acessado em 30 de maio de 2019 às 15h39min).

IPHAN – Instituto de Pesquisa Histórico e Artístico Nacional. **Roda de Capoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66> (Acessado em 04 de abril de 2019 às 08h 08min).

_____. Instituto de Pesquisa Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê 12 – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=capoeira> (Acessado em 14 de maio de 2019 às 14h34min).

KEIM, Ernesto Jacob; SILVA, Carlos José. **CAPOEIRA E EDUCAÇÃO PÓS-COLONIAL: Ancestralidade, Cosmovisão e Pedagogia Freiriana**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012. 152 p.

LARAIA, Roque de Barros, 1932 – **Cultura: um conceito antropológico**/Roque de Barros Laraia. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2006, p. 63.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. – 2. ed. – São Paulo: Global, 2016. 223 p..

OLIVEIRA, Priscilla Rodrigues de. **A Instrumentalidade do Serviço Social – A Arte Como Intervenção Emancipatória e Instrumento Inovador para o Trabalho da (a) Assistente Social**. 2011. 71 f. **Monografia** (Graduação em Serviço Social) Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2011.

Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: **os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais** / Conselho regional de serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro; CRESS, 2013. 134 p.

SANTOS, José Luiz dos. Coleção primeiros 110 passos. **O QUE É CULTURA**. São Paulo. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1987, p. 21. Disponível em: <http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Cultura.pdf> (Acessado em 17 de março de 2019 às 15h10min).

SILVA, Luciene Gustavo. **CAPOEIRA: instrumento alternativo para fomentar a Afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social**. 2019. 61 laudas. **Monografia** (Graduação em Serviço Social) Centro Universitário Anhanguera – UNIAN. Niterói – RJ, 2019.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima** / Célio Turino. – 2. ed. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2010, p. 63 – 85.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: **A herança sociológica**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002, p. 79.

VIDOR, Elisabeth; REIS, Letícia Vidor de Sousa. **CAPOEIRA: uma herança cultural afro-brasileira**. – 1 ed. – São Paulo: Selo Negro, 2013. 108 p.

NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 17/04/2020

Rozeane Guedes de Araújo

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/8903643053608379>

Tatiana Maria Araújo da Fonseca

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/7816265189969711>

Cristiane Medeiros dos Santos

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/2119638363364081>

Roberta Gomes Leite Baptista

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/08317364838>

Ana Kelly Souza Costa

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/0630651170965344>

Adriana Medalha Perez

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/4942305211936830>

Cíntia do Nascimento Ferreira

Nezo Educacional

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/7185147040430547>

RESUMO: O Núcleo de Prática Social do NEZO Educacional surgiu com a necessidade de proporcionar aos alunos e estagiários uma reflexão sobre o exercício profissional do assistente social através dos espaços educacionais, bem como os de assessoria e consultoria. Trata-se de um relato de experiência do Serviço Social da instituição em assessoria aos profissionais dos municípios do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Assessoria; Educação Permanente; Política de Assistência Social; Serviço Social; Estágio

SOCIAL PRACTICE CORE: EXPERIENCE IN THE FIELD OF PERMANENT EDUCATION

ABSTRACT: The Center for Social Practice of NEZO Educacional came up with the need to provide students and trainees with a reflection on the professional practice of the social worker through the educational spaces, as well as the advisory and consulting services. It is an

experience report of the Social Service of the institution in advising the professionals of the municipalities of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Advice, Permanent Education; Social Assistance Policy; Social Service; Internship

1 | INTRODUÇÃO

O NEZO – Núcleo de Estudos da Zona Oeste é uma empresa educacional que busca oportunizar espaços de formação continuada no âmbito do Serviço Social e demais profissionais na Região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, inicialmente, e atualmente em expansão para toda a região metropolitana (Centro do RJ e Méier), bem como outros municípios Niterói, Nova Iguaçu, e cidades do interior do Estado (Campos do Goytacazes e Itaperuna) e Região dos Lagos (São Pedro da Aldeia e Cabo Frio). Todos os materiais, cursos, capacitações in company, assessorias e consultorias oferecidas pelo NEZO estão em consonância com as legislações e parâmetros profissionais de cada Conselho de categoria e busca auxiliar estudantes e profissionais no processo de formação e qualificação profissional, bem como potencializar seus resultados na preparação para concursos e seleções acadêmicas. O NEZO traz especializações com currículos contemporâneos e contribui para uma formação aprofundada nas demandas do mercado de trabalho através de professores Doutores, Mestres, e Especialistas, e nossa equipe assessora na gestão e serviços da Política de Assistência Social. Em 2018 abrimos campo de estágio na Unidade de Campo Grande para alunos do Serviço Social sob supervisão da Assistente Social Roberta Leite, e em 2019 abrimos campo de estágio na Unidade Niterói sob a supervisão da Assistente Social Kelly Souza.

“A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica.” (BOSCHETTI, 2008).

“Concebem-se o estágio e a supervisão como unidades indissolúveis. Nestes termos, a supervisão que integra o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão, pois comporta sua orientação teórica e direção ético-política” (CFESS, 2008). E nesse cenário de trocas surgiu a ideia do Núcleo de Prática Social – Ensino, Pesquisa e Extensão que busca promover uma melhor capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além de proporcionar ao aluno/estagiário vivenciar na prática tudo aquilo que ele aprendeu em sala de aula, através de uma área, ainda pouco explorada, nos cursos de Serviço Social que é a assessoria e consultoria. Através disso teremos profissionais cada vez mais preparados e qualificados para atenderem aos

usuários. Verbalizamos a importância da assessoria como uma ação que aponta caminhos e estratégias para que o outro possa intervir à demanda apresentada. Por isso é importante que o assessor tenha conhecimentos, qualificação, e garantam sua capacitação profissional continuada, ou seja, uma educação permanente. A reflexão e o aprofundamento acerca da intervenção da realidade, levando-se em consideração o contexto sócio-histórico e a contradição da totalidade social são importantes para a qualidade do exercício profissional. A Política de Educação Permanente aponta a importância do aprimoramento intelectual, e segundo o Código de Ética 1993 o aprimoramento profissional garante uma prática profissional comprometida com os interesses dos usuários, assim garantindo a ampliação e consolidação dos direitos. É de suma relevância a correlação entre a formação e o exercício profissional, através da teoria/prática, e o Núcleo de prática tem como objetivo o aprimoramento ensino-aprendizagem bem como promover discussões e trocas de experiências entre alunos/estagiários e supervisores no âmbito da assessoria e consultoria. O NEZO busca a realização de produção de conhecimentos para a categoria, valorizando a aproximação entre universidade, exercício profissional e campo através da formação continuada por meio de campo de estágio, especializações, cursos de aprimoramento profissional e também assessoria e consultoria desenvolvida nos espaços de atuação do Serviço Social.

2 | ASSESSORIA E CONSULTORIA NO SERVIÇO SOCIAL

A produção sobre assessoria e consultoria, de acordo com Matos (2009), data dos anos 1970 onde se percebe uma remissão a esta temática, embora tenha se verificado que poucas dessas atuações eram de fato assessorias. Na década de 1980, são criados os campos de estágio junto a movimentos sociais e os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito são considerados, segundo Matos (2009), como precursores das atuais atividades de assessoria. A temática da assessoria e consultoria tem seu auge na segunda metade da década de 1990, e nos anos 2000 ela continua presente, mas ainda pouco problematizada. A maioria dos textos escritos nesse período baseia-se em relatos de experiências de atuações, contudo, não há uma clareza conceitual sobre os termos. Um dos mais recentes trabalhos sobre assessoria e consultoria está no livro *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*, organizado por Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos, tendo sua primeira edição em 2006 e a segunda em 2010. Nessa produção a temática é tratada como uma possibilidade de trabalho posta aos Assistentes Sociais para a efetivação do seu atual Projeto Profissional.

“Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve

ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições”. (MATOS, 2010).

É importante salientar que, segundo Vasconcelos (2008) a consultoria é mais pontual que a assessoria, logo, frisamos que são distintas. A assessoria, por sua vez, necessita de maior tempo devido à complexidade dos assuntos e ações a serem desenvolvidas.

O exercício da assessoria e da consultoria é identificado na Lei que regulamenta a profissão (Lei n. 8.662/93) como competência e atribuição privativa do Assistente Social. Dessa forma, é atribuição privativa do Assistente Social desenvolver atividades de assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social, e tem como objetivo à qualificação das equipes técnicas, e um exercício de reflexão no âmbito profissional. Em relação à competência profissional, tais atividades, segundo Matos (2010), se referem “àquelas ações desenvolvidas pelo assistente social a partir da sua competência no campo do conhecimento coletivo” (MATOS, 2010, p. 43), não se tratando de uma prerrogativa exclusiva da profissão.

A assessoria e consultoria como atribuições e competências do Assistente Social podem, segundo Matos (2010) ser prestadas à “gestão/formulação de políticas sociais públicas e privadas e aos movimentos sociais.”

“No campo das competências profissionais identificamos duas frentes de assessoria/consultoria. Uma que os profissionais de Serviço Social vêm desenvolvendo mais, que é a assessoria à gestão das políticas sociais. [...] outra frente, em potencial, de assessoria, mas pouco explorada pelos assistentes sociais, que é a assessoria a organização política dos usuários. Essa rica frente pode ser desenvolvida no bojo das atividades que os profissionais de Serviço Social desenvolvem nos seus locais de trabalho. Essa frente de assessoria pode vir a possibilitar uma contribuição concreta da categoria, por meio do seu exercício profissional, para a rearticulação e/ou fortalecimento dos movimentos sociais”. (MATOS, 2009).

A assessoria tem como principal objetivo a qualificação da intervenção profissional, e foram mais de 300 profissionais alcançados nos municípios do Rio de Janeiro, como Magé, Quati, Barra do Piraí, Piraí e Volta Redonda, ambos na Política de Assistência Social. Algumas equipes sistematizaram suas práticas em seminários, publicações, participação em congressos, além de serem multiplicadores para outros membros da equipe. Segue abaixo uma capacitação realizada em 2018 para o Município de Magé no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), evidenciando a amplitude da assessoria como fortalecimento da educação permanente dessa forma ampliando e ocupando espaço para formação continuada.

Vale a pena problematizar o processo de assessoria no campo da Política de Assistência Social a partir dos estudos de Vasconcelos (2003) que aponta que dentre as estratégias possíveis para enfrentar a fratura entre o pensar e agir (...) são recomendados os processos de assessoria e consultoria. O assessor contribui através do seu olhar neutro, externo e com o objetivo de construir horizontalmente um trabalho coletivo que seja capaz de reunir o saber profissional interdisciplinar das bases, as aspirações da gestão e o que

propõe a literatura sobre a temática da política de Assistência Social.

Assim, definimos assessoria / consultoria como àquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve sim propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2009).

A assessoria/consultoria é vista por Matos (2009) como uma possibilidade de aprofundar a relação entre o conhecimento teórico e a renovação crítica das estratégias técnico-operativas da profissão. Assim, as entrevistadas percebem a necessidade de assessoria e consultoria prestadas pelo Assistente Social na política da Assistência Social, uma vez que este profissional tem qualificação tanto no âmbito da gestão quanto da execução.

“É somente a partir dos anos 1980 e nas décadas seguintes [...] que o Serviço Social passa, em sua trajetória histórica brasileira, a ser creditado como capaz de assessorar inúmeras experiências no campo das políticas sociais, como tem sido visível nas diferentes regiões deste país. A demanda por assessoria nesta área não advém apenas da capacidade profissional, e sim também da realidade conjuntural. Afinal, data também dos anos 1980 o início da descentralização das políticas sociais brasileiras. Assim, tem sido necessária a contratação de inúmeros profissionais para atuar nas políticas sociais nos estados da federação e, notadamente, nos seus municípios”. (MATOS, 2010).

2.1 Assessorias nos municípios do Rio de Janeiro

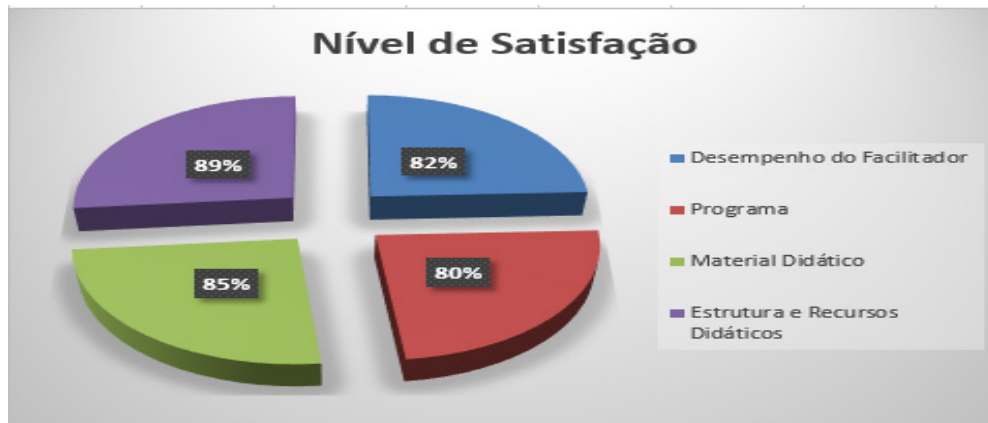
Para se iniciar um processo de assessoria/consultoria é necessário conhecer a realidade daqueles que demandaram os serviços. Este conhecimento possibilita o estabelecimento das estratégias a serem utilizadas, mas para que se tenha esse conhecimento é imprescindível uma profunda autocapacitação do profissional, já que “a sua legitimidade vem da capacidade intelectual e, imprescindivelmente, de desdobrá-la em proposições que possam efetivamente ser executadas.” (MATOS, 2010, p. 53). O assessor consultor deve ainda ficar atento aos temas que surgem para ter uma idéia dos próximos assuntos a serem abordados e se preparar para eles. Em síntese, o Assistente Social que pretende atuar como assessor/consultor deve ter um perfil profissional que responda a esses quesitos, ou seja, dever ser um profissional que esteja em constante capacitação e estudo, e ainda, que demonstre clareza na apresentação de suas propostas. Matos (2010) chama atenção para outro ponto importante, que seria a sistematização da prática por meio da construção de textos que, segundo ele, deve permear todo o processo de assessoria/consultoria. Desta forma, “Assessorar requer estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para que se alcancem os objetivos propostos pelos assessorados e haja enfim um aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto de seu assessor” (FONSECA, 2010, p. 63).

A capacitação dos orientadores sociais, facilitadores de oficinas, técnicos de nível superior e coordenadores teve como finalidade a produção e a disseminação de conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, no cotidiano de trabalho dos Centros de Referência de Assistência Social do município de Magé. A oferta de atividades atende as orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) e a necessidade sinalizada pelas equipes, no que diz respeito a melhorias no trabalho realizado pelos trabalhadores do SUAS. O objetivo foi realizar a atualização das equipes profissionais para melhor atuarem junto aos usuários do SUAS na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. E o público foi 40 participantes entre eles, orientadores sociais, facilitadores de oficinas que atuam no SCFV, coordenadores e técnicos de referência dos CRAS. Com base na análise dos dados obtidos da avaliação de reação da Assessoria prestada pelo NEZO no município de Magé: Capacitação Continuada serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, foi possível apurar que o nível de satisfação dos assessorados de maneira geral foi positivo. Levando em consideração a porcentagem dos itens avaliados a capacitação teve um bom resultado. O desempenho do facilitador alcançou o esperado no que tange ao domínio e segurança do tema abordado, assim como, comunicação e interação com os assessorados, propiciando compreensão dos assuntos desenvolvidos na capacitação.

O NEZO buscou oportunizar através de materiais didáticos interativos, uma dinâmica que fizesse com que os profissionais da rede da assistência de Magé pudessem alcançar de maneira clara o conteúdo exposto, o programa planejado, bem como a estrutura e recursos disponibilizados para efetivação desta capacitação, foram imprescindíveis para alcançar os objetivos.

Com base na análise dos dados obtidos da avaliação de reação da Assessoria prestada pela equipe do NEZO ao município de Magé na Capacitação Continuada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foi possível apurar que o nível de satisfação dos assessorados de maneira geral foi positivo. Levando em consideração a porcentagem dos itens avaliados a capacitação teve uma boa avaliação.

O desempenho do facilitador alcançou o esperado no que tange ao domínio e segurança do tema abordado, assim como: comunicação e interação com os assessorados, propiciando a compreensão dos assuntos desenvolvidos na capacitação.



A assessoria feita em Barra do Piraí para um projeto básico de capacitação para o PAIF, para os técnicos de nível superior e coordenadores e teve como finalidade a produção e a disseminação de conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, no cotidiano de trabalho nos Centros de Referência de Assistência Social do município de Barra do Piraí. A oferta de atividades atende as orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH SUAS e a necessidade sinalizada pelos técnicos e pela Gestão do SUAS, no que diz respeito a melhorias no trabalho realizado pelos trabalhadores do SUAS. E nos demais municípios o presente plano de trabalho objetiva o assessoramento e formação continuada dos trabalhadores do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, amparados pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Quem presta a assessoria e consultoria também percebe a importância da mesma para o município que a recebe, lembramos que muitas vezes algumas questões passam despercebidas devido à grande quantidade de demandas. No entanto, quando chega o assessor e consultor de fora do município, algumas questões são esclarecidas e este passa a visualizar alternativas e estratégias que poderiam ter sido adotadas.

Caracterizamos como positivo também o fato de os profissionais que se encontram na execução nos municípios terem com quem discutir e atualizar-se acerca da realidade e diversidade da atuação e do território no qual atuam.

É visível a necessidade de se romper com essa realidade e trabalhar em prol da concretização de uma política de Assistência Social efetivamente comprometida com os direitos dos sujeitos. Há uma necessidade urgente de se contrapor às ações pontuais de caráter assistencialista e clientelista que ainda vêm sendo realizadas. Esta é a responsabilidade do Assistente Social comprometido com o Projeto Ético Político da profissão, que preza pela emancipação e autonomia dos sujeitos, e enquanto assessor/consultor pode e deve contribuir fundamentalmente neste processo, haja vista a sua capacidade propositiva e facilidade de diálogo, somado ao conhecimento amplo que detêm acerca da política de Assistência Social em todos os seus âmbitos.

A assessoria e consultoria propicia e favorece a compreensão e atuação sobre as demandas trazidas pelos usuários, garantido ao assessor refletir com as equipes técnicas dos municípios o trabalho oferecido nos equipamentos, visando um serviço o qual garanta os direitos daqueles que necessitam de atendimento através de um aporte ao acesso de conhecimentos e informações que apontam para o desenvolvimento e efetividade dos nossos assessorados proporcionando assim uma reflexão do fazer profissional, ampliação e consolidação de conhecimento teórico prático.

3 | RESULTADOS

Foram mais de 300 profissionais alcançados nos municípios supracitados. Algumas equipes sistematizaram suas práticas em seminários, publicações, participação em congressos, além de serem multiplicadores para outros membros da equipe.

4 | O NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL

O Núcleo de Prática Social do NEZO Educacional Assessoria Consultoria surge a partir da necessidade de proporcionar aos alunos e estagiários em Serviço Social uma aproximação da reflexão sobre o exercício profissional do Assistente social através dos espaços educacionais, bem como os de assessoria e consultoria. Apontase que os desafios presentes no atual cenário de desmonte das políticas sociais requer uma educação permanente no âmbito profissional, e a supervisão de estágio contribui de forma positiva para um estudo qualificado e uma articulação entre teoria-prática. A equipe do Núcleo de Prática Social do NEZO numa perspectiva teórico-crítica reconhece que mesmo numa instituição privada de pequeno porte, tenta democratizar os limites de alcance a categoria decifrando os desafios e as necessidades da categoria profissional colocados na conjuntura cotidianamente.

5 | MAPEAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A construção de um mapeamento em Rede do Rio de Janeiro, Baixada e Leste Fluminense na Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência Social versão 2019 que seja um instrumento do Serviço Social na era da sociedade da informação torna-se um desafio constante aos profissionais. Por isso o Núcleo de Prática Social – campo de estágio do NEZO Educacional Assessoria e Consultoria – a partir de seus estagiários e supervisores de Serviço Social observou a premente demanda da categoria dos Assistentes Sociais de diferentes espaços sócio ocupacionais em manter seus instrumentais denominados “Rede de Recursos Comunitários” ou “Catálogo de Recursos” ou qualquer forma similar de modo atualizado e vivo – no sentido do movimento constante

de atualização dessa Rede situada na Assistência Social, Saúde e Previdência Social.

A ideia surgiu dos projetos de intervenção do campo de estágio e as pesquisas realizadas pela equipe em sites oficiais das agências governamentais e não-governamentais, pesquisas combinadas no Google, articulações institucionais e outras ferramentas virtuais da internet. As reuniões e o trabalho de pesquisa representaram um esforço coletivo de materializar para a categoria a sistematização dos contatos espalhados na Web e o produto será divulgado amplamente.

As regiões da cidade contempladas nessa primeira versão são as seguintes: Rio de Janeiro (em zonas); Baixada Fluminense: São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Queimados, Seropédica, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Paracambi e Belford Roxo; Leste Fluminense: Niterói, São Gonçalo e Maricá.

A cada semestre nossa intenção é tornar o mapeamento mais abrangente e atualizado a partir da diferente participação dos supervisores acadêmicos, supervisores de estágio, estagiários e alunos profissionais que passam pelos espaços do NEZO. Que seja um material útil nos espaços profissionais do Serviço Social como forma de garantia aos usuários do Serviço Social. Socializamos a primeira versão no 16º CBAS com a apresentação do Núcleo de Prática Social e em seguida a ideia será disponibilizar a toda Comunidade Acadêmica dos Espaços do Nezo Educacional, Assessoria e Consultoria e demais Assistentes Sociais e alunos do Estado do RJ interessados.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação permanente de qualidade contribui de forma positiva para que seja feita uma assessoria e consultoria com proposições as quais favoreçam nas demandas trazidas pelos usuários, garantido ao assessor refletir com as equipes técnicas dos municípios o trabalho oferecido nos equipamentos, visando um serviço o qual garanta os direitos daqueles os quais necessitam de atendimento através de um aporte ao acesso de conhecimentos e informações que apontam para o desenvolvimento e efetividade dos nossos assessorados proporcionando assim uma reflexão do fazer profissional, ampliação e consolidação de conhecimento teórico prático. Apontamos que os desafios presentes no atual cenário de desmonte das políticas sociais requer uma educação permanente no âmbito profissional, para que possamos viabilizar os direitos sociais dos usuários.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. CFESS (organizador). - São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social** (Lei n. 8.662/1993).

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, **Consultoria e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS, (s/d). Cartilha Estágio Supervisionado. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf Acesso em 20 de abril de 2019.

CFESS, 1993. Lei 8.662/1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 20 de abril de 2019.

CFESS, 2008. Resolução N°533. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em 15 de maio de 2019.

CFESS, 2012. Política de Educação Permanente. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf Acesso em 20 de abril de 2019.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Lúcia M. B. **Assessoria e Consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. **O Serviço Social e os processos de assessoria e consultoria**. In: Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Ed. Faperj e 7letras.

NOB-RH/SUAS, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em 15 de maio de 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Relação teoria / prática: o processo de assessoria e consultoria e o Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n° 56. São Paulo: Cortez, 1998. p. 114 - 134.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Relação teoria/prática – o processo de assessoria / consultoria e o serviço social**. São Paulo: Ed.Cortez. Revista Serviço Social e Sociedade 56/Março 1998.

ANEXOS



Apresentação de trabalho no congresso brasileiro de assistentes sociais



Reunião campo de estágio



Assessoria

ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Priscilla Brandão de Medeiros

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGSS/UFRN
Natal/RN

ORC ID: 0000 – 0003 – 2183 – 6141

Maria Raphaela Cristiny de Oliveira

Técnica/Assistente Social da SEMTHAS
Caicó-RN

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609881104575277>

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Católica Santa Teresinha – FCST
Caicó/RN

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1509698450904264>

RESUMO: O artigo propõe contribuir com as discussões sobre assessoria/consultoria e sua interface com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre o assunto. Caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica, guiado pelo método crítico dialético, uma vez que há uma busca por sair da aparência e da imediatez, levando-se em consideração as mediações necessárias a sua compreensão.

PALAVRAS CHAVE: Assessoria. Consultoria.

Serviço Social. Projeto ético-político.

ADVISORY AND CONSULTING: CONTRIBUTIONS TO THE ETHICAL- POLITICAL PROJECT OF SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: The article proposes to contribute with the discussions about advisory / consulting and its interface with the Ethical-Political Project of the Social Service, developing a critical reflection on the subject. It is characterized as a study of bibliographical revision, guided by the critical dialectic method, since there is a quest to leave the appearance and the immediacy, taking into consideration the mediations necessary for its understanding.

KEYWORDS: Advice. Consulting. Social service. Ethical-political project.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão regularmente constituída, possuindo *status* legal através da Lei 8.662/1993 a qual traz, dentre outros elementos, as competências e atribuições privativas do/a assistente social, dentre elas está o exercício da assessoria e consultoria por assistentes sociais, o que

representa um reconhecimento social destes/as profissionais e de sua capacidade de contribuir com o aprimoramento das políticas públicas, enquanto instrumentos de garantia de direitos, bem como com a construção do conhecimento.

Dessa forma, o presente artigo propõe contribuir com as discussões sobre assessoria/consultoria e sua interface com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre o assunto. Para tanto, recorreu-se a uma revisão bibliográfica sobre o assunto, tomando-o numa perspectiva crítica, visando a defesa e materialização do chamado projeto ético-político do Serviço Social.

Com isso, considera-se a relevância de tal estudo, justamente pela possibilidade de estar caminhando no fortalecimento do projeto ético-político, sendo, portanto, uma estratégia para a sua defesa e materialização. .

Assessoria/consultoria e sua interface com o Serviço Social crítico: desafios para seu reconhecimento como espaço de atuação profissional

Analisando a bibliografia sobre assessoria/consultoria é possível afirmar que tal temática vem se fazendo presente no Serviço Social desde a década de 1970. No entanto, foi somente a partir da década de 1990 que passou a ser mais discutida e a fazer parte do cotidiano profissional do Serviço Social.

É consensual nas produções sobre o assunto em questão que, a partir da construção do seu projeto ético-político, o Serviço Social se vincula a um projeto de sociedade que, atrelado aos interesses da classe trabalhadora, se posiciona em favor da luta pela eliminação da divisão da sociedade em classes, ou seja, pela superação do capitalismo e de todo o conjunto de desigualdades a ele inerente. Sobre isso, Netto nos diz que:

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2006, p. 15-6)

Desta forma, fica evidente que, a partir da construção do chamado projeto ético-político, a autoimagem do Serviço Social passa pelo reconhecimento da liberdade, da igualdade, da democracia. E pelo posicionamento crítico na sociedade, exercendo um movimento de denúncia das violências, desigualdades, opressões e luta, juntamente com a classe trabalhadora, pela superação do modo de produção capitalista.

Mediante essas transformações vivenciadas pelo Serviço Social, ampliam-se as discussões em torno do exercício profissional bem como do processo de ensino, buscando-se, com isso, um processo de formação que esteja sintonizado com a realidade do país

e com as novas demandas postas e impostas aos/às assistentes sociais. De acordo com Netto (2006, p. 13):

É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários.

Será em meio a esse processo de repensar crítico da profissão que se visualiza o início dos debates e exercício profissional em torno da assessoria e consultoria no Serviço Social, como uma modalidade de trabalho que pode contribuir para a defesa e materialização do projeto ético-político da profissão.

Para justificar essa ampliação no exercício, estudo e debate na área da assessoria/consultoria no âmbito do Serviço Social na década de 1990, Matos (2009) identifica alguns elementos, relacionando com as transformações advindas com a reestruturação produtiva e a ampliação das experiências de assessoria/consultoria na implementação das políticas sociais, após a Constituição Federal de 1988. Para o autor, nesse momento assiste-se uma tendência de valorização da atividade de assessoria/consultoria sem a devida problematização sobre os seus reflexos no âmbito da defesa de direitos dos/as usuários/as. Além disso, o autor se refere à fragilidade do debate sobre o que realmente seria a assessoria/consultoria no Serviço Social.

Para Oliveira (2010, p. 111) o reconhecimento da assessoria, tanto como atribuição, quanto como competência do/a assistente social, na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/1993, “indica a legitimação social de tal exercício no âmbito do Serviço Social, subsidiando a afirmação desta atividade enquanto frente de trabalho para os assistentes sociais.”

Assim, de acordo com o artigo 4º, inciso VIII da Lei 8.662/1993: “prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” e em seu inciso IX “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” constituem-se competências do/a assistente social.

Já o artigo 5º, inciso III da referida lei traz que “assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social” constitui-se uma atribuição privativa do/a assistente social, ou seja, é algo relacionado exclusivamente ao seu exercício profissional.

Com isso, é possível considerar que o reconhecimento, em forma de lei, para o exercício da assessoria/consultoria por assistentes sociais traz consigo uma valorização social da profissão; um reconhecimento de que o Serviço Social é uma profissão que vem acumulando um vasto conhecimento em diversas áreas, sendo capaz de contribuir (enquanto competência profissional) juntamente com outras profissões para o amplo

desenvolvimento das políticas públicas, por exemplo. Enquanto atribuição privativa surge a possibilidade de estar assessorando outros/as assistentes sociais em matéria do Serviço Social e contribuindo para a defesa e materialização do projeto ético-político.

Mesmo com tal reconhecimento em lei, e com a relativa ampliação da atividade no Serviço Social, é consenso na literatura estudada que a temática ainda é pouco trabalhada teoricamente, não havendo tantas produções na área, em que destacam-se os estudos de Vasconcelos (1998); Matos (2009); bem como a produção organizada por Bravo e Matos (2010).

Será nas obras de Matos que se visualiza um maior debate do que se compreende por assessoria/consultoria no âmbito do Serviço Social. Em seus debates ele afirma que:

Definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS, 2010, p.31).

Sobre a definição acima destacada é possível realizar algumas reflexões, principalmente ao levar em consideração a utilização do método crítico dialético.

A primeira observação que se pode fazer e que é consensual na bibliografia estudada é que assessoria/consultoria remete a um processo que envolve amplo conhecimento na área que o/a assessor/a irá atuar. Para tanto, se faz necessário o conhecimento da realidade sobre a qual irá intervir. Desta forma, evidencia-se o caráter dialético desse processo, que deve estar articulado com as relações sociais e com a análise de totalidade.

Compreende-se que as respostas profissionais estão postas na realidade e não podem ser algo prontamente desenvolvido isoladamente pelo/a profissional, sem tal conhecimento. Desta forma, a partir de uma análise crítica da realidade é que o/a assistente social pode formular propostas de trabalho que levem em consideração as necessidades dos usuários/as assessorados/as.

Esse estudo da realidade se faz importante também porque cada contexto histórico, social e cultural remete a expressões da questão social que apresentam determinadas particularidades, assim como devem ser enfrentadas de forma diferente. Portanto, uma mesma expressão da questão social pode ser vivenciada de formas diversas pelos sujeitos, a partir da forma como a experimentam e a enfrentam no seu cotidiano, exigindo, por sua vez, alternativas de intervenção que atendam a tais especificidades.

De igual forma, o próprio Estado, também manifesta formas de intervenção diferenciada, diante da questão social, em que a pressão social exercida através dos/as usuários/as das políticas sociais é imprescindível a organização e oferta de serviços e acesso a direitos sociais básicos.

Dessa feita, compreende-se que a figura do/a assessor/a deve corresponder a um

perfil profissional atento às transformações sociais, sendo capaz de realizar a leitura da conjuntura e a partir daí propor alternativas de ação que venham de encontro à defesa de direitos e ampliação das políticas sociais.

Outro ponto que merece ser debatido, a partir da definição apresentada por Matos, diz respeito à compreensão da assessoria como algo que venha a modificar uma dada realidade, ou seja, contribuir com uma transformação. Nesse sentido, pode-se questionar: qual o sentido dessa modificação da realidade?

Bem, se tomarmos como base um Serviço Social crítico, que exerça oposição ao conservadorismo profissional, essa modificação da realidade apontará para uma intervenção nas expressões da questão social, para uma ampliação no acesso a direitos sociais, a políticas sociais. Ou seja, estará em sintonia com o que defende o projeto ético-político da profissão, se relacionando, portanto, com um projeto societário, levando em consideração as lutas de classe, vislumbrando uma transformação social, através da luta em torno da superação do modo capitalista de produção.

Ao assumir a defesa do projeto ético-político e, com a interlocução com a teoria marxista, os/as assistentes sociais refletem sobre a realidade a partir de mediações, em que, a partir da razão crítico-dialética, realizam sucessivas aproximações, visando superar a aparência e desvendar a essência dos fenômenos.

Entretanto, se esse viés de modificação da realidade estiver acompanhado de um exercício profissional conservador, provavelmente não haverá contestação desta realidade e a modificação se dará de modo a atender aos interesses institucionais, do empregador. Para isso, utiliza-se apenas a razão instrumental como forma de compreender parcialmente aquela realidade, sem levar em consideração a totalidade social. Nesse sentido, o projeto profissional se confunde diretamente com o projeto institucional, o qual passa a ser o limite para o exercício profissional. As ações profissionais não conseguem, dessa forma, superar a aparência dos fenômenos e muito menos a imediaticidade.

Sobre esse último aspecto, é importante salientar que, apesar de todo o movimento de crítica ao conservadorismo, de ser hegemônica no Serviço Social a adoção do marxismo enquanto teoria social que norteia o fazer profissional, sabe-se que as práticas conservadoras ainda se fazem presentes entre os/as profissionais, guiando um exercício profissional acrítico, tecnicista e que atende exclusivamente às exigências do mercado.

A relação entre quem assessora e quem é assessorado/a é descrita por Bravo e Matos (2010, p. 155) como sendo um processo que remete à “interlocução do saber, e não no poder de mando, e cabe a quem recebe a assessoria acatar ou não eventuais sugestões”. Trata-se, então, de uma relação baseada na autonomia, na troca e construção conjunta de conhecimentos.

Desta forma, os/as autores/as supracitados/as consideram que a assessoria/ consultoria implica numa relação de complementariedade, em que tanto o/a assessor/a, quanto o/a assessorado/a podem estar participando ativamente durante todo o processo.

No que se refere à atuação profissional de assistentes sociais como assessores/as, Ruiz (2010) nos apresenta uma variedade de possibilidades, incluindo assessoria na área do planejamento, elaboração de projetos profissionais, assessoria a conselhos de direitos, conselhos tutelares, dentre outros. Pode ser direcionada a equipes de assistentes sociais ou outros/as profissionais; a entidades; empresas públicas ou privadas; espaços de controle social. No entanto, o autor nos adverte que, mesmo em áreas distintas “em todas elas parece haver um denominador comum: assessorar implica contribuir para a solução de determinada demanda a partir de atribuições, capacidades e conhecimentos específicos”. (2010, p. 91)

Ainda parafraseando com o autor em destaque, o/a assessor/a deve ser um/a profissional que, possuindo um amplo conhecimento na área, é capaz de assumir uma postura crítica e propositiva. Estando alinhado às transformações conjunturais, deve ser capaz de desenvolver sua capacidade argumentativa, crítica e autocrítica. Assim, constata-se que o exercício da assessoria/consultoria por assistentes sociais é um grande desafio, assim como o exercício profissional em outros espaços.

A retração do papel do Estado enquanto agente de proteção social vem impactando nos espaços de trabalho de assistentes sociais, inclusive daqueles/as que atuam como assessores/consultores/as. Compreende-se que, independente do espaço sócio ocupacional que este profissional estiver inserido, o objeto de trabalho será o mesmo, ou seja, a questão social.

Compreender os impactos que as transformações conjunturais geram nas expressões da questão social é imprescindível a um exercício profissional sintonizado com as demandas da classe trabalhadora, usuária dos serviços prestados pelas entidades empregadoras de assistentes sociais.

Para Vasconcelos (1998, p. 08) “quanto mais grave e mais complexa a realidade da maioria da população, mais teremos demandas para profissionais como os assistentes sociais”.

Com tal compreensão, cresce a importância de que os/as assistentes sociais estejam participando ativamente de espaços de aprimoramento profissional de forma continuada, como é posto enquanto direitos deste/a profissional no artigo 2º do Código de Ética de 1993. Nesse sentido, situa-se as experiências de assessoria/consultoria que, quando comprometidas com um Serviço Social crítico, podem estar contribuindo com o desenvolvimento de atividades com foco na educação permanente.

Ainda segundo Vasconcelos (1998), o desenvolvimento de assessoria/consultoria pode contribuir para a articulação entre o “pensar e o agir”, marcando, com isso, a superação do ativismo ou pragmatismo. Para a autora:

Uma perspectiva teórica que dê conta de uma profunda reflexão sobre os processos sociais fundamentais só pode estar assentada na produção marxiana e marxista, ainda que se afirme que ela perdeu o sentido e validade diante das mudanças ocorridas ao

longo da história, principalmente no que se refere à categoria totalidade social. Se não se parte da noção de totalidade, a ação é sempre uma ação local, focalizada. Na falta de uma orientação teórica geral, capaz de dar conta do conjunto da processualidade social, passa-se a responder, apenas e acriticamente, às necessidades imediatas, enquanto fim em si mesmo. (VASCONCELOS, 1998, p. 08)

Concorda-se, assim, com o exposto pela autora, uma vez que a teoria marxista proporciona ao profissional realizar uma leitura da realidade social pautada na totalidade, o que é importante para compreender as raízes da questão social não como uma disfunção ou problema de ordem individual e sim, resultante do conflito entre capital e trabalho.

Ao debater sobre o exercício profissional do/a assistente social, apesar dos intensos debates promovidos e do avanço na bibliografia na área, não é incomum ouvir profissionais afirmarem que “na prática a teoria é outra”, defendendo a ideia de que os conhecimentos adquiridos teoricamente são estéreis e que a prática é que determina a formação do/a profissional.

De igual forma, Teixeira e Braz (2009) chamam a atenção para o posicionamento de determinados/as profissionais que se posicionam contra o projeto ético-político do Serviço Social, por acreditar que, diante da realidade atual de regressão de direitos, o mesmo se torna inviável, não havendo possibilidades da materialização nesta realidade.

Todavia, os/as autores/as acima mencionados reafirmam que esta é uma visão pobre de análises e reflexões, sendo que, mesmo diante de uma conjuntura adversa à defesa de direitos, deve-se vislumbrar estratégias de defesa e materialização do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que esse mesmo projeto oferece elementos para que se possam enfrentar os desafios impostos pela ofensiva do capital.

Será nessa perspectiva, de fortalecimento da interlocução entre a teoria e a prática e, portanto do projeto ético-político do Serviço Social, que se pode situar a realização de assessoria/consultoria, ao passo que, conforme já evidenciado, contribui para a capacitação continuada de profissionais.

Colaborando com tal posicionamento, Fonseca (2010, p. 63) afirma que:

Ao realizar assessoria, o assistente social precisa pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente.

Com isso, é consensual na bibliografia estudada que a assessoria/consultoria pode contribuir para a qualificação do exercício profissional de assistentes sociais, de forma crítica e propositiva, estando sim em defesa do que é defendido através do projeto ético-político do Serviço Social.

Outro aspecto recorrente na bibliografia estudada é o reconhecimento de que a assessoria/consultoria representa um alargamento do mercado de trabalho para assistentes sociais e a importância da categoria estar se capacitando para tal desenvolvimento. No entanto, na mesma perspectiva, observa-se uma preocupação nos/as estudiosos/as

da temática sobre os rumos de tal atividade. Estaria mesmo atrelada a um exercício profissional crítico e propositivo, em defesa do fortalecimento do projeto ético-político da profissão? Ou estaria à serviço da manutenção/adequação da ordem imposta pelo capital? Representa realmente mais um espaço sócio-ocupacional ou seria apenas mais uma forma de subordinação e precarização do trabalho de assistentes sociais?

Para refletir sobre tais questões, pode-se recorrer à produção de Gomes (2015) a qual aponta as fragilidades e possibilidades inerentes aos processos de assessoria/consultoria. Para a autora,

Não é possível afirmar que as “consultorias” nas empresas apresentam somente perdas profissionais, assim como não significam apenas ganhos. Há uma hierarquização das condições de trabalho e diferenças significativas nas propostas de atuação profissional, dificuldades e desafios múltiplos, que se acirram conforme a complexificação dos processos de informalização das relações de trabalho. (GOMES, 2015, p. 373)

Ao abordar consultoria e Serviço Social, a autora supracitada apresenta alguns pontos interessantes para que se possa pensar quais os rumos se pretende trilhar ao relacionar esse exercício profissional exercido por assistentes sociais. Em seu trabalho identifica alguns elementos problemáticos, expressos através da supervalorização, pelos/as próprios/as assistentes sociais, de sua ação enquanto consultores/as.

Um dos elementos de destaque se refere ao fato da supervalorização da contratação de consultorias externas como uma forma de manter o sigilo profissional, como se, por não fazer parte da equipe da empresa, o/a assistente social possui maiores condições de garantir o sigilo profissional. Sobre esse aspecto deve-se lembrar de que o sigilo profissional é um dever do/a assistente social, independente do seu espaço profissional, conforme expresso no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

Outro elemento problematizado por Gomes (2015) é a supervalorização da criatividade de profissionais que atuam enquanto consultores/as, como se fosse algo inerente a tal função, além da utilização de ferramentas como gráficos, relatórios, registros, dentre outros meios para expressar o resultado do trabalho que é realizado.

Sobre isso a autora argumenta que tanto profissionais externos, como internos podem estar recorrendo à criatividade para melhor desenvolver uma atividade, como também é grande o número de profissionais que se utilizam da tecnologia para o registro e quantificação do trabalho que é realizado, não sendo, desta forma, algo exclusivamente adotado por consultores/as.

Diante do contrato de trabalho que é realizado, Gomes (2015) apresenta alguns/as consultores/as que desenvolvem sua atividade no espaço doméstico, onde muitas vezes aparenta autonomia, mas na realidade se relaciona a uma acirrada precarização do trabalho que é desenvolvido, uma vez que tais profissionais, visando cumprir as atividades solicitadas, passam a atuar, mesmo que em casa, sob uma jornada de trabalho exaustiva, sem acesso as condições éticas e técnicas, não atendendo ao que é posto através da RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006.

Longe de ser uma prerrogativa única da atividade de assessoria/consultoria, a precarização do trabalho é algo que ronda vários espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais, principalmente a partir da investida neoliberal. São profissionais que atuam em vínculos fragilizados, algumas vezes sem acesso a direitos trabalhistas, a partir do estabelecimento de contratos de trabalho precários e temporários.

No entanto, mesmo compreendendo os desafios inerentes a tal realidade, em que a assessoria/consultoria está incluída, é importante levar em consideração todo o processo de construção histórica do Serviço Social, o qual apresenta como resultado uma profissão de caráter eminentemente crítico e de denúncia ao conservadorismo e a ordem societária dominada pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto profissionais que compõe a classe trabalhadora, assistentes sociais passam a vivenciar a precarização do trabalho, seja através do sucateamento das políticas sociais, expresso por meio do enxugamento das funções do Estado, ou através de contratos temporários e/ou sem acesso ao mínimo de direitos trabalhistas, sejam em instituições públicas ou privadas.

Em meio ao processo de reestruturação produtiva e acirramento da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, bem como aumento do desemprego, desigualdade social e agravamento das expressões da questão social, assiste-se a construção de um movimento, por parte do Serviço Social, de crítica a essa realidade, bem como uma denúncia ao conservadorismo ainda muito presente no meio profissional.

Acompanhando o debate em torno do exercício crítico profissional é que se pode situar a ampliação dos estudos e experiências da assessoria/consultoria no Serviço Social.

Longe de representar apenas o alargamento do mercado de trabalho, a assessoria/consultoria deve ser defendida à luz do projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto, uma postura crítica, propositiva, de denúncia ao conservadorismo e luta pela garantia de direitos devem se fazer presentes nos espaços sócio-ocupacionais que assistentes sociais, enquanto assessores/as, venham a atuar.

Disso resulta a importância da adoção do método crítico dialético, o qual apreende o ser a partir de mediações, leva em consideração a totalidade social e considera que a realidade é fruto de relações sociais contraditórias e em constante transformação.

Através do movimento de construção do projeto ético-político e a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista, passa-se a compreender que o objeto de atuação profissional, independente do espaço de atuação, é a questão social, compreendida a partir das contradições entre capital e trabalho.

Tomando como ponto de partida tal compreensão e a importância da atuação estar voltada para a luta em torno da conquista, acesso e ampliação de direitos é que o/a

assistente social deve organizar seu projeto de prática profissional, o qual deve estar em sintonia com a matriz teórica adotada. Tais elementos são e devem fazer parte do cotidiano profissional de qualquer assistente social que esteja realmente afinado/a e atuando numa perspectiva de defesa do que é hegemonicamente posto através do projeto ético-político do Serviço Social.

Desta forma, não se trata aqui de supervalorizar a assessoria/consultoria e sim de visualizar os limites postos a esse espaço de trabalho, como também de realizar uma leitura, pautada no método crítico dialético, que permita compreender as contradições inerentes a tal trabalho, como também de vislumbrar as possibilidades concretas de defesa de direitos e materialização do projeto ético-político.

O momento atual é cheio de desafios, mas deve-se buscar aprofundar a nossa capacidade profissional de, enquanto categoria organizada e de luta, estar vislumbrando possibilidades de defesa da vida e dos demais direitos intrínsecos a ela. As possibilidades estão postas na realidade, cabendo à categoria profissional lutar por um processo de formação que realmente seja capaz de instrumentalizar os/as profissionais a estarem atuando diante do agravamento da questão social, através de uma postura crítica e propositiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2018.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs). *Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.*

_____. O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde. In: _____. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.*

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In: _____. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.*

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n.122, pp.357-380.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, Consultoria, Auditoria e supervisão técnica. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – Brasília- CFESS/ABEPSS, 2009.*

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMS, ABEPSS, 2006.*

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga. Assessoria e Serviço Social: a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs). *Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.*

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A experiência de assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social 7ª – Rio de Janeiro. In: _____. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. IN: CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

I

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

M

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

P

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020